



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : diálogos contemporâneos 3 /
Organizadora Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-39-3

DOI 10.22533/at.ed.393201002

1. História – Pesquisa – Brasil. I. Bôscaro, Ana Paula Dutra.
CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Por intermédio de diversos trabalhos acadêmicos, o livro *História: Diálogos Contemporâneos* apresenta-se como um importante espaço de intercâmbio cultural e científico. Ao articular as relações que se estabeleceram no passado e que continuam vigentes no presente, o livro abarca assuntos relevantes e que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, propiciando discussões em entorno de questões políticas, sociais e culturais.

De modo cada vez mais sistemático, a historiografia tem se empenhado em desenvolver novas possibilidades investigativas. Os autores aqui reunidos, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas, colaboram com o processo de construção do conhecimento histórico. Seus trabalhos, resultados de pesquisas originais, dialogam entre si e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes assuntos.

No livro estão reunidas análises que dissertam sobre o uso da literatura e da narrativa nos estudos históricos; Trabalhos que refletem sobre o papel do ensino no contexto atual e sobre os diversos embates enfrentados por seus profissionais nos espaços escolares e nas universidades; Debates sobre questões relativas ao passado escravocrata e suas permanências nas relações sociais; Migrações forçadas no contexto atual, dentre outros temas que promovem um frutífero diálogo entre passado e presente.

Em síntese, a obra nos ajuda a compreender de que modo as marcas do passado se manifestam em nossa experiência atual. Desta feita, esperamos que a leitura dos capítulos que por ora se apresentam possam ampliar os conhecimentos e instigar novas pesquisas históricas. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATOS MEMORIAIS E RELATOS TESTEMUNHOS: O EXEMPLO DE ANTÔNIO PIGAFETTA (1491-1534)	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.3932010021	
CAPÍTULO 2	15
MARIA GRAHAM: A POLISSÊMICA NARRATIVA DA ESCRITORA INGLESA, SOBRE OS BRASIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS	
Denise Maria Couto Gomes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.3932010022	
CAPÍTULO 3	26
CAPITALISMO, COMUNISMO E A HISTÓRIA DO FUTURO: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE “A MÁQUINA DO TEMPO” DE H. G. WELLS (1895)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.3932010023	
CAPÍTULO 4	40
MANOEL BOMFIM E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA: A AMÉRICA LATINA SOB DIFERENTES PARADIGMAS RACIALISTAS	
José Geraldo Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3932010024	
CAPÍTULO 5	54
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.3932010025	
CAPÍTULO 6	65
AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
Heloíse Montagner Coelho	
Thieser da Silva Farias	
DOI 10.22533/at.ed.3932010026	
CAPÍTULO 7	77
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E O FENÔMENO ALIENAÇÃO PARENTAL: A CRÍTICA DA TEORIA SISTÊMICA À PERSPECTIVA DE RICHARD GARDNER	
Ronaldo da Costa Formiga	
DOI 10.22533/at.ed.3932010027	
CAPÍTULO 8	90
ESCRITAS DE SI: A PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA DESENVOLVIDA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL E IDENTITÁRIA	
Tuany Maria Rodrigues Gonçalves Cianelli	
Bruna Sieiro Borges	
Fernanda Iglesias Webering	

Cláudia Cristina Mendes Giesel
Flávia Maria Farias Baptista da Cunha
DOI 10.22533/at.ed.3932010028

CAPÍTULO 9 101

UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

Gustavo de Faria Lopes
José Elias Domingos Costa Marques
Renato Gomes Vieira

DOI 10.22533/at.ed.3932010029

CAPÍTULO 10 112

A UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS COM O INTUITO DE PROMOVER O DEBATE RELACIONADO À TEMAS RELEVANTES ÀS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Aline Kelly da Silva Faria
Madalena da Silva Faria

DOI 10.22533/at.ed.39320100210

CAPÍTULO 11 118

DESCONSTRUÍNDO ESTEREÓTIPOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Lucas Cardoso de Moura

DOI 10.22533/at.ed.39320100211

CAPÍTULO 12 126

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Oscar Edgardo N. Escobar

DOI 10.22533/at.ed.39320100212

CAPÍTULO 13 139

HISTÓRIAS DA PSIQUIATRIA NO BRASIL E AS INTERDIÇÕES AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ana Maria Cardachevski

DOI 10.22533/at.ed.39320100213

CAPÍTULO 14 153

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA E O USO IDEOLÓGICO DAS FONTES

Natalia dos Reis Cruz

DOI 10.22533/at.ed.39320100214

CAPÍTULO 15 162

MORRER NEGRO EM JACUTINGA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS FUNEBRES DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Ana Francisca Vasconcelos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.39320100215

CAPÍTULO 16	170
DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO Claudia Alves d`Almeida DOI 10.22533/at.ed.39320100216	
CAPÍTULO 17	179
A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930) Inajá Reis Costa DOI 10.22533/at.ed.39320100217	
CAPÍTULO 18	191
ENTRE SEMENTES E FRUTOS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE E A ROMANIZAÇÃO EM MANAUS (1941-1948) Elisângela Maciel DOI 10.22533/at.ed.39320100218	
CAPÍTULO 19	202
MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) Tatiane Sant'Ana Coelho Reis DOI 10.22533/at.ed.39320100219	
SOBRE A ORGANIZADORA	212
ÍNDICE REMISSIVO	213

RELATOS MEMORIAIS E RELATOS TESTEMUNHOS: O EXEMPLO DE ANTÔNIO PIGAFETTA (1491-1534)

Data de aceite: 04/03/2020

Michel Kobelinski

SOBRE MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO E ORALIDADE

Desde os primórdios da humanidade as funções da memória e da imaginação foram plurais, tanto por representar quanto por preencher os vazios que a experiência humana não pôde captar da densa realidade. Entender a si mesmo e o mundo resultou do efeito de preenchimento que combinou elementos do racional e do sensível para lidar com o inexplicável. Na Antiguidade a história era considerada menos expressiva do que a poesia e, referia-se ambigualmente ao testemunho e ao imaginário. Sua marca essencial era oscilar entre o real e o ficcional. O conhecimento de mundo também se manifestava através da oralidade, a qual era transmitida de geração a geração, apesar do inconveniente de sua rastreabilidade. Dados estes contornos, por que não refletir sobre os efeitos das narrativas impregnadas por estes elementos? Por que não se ater sobre uma escrita que imaginou e fantasiou a América e o mundo? Diga-se de passagem, que nossa reflexão é limitada e

incompleta por não fazer mais do que trabalhar com fragmentos de uma escrita mais ampla.

Nem ponto de partida, tampouco ponto de chegada. A reflexão de Campoy se detém no trânsito e nos descaminhos da memória, da imaginação e da oralidade nas Letras da América Latina. E, de fato, este direcionamento é significativo, pois nos permite fazer emergir diversas alusões ao passado, as quais, muitas vezes, são negligenciadas pela literatura e pela história. A crítica literária, a filosofia e a filosofia da história são elementos fundamentais à compreensão de como os processos narrativos contribuíram para a criação e aniquilação destes elementos: “a ideia é lançar luz sobre a apropriação de certas técnicas narrativas oriundas da tradição oral feita por alguns escritores latino-americanos desde a infância” (Campoy: 2014, p. 10).

A articulação entre a teoria e a prática nos permite avançar criticamente, além de trazer aos leitores novas possibilidades de pensar a si mesmos e um passado em comum. Caminho este que define espaços de interlocução além dos cânones literários e da história oficial. Aliás, compartilhamos com o autor a ideia de que a fábula e a imaginação atuam de forma mais expressiva na psiqué humana do que a narrativa histórica. Pode-se dizer que esta narrativa

não escapa da peculiaridade ficcional, pois o historiador se vale da imaginação para preencher certos vazios deixados pela documentação. Por conseguinte, a literatura é uma forma de revisar e corrigir o discurso histórico predominante, especialmente porque traz consigo a liberdade na escrita e, conseqüentemente, a valorização de diferentes pontos de vista. Atualmente os historiadores reconsideraram suas posições e, admitem, até certo ponto, interpenetrações entre história, a literatura e a política.

Deste modo, as insinuações fragmentárias de um passado que se entende de forma pessoal e coletiva abre uma oportunidade para pensarmos na inconsistência formativa das nações americanas. A gênese da novela latino-americana em Pigafetta, por exemplo, consistiu na conjugação da memória, imaginação e testemunho (Campoy, p. 3). Ora, este alerta serve para repensarmos as narrativas orais, ontem e hoje, uma vez que sofreram e sofrem transculturações. É o que também podemos chamar de miscigenação cultural, a qual impõe um conjunto de valores e subverte outros. Daí a necessidade de reavivarmos os resquícios, as reminiscências, como por exemplo, as do escritor argentino Héctor Tizón (2006). Aliás, para ele o escritor tem um papel fundamental na reflexão sobre o devir humano: “o que o escritor precisa, mais do que de papel e lápis, é de tempo e, refletir sobre o tempo, que é uma espécie de reflexão sobre seu próprio destino” (La literatura de los escritores). O que aprendemos com estas inquirições? Sem dúvida, a necessidade de salvaguardar a memória e o testemunho e instigar grupos minoritários ou marginalizados a construir seus próprios relatos, embora que estes comportem superposições temporais e de acontecimentos. A ação, mais do que necessária é evitar a negligência e o esquecimento de si e de diferentes identidades num mundo cada vez mais contraditório, marcado pela padronização e pela aniquilação das diferenças.

O que significa estar só estar só no mundo para os latino-americanos? O escritor colombiano Garcia Marquez (1927-2014) responde que a solução para este incômodo sentimento é, ironicamente, a utopia da vida e da felicidade. O sentimento de *solidão* refere-se ao estado emocional de sujeitos que, pelo isolamento ou falta de comunicação, desejam estar do lado de outras pessoas e interagir. Veja-se que o termo também designa um estado de privacidade, que pode, ou não, corresponder a sofrimento, como por exemplo, o isolamento ascético. A indignação do autor tem razão de ser. Tratava-se, nada mais, nada menos do que um misto de reação e de rompimento, tanto com a hegemonia da literatura do realismo maravilhoso (de origem europeia), quanto com a importação ou adoção de modelos econômicos, sociais e culturais. A crítica do autor se dirige para a disfunção do “olhar”, uma vez que “a interpretação de nossa realidade com esquemas alheios só contribui para nos fazer cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”. Na reivindicação de Garcia Marquez, contesta-se o discurso em que prevalece a ilusão, o delírio, a cobiça, a demência, o genocídio, a repressão política, a tortura, a guerra civil, as mazelas e as injustiças sociais, que desde o período colonial insistem em acentuar escaladas da morte. Contra a morte e a morte em vida, isto é, a daqueles

que ficam deslocados e desamparados, a reivindicação cogitada é a do desejo de liberdade. Nesta manifestação, valorizam-se sujeitos de carne e osso e, ao mesmo tempo, desvelam-se os sujeitos de papel que muitas narrativas dizem ser reais. Nesta luta ferrenha não há nada mais importante do que a literatura, nada mais essencial do que a poesia para plantar nos corações dos homens a semente da consciência, da mudança do olhar e da presença vital dos semelhantes. O problema quem vem depois é o que fazer com a liberdade e como conviver com as diferenças diante das injunções sociais.

Em Gabriel Garcia Marquez (1982, p.10-11), as relações históricas, sociais e políticas são marcadas por temporalidades cíclicas, na medida em que “a teimosia sem fim se confunde com a lenda”. Mais do que isto, sua narrativa não só estabelece um pacto com o leitor, mas também o instiga a entender as relações entre seu cotidiano e as trajetórias coletivas que resultam de sucessivos conflitos e massacres. Nesta forma de interação entre autor, leitor e o mundo, podemos perceber que o nó que devemos desatar é o da consciência em preservar a dignidade humana, pois a “todas as criaturas daquela realidade desafortada temos que pedir muito pouco à imaginação, porque o desafio maior é o da insuficiência de recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável”. Através da memória, da imaginação e da oralidade é possível tocar a consciência, despertar as emoções e ponderar sobre as condições humanas no tempo e no espaço, ontem e hoje. Ao compreendermos que não estamos sós no mundo, podemos imaginá-lo melhor. Eis aí mais uma lição de Garcia Marquez, que nos deixou mais solitários em 2014.

MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO E ORALIDADE, O EXEMPLO DE PIGAFETTA (1491-1534)

O podemos dizer das relações que o navegante, geógrafo e escritor florentino Antônio Pigafetta estabeleceu entre memória, imaginação e oralidade em sua obra “Primeira viagem de circunavegação ao redor do mundo”? Como ele considerou a América, as Filipinas e a Indonésia? A necessidade de refletir estas questões é pertinente na medida em que, no passado e no presente, os olhares foram e são múltiplos e contraditórios. A narrativa de Pigafetta, que descreve a aventura marítima transoceânica até as “ilhas das especiarias” (Molucas) é notabilizada pela alta capacidade de fantasiar (*phantasma*) e de imaginar (*imaginatio*). Não nos esqueçamos que ele também cartografou espaços que seriam dominados. Deste modo, convém destacarmos que as referidas associações serviram para alavancar um imaginário extravagante e excludente.

O que é marcante no inventário das diferenças de Pigafetta é a indiferença de seu olhar. Sobre as Américas forneceu informações sobre a fauna, flora, clima, e geografia. Mas a narrativa dava a entender que só havia degeneração e inferioridade. A

ingenuidade, ignorância comercial, bestialidade, longevidade, docilidade, libertinagem, pudor e canibalismo (natural e de vingança) entre os tupis-guaranis eram coisas naturais. Eis suas impressões sobre o canibalismo: “isto me foi contado por nosso piloto Juan Carvajo, que havia passado quatro anos no Brasil”. Mais ao Sul nosso cronista destaca o gigantismo, a adoração ao diabo (xamanismo) e o menosprezo aos corpos dos índios da Patagônia.

Entre o estreito de Magalhães e as Filipinas, imaginação, fantasia e realidade se ampliaram. Seus fundamentos? Os de costume. Menosprezo à natureza e aos homens, arrogância, imposição ideológica, ganância e indiferença. No Oceano Pacífico, num primeiro momento, aflorou a olfação repugnante, como a do fedor insuportável do pão impregnado de urina de rato e da água pútrida e fedorenta. A calma das águas contrastava com a agitação de corpos que passavam fome. A inexistência de ilhas e de viveres obrigou esses argonautas do Pacífico ao desespero extremo, ao consumo de couro dos mastros de suas embarcações e de serragem. Os ratos, antes abomináveis, transformam-se em iguarias que aplacaram a fome. E, de fato, a solidão em alto mar podia muito bem causar morte, desgraça e infelicidade. O único alento diante das tempestades era a manifestação do divino através dos fogos-de-Santelmo. É claro que estas situações motivavam a narrativa de Pigafetta a desencorajar aventura semelhante. Cinquenta e seis anos depois o lendário Sir Francis Drake – para os ingleses um herói e, para os espanhóis, um pirata - correu este risco e, curiosamente morreu de disenteria após incursão mal sucedida em Porto Rico. Mesmo assim, devemos desconfiar da afirmação. Pigafetta não teria hipervalorizado a aventura sem precedentes? Não desejava afastar os rivais? A perspectiva de estar só no mundo, de Garcia Marques é oportuna aqui. O sucesso ou o fracasso revolvem um vasto fundo da história, da memória e da imaginação. Eles entram em cena diante dos êxitos e das provações, que sujeitamos ou nos submetemos, tanto pelo prazer da quanto pela repulsa ao que é, ou não, contrário aos nossos desejos.

Depois, quando o sucesso da conquista era inevitável seu resultado significava a miséria do corpo e do espírito. Em Guan, os navegantes enfermos exigiram a vingança contra ilhéus que negaram alimentação regeneradora. Enquanto as casas ardiam em chamas o intestino do inimigo restaurava a saúde. Como são curiosos os nossos sentimentos. E se os povos oceânicos eram tidos como sem leis, chefes e credo, podemos nos perguntar: quem era selvagem? Navegantes ou insulares? Quem são os devoradores de gente? Não obstante, o sentimento que imperou entre as populações subjugadas diante do poder e da volúpia ibérica foi o da impotência. Mas não sem resistência. Não podemos duvidar de que estes acontecimentos foram incorporados na memória, na tradição oral e nas mitologias de origem desses povos. Para Pigafetta as populações insulares são definidas como gentis, desnudas, tatuadas, corpulentas e engraxadas. Em outros casos elas são vistas como pouco bronzeadas, ociosas, libidinosas, poligâmicas, gulosas e idólatras. Afinal de contas, são ilhas de diversidades culturais.

As culturas insular e moura chamaram a atenção de Pigafetta. A classificação foi sempre na mesma direção, o que define a identidade de uns serve para se distanciar da identidade outra. Uns não comiam carne de porco, outros a consumiam imoderadamente; existiam ainda aqueles que, a exemplo dos benayanos, preferiam a carne humana: “segundo nos contaram, quando prendem o inimigo, arrancam-lhe o coração e comem cru, com suco de laranja e limão”. Sejam os habitantes destas ilhas bronzeados, claros ou “negros como os etíopes”, sejam eles inclinados à magia, à superstição ou ao islamismo, o que os unia e os separa, era a linguagem. Seus padrões culturais, simbólicos e sócio-políticos tiveram importância extrema na comunicação. Daí toda série de desentendimentos entre si e com os europeus. Convém assinalar que junto à comunicação oral se somavam ritos gestuais, os quais eram transmitidos tanto pelo costume quanto pela oralidade. A comunicação com um rei de Borneo era sempre de forma indireta, através de uma “corneta”, de um interlocutor, além de uma reverência, que consistia em erguer as “mãos juntas sobre a cabeça e levantando alternativamente os pés”, por três vezes. Em termos políticos e em alguns casos, a conversa só se iniciava com um beijo na mão do soberano com o qual se ia solicitar algo ou mesmo, no caso dos portugueses e espanhóis, celebrar um acordo, que significava submissão. Além da plêiade de gestos e comportamentos, pode-se verificar a longevidade das tradições orais. Em um dos provérbios de Bornéu, assinala Pigafetta, que para fabricação de porcelana branca “o pai enterra para o filho” uma argila para que o mesmo a utilizasse dali a cinquenta anos.

Pigafetta não agiu apenas no imaginário ao cartografar lugares que deixaram de ser anecúmenos. E, é justamente através da justaposição entre fantasia, imaginação e realidade, que pela primeira vez, ele relacionou, comparou, criou e inventou. Não foi só em relação a si, mas em relação ao outro e ao mundo ao redor. De sua narrativa também podemos, por um breve instante, imaginar o que ele teria deixado de lado, aquilo que viu, sentiu e não descreveu.

As relações personalistas transparecem no texto de Pigafetta. Sem os enlaces entre a coroa, o clero e o próprio narrador a viagem e os privilégios não seriam possíveis. Em troca de concessões ele elaborou algo que pudesse ser útil, prazeroso e, ao mesmo tempo, vital ao empreendimento espanhol no Oriente. A autocensura era intencional, via-se nela uma necessidade porque estava vinculada às relações de cumplicidade e subserviência. Por isso o desejo em não ser prolixo e não enfastiar os leitores-financiadores de sua epopeia. As relações entre memória, imaginação e oralidade são claras. Ele procurou assegurar “por seus próprios olhos a veracidade de tudo que lhe contavam, para depois, contar aos outros, suas viagens”. Por si só a expressão evidencia o desejo de ser reconhecido e lembrado por suas façanhas. Como a viagem buscava caminho alternativo à rota portuguesa, uma vez que vigorava o Tratado de Tordesilhas (1494), o contato com o exótico propiciava à sua imaginação a oportunidade para buscar na memória individual e coletiva dos europeus, referenciais comparativos que pudessem preencher os vazios daquilo que era incompreensível.

Para nós, o sentimento é o de perda, pois a arrogância e a desconsideração ao outro nos destituiu de informações e conhecimento precioso, os quais foram destruídos ao longo da história.

Curiosa é a transformação da figura do narrador ao longo da trama. Além de presenciar acontecimentos ele os protagoniza. Ao colocar-se em perigo nas águas do Pacífico parece dizer aos leitores que se não fosse o milagre da intercessão de Virgem Maria em seu favor, salvando-o, sua narrativa inexistiria. Em outro episódio foi incumbido de acompanhar o rei de Sri Lanka em suas ilhas, estabelecer contatos por intermédio do escravo-intérprete Enrique, oriundo de Sumatra, e registrar todas as informações possíveis a fim de obter vantagens estratégicas. É claro que o papel que ele desempenhou nesse processo foi secundário. Ele era apenas uma peça no intrincado jogo de dominação em escala global. A estratégia era clara: conhecer e conquistar. Seus símbolos foram a cruz, a espada e o canhão. Acrescenta-se ainda o mapeamento linguístico. Os verdadeiros interesses se escondiam sob o manto do poder secular e religioso. No texto se percebe que a todo custo se disfarça a cobiça que se tornava cada vez mais generalizada entre os navegantes: “o ouro abunda, como provam os acontecimentos de que fui testemunha”. Neste caso, a oralidade por si só não tinha valor, pois ela deveria transpor seus limites e figurar no documento escrito que atestava a verdade através de provas. Temos aí, pelo menos, um ponto de convergência entre história, memória e oralidade.

Depois de confessar que os insulares valiam menos do que ouro, Fernão de Magalhães foi vitimado por uma flecha envenenada na batalha de Mactán. Ele pereceu por vários motivos, mas principalmente pela teimosia e imprudência. Desobedeceu as instruções da corte espanhola e negligenciou a resistência dos nativos, bem como os conflitos locais entre os chefes Zula e Cilapulapu. O fator decisivo foi a desvantagem numérica, pois Magalhães colocou em confronto, em ambiente não usual, quarenta e nove espanhóis contra mil e quinhentos ilhéus dissidentes. Não restou outra coisa ao narrador senão enaltecer seu comandante e reclamar seu corpo que virou troféu para os vencedores: “assim morreu nosso guia, nossa luz, nosso sustentáculo”, diz Pigafetta. Essas expressões *post-mortem* se reportam a uma memória coletiva ancestral em que se reconhecem os ideais de cavalaria e da tradição religiosa. A memória de Magalhães deveria ser cultuada por intermédio de seus restos mortais, dos quais sua alma se libertaria. Eis aí a importância do imaginário social no calor dos acontecimentos. Por outro lado, as subjetividades se irradiaram em todas as direções. A conspiração do escravo-intérprete Enrique e do rei Zula não evidencia ressentimentos recíprocos e generalizados? Basta citarmos os exemplos de Juan Serrano (espanhol), que capturado em batalha e prestes a morrer manifesta este sentimento a Odoardo Barbosa (português), que não atende seus apelos de socorro; o escravo Enrique não tinha todos os motivos do mundo para manifestar seu ódio ao navegante Odoardo Barbosa?

Pigafetta nos mostra a dualidade dos objetivos da viagem ao Oriente: “de Sevilha

fui a Valladolid, onde presenteei à sacra majestade de D. Carlos V, nem com ouro nem com prata, mas algo bem mais grato a seus olhos. Ofereci-lhes, entre outras coisas, um livro escrito de minha mão em que, dia, por dia, assinalei tudo o que aconteceu em nossa viagem”. E, de fato, aquilo valia mais do que o ouro que se desejava. Significava um avanço enorme em termos de dominação territorial. Procurava-se demonstrar, equivocadamente, que as “ilhas das especiarias” se localizavam no meridiano espanhol. Somente com o Tratado de Zaragoza (1529) a Espanha renunciou aos direitos sobre essas ilhas, mas a um custo de trezentos e cinquenta mil ducados em ouro para os portugueses. Mas, afinal de contas, por que Pigafetta insistiu em sublinhar a impertinência portuguesa? Era uma tentativa de reabilitar Magalhães frente às recomendações de Carlos V? Tratava-se de evidenciar a fidelidade de ambos aos interesses espanhóis? O testemunho de Pedro Alfonso de Lorosa é indispensável para pensarmos as dimensões coletivas e individuais da memória e do testemunho: “os portugueses efetivamente haviam se estabelecido ali há dez anos, mas que guardavam o mais profundo segredo sobre o descobrimento destas ilhas”. Através dele o narrador confirma não só o ressentimento do rei Manoel I dirigido à Magalhães, mas também a existência de medidas para conter os avanços espanhóis naquela região do mundo, rechaçando-os. Entre elas estavam as expedições de Diego de Sichea e de Francisco de Faria, as quais não foram exitosas. A primeira se desencontrou de Magalhães nas proximidades do “país dos canibais” e, a segunda encontrou dificuldades em navegar. Note-se também a fragilidade nas relações entre insulares portugueses e espanhóis. Para onde quer que se olhe estavam presentes sequestros, envenenamentos, emboscadas e desconfiança. Veja-se, por exemplo, o episódio da morte de Francisco Serrano e o suborno de Juan Carvajo, que teria libertado indevidamente um prisioneiro de guerra, indispensável para uma barganha. A narrativa revolve as motivações da renúncia de Magalhães à coroa Portuguesa e os vínculos sociais e familiares com Diogo de Barbosa, os quais lhe abriram as portas para a Casa de Contratação e negociações com o rei Carlos I, da Espanha. Desta maneira, Pigafetta não poderia terminar seu diário sem destacar o heroísmo dos navegantes que enaltecera a pátria, servindo-a com zelo e com o próprio sangue. É claro que podemos chegar a várias conclusões sobre a narrativa de Pigafetta, uma vez que ele trabalhou como o real e o verossímil, com a imaginação e a oralidade, com a fantasia e a realidade. Em nosso ponto de vista, reiteramos o enfoque da extravagância e da exclusão, uma vez que o outro foi definido por referentes que se julgaram os mais próprios.

ENSAIO E TEMPORALIDADE

As relações entre ensaio e temporalidade são no mínimo curiosas e instigantes. Abrangem duas dimensões distintas: a do gênero literário, que se refere à ação informal de pensar, tal como fez inicialmente Michel de Montaigne (1533-1592) e, à

narrativa adotada pelo historicismo relativista, a exemplo de Jacob Burckhardt (1818-1897). No âmbito das filosofias hispano-americana e luso-brasileira, entendemos que tais premissas, sobrepostas e contraditórias, constituem-se como “locus” privilegiado de análise sobre a América e o ser americano.

O ensaio é entendido como uma filosofia da história, principalmente porque coloca em discussão a ideia de nação, nacionalidade, identidade e integração nacional, os quais se vinculam aos aspectos políticos, econômicos e culturais. E, de fato, o gênero ensaio não é muito valorizado pelos historiadores, que tendem a considerar mais os procedimentos relacionados à teoria da história e historiografia. E por acaso o espaço, a territorialidade, o arquivo, a historiografia nacional, a identidade e a celebração não dizem respeito aos vínculos dos sujeitos com uma construção histórica, social, política e cultural? O ensaio não é, simultaneamente, objeto de investigação do historiador e uma possibilidade de narrar uma versão dos acontecimentos? Por outro lado, a crítica literária não vê neste gênero um importante veículo de contraposição às historiografias nacionais?

Para Maíz se destacaram duas linhas de pensamento sobre o tempo e espaço, as quais confrontam os ideais de felicidade e progresso aos de desilusão e desencanto. Neste sentido, a figura do intelectual se acentuou durante os períodos de crise, tanto no século XIX, que trazia consigo a ambiguidade da *Belle époque* e do *fin de siècle*, quanto nas primeiras décadas do século XX, marcadas por guerras mundiais, crises econômicas, entreguerras (Guerra Civil Espanhola, franquismo), etc. Aos filósofos da história hispano-americana e luso-brasileira se impunha a necessidade interpretar o impacto destes acontecimentos em seus respectivos países e suplantar as interpretações anteriores.

As interpretações da realidade latino-americana, fundamentadas, em geral, na cultura alemã, eram distintas: ora se entendia que ela ensejava o progresso, ora ela era vista como objeto de uma invenção discursiva que deturpava a realidade. Assim, a simultaneidade temporal, isto é, a relação entre “o passado (tempo da memória), o presente (tempo da visão ou da intuição), e o futuro (o tempo da espera)”, mudou a noção de tempo, possibilitando o questionamento dos ideais de progresso, ação política, de destino da América Latina, bem como sua relação com a espacialidade (MAÍZ: 2014, p. 4).

É pertinente questionar as consequências destes desajustes, uma vez que a realidade americana era bem diferente daquela que era descrita. Sem dúvida, a inquirição de Maíz é acertada, na medida em que, os embates provocaram mal estar entre os intelectuais, mediante a recusa em aceitar teses não condizentes com a realidade. A reescrita da história pelo viés ensaístico resultou num revisionismo mais próximo do real, pois à margem das esferas de poder, podia-se denunciar os problemas políticos e sociais dos países latino-americanos. As noções de tempo e espaço eram fundamentais à sua constituição. A título de exemplo, destacamos algumas destas divergências, delineadas por Maíz: o futuro político continental em gestação de

Carpentier - Cuba; a contraposição ao tempo capitalista norte-americano (o tempo enquanto espera) pelo tempo de maturação (o ser alguém) da América Latina, de Alberto Buela - Argentina; a história como fatalidade e tragédia para os indígenas, seu estranhamento à ideia de progresso, de Mariano Picón-Salas - Venezuela; o desajuste entre o espanhol e o espaço americano, e, depois, a ininteligibilidade à ideia de progresso, a América enquanto criação da Europa, de Pietri - Venezuela; a condescendência com a cultura europeia e a percepção de que a América Latina seria a fronteira Ocidental da Europa, em Reyes - México, entre outros.

Pode-se concluir que a natureza dos ensaios sobre a temporalidade latino-americana permite pensarmos as relações entre o imaginário e o simbólico: “o hispanismo, ou o hispano-americanismo como única trilha de trânsito em certos ensaios abriu sérias dúvidas sobre a viabilidade de se alcançar a harmonia no desenho simbólico das nações” (Maíz: 2014, p. 7). De um lado, a projeção imaginária da nação e da identidade, de outro, a real significação deste processo entre os entes nacionais. A existência de paradigmas rivais funde em sua matriz, o mesmo objeto: “afinal de contas, a presença do mito não faz senão colocar em evidência a irrealização do presente, um mal estar que motiva o revisionismo histórico. A ensaística em torno do tema histórico, mais do que seu valor científico, merece ser revista pelos sentidos históricos que esconde” (MAÍZ: 2014, p. 9).

Como ver a si mesmo e os outros nas Américas? Os modelos discursivos e visuais podem nos dar uma ideia de como a nação e a nacionalidade foram elaboradas. Na perspectiva de Maíz, a representação da nacionalidade e da identidade se dá pela junção dos discursos, das imagens, do imaginário e da celebração. Isto significa dizer que é perfeitamente possível refletir sobre uma tipologia das representações e das imagens em torno da América e do ser americano: “assim, parece clara a fecundidade dos enlaces entre história, natureza e modos de ver para descrever núcleos representativos da nacionalidade nos textos ensaísticos hispano-americanos, um dos propósitos deste trabalho” (MAÍZ: 2014, p. 2b).

Afinal de contas, quais imagens são frutos de enaltecimento e de desprezo? Quais são os caminhos e descaminhos destas representações? Os elementos naturais sempre desempenharam um papel essencial no desenvolvimento da humanidade. E, desde a conquista da América, considerou-se mais o ambiente do que seus habitantes. Tal afirmação requer atenção, pois devermos considerar os fluxos e refluxos conceituais (MAÍZ: 2014, p.7b). Logo, percebem-se as contraditoriedades, a ausência da alteridade em relação ao conquistado, e vice-versa. O europeu valorizou o mar, o nativo americano a montanha (Arciniegas). Depois da revolução nas Américas, o olhar se voltou para a água (Padilha). É claro que os referentes físicos são objetos de mitificação e, arbitrariamente eles definem, em termos políticos, as relações sociais internas e externas. De qualquer maneira, existem inúmeras correspondências entre a representação da natureza e a constituição do ser latino-americano. Além do discurso, a pintura, trouxe como referentes à imagem política da nação (Rugendas), além de

sensibilidades, como por exemplo, a melancolia quando a natureza parecia se revoltar através de tempestades, abalos sísmicos e vulcanismo (Guillén).

Da mesma maneira, a dimensão social e política na interpretação visual das Américas deveria considerar melhor a valorização humana. A paisagem americana pode ser considerada como uma miragem, sobretudo a da América Central, que induz a perceber a felicidade na natureza. Mas esta mesma natureza não revela suas imposições aos homens, tão pouco pode se vislumbrar nela as atrocidades cometidas durante os confrontos humanos (Ugarte). São significativas as reflexões de Maíz sobre os ensaístas Rojas e Padilha. Nas novas repúblicas latino-americanas os embates entre os referentes ar e mar demonstraram instabilidades formativas em torno da utopia, seguida de desencanto com a realidade. Em Rojas (Cuba), a distinção entre os revolucionários e conservadores contribuiu decisivamente para mapear marcos ideológico-políticos sobre as questões étnicas, econômicas e culturais. E, de fato, produziram-se ideias disformes acerca do desenvolvimento econômico e social das nações latino-americanas, tanto pelo anti-imperialismo quanto pelo seu oposto, o nacionalismo continental de vertente romântica. A metáfora aérea serve muito bem para definir a falta de sustentação no desenvolvimento das nações e do sentido de identidade, as quais oscilaram ao sabor dos ventos, isto é, das circunstâncias. Por outro lado, a oposição entre as correntes telúricas e aquáticas é vista por Padilha como signo político da nacionalidade. Nas Américas, a presença da massa líquida transformou a ilha em metáfora de isolamento. Assim, predominava o arquipélago de solidão entre mexicanos e cubanos, sendo o naufrágio um paradigma a ser superado. Em outros termos, as culturas europeias fizeram do mar sua ponta de lança, enquanto os latino-americanos viam nele um obstáculo, mais do que ambiente de cumplicidade. Neste sentido, é necessária a busca pelas origens para identificarmos os desenlaces ensaísticos e seus efeitos, ontem e hoje, bem como o desafio de “descobrir outros sentidos de religação” com o passado latino-americano, pois “do sopro pessimista destes ensaios recentes é provável que saiam novas respostas” (Maíz: 2014, p. 14b).

Nesta mesma direção podemos acrescentar as reflexões de Sacoto (1993). Isto porque elas estão alinhadas às de Maíz no que tange o objeto de interesse comum, o ensaio. De um lado, valoriza-se o papel discursivo-imagético na formação da identidade e da nacionalidade e, de outro, o discurso ensaístico é interpretado como elemento de disseminação da ideia fracasso nas sociedades latino-americanas.

É consensual o fato de o gênero literário ensaio ser a manifestação do olhar crítico, libertário e informal. E, neste sentido, a realidade americana foi vista de distintos ângulos, embora que “em alguns casos chega à polarização” (SACOTO: 1993, p.57). No entanto, a dúvida que atormenta o ensaísta e crítico literário equatoriano é a legitimidade discursiva. Daí seu questionamento às normalizações que fundamentam uma busca pelos princípios de verdade nos referidos discursos: quem tem razão, otimistas ou pessimistas? De antemão, consideradas as devidas dimensões históricas, culturais, políticas e sociais que envolvem cada sentença, pode-se dizer que, cada

versão possui um princípio de verdade, exceto aquelas que pregam o domínio, a degeneração e a detração do outro. Neste caso, o maior desafio, apontado por Sacoto, é o da sobreposição de ideias e de maneiras de ser, as quais derivam da existência outra.

A reavaliação das versões do sucesso e do fracasso da América e do ser americano exige a constituição de espaço privilegiado de reflexão, que é, de qualquer maneira, panorâmica, limitada e provisória. O pessimismo comparativo (entre Estados Unidos e América Latina), de Carlos Rangel, reveste-se em princípio de competência (já que no sistema capitalista, uns ganham à custa dos outros), de Eduardo Galeano, ou, por outro lado, o modelo de luta pela liberdade dos Estados Unidos, transforma-se em símbolo da perversão e da ganância (Leopoldo Zea). As formas de interpretar a América hispânica são abundantes: Borges, filosofia; Ariátegui, materialismo dialético; Alfonso Reys, esteticismo; Gonzales Prada, anarquismo; Pedro Henrique Ureña, humanismo; Alberdi, regionalismo; Sarmiento, derrotismo; Martí, americanismo; Bolívar, filosofia.

Mais deprimente do que qualquer coisa foi o tratamento conferido às populações autóctones. O desenvolvimento das nações americanas teve como elemento de segregação a pureza racial. Assim, o índio foi considerado um ser inferior, um entrave ao avanço civilizacional (Sarmiento, Echeverría, Mitre e Alberdi). Em alguns casos, como no da Argentina, ele servia apenas como mão-de-obra. Daí a humilhação, a expropriação da terra em detrimento do imigrante. Em contrapartida, o índio é compreendido como semelhante, que sofreu desde a conquista. Não é um empecilho, ao contrário é o elemento essencial do solo nutridor da hispano-américa (Martí): “se Sarmiento acredita que a solução para os problemas do país estava em sua europeização, Martí vê o porvir da América no desenvolvimento das capacidades imanentes do índio” (SACOTO: 1993, p. 58). Grosso modo, trata-se do embate entre o humanismo e o industrialismo. Os olhares enviesados também se manifestaram em relação ao espanhol. Sua figura é representada pelo ser imoral, trapaceiro, ganancioso, que serve de referencial à nacionalidade exaltada (Sarmiento). Apesar dos atropelos da conquista, dos vícios, da preguiça e do orgulho, não faltaram elogios ao legado cultural hispânico (Montalvo).

A constatação de Sacoto é a de que, no século XIX, o ensaio serviu a uma série de inferências, pois “relaciona, contrapõe, corrige analisa, enumera divergências nas formas de pensar”. Isto leva este autor a contextualizar a história americana e europeia para explicar o que supõe ser a história de um fracasso. Entra em cena a comparação entre a América Latina e os Estados Unidos. Como explicar que a primigênia de cidades, universidades e imprensa não significava uma vantagem competitiva? Não era vantagem ter grande contingente populacional se as oportunidades se restringiam a poucos. As explicações para as defasagens crônicas, isto é, a ausência de realizações, desempenho e planejamento emanavam do positivismo, do arielismo (de José Enrique Rodó), as quais se amparavam nos princípios científicos da época.

A primeira linhagem explicativa confere o atraso à miscibilidade entre povos, pois se considerava que estava presente “[...] o conceito de superioridade ou inferioridade das raças, [...] raças biologicamente superiores e a atitude destas para sobreviver a expensas das inferiores” (SACOTO: 1993, p. 63). Na segunda linha defensiva explicava-se o atraso pela ausência de competência política, econômica e social. Faltava ali, segundo se entendia, o calor cívico. Para Sacoto, estas duas vertentes não forneceram explicações convincentes. Ao contrário, os discursos contraditórios construíram conjuntamente um *locus* utópico permanente. Note-se, por exemplo, seu teor em Vasconcelos, Ureña, Reyes, Salas, Iduarte, Pietri, Cevalos, Garcia, entre outros, que defendem a mestiçagem e refutam o positivismo. Sacoto levanta uma questão importante, a busca do ser e da identidade latino-americana está longe de se concretizar. As respostas estão em nós mesmos e não apenas nos outros. E, de fato, não podemos falar da exclusividade do fracasso se considerarmos a ambiguidade das relações humanas. Uma das explicações, diante de tantas outras, é a própria história, que se revela através de ensaios. Este é o desafio proposto pelo autor, entender o ensaio como chave para desentranhar o ser, “caso contrário estaríamos lutando contra fantasmas” (SACOTO: 1993, p. 67).

Em relação aos textos aqui comentados podemos acrescentar, pelo menos, duas considerações. Os processos presentes na América hispânica ocorreram de forma correlata no Brasil. É claro que sob outras circunstâncias, contexto e influências culturais. Veja-se que, no início do século XX, Affonso Celso (Por que me ufano do meu país, 1900) entendia que os problemas políticos e econômicos do Brasil eram resolvidos pela integração nacional, pela natureza, pela mestiçagem e pela história, que valorizava a matriz lusitana; seu maior símbolo repousava no bandeirante (sertanista) de São Paulo, que abria as fronteiras brasileiras e “amansava” os índios. Contudo, para Paulo Prado (Retratos do Brasil, 1928) a história brasileira tinha como legado histórico a perversão, pois suas bases se assentaram nos prazeres carnavais (português-índia-negra), na ambição pelo ouro (na extinção de comunidades indígenas), e na amargura. Neste caso, o ressentimento entre os brasileiros também era uma forma de reação às injustiças sociais. Holanda (Raízes do Brasil, 1936), por sua vez, desmistificou o sentimento de cordialidade entre os brasileiros, demonstrando que a democracia brasileira era um mal entendido, pois desde a colonização, a associação entre as esferas pública e privada impediu o desenvolvimento nacional. Por fim, Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala, 1933) destaca que, em termos psíquicos, sociais e históricos, a sociedade brasileira resultou do equilíbrio de antagonismos. O resultado foi a adaptabilidade do brasileiro às inúmeras circunstâncias que lhe eram adversas, como por exemplo, a manipulação afetiva da linguagem pela mulata dentro da casa grande.¹ Com Marlyze Meyer (2001, p. 20) aprendemos uma outra história do Brasil. No século XIX, enquanto a história trabalhava o nacional sob o viés ficcional,

¹ Ver texto encaminhado ao fórum Memória, Archivo y Testimonio: Kobelinski, M. Las raíces históricas y sociales del ufanismo y de resentimiento em Brasil.

a literatura revelava o Brasil concreto. Pelas letras, o paraíso se transformou em seu oposto: “desde as origens, portanto, um hiato entre o Brasil que se vai descobrindo pela palavra escrita e o Brasil tal como se vai estruturando no concreto. Ao mesmo tempo que vai desenrolando a descoberta retórica, o verdadeiro país vai-se configurando: evangelização a ferro e a fogo, ocupação violenta do solo; medo e exorcismo diante da natureza que vira de cabeça para baixo o ciclo sazonal já domesticado na Europa; estruturação da propriedade, da família, do poder, latifúndio, homens dispersos, cana, minas, escravidão”.

Em segundo lugar, cabe-nos fazer um comentário sobre a rápida alusão de Sacoto (1993, p. 57) à obra “A invenção da América”, de O’Gorman. O texto é pessimista, porém destaca o papel do mito na narrativa, na qual surge a figura do piloto anônimo. A obra analisa fatos e estruturas de pensamento de Colombo, e como tal pensamento contribuiu para sua jornada à América. Devemos ter em mente que aquele navegador viveu num período de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Logo o pensamento religioso, que era predominante, levou Colombo a tirar suas próprias conclusões acerca da navegação e das terras desconhecidas. Destrinchar discursos foi o que fez O’Gorman: “Será mesmo que Colombo descobriu ou acabou reencontrando a América?” A partir desse enfoque o autor prende o leitor numa narrativa de cunho histórico-filosófico, que coloca em maus lençóis a historiografia tradicional. A América não era fruto de uma descoberta, mas de uma invenção. Seres humanos já a ocupavam desde os tempos imemoriais. A América era uma imposição dos ideais hispânicos e, portanto, sua natureza e sua gente deveriam se adequar e se submeter.

Podemos dizer ainda que os conceitos de tempo, escrita e fracasso são entendidos por Maíz e Sacoto como plurais. E se eles são multifacetados, contrapostos e ofuscantes à compreensão é preciso buscar seu sentido e historicidade. Neste caso, a literatura e a crítica literária são ferramentas imprescindíveis, pois permitem pensar sujeitos, ideias e conceitos. É deste emaranhado de princípios de realidade e ficção que se construiu uma tênue ideia da formação dos seres latino-americanos e de suas nações.

Podemos constatar que as possibilidades de refletir as relações entre História, memória, imaginação e oralidade são extraordinárias. Por isso a necessidade de verificar seu alcance e desdobramento para que não fiquemos ilhados com narrativas que pensamos ser outra. Há que se levar em conta que nossa existência depende da interação social. Alguns exemplos aqui delineados pelas narrativas tocam nos temas da intolerância e da indiferença, os quais precisam ser mais bem esmiuçados. Eles se inscrevem nos mecanismos mentais que predominaram em determinada época. Não podemos revertê-los, mas é possível reinterpretá-los à luz da história e da literatura. No mínimo, pode-se vislumbrar o horizonte do vir a ser, o de um mundo melhor, apesar da distância que nos separa da realidade.

REFERÊNCIAS

Campoy, Emiliano Matías (2014). “Memoria, imaginación, oralidade”. In: Memória, archivo y testimonio: Perspectivas actuales de nuestro pasado latinoamericano Mendoza, UNCUYO.

CELSO, Affonso de A. F. **Por que me ufano do meu país: right or wrong, my country**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1943.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: introdução à sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAÍZ, Claudio. Ensayo y temporalidad. In: **MEMORIA, ARCHIVO Y TESTIMONIO: Perspectivas actuales de nuestro pasado latino-americano (Curso de pós-graduação em Letras)**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2014, p. 1-15.

MAÍZ, Claudio. *La historia en el ensayo de la historia. Complejas conexiones entre tempo y escritura. S.l., s.d.; Antonio Sacoto. El ensayo hispanoamericano y la supuesta historia de un fracaso*, Kipus, Revista Andina de Letras, n. 1, 1993: 55-67.

MÁRQUEZ, Gabriel García (1982). “La soledad de América Latina”.

MEYER, Marlize. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Pigafetta, Antonio (2012). “Primer viaje alrededor del globo. La crónica en vivo de la expedición Magallanes-Elcano (1519-1522)”. Sevilha, Fundación Civilliter.

PRADO, Paulo. **Província & nação**. Paulística. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

SACOTO, Antonio. El ensayo hispanoamericano y la supuesta historia de un fracaso”, **Kipus, Revista Andina de Letras**, n. 1, 1993: 55-67.

Santiago Villa Chiappe. “En torno al Caribe: Arciniegas y Benítez Rojo”, *Historia Crítica*, n. 29, enero-junio 2005.

“La diversidad del pasado” de Rafael Rojas. En: Rafael Rojas. *La máquina del olvido. Mito, historia y poder en Cuba*. Madrid: Taurus, 2012.

Antonio Sacoto. “El ensayo hispanoamericano y la supuesta historia de un fracaso”, *Kipus, Revista Andina de Letras*, n. 1, 1993: 55-67.]

Iván de la Nuez. *El mapa de sal. Un postcomunista en el paisaje global*. Cáceres: Editorial Periférica, 2010.

Iván de la Nuez. *Fantasia roja. Los intelectuales de izquierda y la revolución cubana*. Barcelona: Debate, 2006.

Román de la Campa. “Latinoamérica y sus nuevos cartógrafos: discurso poscolonial, diásporas intelectuales y enunciación fronteriza”, *Revista Iberoamericana*. Vol. LXII, Nums. 176-177, Julio-Diciembre 1996: 697-717.

MARIA GRAHAM: A POLISSÊMICA NARRATIVA DA ESCRITORA INGLESA, SOBRE OS BRASIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS

Data de submissão: 26/11/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Denise Maria Couto Gomes Porto

Mestre em História pelo PPGH- Universidade
Salgado de Oliveira
Niterói- RJ

<http://lattes.cnpq.br/2286396351778012>

RESUMO: A narrativa plural da escritora inglesa Maria Graham (1785-1842), manifesta nas sensíveis textualidades das fontes *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1990), e *Escorço Biográfico de Dom Pedro I* (1997), é investigada nesse artigo, compreendendo o recorte temporal entre os anos de 1821 a 1825. Como ativa observadora social, tanto quanto, protagonista em importantes diálogos diplomáticos, a exemplo de sua participação na Confederação do Equador, pressupomos que a autora construiu a escrita, consciente da importância histórica das turbulências políticas e sociais vivenciadas por ela naqueles dias. A partir desta premissa, inferimos que isso forjaria a originalidade de uma narrativa genuinamente autoral. Evidenciamos, para tanto, que durante o ato de construção da escrita, a autora teceu interpretações próprias sobre as realidades observadas, mesclando continuamente as peculiaridades nativas, aos seus referenciais

culturais europeus. Quando chegou à América Portuguesa, aos 36 anos, Mrs. Graham já era famosa na Inglaterra por ser autora de quatro livros publicados nos gêneros de Literatura de Viagem e de Memória, além de notável pintora. Entendemos, que a relevância deste estudo dar-se-á por sua pertinência no campo das abordagens investigativas e interpretativas da historiografia contemporânea, acerca da contribuição das mulheres viajantes nos diversos processos de transferências de mentalidades e das práticas socioculturais no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Graham; Escritora; Viajante; Mulher; Brasil.

MARIA GRAHAM: THE POLYSEMIC NARRATIVE OF THE ENGLISH WRITER, ABOUT THE BRAZILS OF THE FIRST DECADES OF THE EIGHTIES

ABSTRACT: The plural narrative of the English writer Maria Graham (1785-1842), manifested in the sensitive textualities of the sources *Journal of a Voyage to Brazil* (1990), and *Dom Pedro I Biographical Foreshortening* (1997), is investigated in this article, comprising the timeframe between 1821 and 1825. As an active social observer, as well as a protagonist in several important diplomatic dialogues, such as her participation in the Confederação of Ecuador, we assume that the author built writing,

aware of the historical importance of political turmoil and experienced by her in those days. From this premise, we infer that this would forge the originality of a genuinely authorial narrative. Thus, during the construction of writing, the author made her own interpretations of the observed realities, continually mixing the native peculiarities with their European cultural references. When she arrived in Portuguese America at the age of 36, Mrs. Graham was already famous in England for being the author of four books published in the Travel and Memory Literature genres, as well as a noted painter. We understand that, the relevance of this study, will be due to the relevance in the field of investigative and interpretative approaches of contemporary historiography, about the contribution of female travelers, in the various processes of mentality transfer and sociocultural practices in the nineteenth century.

KEYWORDS: Maria Graham; Writer: Traveler; woman; Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Na Europa, o século XIX foi marcado por grandes transformações sociais, culturais e econômicas,¹ em parte possibilitadas pelas conquistas científicas advindas do Século das Luzes. Era um tempo em que o mundo se espalhava por novos continentes para além dos horizontes marítimos conhecidos. Os reinos europeus enviavam expedições científicas e acadêmicas às Américas, ávidos por protagonizar a vanguarda nas descobertas por recursos minerais, botânicos e animais, que lhes consolidassem um lugar no pódio político das potências comerciais² e culturais. Desde então, viajantes homens e mulheres, tornaram-se importantes atores históricos. Desenharam e escreveram sobre seus testemunhos e descobertas no novo mundo tropical, legando aos futuros historiadores e pesquisadores das terras visitadas, valiosos acervos documentais, para que estrangeiros conhecessem o Brasil. Seus relatos, muitos deles em forma de diários e registros iconográficos, transformaram-se em fontes documentais preciosas pelo detalhamento e riqueza das informações neles contidas.

Ajudando-nos a entender a lógica da mentalidade social daquele momento, tais documentos fundamentam as pesquisas sobre as transferências culturais estabelecidas, ocasionadas em grande medida, pelas práticas do cientificismo

1 Segundo René Rémond, “As transformações mais visíveis, talvez também as mais decisivas, que afetam o século XIX, suas estruturas e seus ritmos, decorrem da economia, e estão ligadas à revolução industrial, à floração de invenções que, de repente, aumentam o poder do homem sobre a matéria, às maquinarias e à sua aplicação na produção. Essa revolução técnica suscita novas formas de atividade profissional, modifica as condições de trabalho, dá origem [...] a novos tipos sociais”. (RÉMOND, 1974, p.53)

2 Mirian Moreira Leite informa que “É possível estabelecer uma correlação entre o número de viajantes provenientes das diversas procedências e o predomínio industrial desses locais de origem, no comércio internacional[...]Na esfera dos viajantes, essas tendências se refletiram no número de oficiais da marinha, diplomatas, cientistas, missionários e comerciantes[...]O número de viajantes ingleses foi maior, seguido pelos franceses, americanos e os de língua alemã[...]Embora em número mais reduzido, houve russos, dinamarqueses, suecos, belgas e italianos, procedentes de economias em expansão, através do comércio e da abertura de um novo conhecimento do globo”. (LEITE, 1993, p.28.)

Iluminista e do liberalismo econômico, que vieram na bagagem cultural do enorme contingente de estrangeiros, naquelas primeiras décadas do oitocentos, sobretudo de ingleses. (LEITE, 1993, p.28).

Deste universo predominantemente masculino, onde poucas mulheres estão representadas, privilegiamos dar voz a escritora e pintora inglesa Maria Graham (1785-1842), que esteve no Brasil de setembro de 1821 a outubro de 1825. Como testemunha ocular dos fatos narrados durante suas três estadas no Brasil, a saber, nos anos de 1821, 1823 e 1824, respectivamente, Maria Graham legou-nos vasta documentação textual e iconográfica, onde estão registrados importantes aspectos relativos aos cenários políticos, sociais, paisagísticos e botânicos do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Seus depoimentos, tornaram-se importantes fontes primárias, para a compreensão da história social e cultural, daqueles turbulentos anos decorridos do processo de Independência do Império do Brasil.

A escritora avistou pela primeira vez as terras brasileiras em 1821, à altura da costa de Pernambuco. Como esposa do Capitão do navio, ela viera na tripulação tendo a função de ser a professora dos jovens Guarda-Marinha, candidatos a futuros oficiais ingleses, que realizavam uma longa viagem de instrução rumo à América do Sul, cujo destino final, seria a cidade de Valparaíso no Chile.

Ao longo da leitura das fontes *Diário de Uma Viagem ao Brasil* (1990) e *Esborço Biográfico de D. Pedro I*, (1997) evidenciamos o pioneirismo feminino da autora, pela dimensão que a análise sobre certas questões pertinentes às contendas revolucionárias em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, entre os anos de 1821 a 1824, ocupou em sua escrita. Maria Graham testemunhou pessoalmente algumas das principais revoltas dos tumultuados anos da consolidação da Independência do Brasil, tais como a Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821 e, dois anos depois, em 1824, a Confederação do Equador. Nessas duas revoltas, cujas distintas motivações e especificidades, tornaram-nas extremamente críticas para a manutenção da autoridade centralizadora do governo Imperial, a escritora mediou como porta voz oficial, algumas das tratativas conciliadoras entre chefes rebeldes pernambucanos, e o governo imperial de D. Pedro I.

Seus depoimentos relativos às duas sobreditas rebeliões, no que tangem tanto às reivindicações dos insurgentes, quanto as reações repressoras por parte do governo do Rio de Janeiro, são hoje valiosas fontes primárias, para a compreensão da história daqueles turbulentos anos, decorridos do processo de Independência do Brasil.

Ainda que envolta numa densa atmosfera revolucionária, Maria Graham descreveu o conflituoso cenário político brasileiro, contrapondo-o, contudo, a uma interpretação crítica e sensível do contexto social, do novo império em ascensão. Logo no Prefácio do seu *Diário* (1990), Maria Graham ao declarar sua profissão de fé como escritora, evidenciou a expectativa que nutria quanto à relevância de seus escritos para os estudiosos da nossa História:

Não é com pequena ansiedade que este Diário é lançado ao mundo. Espero que desperte interesse pelo país, tornando-o mais bem conhecido. Talvez tenha a autora sobre-estimado sua capacidade, ao tentar fixar o curso de um acontecimento tão importante como a emancipação de tamanho império do domínio da mãe-pátria. [...]. Irrompeu então a luta, parte da qual teve a autora oportunidade de testemunhar e a respeito da qual pôde colidir com alguns dados, que poderão servir no futuro como fontes para a História. Confia ela em que, se toda a verdade não for encontrada em suas páginas, não haverá *ali senão a verdade*. (GRAHAM, 1990, p.20-21)

2 | ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A BIOGRAFIA DE MARIA GRAHAM

Nascida em 19 de junho de 1785 em Papcastle, Inglaterra, Maria Graham que desde jovem, revelou acentuado gosto por debates acerca de assuntos pertinentes ao mundo masculino, mormente aos da política, ciências botânicas e sobretudo, aos da literatura de viagem, destacou-se por ser uma representante da modernidade feminina de sua época. Sobre alguns aspectos relevantes da biografia da inglesa Maria Graham, segundo Lacombe (1997, p-11), destacaremos sua identificação com os ideais do liberalismo, tendo ela vivido o momento em que a Inglaterra buscava a hegemonia política e de mercados na América do Sul.

Desde criança revelou Maria Graham inteligência, muita aplicação nos estudos e acentuado interesse pelas narrativas de viagem, informa um de seus biógrafos. Com tais disposições de espírito, recebeu excelente instrução, consolidada pela convivência que mantinha com literatos e artistas, como Rogers, Thomas Campbel, Lawrence e outros, que frequentavam como hóspedes a residência de seu tio Sir David Dundas, em Richmond. [...] de forma diferente da maioria das mulheres de sua época, pode estudar literatura inglesa e do resto da Europa, arte, desenho, filosofia e história natural. [...] esses conhecimentos influenciaram profundamente o olhar de Maria Graham em suas viagens e são muito visíveis em seus escritos. [...] desde muito jovem, participava de conversas e debates sobre os problemas sociais e políticos, algo que se tornava mais frequente para as mulheres, na medida em que estavam ocorrendo transformações profundas na Europa e na América. [...] Maria Graham foi uma adepta das ideias do liberalismo político e econômico, que na sua época eram identificadas como o progresso. (LACOMBE, 1997, p.11)

Em sintonia com a vanguarda intelectual de seu tempo, a inglesa Maria Graham, quando chegou ao Brasil em 1821 com 36 anos, já havia publicado na Inglaterra três Diários de Viagem, além de um livro de memórias. Esta bibliografia ricamente ilustrada com gravuras e aquarelas de sua autoria, foi concebida durante as suas visitas ao continente indiano, nos anos de 1810 e 1813 e posteriormente, ao longo dos três meses enquanto residiu na cidade de Roma em 1819. Sublinhamos que Maria Graham por ser uma escritora mulher, logrou um extraordinário feito à época; o de obter duas de suas publicações reeditadas em segundas edições, como demonstrado a seguir:

Diários de Viagem: *Journal of a residence in India*. Illustrated by engravings. Edinburg: G. Ramsay and Co., 1812, 2ª Edição, 1813; *Letters on India- With etchings and a map*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1814; *Three months passed in the mountains east of Rome during the year 1819*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1820, 2ª edição, 1821.

Memórias: *Memoirs of the Life of Nicholes Poussin*. London, 1820.

3 | A ESCRITORA E O CONTEXTO CULTURAL DE SEU TEMPO

Escritores viajantes tinham como modelo ideal de conhecimento, a observação e apreensão do mundo natural, tanto quanto fosse possível. A aproximação imaginária de territórios tão distantes foi possível, a partir do aumento da circulação na Europa, ainda no final do século XVIII, das edições ilustradas dos relatos de viagens. Tais publicações — diários, cartas e livros de memórias — pertencentes ao gênero de Literatura de Viagem, destinavam-se a ser guias para leitores interessados sobre as especificidades naturais e etnográficas dos novos destinos possíveis. Nesse sentido, Belluzzo (2008, pp.3-4) informa que, “muitas dessas edições fizeram parte da cultura do viajante”, e que eles, quando “chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, poderiam conferir imagens e opiniões, que circularam pela Europa e lhes contrapor fatos da experiência”.

No *Diário de Uma Viagem ao Brasil* (1990), há uma passagem ilustrativa sobre tal questão. Referente a ela, Maria Graham afirma: “se as Histórias dos velhos viajantes sobre a vida no campo dos brasileiros são verdadeiras, a mudança não foi só rápida, mas completa” (1990, p.346). Nessa passagem, a escritora deixou claro para o leitor, que havia lido narrativas de autores viajantes mais antigos e, portanto, podia comparava-as criticamente com o que via na atualidade de seu tempo.

No século XIX, mulheres escritoras, dotadas de densidade literária, tornaram-se audíveis e visíveis. Elas ocuparam lugares anteriormente destinados apenas aos homens nos mercados editoriais. Ganharam presença no universo literário. Com a publicação de *Diários de Viagem*, Maria Graham vivenciou intensamente o contexto cultural que contribuiu para que promissores horizontes comerciais se abrissem sob os novos estilos em ascensão. Do ponto de vista da Inglaterra, esse movimento estava sendo impulsionado por uma perspectiva expansionista, fundamentada em estratégias imperialistas comerciais, políticas e culturais. A procura por livros sobre temas que exaltassem as relações da natureza com a subjetividade do indivíduo foi um indicativo da mudança de mentalidade do público letrado na Europa. Histórias abordando suas fantasias, sonhos, desejos de autoconhecimento, e aventuras extraordinárias à lugares exóticos estimularam a publicação de diários, romances e relatos de viagens. “As novelas, os livros de viagem e as obras sobre História natural tenderam a tomar o lugar dos clássicos nas bibliotecas dos nobres e dos burgueses ricos” (DARNTON, 1992,

p. 206). Em carta à Imperatriz D. Leopoldina, do dia 2 de novembro de 1823, Maria Graham comenta sobre este fenômeno:

Não temos no momento nada de novo na literatura, salvo um pequeno livro de viagens, escrito pelo Capitão Head. Ele fez uma viagem de Buenos Aires ao Chile, pelos pampas e depois pelas montanhas, para visitar as minas de ouro. Há algumas descrições naturais e agradáveis. Nossas livrarias têm uma estranha mania- a de que não se devem publicar livros novos durante o verão. De modo que, salvo as gazetas e jornais periódicos, desde o mês de maio até novembro há mingua de novidades, e depois de novembro até o fim de maio há tantas viagens, romances, histórias e poemas, que ninguém se lembra, na segunda-feira, do que foi publicado no sábado. (GRAHAM, 1990, p53).

A Literatura de Viagem chegou com intensidade ao Oitocentos, e pôs em movimento as emergentes sensibilidades individuais. Caracterizando-se pela ambiguidade de seus textos, Miriam Moreira Leite (1993, p.21), atesta que esta literatura, particulariza-se pela evidência “de um texto manifesto e outro latente”. O texto manifesto, seria aquele em que o viajante narra suas observações objetivas, criando depoimentos explícitos sobre os contextos sociais da terra visitada, nos quais está temporariamente inserido. Já sobre o texto latente, a autora sublinha que “aflora através das indicações biográficas, da profissão, do período, da dedicatória, da temática e da abordagem”. De fato, o texto latente insinua nas entrelinhas, quando percebidos por olhares atentos, as suas submersas significações. A seguir, extraímos exemplos da ambivalência textual na escrita de Maria Graham, características deste gênero literário, como os acima referendados:

Talvez restem ainda demasiadas referências de natureza pessoal, mas o que fica dito é, pelo menos honesto. Se a autora tiver que pagar pessoalmente pela sinceridade sofrerá com satisfação[...]. Trouxe este exemplar de meu diário, com folhas em branco intercaladas, visando dois objetivos: primeiro corrigir a obra, fazendo-lhes úteis informações, e, depois, usá-lo como um jornal de minha segunda viagem ao Brasil. (GRAHAM, 1990, pp.19-400)

Outra característica da Literatura de Viagem, é a preocupação dos viajantes em registrar em desenhos e gravuras, tanto quanto pudessem apreender em suas memórias. Documentaram paisagens, costumes sociais, a etnografia local, a arquitetura, e demais temas que lhes fossem úteis. Maria Graham foi pródiga nos registros iconográficos dos costumes sociais e paisagens brasileiras. A par disso, ela forneceu herborizações para o Dr. William Jackson Homer³, à época Diretor do Jardim Botânico de Kew em Londres, e ao longo do último ano em que esteve no Brasil, contribuiu com aquarelas botânicas para a *Flora Brasiliensis*, do naturalista Von

3 Willian Jackson Hooker. Botânico inglês. Professor de Glasgow de 1815 a 1839; Diretor do Jardim Botânico de Kew da última data em diante. Deixou uma série de importantes trabalhos sobre botânica sistemática e sobre a Flora em diversos países. LACOMBE, Américo Jacobina 1997, p.113 In: GRAHAM, Maria. *Escorço Biográfico de Dom Pedro I*.1997

Martius.⁴ Referente a isso, Américo Jacobina Lacombe notícia que Maria Graham está: “[...] entre os coletores da *Flora Brasiliensis*, com lista de seus trabalhos botânicos e o itinerário de suas herborizações” (1997, p.113). Relativo a estas herborizações e aos seus desenhos botânicos, Maria Graham informa:

Não muito depois de ter instalado minha gente e ter colocado meus livros e minha secretária junto à única janela de vidros da casa, encontrei para mim mesma uma ocupação, para as muitas horas de solidão que previ me aguardarem. Apreciara muito as flores e o esplendor da floresta virgem atrás da minha casa, naturalmente me atraiu. [...] resolvi fazer desenhos de tantas espécies quanto pudesse, obtendo, ao mesmo tempo espécimes secos para o Dr. Hooker, de Glasgow, ainda que não tivesse muitas instalações convenientes, sendo a minha casa muito úmida. (GRAHAM, 1997, p.113)

Os autores viajantes desejavam que no retorno aos seus países de origem, as informações compiladas nos diários e relatos de viagens, pudessem lhes render reconhecimento entre os pares e algum êxito editorial. Os resultados de suas observações eram aguardados nos meios científicos, acadêmicos ou literários. Nessa perspectiva, Belluzzo (2008, p.4) assinala: “os viajantes levaram imagens do Brasil ao horizonte de expectativa do público inglês [...] publicando-as em gravuras, veiculadas em álbuns e livros de viagens”. Condizente a tais objetivos, a própria Maria Graham revela a quem destinava a escrita de seu Diário: “aos meus amigos ingleses, para quem este jornal é escrito” (1990, p.308).

Como exemplo de um dos ofícios dos viajantes, o de documentar iconograficamente a flora e paisagens dos países visitados, há um registro feito em 1824 pelo ex- oficial do Exército Imperial C. Schlichthorst⁵. Nele, o militar narrou o inesperado encontro que teve com Maria Graham, durante um passeio que fizera ao morro de Santa Teresa. Schlichthorst descreveu o momento em que a avistou desenhando a paisagem, imersa na solidão da natureza tropical. O encantamento despertado no grupo e descrito nessa narrativa, faz-nos esboçar um retrato da sensibilidade da escritora, e do próprio autor do texto:

4 Carl Friedrich Philipp von Martius foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudou o Brasil, especialmente a região da Amazônia. Foi seguidor da taxonomia de Lineu. Von Martius chegou ao Brasil em 1817, fazendo parte da comitiva da grã-duquesa austríaca Leopoldina. Acompanhado de Johann Baptist von Spix (1781-1826), recebeu da Academia de Ciências da Baviera, o encargo de pesquisar as províncias mais importantes do Brasil e formar coleções botânicas, zoológicas e mineralógicas. Segundo Luciana de Fátima Candido: “A obra *Reise in Brasilien*, organizada por Carl Fr. Ph. von Martius e Johann B. von Spix, constituiu um dos mais importantes relatos de viagem editados sobre o Brasil. Publicada em 3 volumes (1823, 1828, 1831), foi resultado de quase quatro anos de viagem em que Martius e Spix percorreram o interior do Brasil por cerca de 10.000 KM.[...] A monumental *Flora Brasiliensis* (1840-1906), editada por von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, também foi fruto dessa viagem” (CANDIDO, p.1). Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/83>.

5 Segundo Gustavo Barroso, a obra de C. Schlichthorst: “É uma larga descrição da vida social, política e militar do Rio de Janeiro e do Brasil, com um retrospecto dos acontecimentos ligados à Independência, no começo do século, de 1824 a 1826, feita com talento, cultura e bom gosto literário pelo ex-tenente de Granadeiros Alemães do Exército Imperial [...]” (BARROSO, In: SCHLICHTHORST, C. 2000, p.4.).

Junto à fonte, que, por diversos regos entalhados na rocha, cai quase perpendicularmente da montanha, encontramos uma senhora assentada, esboçando a vista do vale e das serras que emolduram. Confesso que escolheu felicíssima posição, pois dali a vista abrange toda a extensão do vale, com estreita faixa da baía ao fundo e a serra dos Órgãos fechando, ao longe, o horizonte. Soube, por uma pessoa que a acompanhava, tratar-se da conhecida Mistress Graham, a quem o mundo das letras deve esplêndido quadro do estado moral e social do Brasil. Acampamos junto ao tanque de água cristalina, de onde sai o Aqueduto, e comemos o farnel que havíamos trazido. Mistress Graham, que ao contrário de suas conterrâneas, era pouco cerimoniosa e muito franca, nos ofereceu do seu chocolate, que bebia num copo e não numa xícara, acontecimento na verdade inaudito na vida de uma inglesa. Não era mais nova, nem bela, porém sua amabilidade natural conquistou todos os corações. Quando, após algumas horas de descanso, continuamos nosso caminho, nos despedimos da excelente senhora, levando a boa impressão que sempre se tem ao encontrar inesperadamente uma pessoa interessante, quer nos salões da alta roda, quer na profunda solidão duma natureza silvestre. (SCHLICHTHORST, 2000, p.204-205)

O crescimento da Literatura de Viagem, encontrava-se em sincronismo com as propostas da cosmovisão naturalista a partir das jornadas científicas⁶, seguindo os conceitos de Alexander Von Humbold (1769-1859)⁷ e pela ideia da experiência de autoconhecimento, liberdade e progresso intelectual protagonizadas pelo ideal libertário de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Esse estilo literário, alcançou popularidade entre leitores cultos, que inspirados no autor de *O Contrato Social*, puderam associar o fascínio da *Natureza divina da natureza*⁸ a leitura de relatos de viagens. Nas páginas de Maria Graham encontramos diversas referências às tendências intelectuais de seu tempo, dentre elas uma menção a Alexander von Humbold. Ao conhecer o jardim botânico na ilha de Tenerife, durante a travessia atlântica em sua primeira viagem para o Brasil, a escritora documentou: “Vimos o jardim botânico, tão louvado por Humbold; mas está em triste desordem. Esteve mesmo por algum tempo abandonado” (1990, p.111).

Mary Del Priore (2012, p.35) assinala que a associação entre paisagem, natureza e estados de espírito, preconizados por filósofos como Rousseau ou Edmund

6 Podemos exemplificar esta tendência no Brasil do século XIX, nas palavras de Ana Maria Belluzzo: “A visão intelectual e reflexiva engendrada por uma cultura simultaneamente artística e científica, anunciada no século XVI, só se desenvolve plenamente com o projeto enciclopédico, vigorando até as primeiras décadas do século XIX. A formação dos cientistas europeus que se deslocaram em expedições científicas pelo território brasileiro desde o século XVIII, é, em linhas gerais, sustentada por , no mínimo, dois modelos científicos baseados em dados da observação visual, com correspondentes concepções de desenho e pintura[...]tema indissociável da experiência do viajante do século XIX é a paisagem.” BELLUZZO, 1996, p.18.)

7 Miriam Moreira Leite cita que “naturalistas e artistas muitas vezes vieram juntos, integrando expedições científicas que, através de viagens de circunavegação e roteiros mais delimitados, seguiram as pegadas e a orientação de Humbold (1789-1859). Quase todos vieram por recomendação ou estímulo do autor do Cosmos, cuja preocupação com as ciências naturais, abrangia os habitantes dos territórios percorridos e as línguas antigas e modernas que falavam”. (LEITE, 1997, p.18.)

8 Rousseau defendia que o “estado de natureza divina da natureza” seria a condição libertária inata do homem. Sobre o conceito de liberdade humana sustentado pelo filósofo, Luís Saúd interpretou que “O homem realmente livre faz tudo que lhe agrada e convém, basta apenas deter os meios e adquirir força suficiente para realizar os seus desejos”. (SAHD, 2005, p.101)

Burke, inspirou toda uma geração artistas. Poetas, pintores, escritores e músicos, ali encontraram terreno fértil para expressar seus mais profundos estados de melancolia. Nas palavras da autora: “Melancolia: uma indisposição da alma à qual inúmeros homens e mulheres foram confrontados. Artistas e escritores europeus dela deixaram sua descrição”. Ainda sobre o tema, Priore informa: “[...] nessa época, em que o romantismo fazia sua aparição, uma linha de pensadores associava a paisagem e a natureza aos estados d’alma”. Continuando, a autora reforça: “[...] A contemplação de cascatas, florestas e rios era incentivada. Tais formas da natureza eram consideradas exemplos sublimes, capazes de criar um sentimento melancólico muito poderoso”. E para complementar, esclarece: “Por exemplo, a “*beleza triste*” de uma noite de luar, anunciando o repouso e a morte, deveria ser também momentos de meditação e isolamento” (2012, p.35). Encontramos alusões aos temas que relacionam melancolia à natureza, na escrita de Maria Graham, como a citação a seguir:

Não estou certa se é preferível a um claustro ou uma prisão dominar um belo panorama a não ter nenhum; se a contemplação de uma bela cena é, ela própria um prazer bastante para minorar a prisão; ou se não aumenta a angústia pela liberdade, da mesma maneira que uma bela melodia recordada desperta uma nostalgia, até a morte, pela casa em que foi ouvida pela última vez; parece-me que se um dia for prisioneira, quebrarei toda ligação com a liberdade e pouparei a meus olhos olhar para onde meus membros não me podem transportar. (GRAHAM, 1990, p.358)

A natureza nostálgica e a apreensão do ser individual, solitário... estas seriam enfim, as licenças poéticas libertadoras das vozes interiores e melancólicas da escrita de si, na Literatura de Viagem. Maria Graham delas muito se utilizou, colorindo com esmaecida palheta outonal, as narrativas autobiográficas em sua escrita. Ao longo da leitura da fonte, serão frequentes as menções da autora aos seus inconstantes e melancólicos estados de espírito, como veremos a seguir:

[...]A falta de saúde, entretanto, e, às vezes, a falta de disposição, impediram a autora de utilizar-se e todos os meios que podiam ter sido postos ao seu alcance para aperfeiçoar seus conhecimentos. [...]e que o Diário, cuja composição a entreteve em muitas horas de solidão e tristeza, não traga aborrecimento algum a quem quer que seja [...]. Não estive bem outra vez- mas acho que ficar em casa não me cura. Por isso, tanto ontem como hoje, fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada. (GRAHAM, 1990, pp.21-359)

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, evidenciamos ao longo das reflexões expostas, a mentalidade curiosa e crítica da autora, quanto à concepção de uma escrita polissêmica. As

plurais narrativas de Maria Graham, tecem tramas, onde a escrita de si, reveladora, individualizada, mescla-se ao olhar aguçado da escritora sobre questões sócio-político-culturais do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, deixando transparecer ao leitor, a multiplicidade de intenções coexistentes em seu texto. Ao mesclar a realidade cotidiana na qual se encontrava, ao vasto acervo de sua formação intelectual, a autora salientou a originalidade da sua elaboração textual. Nesse sentido, Maria Graham simboliza um exemplo bem-sucedido de escritora Oitocentista. A autora, num constante esforço em dar voz autoral às suas palavras, esteve na contramão do discurso em voga desde o século XVIII, que naturalizou a invisibilidade da mulher, deslocando a sua representatividade para alguém do universo da cultura. Ao contrário disso, Maria Graham escreveu e editou a totalidade de suas obras afirmando sua identidade feminina enquanto escritora e viajante, e legou com ineditismo, por tratar-se de uma mulher, páginas de grande relevância para os estudiosos da História Social e Cultural dos controversos anos da Independência do Brasil.

5 | FONTES PRIMÁRIAS

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
_____. *Esborço Biográfico de Dom Pedro I*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. In: SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é. (1824-1826)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

BELLUZZO, Ana Maria. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994.

_____. O Viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Alegre*: Porto Alegre, v.15, nº25, novembro/2008.

CANDIDO, Luciana de Fátima. *Carl Fr. Ph. Von Martius: estudo e registro da flora brasileira*. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/83>. Acesso em 20/01/2019.

DARTON, Robert. Histórias da Leitura. In: Burke, Peter. (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. (Trad.) In: GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina e Cartas Anexas*. Belo Horizonte: Itatiaia 1997.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro- Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. *Livros de Viagem-1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

PRIORE, Mary Del. *A Carne e o Sangue*. Rio de Janeiro: ROCCO, 2012.

RÉMOND, René. *Introdução à História de nosso tempo: Século XIX-1815-1914.V.2*. São Paulo:

Editora Cultrix, 1974.

SAHD, Luís. A noção de liberdade no Emílio de Rousseau. *Revista de Filosofia/UNESP* V.28 n.1, 2005.

CAPITALISMO, COMUNISMO E A HISTÓRIA DO FUTURO: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE “A MÁQUINA DO TEMPO” DE H. G. WELLS (1895)

Data de aceite: 04/03/2020

Pedro Nogueira da Gama

UFRJ

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Herbert George Wells (1866-1946), conhecido como H. G. Wells, foi um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo. O escritor inglês frequentemente apresentou suas aflições em sua literatura ficcional, com inúmeras referências e julgamentos sobre o seu próprio tempo. Entre as obras a abordar essa temática, encontra-se “A máquina do tempo”, de 1895. Essa obra foi o primeiro romance de fôlego de H. G. Wells. Ela faz parte desses casos singulares da literatura a inaugurar um subgênero, o das histórias de “viagens no tempo”. Esse artigo propõe explorar algumas possibilidades interpretativas a respeito das críticas presentes em “A máquina do tempo”. Como hipótese preliminar, entende-se que Wells lançou mão da distopia futurista para tratar de temas e questões relacionadas ao seu tempo histórico e às suas próprias idiosincrasias. Suas distopias alegóricas contribuem para interrogar epistemologicamente as aspirações utópicas de alguns dos chamados “neologismos” da modernidade, como o liberalismo e o comunismo, e sua inevitável

relação com a dimensão temporal. Na ficção de Wells, pode-se compreender que esses termos são empregados de forma paradoxal, ora como um modelo de utopia, ora como o seu avesso, a distopia, sendo ambos localizados no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: H. G. Wells, Literatura, Teoria da História.

ABSTRACT: Herbert George Wells (1866-1946), known as H. G. Wells, was one of the most important authors of the “scientific” literature of his time. The writer has often presented his afflictions in his fictional literature, with numerous references and judgments about his own time. Among the works addressing this theme is “The time machine” from 1895. This work was H. G. Wells’ first novel. It is one of these unique cases of literature inaugurating a subgenre: the “time travel” stories. This article proposes to explore some interpretative possibilities regarding the critiques presented in “The time machine”. As a preliminary hypothesis, it is understood that Wells used futuristic dystopia to address issues related to his historical time and his own idiosyncrasies. Their allegorical dystopias contribute to epistemologically interrogate the utopian aspirations of some of the so-called “neologisms” of modernity, such as liberalism and communism, and their inevitable relationship with the temporal dimension. In the novel, these terms are used paradoxically, sometimes as a

model of utopia, sometimes as their reverse, dystopia, both being located in the future.

KEYWORDS: H. G. Wells, Literature, Theory of History.

1 | INTRODUÇÃO

“A máquina do tempo”, de 1895, foi o primeiro romance de fôlego de Herbert George Wells (1866-1946), usualmente conhecido como H. G. Wells. Ele faz parte desses casos singulares da literatura a inaugurar um subgênero, o das histórias de “viagens no tempo”.

Como lembra Bráulio Tavares, no prefácio da edição brasileira de 2010, a obra de Wells e seu próprio escritor eram filhos da era industrial e da mentalidade racional que concebeu e produziu uma infinidade de máquinas que revolucionaram, categórica e irremediavelmente, o modo de viver humano. Com a locomotiva, o navio a vapor, o automóvel, a metralhadora, o avião, a fotografia, o cinema, entre muitas outras invenções, nada jamais seria como antes. De certa maneira, essas máquinas representavam uma pretensão de controle do homem sobre o Espaço e o Tempo e remetiam às ideias de individualismo e liberdade (TAVARES, 2010).

Esse trabalho propõe explorar algumas possibilidades interpretativas a respeito das críticas presentes em “A máquina do tempo”. Como hipótese preliminar, entende-se que Wells lançou mão da distopia futurista para tratar de temas e questões relacionadas ao seu tempo histórico e às suas próprias idiosincrasias.

2 | O FUTURO COMO *LÓCUS* DE DECADÊNCIA E HORROR

O livro começa com o protagonista-cientista, também chamado eventualmente de “Viajante no Tempo”, contando em detalhes a um seletivo grupo de amigos em sua residência sua incrível história: uma viagem no tempo em direção ao futuro. Se, a princípio, não tinha a intenção de parar, subitamente, é motivado a interromper sua viagem pela possibilidade de vislumbrar no futuro os avanços resultantes do progresso humano, representados durante o percurso por imagens difusas de prédios soberbos e de uma natureza exuberante. Ao cessar sua jornada, chega ao ano 802.701 da “era cristã”.

“A princípio eu não tinha intenção de parar, não pensava em nada senão nessas sensações para mim inéditas. Mas logo uma nova série de impressões brotou em minha mente, uma certa curiosidade acompanhada por temor que, acabaram por tomar conta de mim. Pensei: que estranhos progressos da humanidade, que maravilhosos avanços sobra a nossa civilização rudimentar que não se revelariam aos meus olhos quando eu me dispusesse a observar esse mundo difuso que flutuava e desaparecia diante dos meus olhos! Vi arquiteturas majestosas e esplêndidas erguendo-se diante de mim, construções mais maciças do que qualquer edifício do nosso tempo, e que ainda assim me pareciam feitas apenas de luz e névoa. Vi um verde mais luxuriante espalhar-se pelos flancos da colina e permanecer ali sem

qualquer interferência do inverno. Mesmo sob o véu de confusão que me envolvia, a terra parecia muito bela. E então surgiu em minha mente o desejo de parar.” (WELLS, 2010, p. 40).

Em suas investigações preliminares, ele se dá conta de que o ambiente a sua volta está tomado em sua maior parte pela natureza, com alguns poucos edifícios que, apesar de monumentais, possuíam um aspecto decadente, um “esplendor arruinado”. Rapidamente, ele trava contato com alguns habitantes, que posteriormente serão chamados de Elóis, sem que haja um esclarecimento sobre esse nome.

Os Elóis são semelhantes a homens e mulheres, mas apresentam um aspecto frágil. Comportam-se como crianças, conforme a compreensão do protagonista, vivendo de forma livre e despreocupada durante o dia, com certo temor pela noite e pela escuridão, alimentando-se a base de frutos, extraídos das árvores, sem qualquer iniciativa ou agressividade. Ao perceber aquela “realidade”, o “Viajante no Tempo” esboça uma primeira interpretação, frustrada e pessimista, contrária às suas expectativas de que os homens e as mulheres do futuro seriam intelectualmente superiores àqueles do seu presente.

“A questão que veio de súbito à minha mente foi: aquelas criaturas não seriam, talvez, um bando de loucos? Vocês não podem avaliar o quanto isso me desconcertou. Vejam, eu sempre supus que os habitantes do ano 802 mil e tantos estariam incrivelmente avançados, em relação a nós, em conhecimentos, em artes, em tudo. E de repente um deles me fez uma pergunta de quem tem o mesmo nível intelectual de uma criança de cinco anos – perguntava-me, na verdade, se eu tinha vindo do sol num trovão! Fui forçado a aceitar o juízo que formara, mas deixei em suspenso, ao ver suas roupas, seus membros pequenos e frágeis, suas feições sem força. Uma onda de desapontamento cruzou minha mente. Por um instante, achei que tinha construído a Máquina do Tempo em vão.” (WELLS, 2010, p. 46-47).

Em suas interações iniciais com esses seres do futuro, o “Viajante no Tempo” percebe que há uma ausência de moradias individuais ou familiares. É interessante notar que, abruptamente, ele associa essa percepção à ideia de comunismo.

“Tomado por uma ideia súbita, olhei em volta, de um terraço onde parei para descansar, e percebi que não havia casas à vista. Aparentemente, as residências individuais, e talvez o próprio conceito de lar, tinha desaparecido. Aqui e ali por entre os gramados viam-se edifícios com proporções de palácios, mas a casa e a casinha de campo, que são características tão marcantes da nossa paisagem inglesa, tinham sumido. ‘Comunismo’, murmurei comigo mesmo.” (WELLS, 2010, p. 52).

Essa associação é reforçada pelo raciocínio seguinte, ao entender que aqueles seres tinham trajes, comportamentos e até mesmo traços físicos muito parecidos. Então, ele concebe uma reflexão “sociológica”, na qual esse futuro, “comunista” e “utópico”, apresentava como uma de suas características singulares a tendência ao equilíbrio e à homogeneização social, sem divisões de classe e de gênero. Explorei

essas reflexões e seus desdobramentos com mais cautela a seguir.

“Vendo a maneira descontraída e tranquila com que eles viviam sua vida, achei que essa semelhança entre os sexos era, afinal de contas, algo previsível. A força do homem e a suavidade da mulher, a instituição da família e a diferenciação de ofícios eram meras necessidades práticas de uma época em que predominava o esforço físico. Quando a população é equilibrada e abundante, criar muitos filhos torna-se um mal e não uma benção para o Estado; quando a violência é rara e as crianças estão seguras, há menos necessidade – na verdade, não há necessidade alguma – de uma família eficiente, e a especialização dos sexos para prover as necessidades dos filhos desaparece. Já vemos sinais disso em nosso próprio tempo, e naquela idade futura o fenômeno tinha se instaurado de vez. Isso, preciso lembrar-lhes, foi uma especulação que me ocorreu naquele momento. Depois, constatei o quanto a realidade era diversa.” (WELLS, 2010, p. 52-53).

Entre os aspectos ditos “comunistas”, consta na sua leitura inicial a percepção de uma total ausência de casas ou residências particulares, da enorme semelhança das aparências, dos comportamentos e das vestimentas dos Elóis, além da falta de famílias e de papéis sociais tradicionais. Sobre esses últimos aspectos, o protagonista subitamente especula, com base na experiência de seu próprio tempo, que haveria uma tendência à extinção do tradicionalismo familiar e dos papéis e divisões sociais na medida em que a sociedade se tornasse harmoniosa e sem violência.

Vale lembrar que, nessa parte, o protagonista havia acabado de chegar ao mundo do futuro. Em sua exploração do ambiente ao longo do primeiro dia, ele ressalta uma “estranha sensação de liberdade e de aventura”. Atinge o topo de uma elevação, que lhe permite uma visão ampla das terras, dos prédios enormes ao redor e dos habitantes do lugar, e então retoma suas especulações.

Intui sobre a ausência de propriedades, assim como algo que se assemelhe a atividades produtivas ou a uma organização do trabalho, na forma de agricultura ou indústria. Essa percepção é reforçada pelo vislumbre da vida lúdica dos Elóis e sua sobrevivência à base de coleta e extrativismo. Tal impressão lhe traz sentimentos ambíguos, em que otimismo e pessimismo se alternam.

“Já falei sobre os grandes palácios que vi espalhados por entre aqueles relvados, alguns deles em ruínas, outros ainda habitados. Aqui e ali erguia-se uma imagem branca ou prateada, por entre os jardins abandonados da terra; aqui e ali divisava-se a abrupta linha vertical de alguma cúpula ou obelisco. Não havia sebes, nenhum sinal de limites de propriedades, nenhuma evidência de atividade agrícola; a terra inteira havia se tornado um jardim.” (WELLS, 2010, p. 53-54).

Assim, o cientista entende que está a assistir a gradual decadência da civilização, que outrora havia atingido o seu apogeu, em que os principais riscos à sobrevivência dos homens, como a escassez de alimento e moradia, as doenças e epidemias, assim como a incerteza e os perigos de uma morte violenta, haviam sido debelados. Afirma que, já no seu próprio tempo, havia um empenho continuado nesse sentido, impulsionado pela aplicação do conhecimento científico.

“Tive a impressão de estar encontrando a humanidade na sua fase de lento declínio. Aquele pôr do sol me levou a pensar no crepúsculo da própria espécie humana. Pela primeira vez comecei a perceber uma consequência bizarra dos esforços sociais nos quais estamos mergulhados em nossa época. E não obstante, é uma consequência bastante lógica. A força é o resultado da necessidade; a segurança conduz ao enfraquecimento. O esforço para melhorar as condições de vida – o verdadeiro processo civilizatório que torna a vida cada vez mais segura – tinha avançado até atingir o clímax. Cada triunfo conjunto da humanidade sobre a Natureza tinha sido logo seguido por outro. Coisas que hoje não passam de sonhos tinham se transformado em projetos que alguém levou a cabo. E o resultado era aquele!” (WELLS, 2010, p. 54).

Desse modo, haveria do seu ponto de vista uma tendência progressiva ao aperfeiçoamento, o que levaria paulatinamente a Natureza a ser decifrada e finalmente domada, além de satisfazer as carências humanas, ainda que eventuais retrocessos pudessem acontecer. É importante notar que essa tendência ocorreria, segundo ele, porque os ideais humanos de seu tempo eram “vagos e ainda experimentais”, assim como o conhecimento e sua aplicabilidade no mundo natural. Portanto, tais limitações precisariam ser superadas.

“Afim de contas, a saúde e a agricultura de hoje estão ainda num estágio rudimentar. A ciência do nosso tempo conseguiu enfrentar apenas um pequeno número das enfermidades humanas, mas, mesmo assim, expande suas conquistas de maneira firme e contínua. Nossa agricultura e nossa horticultura destroem algumas plantas aqui e ali, e cultivam um número elevado de plantas saudáveis, deixando que a maioria das demais encontre o melhor equilíbrio possível. Introduzimos melhoramentos em nossas plantas e animais favoritos – e são muito poucos – gradualmente, por reprodução seletiva; aqui e acolá um pêsego mais saboroso, ou uma uva sem caroço, ou uma flor maior e mais perfumada, ou uma raça de gado que mais nos convém. Nós os melhoramos gradualmente, porque nossos ideais são vagos e ainda experimentais, e nosso conhecimento limitado; e porque a Natureza, também ela, é tímida e reage devagar às nossas mãos desajeitadas. Algum dia tudo isso será mais bem-organizado e dará resultados melhores. Esse é o rumo para onde flui a corrente, apesar de refluxos ocasionais. O mundo inteiro será inteligente, educado e cooperativo; as coisas caminharão cada vez mais rápidas em nosso esforço para subjugar a Natureza. No fim, iremos reajustar o equilíbrio da vida animal e vegetal, com sabedoria e cuidado, de uma maneira que satisfaça nossas necessidades humanas.” (WELLS, 2010, p. 54-55).

Nessa linha de raciocínio, o protagonista deduz que teriam ocorrido mudanças substanciais no meio ambiente, de forma que as inúmeras ameaças naturais à vida humana tivessem sido suprimidas.

“Esse ajustamento deve ter sido concretizado, e muito bem-concretizado; realizado para todo o sempre, no espaço de Tempo que minha máquina percorreu. O ar estava livre de mosquitos, a terra sem ervas daninhas e sem fungos; por toda a parte havia frutas, flores belas e perfumadas; borboletas cintilantes esvoaçavam por toda parte. O ideal da medicina preventiva tinha sido realizado. As doenças foram extintas. Não vi sinais de qualquer doença contagiosa durante a minha permanência ali. E irei lhes contar mais adiante como mesmo os processos de putrefação e decomposição tinham sido profundamente afetados por essas

mudanças.” (WELLS, 2010, p. 55).

Além disso, na organização social, entende que teria se tornado dispensável qualquer atividade laboral a exigir grande desgaste físico. Em sua opinião, entre as consequências dessa transformação, estaria uma ausência de antagonismos de classe, de opressores e oprimidos e dos conflitos econômicos. Deve-se notar que a presença desses aspectos são marcas indelévels do capitalismo do final do século XIX. É nesse sentido que ele entende estar diante de um “paraíso social”.

“Também tinham se conquistado triunfos na área da organização social. Porque eu via a humanidade abrigada em construções esplêndidas, vestida com exuberância, e até então não os vira envolvidos em nenhum trabalho que requeresse esforço. Não havia sinais de lutas sociais ou econômicas. As lojas, a propaganda, o tráfego, todo o comércio que constitui a parte mais visível do nosso mundo, tudo isso desaparecera. Era natural que, naquele crepúsculo dourado, eu tivesse a impressão de um paraíso social.” (WELLS, 2010, p. 55-56).

Entretanto, não há apenas aspectos positivos nas especulações iniciais do “Viajante no Tempo”. Ele acredita que o triunfo categórico da “vontade humana” teria, simultaneamente, levado ao rompimento do fio condutor do progresso contínuo.

Em uma alusão ao darwinismo social, o protagonista afirma que, por um lado, o medo das ameaças e a necessidade de suplantá-las teriam resultado em uma seleção dos indivíduos e na perpetuação daqueles mais aptos, inteligentes e robustos. Ao mesmo tempo, teria se formado um lento e complexo “processo civilizador”, onde múltiplas paixões foram reprimidas de forma contínua, o que tornou factível a vida em comunidade e a constituição de sociedades progressivamente mais sofisticadas.

“Mas com essa mudança de condições vem, inevitavelmente, a necessidade de adaptação às novas condições produzidas pelas mudanças. Qual é, a menos que nossa ciência biológica seja uma montanha de erros, a causa da inteligência e do vigor da raça humana? Uma vida livre enfrentando condições adversas, condições nas quais os indivíduos ativos, fortes e sagazes sobrevivem, e os fracos são condenados; condições que premiam a capacidade dos homens para o esforço conjunto e solidário, além do autocontrole, da paciência, da capacidade de decidir. E a instituição da família, e as emoções que ali são geradas, o ciúme, a ternura pelos filhos, a devoção dos pais, tudo isso é justificado e explicado pela presença de perigos que ameaçam os mais jovens. E agora, onde estão esses perigos? Há um sentimento crescente, e que irá crescer ainda mais, contra o crime conjugal, contra a dedicação exclusiva à maternidade, contra as paixões de qualquer espécie; coisas desnecessárias agora e que nos deixam desconfortáveis. São resíduos da vida primitiva e se tornam dissonantes na vida refinada e agradável de hoje.” (WELLS, 2010, p. 56).

Por outro lado, a conquista total das necessidades humanas, a extinção das ameaças à perpetuação da vida dos indivíduos e dos grupos, a superação das lutas e das classes sociais, o fim da violência e das guerras entre povos, nações e Estados e a total capitulação da Natureza ao controle do homem teriam, finalmente, conduzido a

uma “entropia” civilizacional.

“Sob essas novas condições ideais de conforto e segurança, aquela energia inquieta que entre nós se converte em força acabava se transformando em fraqueza. Mesmo em nossa própria época certas tendências e desejos, que em algum momento foram necessários à nossa sobrevivência, tornam-se uma fonte constante de fracassos. A coragem física e o amor pela guerra, por exemplo, não servem de muita coisa – podem até trazer graves prejuízos – ao homem civilizado. E num estado de perfeito equilíbrio das condições físicas e da segurança, o poder intelectual, assim como a força física, estaria sem função. Calculei que há anos sem conta tinha deixado de existir ali qualquer risco de guerra ou de violência pessoal, qualquer perigo de ataques de animais selvagens, nenhuma doença grave a requerer uma constituição forte, nenhuma necessidade de trabalhos braçais. Para uma vida assim, os fracos eram tão capacitados quanto os fortes e nem podiam mais ser chamados de fracos. Eram até mais bem-capacitados, pois os fortes seriam perturbados por uma energia para a qual não havia uso. Não havia dúvida de que a beleza peculiar dos edifícios que eu via era o resultado dos derradeiros impulsos dessa energia na humanidade, energia agora desnecessária, depois que ela repousava numa harmonia perfeita com as condições ambientes: o último florescer do triunfo resultou na paz definitiva. Tem sido sempre esse o destino da energia humana em condições de perfeita segurança: derivar para arte e o erotismo, e depois para a languidez e a decadência. Mesmo o impulso da arte não duraria para sempre e estava quase extinto naquele Tempo de que fui testemunha. Adornar-se com flores, dançar, cantar à luz do sol: era tudo o que tinha sobrado do espírito artístico. E mesmo isso estava condenado a desaparecer, no fim, dando lugar a uma complacente inatividade. Mantemo-nos sempre afiados quando somos submetidos ao esmeril da dor e da necessidade, e agora me parecia que esse mecanismo fatídico tinha finalmente sido despedaçado!” (WELLS, 2010, p. 57-58).

Eis que, a partir do desaparecimento da máquina do tempo, a história toma um rumo repentinamente inesperado, o que leva o protagonista-cientista ao desespero. A possibilidade de se ver preso àquele mundo lhe causa um grande temor. Ele então percebe que sua máquina foi arrastada para dentro de uma estátua, próxima ao seu lugar de chegada. Ao descobrir túneis que conduzem aos subterrâneos e adentrá-los, o “Viajante no Tempo” descobre outro tipo de habitante daquele mundo, criaturas pálidas de aspecto simiesco chamadas de Morlocks, sem que existam referências sobre a origem do nome, à semelhança dos Elóis.

É interessante enfatizar que, se no protagonista afloram várias emoções positivas pelos Elóis, em relação aos Morlocks, os sentimentos são, em sua maioria, de repulsa e de medo. Em algumas passagens, ele se refere a essas criaturas como seres “malignos”, “pragas albinas” de “natureza repugnante”.

Rapidamente, sua mente aguçada de cientista formula algumas hipóteses de natureza biológica e sociológica, que merecem ser analisadas de maneira exitosa. É menos importante a veracidade de suas hipóteses do que a construção intelectual que realiza, nesse momento, entre os dois “mundos”, o do futuro e de seu próprio tempo.

Em primeiro lugar, o “Viajante no Tempo” conclui que as duas criaturas são descendentes dos seres humanos. Ele pressupõe que o contínuo esgarçamento do tecido social, entre o “Capitalista” e o “Operário”, poderia fornecer uma chave de leitura para as alterações ocorridas ao longo daquelas centenas de milhares de anos. Uma

intensificação do uso do subsolo para atividades mais precárias e degradantes em relação às desenvolvidas na superfície teria condenado a indústria, com suas fábricas e trabalhadores, a não mais usufruir da luz do sol.

“Primeiro, tomando como base os problemas de nossa própria época, pareceu-me claro como a luz do dia era o aumento gradual da distância social, meramente circunstancial, que existe entre o Capitalista e o Operário. Sem dúvida, isso parecerá grotesco a vocês – e extremamente improvável! – e ainda assim hoje mesmo, em nossa época, existem aspectos que confirmam esse fato. Existe uma tendência a utilizar o subsolo para os aspectos menos ornamentais de nossa civilização: existe o Sistema Metropolitano em Londres, por exemplo, com as novas ferrovias elétricas, os trens subterrâneos, os escritórios e restaurantes alojados no subsolo, e eles não param de se multiplicar. Evidentemente, pensei, essa tendência se acentuou de tal forma que a indústria perdeu seu direito de existência ao ar livre. Ou seja, ela teve que ir mais e mais fundo, em fábricas subterrâneas cada vez maiores, num ambiente, em que os trabalhadores eram forçados a passar cada vez mais tempo, até que, no fim... Mesmo hoje, um operário do East End não vive em condições tão artificiais que se vê praticamente sem direito a acesso à superfície natural da terra?” (WELLS, 2010, p. 77-78).

Ele também identifica nos detentores da riqueza, os abastados do seu tempo, uma disposição ao isolamento, mantendo-se distante dos demais, especialmente, dos pobres, dos trabalhadores. Eles perpetuariam uma estrutura econômica de dominação em que a progressão social se tornaria, no limite, impossível. Nessa “sociedade de castas”, os pobres de nascimento estariam destinados a permanecer pobres e explorados. Ao viverem nos subsolos, sem acesso à superfície terrestre, não seriam sequer vistos pelos ricos. Ao longo de diversas gerações, por meio de um processo contínuo de violência e coerção, os trabalhadores sofreriam mudanças comportamentais e até fisiológicas, chegando mesmo a se afeiçoar à servidão subterrânea.

“Por outro lado, a tendência manifestada pelos ricos por uma vida cada vez mais exclusivista – devida, sem dúvida, ao refinamento crescente de sua educação, e ao alargamento do golfo entre eles e a violência rude dos mais pobres – faz com que porções consideráveis da superfície da terra estejam sendo isoladas em seu benefício. Nos arredores de Londres, por exemplo, talvez metade das mais belas zonas campestres tenha o acesso proibido a intrusos. E esse mesmo distanciamento – devido à duração e ao custo elevado da educação superior, e às crescentes oportunidades e tentações para hábitos dispendiosos por parte dos ricos – fará com que o contato entre as classes e a ascensão social através do casamento, que no presente têm retardado a estratificação social da nossa espécie, sejam cada vez menos frequentes. E assim, teremos no final, habitando a superfície, os Ricos, vivendo uma existência em busca de prazeres, conforto e beleza; e no subsolo os Pobres, os Trabalhadores, que se adaptam cada vez mais às condições do seu trabalho. Uma vez enclausurados ali, eles teriam que pagar impostos, que não seriam poucos, para manter a ventilação de suas cavernas; se se recusassem, morreriam de fome ou seriam sufocados até o pagamento dos débitos. Os que tivessem inclinação para o desespero e a rebeldia acabariam morrendo; e, no fim, seria alcançado um equilíbrio permanente, com os sobreviventes tornando-se tão bem adaptados às condições de vida subterrânea, e tão satisfeitos com ela, quanto os indivíduos do Mundo Superior estariam a sua. Aos meus olhos, a beleza refinada de uns e a palidez doentia dos outros era uma consequência natural desse processo.” (WELLS, 2010, p. 78-79).

O protagonista se desilude mais uma vez, pois sua expectativa em relação ao futuro distante era de harmonia e prosperidade plenas, frutos das conquistas da razão e da ciência. Ao contrário, do seu ponto de vista, a exacerbação do capitalismo industrial teria levado a humanidade à ruína civilizatória, ao desaparecimento do gênio e da capacidade criadora e ao fim da ideia de permanente progresso humano.

“O grande triunfo da humanidade com que eu havia sonhado tomou assim uma conformação diferente em minhas ideias. Não fora o triunfo da educação moral e da cooperação entre todos que eu imaginara. Em vez disso, o que eu via era uma verdadeira aristocracia, munida de ciências avançadas e aperfeiçoando até sua conclusão lógica o sistema industrial de hoje. Seu triunfo não tinha sido apenas sobre a Natureza, mas sobre a Natureza e sobre os seus próprios semelhantes. Esta, devo adverti-los, foi a teoria que formulei naquele momento. Eu não dispunha de um providencial cicerone, como ocorre em geral nos romances de Utopia. Minha explicação pode estar completamente equivocada, embora eu ainda ache que é a mais plausível. Mas, mesmo nessas condições, o equilíbrio alcançado pela civilização já deveria há muito tempo ter deixado para trás o seu ponto mais alto e rumava agora para a decadência. A segurança excessiva em que viviam os habitantes do Mundo Superior os conduziu a um lento processo de degeneração, fazendo com que diminuíssem em tamanho, em força e em inteligência.” (WELLS, 2010, p. 79).

A fim de recuperar sua máquina, o protagonista se aventura pelos subterrâneos, munido de sua inteligência e de apenas alguns fósforos. Ele encontra os Morlocks em um ambiente “abafado e opressivo”, aparentemente tomado por máquinas gigantescas, sem que consiga perceber detalhes sobre elas ou suas funções. Ao encontrar esse grupo, o protagonista descobre que os Morlocks são carnívoros e, horrorizado, acredita que os Elóis haviam se tornado o seu alimento. Em outras palavras, crê no retorno de práticas canibais.

“Era óbvio que a certa altura do passado distante, durante a decadência da espécie humana, a comida dos Morlocks tinha escasseado. Talvez eles se alimentassem de ratos e outros animais inferiores. Mesmo hoje o homem é menos exigente e seletivo com sua alimentação do que já foi um dia; menos ainda do que um macaco. Seu preconceito contra a carne humana não é um instinto profundamente arraigado. E quanto àqueles descendentes do homem, tão inumanos... Tentei encarar as coisas com espírito científico. Afinal de contas, eles eram menos humanos e mais remotos do que nossos ancestrais antropófagos de três ou quatro mil anos atrás. E a inteligência que poderia ter visto nesse estado de coisas um tormento tinha desaparecido. Por que motivo eu deveria me atormentar? Os Elóis não passavam de um gado de engorda, que os Morlocks, como se fossem formigas, preservavam e devoravam, além de provavelmente administrar sua reprodução.” (WELLS, 2010, p. 95-96).

Após um caótico confronto com os Morlocks, que sentem um enorme pavor da luz e do fogo, o protagonista retorna à superfície. Assustado com o que considera ser um inimigo, o mesmo que lhe roubara a máquina do tempo, ele então elabora uma segunda hipótese interpretativa.

Corrigindo suas primeiras impressões, o protagonista entende que, se os Elóis tinham se convertido em uma classe dominante, uma “aristocracia privilegiada” nas suas palavras, e subjugado os Morlocks, isso teria acontecido muito antes daquele período. Naquela época futura, eles tinham se tornado criaturas decadentes, destituídas de genialidade, incapazes de dominar os Morlocks. Esses não reivindicavam seu “lugar ao sol”, pois há muito tempo tinham se adaptado aos subterrâneos. Aparentemente, ainda serviam às necessidades dos Elóis, mas apenas para que esses continuassem existindo de forma a lhes servir de alimento. Nesse sentido, quem de fato ocupava o topo da “hierarquia social” e, por que não dizer, da “cadeia alimentar”, seriam os descendentes dos trabalhadores pobres e não dos capitalistas ricos.

Próximo ao final do livro, valendo-se de muita astúcia, inteligência e uma boa dose de violência, o “Viajante no Tempo” enfrenta os Morlocks, consegue recuperar sua máquina e viajar novamente para outras épocas, milhões de anos distantes no futuro. Nesse futuro ainda mais longínquo, ele testemunha uma Terra moribunda e um sistema solar agonizante, sem qualquer vestígio de seres humanos e vida inteligente, ainda que não se arrisque à exploração devido ao impacto da experiência anterior. Decide então retornar a sua própria época, quando reencontra seus amigos e narra suas extraordinárias aventuras.

No trecho final, equipa-se com uma máquina fotográfica e outros apetrechos que considera essenciais para sua sobrevivência, decidido a viajar no tempo novamente e a trazer evidências. Então ele parte em sua máquina, sem fornecer qualquer pista sobre o seu paradeiro.

3 | APONTAMENTOS E COMENTÁRIOS

O romance de Wells conta a história de um cientista que, ao inventar uma máquina que permite ao seu ocupante se deslocar no tempo, viaja para centenas de milhares de anos no futuro, deparando-se com um mundo inteiramente modificado em relação a sua própria realidade vitoriana e que se converte em um pesadelo aterrador. Nesse sentido, o livro de Wells traz uma curiosidade importante para a compreensão da história e das possíveis interpretações associadas. Ainda que a narrativa se mova temporalmente, indo ao futuro e retornando ao presente, é perceptível a restrição no que tange ao deslocamento espacial. A máquina do tempo não é capaz de qualquer deslocamento no espaço e seu viajante, o cientista, se movimenta apenas por poucos quilômetros a partir do seu ponto inicial. Apesar dos eventos se desenrolarem nas proximidades do rio Tâmis, o cientista generaliza o que está a sua volta para o restante do mundo, ou seja, julgando que as enormes mudanças ocorreram em todos os continentes e atingiram toda a humanidade. Assim, enxergar a Inglaterra e, em particular, Londres, com tamanha proeminência parece bastante condizente com o tipo de visão anglocêntrica do tempo e da origem de Wells.

Segundo Tavares, se a literatura utópica do século XIX muitas vezes lançou mão de personagens auxiliares que, ao encontrar o protagonista, serviam-lhe de guia e apresentador da realidade visitada, explicando pormenores em tom educativo, Wells constrói sua história de forma absolutamente diversa, arremessando seu protagonista ao novo, ao diferente, repleto de possíveis perigos. O escritor gera uma empatia com o leitor ao estabelecer que o seu viajante conte apenas com suas próprias habilidades, pertences e intelecto para decifrar o que está ao seu redor e agir naquelas circunstâncias.

Outros elementos devem ser ressaltados nesse desconcertante romance de estreia de H. G. Wells. Sua alegoria contribui para interrogar epistemologicamente as aspirações utópicas de alguns dos chamados “neologismos” da modernidade, como o capitalismo e o comunismo, e sua inevitável relação com a dimensão temporal. Na ficção de Wells, compreende-se que esses termos são empregados de forma paradoxal, ora como um modelo de utopia, ora como o seu avesso, a distopia, sendo ambos localizados no futuro.

O que é possível indagar sobre o “comunismo” futurista imaginado pela personagem principal e, por que não dizer, pelo próprio Wells? Em primeiro lugar, é preciso notar, com atenção, que a ideia de comunismo apresenta uma historicidade, com variados significados.

Segundo Giuseppe Bedeschi, duas relevantes concepções comunistas também são representativas de ideais utópicos: “A República” de Platão e “Utopia” de Thomas Morus. Para Vincent Brome, biógrafo de Wells, tais obras influenciaram a formação intelectual de Wells.

Na cidade ideal platônica, a propriedade privada é extinta de forma que não haja nenhum conflito entre os interesses do Estado e o privado. Adicionalmente, a ideia de família é suprimida para que a dedicação ao bem público não sofra a interferência de afetos particulares. Cabe ao Estado prover as condições materiais e a educação das crianças, geradas pela união temporária de homens e mulheres. Entretanto, essa organização é adotada para os grupos “superiores”, ou seja, os governantes e os guerreiros. O restante da população tem a obrigação de executar serviços manuais, cuidar do comércio e da agricultura, entre outras funções econômicas, dentro de uma estrutura familiar tradicional. A dependência é primordial para a preservação do modelo. Assim, não há qualquer questionamento sobre uma possível emancipação desses grupos “inferiores” (BEDESCHI, 2000, p. 204).

Escrita em 1516, a obra de Morus está temporalmente localizada no alvorecer da era moderna e de profundas mudanças econômico-sociais: a expulsão em massa de comunidades rurais e a apropriação das terras comunais inglesas, transformadas em fornecedoras de lã para as produtoras de têxteis. Parte das populações expulsas dessas terras se converte em despossuídos em situação de miséria e outra parte em mão-de-obra assalariada das produtoras de têxteis, suportando condições de trabalho deploráveis (BEDESCHI, 2000, p. 205).

Em “Utopia”, não são tolerados a propriedade privada nem o dinheiro, incompatíveis, segundo Morus, com a ideia de uma sociedade harmoniosa, em que as necessidades de todos são atendidas de forma satisfatória, sem carências ou excessos. Além disso, todos os bens imóveis pertencem ao Estado, como terras, matérias-primas, fábricas, entre outros. Todos os habitantes devem trabalhar até seis horas por dia. Ou seja, não há ociosos mantidos pelo trabalho alheio. Adicionalmente, cabe enfatizar que existe uma estrutura social baseada na família. As famílias de “Utopia” podem retirar de um fundo comum o que for suficiente para as suas necessidades. Não há bens de luxo nem a acumulação de bens em excesso. Do ponto de vista político-administrativo, privilegia-se a “democracia aberta”, em que os governantes e os responsáveis pela aplicação das leis são eleitos. De forma semelhante, os negócios econômicos e sociais são gerenciados por uma assembleia igualmente eleita. Por fim, a escravidão é mantida, restrita, contudo, a prisioneiros de guerra ou àqueles que cometeram algum crime, sendo nesse caso em regime temporário. A eles, são destinadas funções duras e pesadas.

Parece haver aspectos presentes nas duas obras, mas não de forma simultânea obrigatoriamente, que vão ao encontro da noção de comunismo apresentada por Wells em “A máquina do tempo”, como a extinção da propriedade privada, do dinheiro e da família na forma tradicional. Entretanto talvez a concepção “utópico-comunista” que apresente elementos mais próximos à leitura inicial do protagonista seja aquela escrita por Étienne Cabet.

Em sua obra “Viagem à Icária”, também não há qualquer possibilidade de propriedade privada ou pessoal. Mas, diferentemente das outras concepções “utópico-comunistas”, há uma radical eliminação das diferenças sociais, incluindo os papéis sociais de homens e de mulheres, e até mesmo das distinções na forma de se vestir. Os meios de produção são coletivos e os planos de produção são anuais, feitos por um grupo eleito pela comunidade. O trabalho é igualmente dividido e cada membro da coletividade recebe o necessário para a manutenção de sua vida, sem que haja faltas ou excessos (BEDESCHI, 2000, p. 208).

É preciso enfatizar que, ao formular hipóteses interpretativas para o mundo do ano 802.701 da “era cristã”, o protagonista a princípio relaciona a ordem social dos Elóis ao “comunismo”. Assinalo que o “comunismo” futurista de Wells é marcado pelo fim da ideia de progresso e caracterizado por um estágio derradeiro onde não é possível ir além, mas apenas retroceder. Com a decadência da civilização humana, a “paz perpétua” seria afinal alcançada.

Em momento posterior, no entanto, o protagonista propõe uma interpretação “capitalista” para o futuro distópico. Compreende que a separação social extrema está inserida na lógica do capitalismo. Sua ininterrupta exacerbação levaria a um paulatino processo de “desumanização” do homem. A indústria não deixaria de existir, mas não mais estaria inserida em um processo de acumulação de capital e na busca pelo lucro. Os papéis sociais seriam formados segundo um nexo “racial”, sem que houvesse

contestação ou possibilidade de mudança, funcionando de modo “automático”.

A lógica dos papéis sociais lembra, em alguma medida, a forma como se estruturou prática e doutrinariamente o colonialismo inglês e europeu na África e na Ásia na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Para Anna Maria Gentili, intitula-se “colonização” o processo de aquisição e alargamento de territórios (colônias) assim como a subjugação dos povos ali residentes, diferentes daqueles da potência colonial, através da coerção física e/ou da supremacia econômica. Contudo, não se deve confundir “colonização” com “colonialismo”, o qual se alinha mais adequadamente ao estabelecimento sistemático de maneiras diversas de dominação. Em sua versão contemporânea, o colonialismo formal se caracterizou pela institucionalização de um domínio político, econômico, social e ideológico de Estados sobre territórios e povos diversos. Tal dominação, entretanto, também ocorreu de maneira informal, *de facto*, sobre territórios considerados independentes.

O colonialismo também é caracterizado como uma das formas assumidas pelo imperialismo europeu ao final do século XIX e início do século XX. Está inserido na dinâmica de obtenção de fontes de matérias-primas, minerais e agrícolas, em prol do desenvolvimento industrial europeu. Não apenas as fronteiras dos territórios submetidos ao colonialismo são definidas pelas potências coloniais, mas igualmente a estrutura política, econômica e social de maneira a explorar a força de trabalho com baixo custo, promover um emprego racional dos recursos e, de forma simultânea, manter certo equilíbrio e impor uma determinada ordem (GENTILI, 2000, p. 181-186).

Outro aspecto importante, que, porém, não é mencionado diretamente no pesadelo futurista de Wells, é a existência do Estado ou, mais propriamente, sua inexistência. Não há indícios no romance de que, no futuro distante, haja um pacto social, governos, instituições, leis, estruturas políticas, legislativas, jurídicas e administrativas, ou ainda legitimidade no uso da violência. Assim, em que medida, para o escritor, a ausência de Estado e o colapso civilizacional estavam relacionados? Comparações analíticas entre “A máquina do tempo” e outras obras do escritor poderão proporcionar reflexões adicionais.

Por fim, conforme indicado anteriormente, o mundo longínquo temporalmente imaginado por Wells parece manifestar uma metáfora adicional. Para o protagonista de “A máquina do tempo”, os dois povos descritos no romance, Elóis e Morlocks, estariam presentes em todas as terras e continentes, abrangendo o mundo inteiro, e não apenas restritos aos arredores da região de Londres ou mesmo das Ilhas Britânicas. Haveria, portanto, algo de universal nos destinos de homens e mulheres.

Não se pode desconsiderar um aspecto essencial do universalismo: trata-se de um produto originário do conhecimento e da cultura de matriz europeia. De forma semelhante, deve-se recordar que as hipóteses explicativas sobre o mundo do futuro e o processo que levou à sua constituição, raciocinadas pelo protagonista-cientista, possuem como referências básicas esse mesmo conhecimento e cultura.

Se, por um lado, as distopias alegóricas de Wells contribuem para se interrogar

epistemologicamente algumas das aspirações utópicas dos chamados “neologismos” da modernidade, por outro, não é perceptível em seu texto a indagação e o reconhecimento de outros saberes e experiências, diferentes epistemologias. Mas esse diagnóstico pode soar muito rigoroso e perigosamente anacrônico. Ainda que seja flagrantemente crítico, pode-se pensar que Wells tinha seus questionamentos limitados a um “horizonte” de possibilidades, inseridos nos contextos político, econômico, social e intelectual de seu tempo.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 205-210.

BROME, Vincent. **H. G. Wells: a biography**. Londres: Longmans, Green, 1951.

GENTILI, Anna Maria. Colonialismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 181-186

HUGHES, David. **British “scientific romance”**. Science Fiction Studies, No. 41, Vol. 14, Part 1, March, 1987.

IACHTECHEN, Fábio Luciano. **Evolução, progresso e universalidade: elementos do conceito de história em H. G. Wells**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, Julho, 2011.

_____. **Gênero utópico e o discurso científico na ficção de H. G. Wells**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho. Curitiba, 2008.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora PUC-Rio, 2006.

SCHNERB, Robert. A era do cientificismo. In: CROUZET, Maurice (Org.). **História geral das civilizações**. Tomo VI. São Paulo: Difusão Européia, 1958. p. 109-119.

TAVARES, Bráulio. Prefácio. In: WELLS, H. G. **A máquina do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

WARD, A. C. **História da literatura inglesa**. Lisboa: Estúdios Cor, 1959.

WELLS, Herbert George. **A máquina do tempo**. Tradução de Bráulio Tavares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MANOEL BOMFIM E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA: A AMÉRICA LATINA SOB DIFERENTES PARADIGMAS RACIALISTAS

Data de aceite: 04/03/2020

José Geraldo Dos Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – PPGH-UNIVERSO sob orientação da Professora Doutora Érica Sarmiento da Silva e Coorientado pelo Prof. Dr. Justo Cuño Bonito (UPO-ES).

Email.: Geraldo.jgs@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende mostrar as historiografias de Manoel Bomfim e de Manuel de Oliveira Lima sobre a América Latina a partir dos paradigmas racialistas utilizados por esses dois pensadores da Primeira República. Interessa-se apresentar também suas leituras acerca da Doutrina Monroe e do Pan-Americanismo, porquanto entende-se que os dois intelectuais ao pensarem a América Latina tiveram como foco as relações desta parte do continente americano com os Estados Unidos da América. O autor deste trabalho preocupou-se também em mostrar as diferenças entre Bomfim e Oliveira Lima no que concerne ao papel da instrução popular no desenvolvimento das nações da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Manoel Bomfim; Manuel de Oliveira Lima; racialismo; América Latina; Pan-Americanismo.

ABSTRACT: The present work intends to show the historiographies of Manoel Bomfim and Manuel de Oliveira Lima about Latin America from the racialist paradigms used by these two thinkers of the First Republic. It is intended here also to present their readings about the Monroe Doctrine and Pan Americanism, since it is understood that the two intellectuals in thinking about Latin America focused a lot on its relations with the United States of America. The author of this paper was also concerned with showing the differences between Bomfim and Oliveira Lima regarding the role of popular education in the development of Latin American nations.

KEYWORDS: Manoel Bomfim; Manuel de Oliveira Lima; racialism; Latin America; Pan Americanism.

INTRODUÇÃO

Pretende-se aqui apresentar as leituras historiográficas de Manoel Bomfim (1868-1932), médico, professor, psicólogo, pedagogo, jornalista, historiador e sociólogo, e de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), jornalista, diplomata, historiador e professor, acerca da América Latina a partir dos diferentes paradigmas racialistas utilizados por esses dois intelectuais que produziram suas obras histórico-sociológicas na Primeira República.

Serviram-me como referencial teórico Marcel Detienne com os seus estudos sobre o comparativismo amplo inspirado na Antropologia, Jean-François Sirinelli com as suas proposições sobre a História dos Intelectuais e Pierre Bourdieu com o conceito de homologia de posições para entender o pensamento antielitista e antirracista de Manoel Bomfim. Embaso-me teoricamente também em Antônio Candido com o seu conceito de intelectual radical na análise da historiografia anti-imperialista e antirracista de Manoel Bomfim. E, por fim, utilizo Antonio Gramsci para compreender o posicionamento intelectual e político de Oliveira Lima.

Manoel Bomfim ao estudar psicologia na Sorbonne (1902-1903) se indignou com a visão preconceituosa que os franceses, e de modo geral, os europeus tinham do Brasil e dos demais países latino-americanos e de seus povos miscigenados. Nessa época, os europeus atribuíam todas as instabilidades políticas e os atrasos socioeconômicos dos países latino-americanos ao grande número de indígenas, negros e mestiços existentes aqui. A partir desta visão da ciência europeia, Bomfim investiu em estudos sobre a ciência raciológica com a intenção de elaborar obras histórico-sociológicas, refutando em seus livros as análises racialistas de grande parte dos autores europeus dos séculos XVIII e XIX, como Georges-Louis Leclerc, mais conhecido por Conde de Buffon, Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Herbert Spencer, Gustave Le Bon, Houston S. Chamberlain, Georges Vacher de Lapouge, João Pedro de Oliveira Martins e Henry Thomas Buckle e outros. Já Manuel de Oliveira Lima pela natureza de sua principal ocupação (diplomata) assimilou algumas concepções racialistas europeias que viam negativamente a grande presença de indígenas, negros e mestiços na constituição das nacionalidades latino-americanas. Oliveira Lima teve em mente sempre a sociedade estadunidense ao analisar a América Latina, tendo na primeira o modelo de sociedade que deu certo do ponto de vista racial e social e quanto aos países latino-americanos insistiu em analisá-los, segundo alguns paradigmas racialistas europeus que viram os povos ibero-americanos, como inferiores e incapazes de progredirem, como os modelos teóricos dos racialistas Henry Thomas Buckle, Herbert Spencer e Oliveira Martins.

Pequeno esboço biográfico de Manoel Bomfim e de Manuel de Oliveira Lima

Manoel José do Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868, na cidade de Aracaju, na então província de Sergipe, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1932. A família de Bomfim era bem arranjada economicamente, sendo seus pais comerciantes e donos de engenho nas proximidades de Aracaju. Contudo, seu pai, Paulino José Bomfim, teve origem humilde. Tendo sido vaqueiro, começou a subir na vida casando-se com a viúva Maria Joaquina, filha de um comerciante português. A respeito da família de Manoel Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar assim escreveu:

Apesar da diferença de idade entre os dois, o vaqueiro Paulino José e a viúva Maria Joaquina resolveram enfrentar a reação dos amigos e parentes, casando-se,

pelo que se calcula em 1858 ou 1859. Na ocasião, Paulino tinha 18 anos e Maria Joaquina, 26. Foram morar na “estéril, insalubre e arenosa” Aracaju. Tiveram treze filhos (AGUIAR, 2000, p. 355).

Percebe-se que intelectualmente a família de Bomfim era modesta. Ele estudou Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia de 1866 a 1888, transferindo-se no primeiro semestre de 1888 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde “concluiu o curso em 1890, com a *Tese das Nephrytes*” (PAULINO BOMFIM, 1993, p. 355). A transferência de Bomfim da Faculdade da Bahia para a do Rio de Janeiro deu-se pelo convite de seu amigo Alcindo Guanabara (AGUIAR, 2000, p. 124-125). Bomfim produziu grande parte de sua obra científica na Primeira República e ainda teve atuação destacada na educação básica como professor, diretor e como gestor, dirigindo por alguns anos a Escola Normal do Distrito Federal e o Pedagogium¹, chegando a ocupar o cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal nas administrações de Cesário Alvim (1898-1899) e de Pereira Passos (1905-1908), cargo equivalente ao de Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A frente do Pedagogium, sentindo a necessidade de se especializar em psicologia com o fito de criar um laboratório de psicologia experimental, Bomfim viajou à França em 1902 para estudar com o Alfred Binet. Na Sorbonne foi companheiro de estudos de Georges Dumas. Os estudos psicológicos e o intercâmbio com Binet e Dumas possibilitaram a criação do primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil por Bomfim em 1906 (PENNA, 1992, p. 61-63). Manoel Bomfim e Olavo Bilac foram autores de grande sucesso de livros escolares, tendo o *Através do Brasil*, escrito em parceria com Olavo Bilac, 66 edições, reeditado por mais de 5 décadas (BOTELHO, 2016). As relações entre Bomfim e Bilac se explicam, sobretudo, pelo projeto de defesa da difusão da instrução popular como meio de fazer o país progredir e de possibilitar a ascensão das camadas pobres na sociedade brasileira, que ambos defendiam. Ao contrário de Bilac, Bomfim nunca teve uma visão elitista com relação às camadas populares e suas manifestações culturais, sempre se deleitou com as modinhas e as cantigas populares (AGUIAR, 2000, p. 494).

A poligrafia caracterizou a obra intelectual de Manoel Bomfim, ele escreveu livros em várias ciências e áreas do conhecimento humano: medicina, história, pedagogia, psicologia, biologia, política, geografia e literatura. Também exerceu vários cargos em jornais e revistas durante a Primeira República, tendo sido um dos fundadores da pioneira revista infantil *O Tico-Tico* que encantou muitas gerações de meninos e meninas brasileiros por várias décadas. Maria Thétis Nunes, historiadora sergipana, uma das pioneiras no resgate da obra histórico-sociológica de Bomfim dissertou

1 Pedagogium – 1890-1919 – fundada no ano de 1890, por meio do decreto 667, de 16/08/1890, lavrado por Benjamin Constant, foi uma instituição educacional, inicialmente funcionando na rua Visconde do Rio Branco, 13, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. No ano de 1897 foi transferida para a rua do Passeio, 66, também no centro da cidade, onde funcionou até seu fechamento, em 1919. [...] Seus dirigentes foram Joaquim José de Menezes Vieira (1890 a 1897) e Manoel Bomfim, entre os anos de 1897 a 1906 e de 1910 até 1919. (PINHEIRAL, 2011, p. 375-376).

sobre o autor no ISEB - *Sylvio Romero e Manoel Bomfim: pioneiros de uma Ideologia Nacional* (SANTOS, 2010, p. 203) - referindo-se à relação de Bomfim com a Revista *O Tico-Tico* afirmou que “Em especial a revista infantil *Tico-Tico*, lançada em 1905, teve Manoel Bomfim como um dos idealizadores e também seu primeiro editor, que trazia interessantes histórias em quadrinhos com personagens como: Chiquinho, Zé Macaco, Faustina, Jagunço, Azeitona [...]”(SANTOS, 2010, p. 203).

Apesar de uma considerável produção jornalística desde o fim do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, Bomfim não se preocupou em reunir os artigos que escreveu em importantes jornais e revistas em livro, excetuando os artigos escritos na *Revista Pedagógica* e os que relatam sua atuação parlamentar na aprovação de um projeto de federalização da instrução primária que viraram seu último livro em vida (BOMFIM, 1931).

Ronaldo Conde Aguiar, autor de um dos livros mais completos sobre a vida e a obra de Manoel Bomfim, atribuiu ao fato de o autor de *América Latina: males de origem* não ter aceito o convite de Machado de Assis para ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), e de sua recusa em aceitar o convite para fazer parte do quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), após o lançamento de sua *Opus Magnum*, em 1905, o esquecimento da obra intelectual bomfiniana no meio intelectual brasileiro em grande parte do século XX (AGUIAR, 2000).

Darcy Ribeiro fez elogios à originalidade e densidade do intelectual Manoel Bomfim: “[...] esse livro extraordinário que é *América Latina – males de origem*, de Manoel Bomfim. Lendo-o, me vi diante de um pensador original, o maior que geramos, nós latino-americanos (RIBEIRO, 1993, p. 11).

Manuel de Oliveira Lima nasceu em 25 de dezembro de 1867 na cidade de Recife, na então província de Pernambuco, tendo como pais Luís de Oliveira Lima, nascido em Portugal, e Maria Benedicta de Miranda Lima, que teve como berço natal Pernambuco. Oliveira Lima teve três irmãos, Luís, o primogênito, Amália e Maria Benedicta, sendo ele o filho temporão do casal Oliveira Lima (FORSTER, 2011, p. 20).

O pai de Oliveira Lima era comerciante, estabelecido em Recife, com negócios de tecidos e agenciamento de açúcar no atacado. Já sua mãe dedicou-se apenas às atividades domésticas, educando os filhos e mantendo a casa nos seus inúmeros afazeres domésticos, como costurando para os filhos pequenos e confeccionando as roupas grosseiras dos escravos da família Lima e cuidando do preparo da comida da família e dos criados da casa.

A partir do momento que Luís de Oliveira Lima amealhou uma considerável fortuna, retirou-se da atividade comercial passando a viver das rendas que obtivera com os seus negócios de tecidos e açúcar.

O casal Oliveira Lima e o filho caçula Manuel mudaram-se para Lisboa em 1873, em razão de uma doença que consumia as energias do patriarca Luís, que achou melhor ir para Portugal e lá cuidar da saúde e instruir o último rebento de acordo com

o ensino lusitano, ligado às Humanidades. Oliveira Lima fez os estudos básicos no Colégio dos Padres Lazaristas e na Escola Acadêmica, em Lisboa. À época que fazia preparatórios para o ingresso na faculdade, Oliveira Lima criou o periódico *Correio do Brasil*. Daí vem sua iniciação na imprensa. Ele cursou letras e filosofia na Faculdade de Lisboa de 1884 a 1888, tendo obtido o diploma de Doutor em Filosofia e Letras. Nessa faculdade, ele teve ilustres mestres, dos quais alguns se tornaram grandes amigos, como Teófilo Braga e João Pedro de Oliveira Martins, consagrado historiador e antropólogo português, (MACEDO, 1968, 13), um dos ícones das teorias do racismo científico europeu (MARTINS, 1921).

Antes mesmo de sua entrada para a diplomacia brasileira, Oliveira Lima já aumentara sua participação nas imprensas portuguesa e na brasileira, escrevendo em *O Repórter* de Oliveira Martins e na *Revista Portugal*, e em jornais daqui, como o *Jornal do Brasil*, neste jornal fluminense escreveu e foi correspondente até sua morte em 1928 (GOUVEIA, 2002, p. 212), colaborando ainda em o *Jornal do Recife* (LIMA, 1937, p.33). Já como diplomata colaborou durante anos no *Jornal do Comércio*, tendo escrito também nos primeiros anos do *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt. Oliveira Lima foi também um articulista dos mais presentes na *Revista Brasileira*: “[...] era o tempo da *Revista Brasileira* mãe da Academia Brasileira e dirigida por José Veríssimo com critério e capacidade” (LIMA, 1937, p. 110).

Oliveira Lima entrou para a diplomacia brasileira, com a influência do cunhado Pedro de Araújo Beltrão, diplomata respeitado, que recebia em sua residência, em Lisboa, importantes ministros plenipotenciários e intelectuais brasileiros, como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Ele “em 10 de dezembro de 1890 iniciou carreira diplomática, sendo nomeado, no ano seguinte, pelo ministro Quintino Bocaiúva, 2º secretário da Legação Brasileira em Lisboa” (MACEDO, 1968, p. 14). Oliveira Lima serviu na diplomacia brasileira de 1890 a 1914, passando por vários cargos diplomáticos até chegar a ministro plenipotenciário, tendo desempenhado suas funções em países como Portugal, Alemanha, Inglaterra, Japão, Venezuela, Bélgica, Estados Unidos da América. Oliveira Lima juntou à atividade diplomática os afazeres intelectuais de grande pesquisador, palestrante e professor em importantes universidades estrangeiras, como a Sorbonne, Aix-la-Chapelle, Stanford, Colúmbia, Harvard. Maria Theresa Diniz Forster afirma que Oliveira Lima inaugurou a diplomacia cultural brasileira, divulgando a cultura e história brasileira em inúmeras conferências e cursos em instituições científicas e em afamadas universidades europeias, estadunidenses e latino-americanas (FORSTER, 2011, p. 121).

Oliveira Lima fez parte de importantes instituições científico-culturais brasileiras, a saber – IHGB, ABL e o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Neusa Dias de Macedo retratou o período de sua entrada no IHGB, destacando que “em 1895 iniciou pesquisas historiográficas nos arquivos do Rio de Janeiro; entrou para o Instituto Histórico Brasileiro e publicou o 1º livro **Pernambuco, seu desenvolvimento Histórico**” (MACEDO, 1968, p. 14). Assim se deu sua entrada na ABL como um dos

seus primeiros acadêmicos, não como uns dos trinta fundadores, mas como dos dez que foram eleitos, vencendo na disputa José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco, e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Barbosa Lima Sobrinho referiu-se assim sobre o triunfo de Oliveira Lima para a ABL:

A Academia Brasileira de Letras se fundou com trinta membros, a que deveriam ser acrescidos outros dez, eleitos pelos trinta da lista inicial. [...] Para Oliveira Lima, que acabara de completar 29 anos de idade, era uma consagração. Sobretudo quando entre os não eleitos figuravam o Barão do Rio Branco, Fontoura Xavier, Assis Brasil, todos com 7 votos cada um, e ainda Figueiredo Coimbra, Constâncio Alves, o Barão de Paranapiacaba, Augusto de Lima e Domingos Olímpio, os quatros últimos com 1 voto apenas (SOBRINHO, 1971, p. 87).

Oliveira Lima terminou a vida como Professor de Direito Internacional da Universidade Católica da América (Washington), doando para esta instituição de ensino superior dos Estados Unidos sua biblioteca, uma das mais importantes bibliotecas particulares do mundo sobre assuntos brasileiros e latino-americanos. Ele faleceu em 24 de março de 1928 em Washington.

Oliveira Lima foi um autor muito respeitado em sua época. Polemista nato, amado e odiado por muitos, na diplomacia e nos círculos intelectuais brasileiros. Dentre os seus grandes admiradores, constam nomes, como Barbosa Lima Sobrinho e Gilberto Freyre. Ele produziu importantes livros acerca da literatura nacional, da historiografia brasileira e das relações internacionais, sobretudo as que envolviam o Brasil, os países latino-americanos e os Estados Unidos da América.

A América Latina vista por Manoel Bomfim e Manuel de Oliveira Lima sob distintos paradigmas racialistas

Os intelectuais brasileiros do final do Oitocentos e das primeiras décadas do século XX tiveram acesso aos paradigmas racialistas e deterministas geográficos europeus, ressignificando-os de acordo com suas conveniências teóricas e político-ideológicas. Esses paradigmas racialistas podem ser grupados em: escola etnológico-biológica, ligada a Louis Agassiz; escola histórica, com Arthur de Gobineau, partindo da suposição determinista racial da História Humana; e escola darwinista social, tendo como destaque Gustave Le Bon, autor muito lido no Brasil da Primeira República (SKIDMORE, 1969, p. 65-70).

Assim sendo, tomadas em conjunto, essas três escolas do pensamento racista influenciaram sobremodo os brasileiros que se davam ao trabalho de pensar a sério sobre o problema racial. Como o resto da América Latina, o Brasil era vulnerável às doutrinas racistas vindas do exterior (SKIDMORE, 1976, p. 69).

Afora as escolas deterministas geográficas, representadas por Henry Thomas Buckle e Friedrich Ratzel que fizeram escolas entre os intelectuais brasileiros, como o próprio Oliveira Lima. E sem olvidar o evolucionismo de Spencer e o positivismo de

Comte tão populares entre os nossos intelectuais, desde o Oitocentos até as primeiras décadas do século XX. Bomfim e Oliveira Lima se posicionaram diante das teorias racialistas e deterministas geográficas, o primeiro foi contrário e o segundo, favorável.

Bomfim refutou as teorias racialistas europeias hegemônicas que depreciavam os povos miscigenados do Brasil e da América Latina. Ainda que preso aos paradigmas raciais, ele espelhou-se em teóricos do racismo científico europeu que viram positivamente a mestiçagem e que se opuseram à corrente racialista hegemônica europeia. Estando na França em 1902, Bomfim teve acesso às teorias antropológicas de Theodor Waitz, Jean Antoine Victor Martin de Moussy e Jean Louis Armand de Quatrefages Bréau que negaram o efeito negativo da mestiçagem entre quaisquer povos, utilizando-as em sua refutação aos racialistas clássicos – Conde de Buffon, Louis Agassiz, Arthur de Gobineau, Gustave Le Bon, Herbert Spencer, Houston Chamberlain, Henry Thomas Buckle, Georges Vacher de Lapouge e João Pedro de Oliveira Martins – que condenavam o Brasil e toda a América Latina ao fracasso civilizacional e à impossibilidade de chegarem ao progresso econômico e social (KETTNER, 2010, p. 135).

Para Bomfim, a composição da população da América Latina com grande presença de negros, índios e mestiços não era fator impeditivo ao progresso dos países dessa parte do continente americano. Ele viu no alargamento da instrução popular nos países latino-americanos a via principal para se chegar ao progresso – “Façamos a campanha contra a ignorância ; não ha outro meio de salvar esta America” (Bomfim, 1931, p. 42).

Bomfim sempre esteve em campo oposto à grande maioria dos intelectuais brasileiros e latino-americanos quanto à percepção e aos efeitos da mestiçagem dos povos daqui. Não concordou com esses intelectuais racialistas brasileiros e latino-americanos que se basearam teoricamente na corrente racialista europeia hegemônica, refutando contundentemente essas teses pessimistas com relação à mestiçagem dos países latino-americanos. Refutou-os, assim:

Mas dizem uns: Na América do Sul, o cruzamento foi funesto porque se fez entre raças essencialmente diversas, e “... a instabilidade perpétua das repúblicas hispano-americanas lhes parece uma consequência social dos cruzamentos...” Ora, quem conhece a história de tais repúblicas sabe que a causa é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização. Cita-se, no entanto, a opinião dos poucos sábios que puderam apreciar de visu estas populações, e as julgam desfavoravelmente. Um dos tais, e dos mais categóricos, é Agassiz, que passou pelo Brasil em começo da segunda metade do século último[...] (BOMFIM, 1993, p. 261).

Bomfim vislumbrou no intercâmbio dos países latino-americanos a ação política necessária para o desenvolvimento de toda a América Ibérica, enfrentando, assim, os obstáculos para o progresso econômico e social, que eram, a seu ver, as ameaças imperialistas estadunidenses e europeias. Sem antes, é claro, do combate à falta de

instrução popular de grande parte das populações latino-americanas, em especial o Brasil:

Em um país novo, de população escassa, disseminada em vastos territórios, divididos em circunscrições autônomas; país de imigração, provocada e subsidiada pelo próprio Estado; com uma população onde 70 % são analfabetos; em um tal país bem compreendidos os interesses gerais da Nação, ainda mal formada, o mais imperioso dever do Estado é a educação popular, para criar, pôde-se assim dizer, o espírito público, dando a cada brasileiro a consciência de ser cidadão da democracia republicana brasileira. No entanto, os constituintes de 91, em vez disto, ao mesmo tempo que encarregaram o Estado Nacional – a União – da instrução superior, tiraram-lhe toda a ingerência na instrução primária, quer dizer – na educação popular (BOMFIM, 1931, p. 21).

Bomfim nunca se iluiu com relação aos reais interesses estadunidenses relacionados à toda América, em especial, à América Hispânica e ao Brasil. Ele viu com muita clareza como os Estados Unidos da América nos enxergaram, compartilhando dos mesmos sentimentos e preconceitos que os europeus tinham a respeito dos países latino-americanos. Os estadunidenses condenaram também os traços africanos, indígenas e mestiços predominantes nos países ibero-americanos. Segundo Bomfim, “É preciso notar que sobre a opinião pública norte-americana se refletem os efeitos dos juízos e conceitos, com que a Europa nos condena, e que os políticos americanos nos consideram também: *ingovernáveis, imprestáveis quase*” (BOMFIM, 1993, p. 44).

O autor de *A América Latina: males de origem* também percebeu os perigos da Doutrina Monroe, alinhando-se teoricamente aos poucos intelectuais brasileiros que desconfiaram do altruísmo norte-americano, sobretudo, a partir do corolário de Roosevelt. Foram importantes intelectuais anti-americanistas: Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*, 1893 [1980]), José Veríssimo e Oliveira Lima. Vê-se que dentre tantos intelectuais brasileiros da Primeira República, poucos se alinharam contra o americanismo crescente, resultante das Conferências Pan-Americanas realizadas de 1889 a 1928 (DULCI, 2013, p. 93-94). Assim se posicionou Bomfim face à Doutrina Monroe:

De fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina. Por ocasião da conferência da Paz, em Haia, lembram-se todos, as nações sul-americanas não foram convidadas – por entenderem os governos europeus que elas não eram suficientemente soberanas, e que os interesses e opiniões dos povos americanos estavam perfeitamente representados e garantidos pelos Estados Unidos, convidados assim, tacitamente, a exercer um certo protetorado sobre o resto da América. É só nestas condições que a Europa reconhece a teoria de Monroe (BOMFIM, 1993, p. 46).

Como vimos acima, Oliveira Lima foi um intelectual que se opôs à ligação automática dos países latino-americanos aos Estados Unidos da América, como propugnado pelo pan-americanismo difundido pelas Conferências Pan-Americanas ocorridas de 1889

a 1928 e seguido pelo Itamaraty sob o comando de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, por Joaquim Nabuco, primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América (DULCI, 2013, p. 91). Apesar de Oliveira Lima ser apontado como intelectual americanista por alguns de seus estudiosos, como Gilberto Freyre (1968), Barbosa Lima Sobrinho (1971), Helder Gordim da Silveira (2003) e outros, ele jamais fez coro ufanista acerca do pan-americanismo e da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt, acreditando que uma política de integração dos países da América Latina era a via de fortalecimento dessas jovens nações de colonização ibérica. Contudo, o historiador-diplomata pernambucano teve sempre em mente o estado civilizacional da sociedade estadunidense como régua para a mensuração do desenvolvimento social e político dos países latino-americanos. Lima sempre nutriu grande admiração pelo papel desempenhado pela imigração seletiva ocorrida nos Estados Unidos da América, atribuindo, em parte, a esse incremento populacional de europeus o progresso dessa parte da América do Norte. Segundo ele,

[...] ao passo que nos Estados Unidos as condições diferentes da emigração que ali arribou, em boa parte movida por motivos morais, o fervor religioso, a severa organização da família, a consciência mais precoce da grandeza do país, tudo contribuiu a conservar o elemento superior à distância dos cruzamentos. Nunca no Brasil se poderia repetir a situação dos Estados Unidos em que o branco governa o negro obedece (LIMA, 1953, p. 96).

Oliveira Lima filiou-se teoricamente à concepção determinista geográfica de Buckle, entendendo que as condições climáticas e geográficas mais favoráveis da América do Norte, em especial as dos Estados Unidos, favoreceram o desenvolvimento civilizacional daquela parte do continente americano. Assim se posicionou o autor com relação ao determinismo: “Cada vez me convenço mais da maior importância do fator clima, comparado com o fator raça, no desenvolvimento da história da humanidade” (LIMA, 1953, p.93).

Aqui, em nosso país, ou em parte deste torrão, tudo está condenado na visão deste autor pelo clima – “O branco não lhes pode, seguindo a regra americana, fazer frente, contê-los, hostilizá-los, dominá-los. O calor rouba-lhe para tanto o impulso e a energia. O clima subjuga a raça” (LIMA, 1953, p.97-98).

O autor de **Impressões da América Espanhola (1904-1906)** percebeu com sua teoria climático-geográfica que à medida que se avança ao norte do Brasil e adentra-se em direção aos países amazônicos menos possibilidade há de avanços civilizacionais. Os vereditos de Oliveira Lima sobre o porvir do norte do país são nebulosos. O clima tropical é um obstáculo a marcha da civilidade – dificultando o trabalho do branco tido como um ser superior. Segundo o autor,

O que pode, entretanto, esperar do futuro o norte do Brasil, desprovida a sua população superior de energia igual, que levou a da outra raça a buscar compensação para os prejuízos sobrevividos em outros gêneros de cultura, e sem

poder além disso contar com a população inferior local, fisiologicamente mais adequada ao clima, para o combate contra o meio tropical? [...] O fator clima e o fator raça – refiro-me neste caso à raça explorada ou raça de trabalho – deram lugar, ao norte e ao sul da linha equatorial, a consequências de natureza econômica e social desastrosamente parecidas (LIMA, 195, p. 101).

Percebe-se facilmente como o determinismo geográfico e racial, vogas científicas europeias, impregnaram as análises de Oliveira Lima acerca do Brasil e dos países americanos com maiores traços indígenas, africanos e mestiços. O autor expõe sem sentimento de culpa os mais terríveis comentários sobre essas populações americanas não-brancas. Admite-se até a espoliação estadunidense sobre pequenos países americanos de maioria negra. Fato que pode ser apontado como ambivalente na crítica contrária de Oliveira Lima ao pan-americanismo e à doutrina Monroe. Assim pensou autor sobre países americanos majoritariamente negros:

Não me refiro às condições sanitárias das repúblicas independentes de Haiti e São Domingos, porque são de fato países semibárbaros, fadados para a recolonização, a qual lhes há de incutir estímulo de progresso, exercendo-se sua influência de forma parecida àquela por que tem agido em cuba e Porto Rico (LIMA, 1953, p. 103).

Sumariando as assertivas de Oliveira Lima sobre negros, índios e mestiços, afirmo que o autor esteve preso aos paradigmas racialistas que depreciaram esses numerosos estratos populacionais americanos. Ele escreveu com naturalidade expressões assim – “[...] hindus, que, substituindo no cultivo dos campos os indolentes negros alforriados, permitiram à raça branca continuar no seu papel exclusivamente diretor” (LIMA, 1953, p. 95) e “[...] a raça negra, esta só trabalha o bastante para ganhar o pão de cada dia, sem ambições de futuro nem sonhos de grandeza” (LIMA, 1953, p. 94).

E o contraste da análise do autor quando o mesmo escreve comparativamente sobre as regiões norte e sul, enaltecendo o clima sulino e a imigração europeia. Segundo o autor,

Aconteceu, pelo contrário, aquilo que está acontecendo no nosso Norte brasileiro que, empobrecido pela abolição e envilecido pela emigração, longe de progredir, se está barbarizando, formando um contraste vivo e triste com a expansão do Sul, bafejado pela imigração europeia e engrandecido pelo desenvolvimento industrial (LIMA, 1953, p. 94).

Por fim se faz mister mostrar as críticas de Oliveira Lima ao pan-americanismo e a Doutrina Monroe como foi feito acima com Bomfim. O autor de **Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)**, 1907, criticou o pan-americanismo estadunidense apoiado no Corolário Roosevelt e propagado pelas Conferências Pan-Americanas de 1889 a 1928. Lima não viu altruísmo algum na iniciativa dos Estados Unidos em propor a união americana sob a hegemonia norte-americana. No Itamaraty, Oliveira

Lima foi o diplomata mais hostil as dissimuladas ações imperialistas estadunidenses escamoteadas na Doutrina Monroe e seus corolários Polk (1845) e Roosevelt (1904) e nas Conferências Pan-Americanas. Para o historiador-diplomata,

Os Estados Unidos já queriam em tempo de Monroe, exatamente como agora em tempo de Roosevelt, ser um acima de todos, e por isso fizeram constantemente ouvidos de mercador às reivindicações e acenos de camaradagem das suas irmãs latinas. É evidente que professavam acatar-lhes a soberania: nunca empregaram outra linguagem nem poderiam, razoavelmente, pensar em empreender contra o resto do continente guerras de conquista, como as que nos meados do século XIX intentaram com conhecido êxito contra o México vizinho, que foi bode expiatório dos primeiros brutais arrancos imperialistas do colosso (LIMA, 1980, p. 39).

A crítica de Oliveira Lima ao Pan-americanismo sob a hegemonia estadunidense e à Doutrina Monroe é ambígua. Ele, como diplomata, saiu corajosamente em defesa da grande maioria das nações latino-americanas, contudo, seu racismo, admite que nações como Haiti e São Domingos podiam ser recolonizadas pela grande nação do Norte de modo semelhante ao acontecido com Porto Rico e Cuba com a Emenda Platt, artifício constitucional que dava aos norte-americanos o direito de intervir nesta, caso seus negócios e interesses fossem contrariados. Já no que se refere as relações entre Brasil e Argentina, o autor as viu positivamente – “Não nos separam, nós e os argentinos, concorrências comerciais [...] O nosso rumo moral é idêntico, de trabalho e paz. A nossa ligação à Europa a mesma, dela dependendo para braços e capitais;” (LIMA, 1980, p. 113) – vê-se aqui a simpatia de Oliveira Lima por alguns traços europeus comuns ao Brasil e à Argentina. Salta aos olhos em uma leitura crítica a análise generosa que o autor fez sobre o processo de constituição da nacionalidade argentina se comparada às abordagens feitas das formações sociais dos países latino-americanos com grande presença de negros, índios e mestiços e de clima tropical, sobretudo do Haiti, São Domingos e Venezuela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se aqui fazer uma análise inicial das concepções historiográficas de Manoel Bomfim e de Manuel de Oliveira Lima sobre a América Latina balizadas em distintos paradigmas racialistas utilizados por ambos autores, porquanto minha pesquisa do doutorado está em seu começo. Não houve intenção de se fazer uma análise mais profunda, posto que o estudo comparativo entre as historiografias acerca da América Latina em um viés racial de Bomfim e Oliveira Lima abarca um número maior de livros e artigos dos respectivos autores.

Concluindo esse artigo – pode-se afirmar que Bomfim sempre foi um entusiasta da mestiçagem dos povos latino-americanos, não vendo empecilho algum para um futuro promissor de toda a América Latina por sua gente ser mestiça e ter um número considerável de negros e índios nos países ao sul do continente americano.

Bomfim defendeu a instrução popular e a integração da América Ibérica como vias de desenvolvimento e de enfrentamento dos imperialismos estadunidense e europeu. Sua obra histórico-sociológica caracteriza-se pela refutação de grande parte das teorias racialistas europeias que hierarquizavam os povos, tendo os europeus como superiores e condenando as misturas destes com os povos de outros continentes, sobretudo com os negros e os indígenas.

Já Oliveira Lima esteve preso aos paradigmas racialistas e deterministas de Buckle, Spencer e Oliveira Martins. Ele viu a saída para os países iberoamericanos com larga mestiçagem e grande número de negros e índios na imigração europeia que resultaria no branqueamento e no desaparecimento dos traços culturais indígenas e africanos por aqui. No entanto, a imigração europeia não daria certo nos países e nas regiões americanas de clima tropical, devido suas características geográficas e as altas temperaturas que impossibilitariam a vida e o desenvolvimento do branco, tido por Oliveira Lima como portador de inteligência superior. O historiador-diplomata não acreditava que a instrução pública pudesse avançar entre as populações negras e indígenas, chamando os defensores da instrução popular de ideólogos.

A análise que foi feita das historiografias de Bomfim e Oliveira Lima sobre a América Latina acabou resvalando em suas visões acerca do Pan-Americanismo e da Doutrina Monroe e dos corolários Polk e Roosevelt. Se faz necessário dizer que as visões de Bomfim e Oliveira Lima sobre a política exterior estadunidense para a América Latina são parecidas, excetuando a ambiguidade do historiador-diplomata quanto ao direito de soberania do Haiti e de São Domingos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Topbooks, 2000.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4e. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. **Cultura e Educação do Povo Brasileiro: pela difusão instrução primária**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1931.
- _____. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro/são Paulo: Record, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOTELHO, André. **O Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- BUENO, Clodoaldo. **Política Externa da Primeira República – os anos de apogeu – de 1902 a 1918**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- CANDIDO, Antônio. Radicalismos. In: **Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo, 1988.
- DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2004.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928)**. São Paulo: Alameda, 2013.

FORSTER, Maria Thereza Diniz. **Oliveira Lima e As Relações Exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Don Quixote Gordo**. Recife: Imprensa Universitária-UFPE, 1968.

GOUVEIA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima: uma biografia**. V.I e II. 2e. Recife: CEPE, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cardernos do Cárcere, V.2, Os Intelectuais** – o princípio educativo. 2e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KETTNER, Michele Nascimento. Manoel Bomfim "ensaiando" a mestiçagem na América Latina. In: **Revista Ci & Trop**. Recife, V. 34, nº 1, 2010, p. 135-145.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Impressões da América Espanhola (1904-1906)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.

_____. **Memórias (Estas Minhas Reminiscencias)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

_____. **Na Argentina (Impressões 1918-19)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

_____. **Obra Seleta**. Rio de Janeiro: Instituto Nacioanl do Livro, 1971.

_____. **Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)**. 2e. Brasília-DF/Rio de Janeiro: Ed. Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1971.

MACEDO, Neusa Dias de. **Bibliografia de Manuel de Oliveira Lima – com estudo biográfico e cronologia**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1968.

MARTINS, J.P. Oliveira. **As raças Humanas e a Civilização Primitiva**. 4e. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1921.

PAULINO BOMFIM, Luís. **Pequena Biografia de Manoel Bomfim**. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4e. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

PENNA, Antônio Gomes. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PINHEIRAL, Rafael. **Pedagogium**. IN: JACÓ-VILELA, Ana Maria. Org. **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011, p. 375-376.

RIBEIRO, Darcy. **Manoel Bomfim, antropólogo**. In: BOMFIM, Manoel. **A América latina: males de origem**. 4e. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 9-20.

SANTOS, Maria Nely. **Comentando Manoel Bomfim através de Thetis**. In: CRUZ, José Vieira da; BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. Orgs. **Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente**. Aracaju: Ed. Diário Oficial, 2010, p. 200-206.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil**. Porto Alegre: EDPUCRS,

2003.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. In: REMOND, Rémond. Org. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ FGV, 1996, p.231-270.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto No Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Oliveira Lima: sua vida e sua obra**. In: LIMA, Manuel de Oliveira. **Obra Seleta**. Rio de Janeiro: Instituto nacional do Livro, 1971.

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR

Data de aceite: 04/03/2020

Janessa Pagnussat

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Santa Maria – RS

<http://lattes.cnpq.br/3717122113904588>

Data de submissão: 10/12/2019

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar os elementos que constituem a narrativa em Ricoeur. Nos deteremos a descrever a relação ricoeuriana com a aporia do tempo em Santo Agostinho por meio do Livro XI das *Confissões* e com o *mythos* aristotélico a partir da Poética. Ricoeur cria um paradoxo entre estes dois conceitos para justificar a configuração da narrativa. Nesse sentido, descreveremos a interpretação do *mythos* por Ricoeur como o tecer da intriga em que os fatos são agrupados a fim de compor um enredo narrativo. Assim, aproximando a narrativa com a literatura, há uma relação entre história e ficção, em que o personagem da história narra os fatos concordantes e discordantes a fim de torná-la mais interessante. Neste viés, a narrativa em Ricoeur constitui a identidade de cada sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Mythos. Mimese. História. Narrativa.

ELEMENTS FOR CONSTRUCTION OF THE IDENTITY CONCEPT NARRATIVE IN PAUL RICOEUR

ABSTRACT: This paper aims to present the elements that constitute the narrative in Ricoeur. We will stop by describing the ricoeurian relation with the aporia of time in Saint Augustine through Book XI of the *Confessions* and with aristotelian *mythos* from *Poetics*. Ricoeur creates a paradox between these two concepts to justify the configuration of the narrative. In this sense, we will describe Ricoeur's interpretation of *mythos* as the weaving of intrigue in which facts are grouped together to compose a narrative plot. Thus, bringing the narrative closer to literature, there is a relation between history and fiction, in which the character of the story narrates the concordant and discordant facts in order to make it more interesting. In this regard, Ricoeur's narrative constitutes the identity of each subject.

KEYWORDS: Time. Mythos Mimesis. Story. Narrative.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto, será exposta a teoria da identidade narrativa em Paul Ricoeur a partir dos pressupostos teóricos colhidos nas filosofias de Santo Agostinho e de Aristóteles, tal qual

abordados em *Tempo e Narrativa I*¹. Apesar de o Livro XI das *Confissões*² de Santo Agostinho e a Poética de Aristóteles constituírem obras completamente diferentes, escritas em épocas diferentes, Ricoeur as utiliza e as complementa.

Na primeira seção, a partir da aporia do tempo proposta por Santo Agostinho e descrita em *TN I*, Ricoeur utiliza o tempo para determinar a identidade narrativa. Então, cada vida humana se refere a uma história que será narrada. A história de vida de cada um se baseia em um enredo, em que se busca sempre a interpretação do si-mesmo³. Por isso, levando em consideração que, para Santo Agostinho, a extensão do tempo é a distensão da alma, Ricoeur afirma que o tempo só pode ser medido a partir da narrativa.

Já na segunda seção, será tratado acerca da teoria aristotélica. Na obra Poética, de Aristóteles, o *mythos* se baseia na vida em ação. Assim, Ricoeur entende o *mythos* como o tecer da intriga que determina o enredo da história de um personagem. O enredo é o mediador entre as ações que ocorrem e a história que é narrada. Nesse sentido, os fatos são agrupados de tal maneira a compor um enredo e a narrativa, determinando a história de vida de cada pessoa.

2 | A APORIA DO TEMPO EM SANTO AGOSTINHO

Ricoeur faz, logo no início de *TN I*, uma releitura do Livro XI das *Confissões* de Santo Agostinho, e traz a aporia do tempo para a teoria da identidade narrativa (*TN I*, p. 19). Uma narrativa é descrita a partir dos acontecimentos que ocorreram em um tempo passado. Porém, como é possível medir o tempo? Como associar sucessivamente os acontecimentos narrados? Ao final de *Tempo e Narrativa III*⁴, Ricoeur retoma a aporia do tempo como justificativa para a narrativa, em que só é possível medir o tempo quando narrado (*TN III*, p. 417-418).

Em *TN I*, Ricoeur faz um recorte utilizando a pergunta agostiniana: “Que é, pois, o tempo?” (*Conf.*, XI, 14, 17), dando maior ênfase para o problema proposto pelo filósofo de Hipona acerca do tempo. Além disso, ele afirma que os filósofos, Platão e Aristóteles, não conseguiram explicar a aporia do tempo, como Santo Agostinho procurou explicar (*TN I*, p. 20). A concepção de tempo apresentada em *Conf.* XI é uma das maiores discussões do pensamento filosófico de Agostinho. Ele procura

1 RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo I**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. Utilizaremos a abreviação *TN I* para nos referirmos a essa obra ao longo do presente texto.

2 AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina Pimentel. Lisboa: Edição da Lusosofia, 2001. Utilizaremos a abreviação *Conf.*, seguida da indicação do livro em número romano e a do capítulo e a do parágrafo, ambos em algarismos indo-arábicos, para nos referirmos a essa obra ao longo do presente texto.

3 Quanto ao “si-mesmo”, remetemos a identidade entendida como eu e como Outro presente na teoria ricoeuriana.

4 RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997. Utilizaremos a abreviação *TN III* para nos referirmos a essa obra ao longo do presente texto.

conceituar o tempo a partir de reflexões e questionamentos tentando encontrar o que é a essência do tempo e como ele pode ser medido.

Podemos sentir o tempo, mas, no momento em que tentamos explicá-lo, percebemos que não temos meios suficientes para tal. Em um primeiro momento, não parece possível conceituar o tempo. Santo Agostinho afirma que o passado não é mais, o futuro ainda não é e o presente é algo que continua passando, sendo que o presente de agora se tornará passado no instante seguinte, e, portanto, já não será mais (*Conf.*, XI, 16, 21). Dito de outra maneira, Agostinho questiona-se sobre o estatuto ontológico dos três momentos temporais que percebemos, a saber, passado, presente e futuro, e descobre que apenas o presente possui, de fato, existência. Contudo, descobre também que o presente é fugidio, não permanecendo no ser mais do que um instante. Então, Santo Agostinho indaga sobre a possibilidade de se medir o tempo. Porém, como medir algo que não é mais? O tempo é, em grande medida, não-ser (ROSA, 2009, p.14).

Ricoeur afirma, ao analisar a teoria agostiniana, que a linguagem natural utilizada por Santo Agostinho pode ser entendida ao dizermos que o passado já foi, o futuro será e o presente é (ROSA, 2009, p.15). O problema está na medição do tempo: como podemos medi-lo? Se o passado não é mais, e o futuro ainda não o é, somente pelo presente é possível medir o tempo. Agostinho reitera sua afirmação do presente e atesta que somente o presente é digno de medição, já que o passado pode ser contado pela memória, e o futuro, pensado por meio da expectativa (*Conf.*, XI, 28, 37). Isso significa dizer que passado e futuro, para existirem, devem se relacionar de alguma maneira ao tempo presente, o único dotado de ser.

A narrativa das coisas passadas é considerada verdadeira na medida em que é possível afirmar, no tempo presente, que algo foi visto ou narrado no passado. Dentro dessa perspectiva, o passado e o futuro podem existir. O passado existe na medida que deixa imagens na memória de quem o viveu, as quais o fazem recordar do próprio passado; por exemplo, a infância citada por Santo Agostinho (*Conf.*, XI, 18, 23). Já as imagens do futuro são sentidas no presente. Portanto, a medição do tempo pode ser feita apenas no presente, pois apenas este é dotado de existência.

Porém, o tempo presente não possui extensão, não sendo, portanto, possível afirmar que ele seja longo ou curto. Também não é possível atribuir extensão ao futuro, já que, mesmo ao se pensar em um futuro longínquo, esse sempre será reduzido ao instante presente, de sorte que o longo tempo de cem anos vai se reduzindo a cinquenta anos, até não passar mais de um mero instante (*Conf.*, XI, 28, 37). Então, como continuar a sustentar que esse futuro continue sendo um futuro longo? Como afirmar a extensão, se o presente de agora será o passado daqui a não mais um instante?

Santo Agostinho retoma uma teoria já presente na *Física de Aristóteles*⁵, e discorda quanto ao tempo ser nada mais do que a medida do movimento. Agostinho

5 Cf. ARISTÓTELES. Fis. IV, 10-14.

afirma que, mesmo quando não há movimento, percebemos a passagem do tempo. Portanto, o tempo não pode ser apenas resultado do movimento, mas pode ser medido pelo movimento de um corpo. Ou também, e aqui vemos a originalidade de Agostinho, pelo repouso de um corpo (*Conf.*, XI, 24, 31). Além disso, o tempo pode ser medido pelo espaço (*Conf.*, XI, 26, 33). Porém, o presente não possui espaço e nenhuma extensão. Então, como o presente pode ser medido? Podemos dizer que pelo simples fato da passagem do tempo podemos medi-lo (*Conf.*, XI, 16, 21).

De maneira sutil, Santo Agostinho abandona a investigação sobre os tempos passado e futuro, passando a abordar a noção de coisas passadas e a de coisas futuras (ROSA, 2009, p. 16-17). Com o passado, Ricoeur relaciona à narrativa, ao ato de narrar coisas passadas; e, com o futuro, ao ato de prever coisas futuras. Possuímos imagens do passado e do futuro impressas em nossa alma (*Conf.*, XI, 18, 23). Contudo, apesar de não ser possível conceber o passado e o futuro, o tempo é uma sucessão de instantes. Não que o tempo seja definido como sucessão, mas determinado por uma continuidade. O presente carece de dimensão, mas se distende ao que não existe e vai em direção ao que ainda não existe, ou seja, ao passado e ao futuro. Então, a narrativa é responsável por determinar o presente. Por isso, Ricoeur afirma que “[...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (*TNI*, p.15).

Santo Agostinho determina que o tempo pode ser medido pela distensão da própria alma através de três operações (*Conf.*, XI, 28, 37): a expectativa (futuro), a atenção (presente) e a memória (passado). Por isso, falar sobre um futuro longo remete a uma longa espera do futuro, espera essa que se dá no instante presente. Da mesma maneira, um passado longo, a uma longa memória do passado, que também se dá no instante presente. Conforme o presente vai passando, a expectativa vai se tornando memória (*Conf.*, XI, 28, 37).

Para Agostinho, no presente, é possível medir a expectativa do ato que está por vir. No instante presente, há a atenção, que faz a vinculação da expectativa e da memória. A atenção no momento presente faz com que a expectativa de tempo vá diminuindo e vá incluindo na memória o ato passado. Então, é possível medir o tempo sempre no instante presente, porque o passado e o futuro não existem. Mas, como isso é possível?

Quando dizemos que medimos o tempo, não é propriamente o tempo o que medimos, mas os movimentos da nossa própria alma enquanto expectativa e memória. Por isso, o que pode ser medido através da atenção são a expectativa e a memória que estão sempre presentes. É essa articulação entre a expectativa e a memória que Agostinho utiliza para medir o tempo. A lembrança está sempre no presente, pois não é possível lembrar de algo no ontem. Quando lembramos, lembramos agora, no momento presente. Então, dado que o que seria entendido como extensão do tempo nada mais é do que distensão da alma, as coisas passadas e as coisas futuras ficam

gravadas na alma devido à distensão da própria alma (ROSA, 2009, p.19-20).

Santo Agostinho resolve o problema sobre a extensão do tempo partindo da prerrogativa de que a alma pode se distender. *Distentio animi* pode ser traduzido por distensão da alma, já que *animi* é genitivo singular de *animus*, que significa mente. A mente é formada por três faculdades: memória, inteligência e vontade (*De Trin.*, X, 11, 17)⁶. A memória remete ao passado, a inteligência se relaciona com o presente, e a vontade com o futuro. A noção de *distentio* não remete ao espaço e por isso, à materialidade, podendo, assim, ser atribuída à mente, que não é algo material. Já a noção que remete a espaço é *extentio*, não *distentio*. A extensão remete às três dimensões, quais sejam: altura, largura e profundidade. Mas não é necessário que algo extenso possua as três dimensões, mas que possua alguma delas. Já não ocorre o mesmo com a distensão. Se pensarmos em um elástico de cabelo⁷, ele possui determinada medida. Ao segurá-lo pelas extremidades e o puxar, ele estica e se distende, assumindo novas medidas. Assim ocorre com a distensão da alma: é como se pudéssemos esticar a memória. Não que a memória acesse o passado em si, mas ela se “estica”, se distende no presente aos fatos passados nela armazenados, de maneira que podemos, no presente, medir esse “esticamento”, e, assim, dizemos que medimos o passado. O mesmo ocorre com a expectativa em relação ao futuro.

Agostinho realiza uma importante distinção entre o que é medido e o conteúdo do que é medido. O que é medido é a memória e a expectativa. Já o conteúdo, as coisas passadas e as coisas futuras, respectivamente. Com essa distinção, é possível afirmar, sem contradição, que a memória e a expectativa só existem no instante presente, mesmo que seus respectivos conteúdos remetam ao passado e ao futuro, tempos esses que não possuem ser. Portanto, se trata da distensão da memória que vai acumulando a lembrança daquilo que já foi, e a distensão da expectativa daquilo que ainda não é (*Conf.*, XI, 29, 38). Por isso, só o que pode ser medido ocorre no instante presente, apesar de este ser inexplorável, pois quando me dou conta, ele já passou e, portanto, já é passado. Mas, no presente, posso medir a distensão tanto da memória quanto da expectativa.

Somente o ato de recordar é presente; por isso, o passado não é medido. O que é medido é o presente, não como interno ao eu, mas como processos do eu a partir das duas distensões, memória e expectativa. Então, o tempo está no próprio eu e, dessa maneira, pode ser medido. Assim, nem o passado nem o futuro são medidos. Além disso, a medição do tempo independe das coisas externas. Por exemplo, o movimento do sol é importante para marcarmos o tempo, mas o movimento do sol não é o tempo. Assim, também Ricoeur critica o movimento dos astros, que fora citado por Santo Agostinho (*TN I*, p.31-32). Por isso, a noção de tempo é independente do

6 AGOSTINHO, Santo. **De Trinitate**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo/ João Beato / Maria Cristina Pimentel. Edição da Lusosofia. Prior Velho, 2007, X.

7 Evidentemente, um elástico de cabelo é, ao contrário da alma, algo material e, portanto, dotado de extensão. Contudo, feita essa ressalva, a imagem do elástico se distendendo contribui para a compreensão dessa questão em Agostinho.

movimento dos astros (*Conf.*, XI, 23, 29), pois a medição do tempo é distensão da própria alma.

Tanto para Ricoeur como para Santo Agostinho, a cosmologia não está relacionada à distensão da alma, já que parece um absurdo dizer que o movimento dos astros influencia na medição do tempo (*TN I*, p.31). Caso isso fosse possível, quando os astros se movimentam mais rapidamente, o dia seria mais curto? Parece contraditório afirmar algo assim.

A concepção de tempo de Santo Agostinho se baseia na medição do tempo somente no presente. Isso é possível na medida que o tempo está no sujeito e na medida que o tempo se constitui na *distentio animi*. Por isso, em Santo Agostinho, “a expressão *distentio animi*, quando restrita à consciência interna, não só marca a distinção em relação ao giro dos corpos celestes (tempo do mundo), mas também é diferente em relação à atividade cognitiva de apreensão primária dos objetos exteriores à consciência” (ROSSATTO, 2016, p. 286).

Ricoeur relaciona *intentio* e *distentio animi* como dois traços marcantes para a aporia do tempo (*TN I*, p. 22). Ao tratar da *intentio*, Santo Agostinho remete a intenção do presente, ou seja, ver o presente como o presente é. É a apreensão do presente calcado na atenção, através da inteligência. Então, só é possível adquirir lembranças do passado por meio da atenção, calcado na memória. A *distentio animi* é a possibilidade, por meio da vontade, de se estender ao futuro, por meio da expectativa, e ao passado, por meio da memória, de sorte que, com isso, passado e futuro possam aparecer no presente. Nesse sentido, compreende-se que, “ao designar o presente distendido, já está indicando a presença da *intentio*; e ainda: que a *distentio* é o seu contrário ou inverso” (ROSSATTO; BOTTON, 2011, p. 121).

Ainda no âmbito das *Confissões*, no Livro VIII, Santo Agostinho apresenta o argumento de que a vontade tem que se auto-ordenar por meio de três ações: a vontade pode querer, desquerer e não querer algo. Além disso, pode realizar as três ações ao mesmo tempo. A autodeterminação da boa vontade é possível, e querê-la é possuí-la. Nesse sentido, a vontade é a base da expectativa: querer, desquerer e não querer algo.

Devido ao acúmulo de coisas presentes⁸ na alma pela memória e pela expectativa, ela se distende, tanto para o passado quanto para o futuro. Portanto, “é neste âmbito que a alma se dilata e se narra a si mesma, isto é, tece a trama dos acontecimentos passados já armazenados na memória e, deste passado, se projeta em direção ao futuro” (ROSSATTO, 2016, p. 291). Assim, ocorre a relação agostiniana na teoria de Ricoeur.

Ricoeur trata da narrativa como o ato de narrar, interpretar e compreender as ações acontecidas no passado. O passado é narrado a fim de estabelecer a relação

8 Neste caso, não nos referimos ao acúmulo de coisas materiais, pois isso remete à materialidade, a qual não se justifica na teoria agostiniana. A distensão da alma em Santo Agostinho ocorre pela distensão da memória e da expectativa no presente, como exposto anteriormente.

entre o tempo e a história do personagem da ação. Dessa maneira, Ricoeur conceitua a existência do tempo a partir do ato de narrar, ou seja, o tempo só existe quando os fatos são narrados, constituindo uma história de vida. Mas, a narrativa precisa ser inteligível para que ocorra a representação do tempo (CESAR, 2014, p. 91).

Porém, o que precisamos esclarecer é que, na teoria agostiniana, ao tratar da *distentio animi*, Santo Agostinho aponta para um movimento individual da própria alma de cada ser humano. Contudo, Ricoeur “transpõe o âmbito da consciência interna quando assume, com o próprio Agostinho, a poética não só como paradigma da narrativa autobiográfica senão que também da narrativa historiográfica” (ROSSATTO, 2016, p. 292). Ou seja, a narrativa vai além da vida individual de cada pessoa, envolvendo também a narrativa de todos os seres humanos.

Por isso, Ricoeur em *TNI* associa o tempo com a *Poética* de Aristóteles de modo a conceituar a identidade narrativa, relacionando a história e a ficção. O fato de trazer o passado para o presente através da narrativa constitui a mímese⁹, não simplesmente como imitação, mas como criação inteligível das ações passadas. Nesse sentido, justifica-se uma análise a esse respeito.

3 | O TECER DA INTRIGA A PARTIR DA POÉTICA DE ARISTÓTELES

Ao contrário de Platão, Aristóteles (1984) observava a metafísica com olhos de naturalista. Na obra *Poética*, Aristóteles trata da imitação como um conceito filosófico sempre baseado em algo. Segundo ele, além de possuímos o poder de imitar, temos o prazer da apreciação.

A obra *Poética* é composta por anotações das aulas de Aristóteles registradas em torno de 335 a.C. a 323 a.C. Ele analisa a poesia, seus gêneros e suas características. A imitação poética é dividida em três, sejam, os meios (metro, canto e ritmo), o objeto (meios diversos, tragédia, comédia) e o modo (diretamente à pessoa) (1448a, III, § 19). Levando em consideração a imitação como a mais importante das artes (DRUCKER, 2016, p. 65), a poesia surge pelo homem ser o mais imitador de todos os animais e porque ele se compraz na imitação. A imitação é levada em conta quando ocorre em nossa experiência. Os homens que imitam a tragédia são denominados superiores, pois se diferenciam pela virtude. Desta forma, Aristóteles retrata que a tragédia é composta pelo “mito” (*mythos*), caráter, elocução, pensamento, espetáculo e melopéia (1450a, VI, § 8). Nesse sentido, a tragédia retrata o *mythos* que é a composição dos atos (1450a, VI, § 5) e que possui começo, meio e fim (1450b, VII, § 26). A tragédia é uma narrativa bem representada quando possui peripécias, as quais tornam a história mais trágica. O poeta pode imitar, como narrativa, assumindo o papel dos personagens a partir das ações das próprias pessoas. Na tragédia, as ações são apresentadas por

⁹ Embora haja discordância entre os tradutores acerca da grafia correta dessa palavra (DRUCKER, 2016, n. 2, p. 75), optamos aqui por uma forma transliterada que preserve a sílaba tônica do original grego.

meio de personagens de aspecto importante, mas ocorrem intrigas fazendo com que o episódio tome destaque.

As ações não são unas, pois “muitas são as ações que uma pessoa pode praticar, mas nem por isso elas constituem uma ação una” (1451a, VIII, § 18). Então, o poeta narra o que irá acontecer levando em consideração a verossimilhança e a necessidade (1451a, IX, § 32). Aqui a relação com o tecer da intriga na teoria de Ricoeur, e a maneira como os episódios são narrados. Os episódios não precisam ser necessários nem verossimilhantes. Ricoeur afirma que “a intriga com episódios” é “aquela em que os episódios se seguem [e não se encadeiam] sem verossimilhança nem necessidade” (TN I, p. 70).

Porém, antes de prosseguirmos, precisamos evidenciar algumas passagens mais relevantes em que Aristóteles conceitua o *mythos* na *Poética*, sendo que algumas já foram citadas no presente texto. Inicialmente, Aristóteles afirma que “por ‘mito’ entendo a composição dos fatos” (1450a, VI, § 5). Posteriormente, as seguintes passagens melhor definem o *mythos* aristotélico que estamos dissertando aqui: (1450a, VI, § 15) à (1450b, VI, § 4); (1451b, IX, § 33) à (1452a, IX, § 1); (1452a, X, § 11) à (1452a, X, § 21); (1452b, XI, § 28) à (1452b, XIII, § 30); (1456a, XVIII, § 10) à (1456a, XVIII, § 19) (WARTELLE, 1985, p.171-176).

Eric Downing (1984) enumera cinco sentidos para a palavra *mythos* em Aristóteles. Destacamos, aqui, alguns dos mais importantes que são o que ele chama de “*muthos(f)*” e “*muthos(pi)*”, assim definidos:

muthos(f): fábula, ou he synthesis ton pragmaton. Enquanto o *muthos(s1)* representa a totalidade dos eventos relatados em uma sequência simplesmente ordenada ou reconstituída de forma cronológica, *muthos(f)* é a mesma totalidade de eventos relatados, mas em sua exposição ou representação -- naquela sucessão ordenada em que são apresentados na obra, e naquela conexão em que sua apresentação é feita.

muthos(pi): he mimesis tes praxeos. Uma transição intencionalmente escolhida, e não determinada externamente, de uma situação a outra, a qual a peça tenta representar (como sua ‘ação’). (DOWNING, 1984, p. 178)

Segundo Downing, o primeiro sentido “*muthos(f)*”, se encontra nas seguintes passagens da *Poética*: (1451a, VIII, § 30) à (1451a, VIII, § 35) e (1456a, XVIII, § 25) à (1456a, XVIII, § 32). Já o segundo sentido “*muthos(pi)*” se localiza em (1451a, VII, § 12) .

O *mythos* é responsável pela inteligibilidade da narrativa, além de, a partir dele, ser possível compreender a ação. O *mythos* é a imitação da ação, como criação, e não como o ato de imitar. Este conceito presente na obra de Aristóteles se aproxima da mímese tratada por Ricoeur e que ele o traduz como o tecer da intriga do personagem da história, sendo que, “chamamos de narrativa exatamente o que Aristóteles chama de *muthos*, isto é, o agenciamento de fatos” (TN I, p. 63). Assim, a narrativa é composta

pela pluralidade de acontecimentos, que possuem concordância e discordância. A discordância é fundamental para dar ênfase à trama da intriga.

Na Poética de Aristóteles, o tempo é demonstrado de maneira mais lógica através da intriga. Utilizando-se das teorias de Santo Agostinho e de Aristóteles acerca do tempo, Ricoeur o associa com a narratividade e, então, a partir da narrativa, o tempo pode ser demonstrado. Para Ricoeur, a aporia do tempo de Santo Agostinho só pode ser resolvida com a narrativa, já que “é na Poética de Aristóteles que Ricoeur buscará o modelo de narratividade exigido como contrapartida da aporética da temporalidade” (ROSSATTO; BOTTON, 2011, p. 134). Ocorre que “o imitar será entendido, doravante, como narrar, e a narrativa será basicamente um momento da vida” (DRUCKER, 2016, p. 76).

Por isso, Ricoeur conceitua a concordância-discordante se baseando nas teorias do tempo de Aristóteles e Santo Agostinho. Ele afirma que o tempo da alma é algo discordante, pois cada alma controla o tempo de maneira diferente, dependendo do estado psíquico que ela está vivendo. Sendo assim, sob as mesmas condições, o tempo pode estar sendo medido de forma particular por cada um e de maneira distinta. Nesse sentido, o tempo pode ser algo particular e narrado de acordo com determinada narrativa espaço-temporal. Já na *Poética* de Aristóteles, o *mythos* é a representação invertida do paradoxo agostiniano a partir da síntese concordância-discordante.

Ricoeur, ao afirmar, que a vida é vivida e as histórias são narradas, estabelece uma relação entre a história e a ficção, em que uma história de vida pode ser remodelada e narrada como o personagem da história a idealiza. Para ele, a veracidade quanto a história narrada corresponder aos acontecimentos factuais não está em questão. Apesar da aceitabilidade de sua teoria com a realidade factual, o que importa é a história que o sujeito narra e não se a história aconteceu de fato. Os significados envolvidos são o que interessam na história, já que a mesma pode ser narrada de diferentes maneiras e apontando para significados distintos. A ordem dos fatos narrados implica o significado que a história adquire. Por isso, a narrativa nos ensina a viver e ela é essencial para nós e para os outros, pois ocorre uma troca mútua de experiências vividas.

Nesse sentido, para relacionar a narrativa histórica e a narrativa ficcional, Ricoeur em *TN I* descreve a prefiguração, a *configuração* e a *refiguração*. A *prefiguração* se baseia nos sistemas simbólicos que dão significado a narrativa, a pré-compreensão do mundo e da ação, em que o sujeito é o personagem no campo prático de sua própria história. A *configuração* são os fatos narrados de forma a compor um enredo. Já a *refiguração* é definida por Ricoeur, como o ato de leitura, onde o leitor ou ouvinte interpreta as experiências narradas. Nesse sentido, a tríplice mimese é abordada por Ricoeur como um ciclo de mimeses, a partir da transformação da cultura quando a narrativa “retorna” a ela.

Nesse sentido, a compreensão do si se dá a partir da narrativa de histórias inteligíveis e aceitáveis. A narrativa ocorre em um espaço-tempo designado por Ricoeur

como “aqui” e “agora”, e por isso, compartilham do mesmo espaço cultural em que estão inseridos. Através da narrativa têm-se uma aproximação com as experiências do sujeito.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procurou-se demonstrar a contribuição de Aristóteles e Santo Agostinho no pensamento de Paul Ricoeur para a construção da identidade narrativa. Ricoeur aborda em *Tempo e Narrativa I* a aporia do tempo presente no livro XI das *Confissões* de Santo Agostinho e do tecer da intriga na *Poética* de Aristóteles.

Abordamos a dimensão temporal agostiniana e a contribuição trazida por Ricoeur quanto ao tempo no ato de narrar. Para Santo Agostinho, o tempo pode ser medido pela alma, já que o tempo está presente no sujeito e não depende das coisas externas a ele. A *distentio animi*, traduzida como distensão da alma, traz a distensão do presente quanto às coisas passadas e às coisas futuras, através da expectativa e da memória. Da mesma forma, Ricoeur trata acerca da aporia do tempo para a construção da identidade narrativa. Ele aborda o tempo agostiniano para relacionar com a narrativa, já que para ele o tempo só pode ser medido quando narrado. Nesse sentido, o tempo que é narrado no presente traz a lembrança das coisas passadas e a expectativa quanto às coisas futuras.

Ricoeur cria um paradoxo entre as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles acerca do tempo e a teoria do *mythos*. A contribuição aristotélica no pensamento ricoeuriano é descrita na segunda seção. O *mythos* presente na obra aristotélica possui aproximações com o conceito de “mímese” definido por Ricoeur.

O *mythos* aristotélico é traduzido por Ricoeur como o tecer da intriga, ou seja, é um agrupamento de fatos que formam a narrativa. Assim, forma-se o enredo que dá origem a história de vida de cada pessoa. Da mesma forma como a tragédia aristotélica possui peripécias, a narrativa também possui imprevistos ou fatos discordantes que compõem a história. Então, ocorre a concordância-discordante, em que os fatos são narrados de forma concordante, porém, é necessário que haja um fato discordante para tornar a narrativa interessante e dar ênfase a história narrada. Para tanto, a inteligibilidade e a verossimilhança são importantes para a narrativa possuir coerência com a realidade.

Os fatos são narrados de maneira contingente para o narrador, não correspondendo necessariamente a ordem cronológica em que os mesmos aconteceram. Além disso, Ricoeur compara a narrativa com a literatura. Então, a narrativa medeia o mundo do personagem e o mundo do leitor, em que ocorre a relação entre história e ficção. Portanto, a identidade narrativa é a relação entre história e ficção, e se aproxima da construção da identidade pessoal, em que Ricoeur admite ao final de *Tempo e Narrativa III*, e, posteriormente, em *O si-mesmo como outro*.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina Pimentel. Edição da Lusosofia. Lisboa, 2001, XI.
- AGOSTINHO, Santo. **De Trinitate**. Trad. Arnaldo do Espírito Santo/ João Beato / Maria Cristina Pimentel. Edição da Lusosofia. Prior Velho, 2007, X.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Coleção Os Pensadores. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1984.
- ARISTÓTELES. **Física I e II**. Prefácio, tradução, introdução e comentários, Lucas Angioni. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.
- DOWNING, Eric. ΟἶονΨυχή: An Essay on Aristotle's "Muthos". **Classical Antiquity**, Califórnia, v. 3, n. 2, p. 164-178, 1984.
- DRUCKER, Claudia. A narrativa como gênero literário - Ricoeur e a Poética. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do; WU, Roberto (orgs). **Pensar Ricoeur**. Porto Alegre: Clarinete, 2016. p. 279-299.
- CESAR, Constança Marcondes. Mythos e História em Paul Ricoeur. **Revista Estudos Filosóficos** [versão eletrônica], São João del-Rei, n. 13, p.87-94, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo I**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo II**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1995.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Trad. Ivone C. Benedetti. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- ROSA, José M. da S. **Da identidade narrativa: Paul Ricoeur, leitor de Santo Agostinho**. Edição da Lusosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009, p. 1-55.
- ROSSATTO, Noeli Dutra; BOTTON, João Batista. In: LEONHARDT, Ruth Rieth; CORÁ, Elsie José (orgs). **O Legado de Ricoeur**. Guarapuava: Unicentro, 2011, p. 111-150.
- ROSSATTO, Noeli Dutra. Existência e narração: Agostinho na leitura de Ricoeur. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do; WU, Roberto (orgs). **Pensar Ricoeur**. Porto Alegre: Clarinete, 2016. p. 279-299.
- WARTELLE, André. **Lexique de la "Poétique" d'Aristote**. Paris, 1985.

AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Data de submissão: 03/12/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Heloíse Montagner Coelho

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

E-mail: heloisemontagnercoelho@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0200198138801960>

Thieser da Silva Farias

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

E-mail: thieserfarias94@yahoo.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4540009812337374>

“De seguir livre muitos caminhos
Arando terras, provando vinhos.
De ter ideias de liberdade
De ver amor em todas idades” (Elaine Geissler)

RESUMO: O presente trabalho destina-se a estudar as influências do pensamento político do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesse intento, resolveu-se partir da análise da obra-prima do referido autor, “Do Contrato Social”, na finalidade de refletir como as concepções de “liberdade” e “vontade geral” (gênese do princípio democrático) estão insculpidas na Carta Magna vigente. Para isso, utilizam-se o

método de abordagem dedutivo, os métodos de procedimento histórico, monográfico e comparativo e a técnica de pesquisa bibliográfica, buscando constatar como as ideias rousseuanianas contribuíram para a construção do Estado Democrático de Direito brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição; Estado; Poder; Povo; Rousseau.

THE INFLUENCES OF ROUSSEAU'S POLITICAL THOUGHT ON THE 1988 FEDERAL CONSTITUTION

ABSTRACT: The present scientific work aims to study the influences of the political thinking of the Enlightenment philosopher Jean-Jacques Rousseau present in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. In this sense, it was decided from the analysis of the masterpiece of the referred author, “Social Contract”, in order to reflect how the conceptions of” freedom “and” general will “(genesis of the democratic principle) are inscribed in the current Magna Carta. For this, was used the deductive approach method, the historical, monographic and comparative procedure methods and the bibliographic research technique, seeking to verify how the rousseauian ideas contributed to the construction of the Brazil Democratic State with Rule of Law.

KEYWORDS: Constitution; State. Power; People; Rousseau.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2019, recordam-se os duzentos e trinta anos de um dos acontecimentos mais importantes de toda a história: a Revolução Francesa. Inserida no contexto da “Era das Revoluções”, os levantes de 1789 encontraram no Iluminismo a sua base filosófico-ideológica, responsável por produzir profundas mudanças na situação interna da França e na realidade de várias outras nações nas décadas posteriores. Dentre os muitos pensadores que formularam as teses norteadoras da insurreição (Montesquieu, Voltaire e John Locke, por exemplo), destacam-se as ideias contratualistas e anti-elitistas de Jean-Jacques Rousseau, apresentadas no conjunto de sua produção teórica, principalmente em sua obra-prima: “Do Contrato Social”.

Ao formular os “Princípios do Direito Político”, Rousseau elaborou muitas das premissas sobre as quais se assentam o Estado de Direito e a democracia moderna, tendo seus postulados insculpidos no ordenamento jurídico da maioria dos países do globo com o passar do tempo, inclusive na atual Carta Magna brasileira. Dito isso, exsurge o seguinte questionamento: quais são as principais influências do pensamento político rousseauiano presentes na Constituição Federal de 1988?

Sem a pretensão de esgotar o tema, esse trabalho objetiva verificar os reflexos das teses de Rousseau na Lei Fundamental em vigência, centrando seu estudo nos conceitos de “liberdade” e “vontade geral” estabelecidas no “Contrato Social”. Para tal intento, optou-se por utilizar o método de abordagem dedutivo, os métodos de procedimento histórico, comparativo e monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica. Sua justificativa reside (i) no interesse pessoal que os autores há muito nutrem pelo assunto, (ii) pela necessidade de debater como o ideário do autor ora em análise insere-se na Constituição Cidadã, cujos trinta anos de promulgação comemoraram-se recentemente, e (iii) pela relevância interdisciplinar do tema, objeto de estudo de múltiplas áreas do saber, a citar o Direito, a História, a Filosofia e as Ciências Sociais.

O artigo divide-se nos seguintes eixos: em primeiro plano, realiza-se uma contextualização acerca da biografia do intelectual em exame e do momento histórico em que viveu e concebeu suas teorias. Em seguida, passa-se a uma análise dos mais destacados pontos de sua obra “Do Contrato Social”. Ato contínuo, perquire as principais influências das concepções de Rousseau na Constituição de 1988.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 BIOGRAFIA DO AUTOR

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, em 1712 e faleceu em Ermenoville, França, em 1778. Além de escritor, foi teórico contratualista e filósofo moderno, afigurando-se um dos maiores pensadores de seu tempo devido à variedade de temas explorados em seus escritos, que vão de lições sobre música (“Cartas Sobre a Música Francesa”, 1753), educação (“Emílio”, 1762) e religião até as progressistas teses acerca de liberdade, exercício do poder político e explicação das causas das desigualdades entre os indivíduos (“Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, 1755).

Polêmico e crítico, dedicou-se às letras e escreveu o romance “A Nova Heloísa” (1756) e suas intimistas “Confissões” (1764). Entretanto, a obra-prima de Rousseau é “Do Contrato Social”, subtitulada “Princípios do Direito Político”, de 1762, livro inserido no contexto da crescente postura antiabsolutista da época e que elaborou importantes conceitos inspiradores para os levantes dos séculos XVIII e XIX que suplantaram o Ancien Régime e erigiram as bases do Estado de Direito. Para melhor entender a produção teórico-intelectual do autor ora analisado, torna-se imperiosa uma sucinta contextualização do momento em que este genebrino viveu e elaborou seus mais relevantes textos: a Ilustração. Surgido no final do século XVII na Inglaterra graças às concepções mecanicistas de Isaac Newton, racionalistas de René Descartes (VICENTINO, 2007) e liberais de John Locke, o Iluminismo

indica um movimento de ideais [...] que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o “século das luzes”. Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da “luz” contra as “trevas” [...] O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.605).

Apesar de não ter sido um movimento homogêneo (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, p. 605) em virtude dos múltiplos ensinamentos apresentados por filósofos do período, o Iluminismo configurou-se uma corrente jusfilosófica de combate ao Antigo Regime europeu, sistema alicerçado, basicamente, nas pilastras do Absolutismo Monárquico de Direito Divino (centralização total do poder nas mãos do Rei), do Mercantilismo (intervenção estatal na economia) e do Estado Confessional, onde a autoridade política e o poder religioso imiscuíam-se com vistas a legitimar o exercício ilimitado do poder real, cuja premissa de sustentação advinha do “axioma pauliniano: ‘Todo poder vem de Deus’” (MANENT, 1987, p.19), notória explicação metafísica que justificou o despotismo dos monarcas durante longo quartel da história humana.

Em resposta à ordem arbitrária vigente, a Ilustração representou um conjunto de ideias avessas às arcaicas estruturas da sociedade do Velho Mundo, apregoando o ideário produzido pelas classes mercantis, isto é, os desejos de limitação do poder

dos Príncipes, o estabelecimento do livre mercado, a defesa da propriedade privada e a igualdade jurídica entre os cidadãos, dentre outros, difundindo, desta forma, uma nova visão do mundo ancorado nos anseios burgueses. Na verdade, “a filosofia do Iluminismo é a filosofia da Burguesia” (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 609).

Assim, Jean-Jacques Rousseau foi filho de seu tempo e suas mais memoráveis obras dedicam-se ao esclarecimento da origem do Estado, elaboração das leis e exercício da soberania. Contudo, “Rousseau pode ser considerado o mais antiliberal dos iluministas” (PEREZ, 1991, p.20), uma vez que, ao contrário de outros pensadores da Filosofia das Luzes (Montesquieu, Voltaire e Adam Smith, por exemplo), o genebrino aqui estudado preteriu a razão em nome do primado dos sentimentos, transformando-se em um dos precursores da estética romântica na literatura do século XIX (Façanha, 2012).

J.J.Rousseau também foi um dos últimos - e, quiçá, principal - teórico contratualista, filiado à “Escola do Direito Natural” (BOBBIO; BOVERO, 1987, p. 14) da Idade Moderna (1453-1789). À semelhança de Thomas Hobbes e John Locke, elaborou um conjunto de teorias políticas na qual acreditava que a origem da Sociedade e os fundamentos do poder político (Governo, Leis e Administração estatal) definiam-se em um contrato celebrado pelos indivíduos, cuja primeira consequência seria a passagem do estado natural (de liberdade irrestrita) para o estado social ou civil (de liberdade moderada). Todavia, diferentemente de seus antecessores contratualistas, o estado de natureza rousseauiano concebe o Homem como genuinamente bom, somente corrompido quando imerso na vida em coletividade. Na visão de Cotrim (2006, p. 159), “foi dessas ideias que nasceu o mito do bom selvagem”.

As teorias rousseauianas encontraram largo apoio entre os revolucionários de 1789 em função de suas concepções oporem-se às injustiças da época (não raramente ancoradas em uma fé dogmática) e atenderem às expectativas daquilo que, *a posteriori*, convencionou-se nominar “democracia moderna”, resultado de uma realidade em que imperam a obediência aos comandos da Lei, a liberdade, a igualdade e o poder advindo do povo.

2.2 ANÁLISE DA OBRA

Alcunhado “Bíblia da Revolução Francesa”, “Do Contrato Social” (1762) exerceu relevante influência sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e transformou-se em obra norteadora dos movimentos insurgentes que abalaram os continentes europeu e americano a partir da segunda metade do século XVIII.

Dividido em quatro pequenos livros, cada qual fragmentado em capítulos, princípios do *Principes du Droit Politique*, inspirou, sobretudo, os grandes lemas do pós-tomada da Bastilha (14 de julho de 1789), momentos de concretização, no plano fático, das ideias propostas por Rousseau. Nesta linha, Wokler (2012, p. 113) explica

que “durante a Revolução Francesa, os princípios do Contrato Social passariam a ser considerados como o Decálogo da nova República da França”, tendo em vista que o conjunto de ideias presentes na obra obteve significativa aceitação pelas camadas populares e pela pequena burguesia, pois além de atenderem às expectativas de um Estado Democrático (VICENTINO, 2007), serviram, mais tarde, de “bandeira aos movimentos populares mais radicais” (VICENTINO, 2007, p. 242).

O segundo capítulo do Livro I, “Das Primeiras Sociedades”, apresenta a família na condição de primeira forma de vivência em ambiente coletivo, “a mais antiga de todas as sociedades, e a única que é natural” (ROUSSEAU, 2017, p. 11), na qual o contexto doméstico torna-se modelo para a comunidade política. Com base nisso, o autor crê que a sociedade não era uma simples evolução gradual das agregações populacionais conforme pensava Aristóteles (BOBBIO; BOVERO, 1987), mas sim uma construção humana eminentemente racional, construída por uma associação dos homens em corpos coletivos. Tal adução encontra-se no capítulo IV e é o cerne do Livro I, imprescindível para entender a formação do primeiro pacto social. Portanto, depreende Rousseau (2017) que a comunidade política, ao invés de ser um processo de evolução histórica ou natural, foi produto de convenções entre os pactuantes.

Ainda para o autor, quando os homens perderam a capacidade de subsistência individual, precisaram unir-se e agregar-se a partir de um contrato capaz de construir uma associação que defendesse e protegesse os bens de todos os seus membros. Assim, o corpo político, criado através da vontade dos indivíduos, não seria dissociado de cada membro particular, tornando-se impossível ofender um único integrante do grupo sem atacar a comunidade, conforme se verifica no seguinte trecho: “Logo que essa multidão é reunida num corpo, não se pode ofender um dos membros sem atacar o corpo; tampouco ofender o corpo sem que os membros disso se ressintam” (ROUSSEAU, 2017, p. 22).

Após explanar quais são os “princípios do direito político” nos livros I e II (Wokler, 2012), Rousseau ateu-se, no Livro III, à análise das formas de governo, inquirindo sobre as características e configurações da Democracia, da Aristocracia e da Monarquia. Munido de metodologia introdutória na parte inicial, o escritor esclarece que o Governo é o corpo intermediário entre os súditos e o soberano, sendo a Administração do Reino a forma suprema com a qual o Príncipe exerce o Poder Executivo.

A partir do sexto capítulo, reflete sobre as três formas de governo propriamente ditas (cap. III, Livro III). A Monarquia seria ideal para Estados Grandes, onde “um indivíduo representa um ser coletivo” (ROUSSEAU, 2017, p. 66) e sua vontade pessoal domina mais do que nas outras manifestações governamentais; a Aristocracia, por sua vez, seja ela natural, eletiva ou hereditária adequa-se melhor aos Estados médios; a Democracia, finalmente, seria boa para cidades pequenas, onde os próprios cidadãos exerceram a magistratura (cap. IV).

Nos trechos que seguem entre os capítulos IX e XVIII, Rousseau volta-se ao estudo do Governo (anteriormente descrito como uma instituição formada por pessoas

em nome do povo- cap. I, Livro III), realizando considerações inovadoras para a sua época e hoje demasiado válidas. Se, para o autor, uma das aspirações primordiais da sociedade política é a conservação da propriedade de seus membros, o abuso na autoridade dos mandatários pode usurpar o poder soberano (cap. X) e, por consequência, degenerar o Estado ou causar a “morte do corpo político” (cap. XI).

O último Livro componente do mais famoso texto de J.J.Rousseau apresenta um breve estudo histórico acerca de várias assembleias e outros órgãos governamentais, abordando também a questão dos sufrágios (capítulos II e III), da censura (cap. VII), da religião civil (cap. XVIII) e dos tribunatos e ditaduras na Roma Antiga (capítulos V e VI).

3 | AS INFLUÊNCIAS DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Símbolo máximo da transição do autoritarismo para a Nova República (1985-), a Constituição Federal de 1988 propõe-se a “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)” (BRASIL, 1988).

Lastreada em alta carga principiológica herdada do ideário liberal-iluminista, a Lei Maior prevê um plexo de direitos fundamentais direcionados aos cidadãos e um corpo de normas destinadas à organização do Estado, delimitando a forma como se dá a distribuição e o exercício do poder. Assim, já em seus primeiros Títulos, optou o constituinte originário em criar um Estado Democrático de Direito cujo conteúdo encerra as formas de Estado e de Governo (Art. 1º), a Separação de Poderes (Art. 2º) e, especialmente, o princípio democrático (Art.1º, parágrafo único) e os direitos e garantias individuais (Art. 5º). Conjugados, tais elementos comportam-se como antídotos ao arbítrio e como mecanismos de promoção sociopolítica dos seres humanos em coletividade.

Frutos dos movimentos de constitucionalização do poder nos séculos XVIII e XIX, muitos desses postulados acima citados (e avessos aos despotismos dos governantes) têm sua origem nas teorias propostas pelos filósofos do final da Idade Moderna, com especial destaque para as afirmações de Jean-Jacques Rousseau em seu lapidável “Do Contrato Social”. De toda a sua vasta produção intelectual, destacam-se os seus entendimentos acerca da liberdade, da igualdade e da soberania pertencente ao povo, hodiernamente consagrados como base axiológica da ordem democrática e do Estado de Direito - típicos do mundo ocidental e de que o Brasil faz parte. Doravante, necessário é estudar como os principais conceitos da obra mais conhecida de Rousseau estão estampados na Carta Cidadã de 1988.

3.1 DA LIBERDADE

A fase 1964-1985 ficou conhecida pela repressão dos agentes do Estado contra os suspeitos de sublevação política. Mais do que as ações corporais aplicadas nos “subversivos” (torturas, sequestros e toda sorte de vilipêndios a direitos humanos), a Ditadura Civil-Militar lançou mão de um arcabouço voltado à inibição das expressões de oposição ao Regime, através de proibições de reuniões e greves, censura a músicas, filmes, novelas e a qualquer comportamento que infringisse a moral cívica, familiar ou religiosa. Em movimento oposto a isso, a Carta Magna vigente recorreu à liberdade para romper com todos os grilhões e amordaças do período anterior.

Em seu sentido amplo, a “liberdade” é ponto de inúmeros debates, sendo, algumas vezes, pouco ou mal compreendida, mas sempre almejada, sobretudo em se tratando de organizações político-institucionais. No Livro I do Contrato Social, composto por nove capítulos, Rousseau analisa relevantes questões da vida política e filosófica, como observado na frase inaugural do capítulo I, rotineiramente associada ao escritor genebrino: “O ser humano nasce livre e em toda parte está a ferros” (ROUSSEAU, 2017, p. 11).

Eis que o tema da liberdade perpassa toda a obra, haja vista ser um dos pontos de maior preocupação da investigação rousseauiana. Retomando este assunto no capítulo IV, Jean-Jacques condena a escravização de pessoas por pessoas ou por instituições políticas, afinal “renunciar à sua liberdade é renunciar à sua qualidade de ser humano, aos direitos da humanidade, mesmo a seus deveres” (ROUSSEAU, 2017, p.15). No concernente à escravidão, acrescenta que “[...] o direito de escravidão é nulo, não apenas porque é ilegítimo, mas também porque é absurdo e carece de significado. Estas palavras, ‘escravidão’ e ‘direito’ são contraditórias, excluem-se mutuamente” (ROUSSEAU, 2017, p.18). A submissão de um indivíduo por outra baseada no critério da força é inaceitável para o autor de “Emílio”, filósofo jusnaturalista que concebia a liberdade enquanto um direito natural dos homens, espécie de qualidade ínsita à condição de ser humano.

Nesta senda, Bobbio (1992, p. 52) posta-se na figura de seguidor dessa corrente de pensamento por entender que

o homem tem direitos inatos e adquiridos; e o único direito inato, ou seja, transmitido ao homem pela natureza e não por uma autoridade constituída é a liberdade, isto é, a independência em face de qualquer outro constrangimento imposto pela vontade do outro, ou, mais uma vez, a liberdade como autonomia.

Dito isso, por questões metodológicas, o presente trabalho abordará as liberdades políticas e jurídicas presentes no artigo 5º da Constituição Federal.

Após um período de supressão de liberdades no Brasil, a Constituição Federal de 1988 inovou ao consagrar liberdades variadas, assegurando-as através de diversas normas. Liberdade e igualdade são dois componentes fundamentais do conceito de

dignidade da pessoa humana, alicerce do Estado Democrático de Direito e vértice dos direitos fundamentais (BRANCO; COELHO; MENDES, 2008).

Nesse sentido, o Estado Democrático de Direito é essencial para que essas liberdades sejam guarnecidas e incentivadas, inclusive através de ações que garantam maior igualdade entre todos, prevenindo, dessa maneira, que as liberdades sejam tão somente formais. A efetividade dessas liberdades presta serviço ao regime democrático, pois proporciona a participação mais ativa de todos aqueles interessados nas decisões políticas principais (BRANCO; COELHO; MENDES, 2008). É nessa linha que a Constituição Cidadã trouxe em seu artigo 5º a proteção de inúmeros ramos da liberdade, tais quais a liberdade de expressão, liberdade de reunião e associação, liberdade de consciência e de religião, a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de locomoção e a liberdade de informação.

A liberdade de expressão se constitui como um dos mais inestimáveis direitos fundamentais, uma vez que sua consagração é requisito primordial para a consolidação de um Estado Democrático de Direito. Um Estado onde a liberdade de expressar opiniões e participar do debate público não possui respaldo, jamais poderá ser considerado democrático. A liberdade de expressão engloba tanto a manifestação de pensamento (art. 5º, IV da CF) quanto o direito à informação (art. 5º, XIV e art. 220 da CF) (GONÇALVES, 2014). Incluem-se na liberdade de expressão capacidades variadas, como a de comunicação de pensamento, de ideias, de informações e de expressões não verbais.

O direito de reunião e o direito de associação ligam-se intimamente à liberdade de expressão e ao sistema democrático de governo. O direito de reunião (art. 5º, XVI) assegura aos indivíduos a faculdade de se reunirem em lugares abertos ao público, sem impedimentos ou intromissões do Poder Público. Já o direito de associação (art. 5º, XVII-XXI), permite a coligação voluntária de indivíduos, com a finalidade de atingir objetivos lícitos, ou seja, a liberdade de associação satisfaz necessidades diversas dos indivíduos, sendo básica para o Estado Democrático de Direito (BRANCO; COELHO; MENDES, 2008; BULOS, 2015).

A Constituição Federal assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, inclusive garantindo seu livre exercício (art. 5º, VI). A liberdade de consciência deriva da faculdade do indivíduo formular juízos e ideias sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. Assim, o Estado não pode interferir nessa esfera íntima e, da mesma forma, ninguém pode ser cerceado por possuir uma ideologia diferente da maioria. É extremamente essencial em um Estado Democrático de Direito, já que é fundamental para o exercício das demais liberdades, ou seja, sem a liberdade de consciência, as liberdades de crença e de convicção político-filosófica não se efetivam. Já a liberdade de crença volta-se para o aspecto religioso, ou seja, o indivíduo possui o direito de escolher sua própria religião e, inclusive, de não professar e seguir qualquer religião. A liberdade de consciência e crença decorre da laicidade do Estado brasileiro, ou seja, o Brasil é um Estado que não possui religião oficial (BRANCO; COELHO;

MENDES, 2008; BULOS, 2015).

3.2 DA SOBERANIA E DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

Nunes e Robbio (2019, p. 415) prelecionam que “com o advento do Estado Moderno, o povo [...] passou a ser parte fundamental da política, inclusive sendo fonte da qual emana todo o poder do Estado, como observado, por exemplo, no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal de 1988”. In verbis:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Tal fenômeno, não obstante, ocorreu de modo gradual e de formas diversas nas nações onde se operou a substituição do modelo absolutista pelo Estado de Direito. A necessidade de combater as incursões despóticas do Príncipe coadunada nas ideias liberais impuseram “limites à atuação do poder político, a partir da afirmação dos direitos naturais e de leis fundamentais de governo” (NUNES; ROBBIO, 2019, p. 416). Foi neste contexto que proliferaram no Velho Mundo as primeiras especulações acerca da contenção do poder pelo próprio poder (Montesquieu) e de transmissão do *locus* de soberania do Monarca para a população, sobremodo com Jean-Jacques Rousseau.

Diante dessa conjuntura, no Livro II do “Contrato Social” o pensador iluminista aborda os aspectos jurídicos do Estado Civil em doze capítulos. As principais teses desenvolvidas nesta parte defluem de um princípio central, qual seja: a soberania do povo, “inalienável” e “indivisível”, mediante observação dos capítulos I e II, haja vista J.J.Rousseau entender que a soberania reside no povo, e o poder emana dele por meio do corpo político dos cidadãos unidos em comum acordo. Doravante, infere-se que o povo - e não o Rei, conforme defendera Hobbes - é o verdadeiro soberano, sendo o governante apenas um depositário da soberania popular. Neste sentido,

Para Rousseau, [...] a ideia de soberania é essencialmente um princípio de igualdade, identificado com o elemento governado, ou seja, os próprios súditos, enquanto autoridade suprema, e está ligada aos conceitos de vontade ou direito [...] ao considerar soberania toda a população (...) (WOKLER, 2012, p. 95-96).

À medida em que o absolutismo Hobbesiano ou liberalismo Lockeano (PEREZ, 1991, p.20) beneficiavam uma pequena parcela de pessoas - a saber a Aristocracia e a classe burguesa -, Rousseau ampliou a noção de cidadania, conferindo à população, ou melhor, aos cidadãos, “enquanto participantes da autoridade soberana” (ROUSSEAU, 2017, p. 21), a competência diretiva dos assuntos de interesse geral.

Outrossim, urge ressaltar que o núcleo da filosofia político-jurídica presente em

“Do Contato Social” repousa na noção “Vontade Geral”, conceito um tanto quanto enigmático e de difícil apreensão imediata, analisado como um meio para a promoção do interesse comum e freio limitador para a atuação (às vezes desordenada) dos governantes. Acerca dessa acepção que conduz todo o pensamento político rousseauiano, Wokler (2012) pontua que a “Vontade Geral” era “o termo empregado por Rousseau para designar o exercício da soberania popular, tendo-o empregado pela primeira vez no Discurso sobre Economia Política de 1755 [...]” (WOKLER, 2012, p. 99). Anos mais tarde, Rousseau atribuiu-lhe um

[...] significado especificamente político. No Discurso Sobre a Economia Política, ele o definiu como a vontade do corpo político como um todo, sendo a fonte de suas leis e o critério de justiça. No Contrato Social, ele o aplica tanto ao interesse público [...] que deve ser promovido pelo soberano de todo Estado, quanto à vontade individual de cada cidadão em alcançar esse bem (WOKLER, 2012, p. 99-100).

Os capítulos VIII e XV do Livro III corroboram a afirmação supracitada ao caracterizar as leis como frutos ou expressões da Vontade Geral, universais e essenciais à associação civil. É necessário o povo ser submetido a tais normas porque, sendo ele o promotor/agente de elaboração das leis (parte ativa), cabe-lhe também o seu cumprimento (parte passiva), pois “respeitar as leis é o mesmo que obedecer à vontade geral e, ao mesmo tempo, é respeitar a si mesmo, sua própria vontade como cidadão, cujo interesse deve ser o bem comum” (COTRIM, 2006, p. 280).

Nessa toada, vê-se que Jean-Jacques Rousseau arquitetou muitos dos pilares sobre os quais se assentam o Estado de Direito, compondo, ao lado de Montesquieu e Locke, a tríade de filósofos iluministas responsáveis pela formulação de teorias anti-absolutistas postas em prática pelas Revoluções Liberais do final da Idade Moderna, essas fundantes da ordem liberal-democrática. Bobbio (1998, p. 113) acredita, inclusive, que

é sobretudo em Rousseau, grande teórico da Democracia moderna, que o ideal republicano e democrático coincidem perfeitamente. No Contrato social confluem, até se fundirem, a doutrina clássica da soberania popular, a quem compete, através da formação de uma vontade geral inalienável, indivisível e infalível, o poder de fazer as leis, e (...) a doutrina contratualista do Estado fundado sobre o consenso e sobre a participação de todos na produção das leis (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.323).

Faz-se mister apontar que o sistema político das democracias ocidentais foi consolidado sobre dois laços umbilicalmente ligados: participação e representação. Nele, os cidadãos participam da vida política do Estado para eleger um número de indivíduos e outorgar-lhes a prerrogativa de atuarem em seu nome na qualidade de representantes da comunidade. Tal fenômeno constitui-se atributo elementar da democracia burguesa, segundo a qual o povo exerceria o poder soberano indiretamente.

Rousseau, porém, mesmo afigurando-se um dos genitores do modelo democrático contemporâneo, nunca advogou pela tese de delegação da capacidade decisória da coletividade para representantes. Averso à ideia de representação, o escritor explicitou:

A soberania é irrepresentável pela mesma razão por que é inalienável; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade, de modo algum, se representa [...] Os deputados do povo não são, portanto, nem podem ser, seus representantes [...]. A ideia de representantes é [...] degradada, e no qual o nome do homem cai em desonra (ROUSSEAU, 2017, p. 86-87).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vanguardista para a época de sua publicação “Do Contrato Social” propôs teses norteadoras à edificação do Estado de Direito, marcado pela passagem do absoluto do Rei para o império da Lei. Ademais, o pensamento rousseauiano construiu os “princípios do direito político” responsáveis pelo alvorecer de um novo modelo democrático cujas premissas encontram fulcro na obra analisada. Dentre tais pressupostos configurantes da democracia moderna é necessário frisar os direitos naturais (hoje “fundamentais”) dos homens, mormente a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, a obediência da comunidade às normas jurídicas, a elevação do povo à condição de verdadeiro soberano (e autêntico detentor do poder), a ampliação da cidadania e a busca do bem comum como desiderato do poder público, aspirações essas insculpidas nas Constituições da maioria dos países do mundo, inclusive na Carta Magna brasileira de 1988.

Em tempos de graves crises da democracia liberal provocadas, dentre outros, pela insatisfação generalizada do povo em relação a seus representantes (conforme visto nas manifestações de junho/2013 no Brasil) e pela onda de regimes autoritários que se alastra pelos governos de várias regiões do globo, considera-se urgente - e inadiável - uma leitura atenta do “Contrato Social” a fim de se realizar uma reflexão aprofundada sobre temas caros à existência (ou à sobrevivência) do Estado Democrático de Direito, a exemplo da fiscalização dos atos dos dirigentes públicos, possibilitando à população (ou melhor, à Vontade Geral) uma participação mais proativa nos destinos da nação.

Por derradeiro, o estudo correlato entre a Constituição Federal de 1988 e “Do Contrato Social” permite inferir a longevidade das concepções jusfilosóficas de Rousseau, vivas e praticadas há mais de dois séculos, que mais do que orientar o exercício do poder político e a configuração das finalidades do Estado, têm no ser humano o cerne de toda a sua preocupação. Assim, procura esclarecer que este é um sujeito dotado de direitos naturais (ou, na linguagem constitucional, “fundamentais”, tais quais a liberdade e a igualdade), e, quando imerso no corpo político, participa da vontade geral que conduz os rumos da coletividade (fundamento do princípio democrático).

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2.ed. São Paulo: Brasiliense S.A, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale et al. 11.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, 1988.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: História e grandes temas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FAÇANHA, Luciano da Silva. **O prenúncio da natureza romântica na escrita de Rousseau**. São Paulo: Cadernos de ética e filosofia política, 2012.
- GONÇALVES, Nicole Pilagallo da Silva Mäder. Liberdade de expressão e estado democrático de direito. In: Clèmerson Merlin Clève (Coord.). **Direito constitucional brasileiro: teoria da constituição e direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- MANENT, Pierre. **História intelectual do liberalismo: Dez Lições**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- NUNES, Diego; ROBBIO, Murilo Aparecido Carvalho da Costa De. Impeachment: Apontamentos para uma pesquisa histórico-jurídica sobre a Lei nº 1.079/1950. Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Niterói, p.406-427, 2019.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. **Rousseau: democrata totalitário?** Santa Maria: Jornal A Razão, 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: Princípios do Direito Político**. Tradução de Edson Bini. 2.ed. São Paulo: EDIPRO, 2017.
- VICENTINO, Cláudio. **História geral: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2006.
- WOKLER, Robert. **Rousseau**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E O FENÔMENO ALIENAÇÃO PARENTAL: A CRÍTICA DA TEORIA SISTÊMICA À PERSPECTIVA DE RICHARD GARDNER

Data de aceite: 04/03/2020

Ronaldo da Costa Formiga

Doutor, UFRJ/2003.

roncostaf@uol.com.br

RESUMO: O presente artigo visa discutir o fenômeno da alienação parental com base nas contribuições da teoria sistêmica. Trata-se de uma teoria que busca se contrapor à leitura patologizante (e individualizante) do fenômeno, particularmente a leitura realizada pelo psiquiatra Richard Gardner. Segundo a teoria sistêmica, procederíamos a uma contextualização mais ampla e abrangente da AP na medida em que consideramos o sistema familiar como um todo e destacamos as relações disfuncionais que os diferentes subsistemas estabelecem entre si no interior do sistema familiar mais amplo. A relação entre os diferentes subsistemas explicaria, assim, os comportamentos que geram e sustentam a AP. Conceitos como organização e estrutura do sistema familiar vão se destacar lado a lado à noção de sistemas funcionais e sistemas disfuncionais, transgeracionalidade e outros. Desta maneira, buscamos, com este artigo, combater a perspectiva de Gardner que localiza na presença de um suposto genitor alienador (e sua psicopatologia) a única razão para a compreensão do citado fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: alienação parental-família contemporânea-teoria sistêmica.

ABSTRACT: This article aims at a discussion of the phenomenon of parental alienation based on the contributions of the systemic theory. This theory opposes itself to the pathologizing (and individualizing) approach of the referred phenomenon, mainly Richard Gardner's understanding of it. Following the systemic theory, one can proceed in a larger contextualization of PA as far as one consider the family system as a whole and the other dysfunctional relationships that the different subsystems establish between them amidst the family system are detached. The relationship among the different subsystems would explain, therefore, the behaviors that create and support PA. Concepts as organization and structure of the family system will outstand close to functional and disfunctional systems, transgenerational and similar ones. So far, we aim, with this article, at opposing Gardner's perspective which locates on the presence of a supposed alienating parent (and his or her psychopathology) the only reason to the comprehension of the aforementioned phenomenon.

KEYWORDS: parental alienation-contemporaneous family-systemic theory

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a alienação parental é um fenômeno que se tornou mais evidente com o advento da contemporaneidade. Com base na nova concepção de valores própria à ideologia individualista (condizente com a modernidade, como nos ensina o antropólogo Louis Dumont),¹ observamos o surgimento de novas configurações familiares e a ruptura com o modelo tradicional de família calcado no sistema patriarcal, onde a organização nuclear se apresentava como o eixo definidor do contexto familiar. Esta nova realidade, reveladora de uma reorganização das relações familiares, apresenta determinadas características que favorecem o surgimento do fenômeno da alienação parental. Não temos mais, pelo menos não de forma tão nítida, a antiga dicotomia masculino/provedor versus feminino/afetos e cuidados. A indissolubilidade do casamento se desfez e os papéis sociais (masculino e feminino) sofreram sérias transformações. Estes não são mais estanques e nem tão rigidamente definidos. A rígida divisão entre as esferas pública e privada cedeu lugar ao caráter híbrido do mundo social onde homens e mulheres circulam indiscriminadamente entre ambas as esferas. A família se reestrutura e, com ela, as definições de paternidade e maternidade. Surgem novos modelos de estruturação familiar (ARIÈS, 2006) e, simultaneamente, um caráter mais fluido destes arranjos vai se tornando visível. A exclusividade da família nuclear cede espaço para, por exemplo, famílias monoparentais, famílias homoafetivas, famílias ligadas por relações afetivas, etc. Trata-se de um novo modelo de família que, tradicionalmente, é; definido como família contemporânea ou família pós-moderna. O advento desta realidade é concomitante ao surgimento de transformações nas relações afetivo-sexuais, progressivamente sedimentadas por movimento emancipatórios como, por exemplo, a luta feminina por direitos iguais e a luta do movimento LGBTQ pelo reconhecimento das relações homoafetivas. A perda da hierarquia nas relações familiares cria uma redefinição da intimidade. Papéis convencionais entre homens e mulheres são gradativamente substituídos por uma quase “exigência” de autenticidade nas relações conjugais, o que, em muito, difere da antiga aceitação passiva de um destino previamente aceito sem questionamentos. É o “indivíduo” se sobrepondo à hierarquia. A construção da identidade passa por decisivas mudanças. Observa-se, como consequência, a ruptura com uma ordem emocional anterior que colocava o homem como referência de poder nas relações familiares. Neste quadro podemos tentar compreender como ocorre a emergência do fenômeno da alienação parental e a noção de guarda compartilhada.

1 Dumont, L. Ensaios sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. P. Alegre: Ed. Dom Quixote. 1992.

DIVÓRCIO LITIGIOSO E GUARDA COMPARTILHADA: UMA CRÍTICA À VISÃO DE GARDNER

Em função das mudanças acima citadas, deparamo-nos com uma outra mudança: a não-exclusividade da mãe na guarda da criança em casos de divórcio. A tradicional manipulação da percepção da criança pela figura materna (detentora da guarda física da criança) nos casos de grande dificuldade de separação da conjugalidade e da parentalidade (divórcio litigioso), não mais se configura como única possibilidade na família contemporânea. O que temos, agora, é a exigência pelo pai de participar ativamente da criação de seus filhos. Neste sentido, abre-se uma brecha para rediscutirmos a leitura de Gardner² acerca da alienação parental. A redefinição dos papéis exercidos pelo homem e pela mulher na órbita doméstica se traduz nos casos de disputa de guarda. O que temos agora é o surgimento de pais que passam a reivindicar, cada vez mais, a manutenção de um vínculo estreito com seus filhos, após a separação conjugal. Ao contrário de autores, como Buosi³, que estabelecem a figura materna como prioritária na manipulação da percepção da criança pela incapacidade em elaborar adequadamente o luto pela separação conjugal, acreditamos que o fenômeno da AP em ambos os genitores, em detrimento da guarda física. Filhos podem ser colocados no lugar de disputas pessoais e ter a percepção manipulada por ambas as partes. Estamos contrariando, assim, a concepção tradicional que coloca a figura materna no papel de alienadora, fruto do fato de que a guarda, em famílias monoparentais, ser exclusivamente feminina. A mulher é definida, na cultura patriarcal, como sendo mais “apta” para os cuidados familiares em função de uma suposta “natureza feminina”.

Estamos partindo, portanto, da hipótese de que o fenômeno da alienação parental se configura como um fenômeno característico da família contemporânea e condiz com a configuração de valores individualista própria à modernidade. Esta última coloca como um de seus eixos centrais a “expansão da personalidade” e a supremacia do indivíduo face à hierarquia. Um dos traços da contemporaneidade é a elevada incidência de divórcios e separações, assim como a ênfase na liberdade e igualdade, valores centrais da ideologia individualista que caracteriza a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, como nos informa Louis Dumont. A disfuncionalidade característica das famílias em que a alienação parental se manifesta nos permite compreender este fenômeno de modo distinto da visão de Gardner (1985) na medida em que estamos partindo da hipótese de que a AP não é propriedade exclusiva de famílias que vivenciam um divórcio litigioso, mas, ao contrário, de sistemas disfuncionais que podem implicar ou não implicar divórcios. Esta leitura contraria a leitura mais frequente de que a AP tende a ser mais frequente em sistemas familiares marcados pela crise transacional do divórcio. A perspectiva sistêmica traz esta novidade: a AP pode ocorrer em famílias que apresentam um padrão disfuncional

2 Gardner, R. Recent trends in divorce and custody litigation. Academy Forum. 1985.

3 Buosi, C.C.F. Alienação parental: uma interface do direito e da psicologia. Curitiba, Juruá. 2012.

apesar da ausência do divórcio. Tal afirmativa não implica a desconsideração do fato de que mágoas e rancores de uma separação mal resolvida permanecem como o solo mais fértil para a AP e, portanto, como uma forma de punir o ex-cônjuge.

A PERSPECTIVA DA TEORIA SISTÊMICA

A perspectiva da teoria sistêmica concebe a família como, simultaneamente, um sistema aberto e dinâmico. Trata-se de um sistema que sofre continuamente transformações de acordo com as exigências e cuja finalidade é a sobrevivência de seus membros, além de se constituir em “locus” de crescimento psicossocial de seus membros. Veremos como esta perspectiva inova a percepção do fenômeno da AP na medida em que rompe com visões unicasais e simplistas que, em última instância, podem levar a uma perigosa culpabilização de um suposto único agente alienador e, neste sentido, agir como uma modalidade perversa de violência contra este (na maioria dos casos, a figura materna, tradicionalmente detentora da guarda dos filhos em um momento pós-divórcio). Conceber a família como um sistema DINÂMICO significa compreendê-la em constante mudança em função das diferentes circunstâncias históricas e sociais e dos estágios de transição que compõem seu desenvolvimento. A família nuclear burguesa (própria ao sistema patriarcal) é uma das configurações possíveis de organização familiar, assim como famílias plurais condizem com a contemporaneidade. Por outro lado, trata-se de um sistema aberto, porque envia e recebe mensagens tanto para o ambiente extrafamiliar como para seus subsistemas. Entre os diversos estágios de transição ou ciclos de vida familiar, podemos citar, por exemplo, o divórcio, nascimento, casamento, morte, etc.

A teoria sistêmica inova ao conceber a família como um sistema dinâmico e, neste sentido, vai tentar compreendê-la a partir da interação entre os diversos subsistemas e em permanente mudança. Tal perspectiva impede que localizemos, de forma a-histórica, um único agente como responsável pelo fenômeno da alienação parental. Entre os diversos subsistemas que compõem uma família, podemos citar a relação casal-filho, mas, também, a relação cônjuge-cônjuge, entre outros. Além disso, não podemos deixar de destacar o exato momento em que a AP se instaura no ciclo vital de uma determinada família.

Veremos, em seguida, alguns dos principais tópicos da referida teoria que acreditamos ser importante para a compreensão da AP.

Em primeiro lugar, o que caracteriza o sistema familiar?

Tendo como base a abordagem funcionalista em Ciências Sociais, compreendemos a família como regida por movimentos vitais de estabilidade e mudança. Em última instância, ela age como um sistema composto de subsistemas cuja finalidade é sua autopreservação face às instabilidades internas e externas. O pressuposto inicial é que a família é constituída por subsistemas ou microsistemas, ambos inseridos em

sistemas mais amplos. Apesar de cada qual atender uma necessidade do sistema maior (a família), eles têm suas especificidades e são regidos por leis próprias.

Por exemplo, o subsistema conjugal tem uma dinâmica própria, mas que comunga, em seu propósito de manter o sistema maior, isto é, a família, com outros subsistemas, como o paterno, o materno, o filial e o fraterno. Neste sentido, o que temos é uma rede de relacionamentos, onde cada subsistema preenche a satisfação de uma necessidade específica e, em suas interrelações, contribuem para a dinâmica familiar. Importa lembrar que as referidas trocas e/ou interações não são apenas referentes à aspectos comportamentais, mas compreendem interações de ordem psíquica também. A relação dos subsistemas com os valores da sociedade e da cultura vai definir seu *modus operandi*. Neste contexto funcional em que a família se situa, há fronteiras e regras a serem devidamente respeitadas. Cada subsistema tem fronteiras previamente estabelecidas e a partir das quais são definidas as trocas com outros subsistemas. A analogia com o organismo humano é válida para este modelo funcionalista que a teoria sistêmica supõe. O organismo biológico humano é composto de diferentes órgãos que preenchem diferentes funções. É da interrelação entre os diferentes órgãos que advém a estabilidade orgânica, isto é, a vida. Da mesma maneira, a interação entre os vários subsistemas promove a estabilidade do sistema mais amplo (a família), assim como as modificações que poderão surgir. Seria algo como um “equilíbrio instável” que caracteriza as relações familiares. Evidentemente não há um único padrão de estabelecimento de fronteiras entre os subsistemas, mas, ao contrário, são variáveis de acordo com cada família e de acordo com o modo de funcionamento do sistema. A diferenciação interna ao sistema é o que garante a relativa estabilidade do sistema maior, ou seja, sem as citadas fronteiras não haveria a heterogeneidade própria ao sistema e inviabilizaria o sistema maior enquanto uma realidade móvel e, simultaneamente, estável. Estável na mudança, ou seja, relativa estabilidade (ou equilíbrio móvel, como afirmam os teóricos funcionalistas). Será exatamente esta diferenciação interna ao sistema que permitirá a efetivação do funcionamento adequado dos subsistemas, como, por exemplo, o subsistema avós/criança.

No entanto, é preciso ressaltar que a diferenciação interna citada não pode ultrapassar certos limites. Se as fronteiras entre os diferentes subsistemas forem muito rígidas, a comunicação entre eles se torna, praticamente, inexistente, o que empobrece o sistema familiar. Se, ao contrário, forem muito difusas, ocorrerá perda de limites e indistinção intrafamiliar, com diferentes agentes percorrendo diferentes papéis ao mesmo tempo, o que inviabiliza o sistema. Considerando que toda realidade sistêmica apresenta momentos distintos de existência, como, por exemplo, a família que vivencia modificações em função de determinados ciclos de vida (morte, divórcio, etc..), necessário se faz que o apelo aos ditos subsistemas ocorra para interferir nesta nova realidade. Neste momento, pode advir uma “perda identitária” relativam ente aos subsistemas, promovendo, assim, o adoecimento de todo o sistema. Este passa

a não conseguir se adaptar a esta nova realidade e impede a preservação da saúde emocional de seus membros (no caso do sistema familiar). Acreditamos ser o que acontece quando o divórcio se apresenta litigioso e uma das partes (ou ambas) não separa conjugalidade e parentalidade. Este é o terreno propício para a instauração do fenômeno da alienação parental, por exemplo.

Importa destacar que o que foi mencionado acima revela a importância do bom arranjo dos subsistemas, que, por sua vez, se espelhará na estrutura familiar. Fronteiras pouco distintas entre dois subsistemas ou fronteiras muito rígidas entre eles, certamente comprometerá a “saúde” do sistema e se evidenciará através da disfuncionalidade. Como afirmam os teóricos funcionalistas, um sistema disfuncional é aquele que apresenta conflitos e/ou crises em seu interior. O conflito é disfuncional para a manutenção do todo e, como tal deve ser evitado ou contornado para que o sistema volte a funcionar adequadamente. Subsistemas e organização familiar estão, portanto, em uma relação de interdependência.

DISFUNCIONALIDADE SISTÊMICA E ADOECIMENTO FAMILIAR

Diante deste quadro, uma família que apresente disfuncionalidade em sua estrutura interna, com certeza, apresentará, rigidez nas fronteiras entre um genitor e filhos/as e, por outro lado, um caráter difuso nas fronteiras entre o outro genitor e seu filho/a ou filhos/as. Manipulação da percepção, aliança parental, animosidade em relação ao genitor alienado (marcado pela fronteira excessivamente rígida de seu subsistema). Neste momento, o genitor que apresentar fronteiras difusas em seu subsistema promoverá indistinção entre os agentes aí envolvidos. É como se não houvesse diferenciação entre os dois agentes daquele subsistema, que passam a conviver em uma relação simbiótica. O que um agente pensa e sente, certamente, será o que o outro agente deste subsistema pensará ou sentirá. O resultado deste processo é a exclusão ou, na melhor das hipóteses, a tolerância cordial do agente não incluso no subsistema em questão. É o que ocorre na AP. Um pacto de lealdade se estabelece entre os agentes do subsistema simbioticamente construído e onde o terceiro excluído não tem vez, sendo, quando muito, “tolerado” e devidamente “neutralizado” em suas “demandas”. Se suas exigências de participação nesta díade não ultrapassarem certos limites, ESTE AGENTE será “tolerado”. Caso contrário, ELE será, devidamente, excluído, implicando, assim, em uma morte simbólica. De qualquer maneira, estamos diante de um quadro de profundo adoecimento familiar e a alienação parental é, apenas, um detalhe deste quadro doentio. Todo o sistema familiar adocece, não existindo, em verdade, possibilidade alguma de uma REALIZAÇÃO pessoal plena neste quadro. Neste quadro em que “pactos de lealdade” se estabelecem o alinhamento e alianças com o guardião será estabelecido. O terceiro excluído do referido pacto será aquele que não for o guardião da criança e vivenciará a morte simbólica que mencionamos

anteriormente. Ao manipular, “aprisionar” a criança, o guardião alienador promove uma indistinção entre ele/ela e a criança. Esta se torna, imaginariamente, extensão de seu corpo e um processo de identificação (que poderíamos chamar de pré-edipiana) se apresenta. Não há o outro que poderia garantir a quebra desta relação simbiótica e uma fusão identitária acontece, adoecendo genitor alienador e criança alienada. Não podemos deixar de mencionar, também, a busca por apoio, por parte do genitor alienador, da parte de outros membros de sua família extensa (particularmente seus parentes diretos), no sentido de difamar o genitor alienado. O que se observa, nesses casos em que a alienação parental ocorre, é o caráter absolutamente difuso das fronteiras que unem os diferentes subsistemas. Lacan⁴ nos esclarece que a ideia de um objeto harmônico encerrando a relação sujeito-objeto é perfeitamente contradita pela experiência e é esta fantasia de um objeto harmônico e excludente que se manifesta na citada relação de aliança parental que mencionamos.

CRISTALIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR E ALIENAÇÃO PARENTAL

Todo sistema familiar, aliás todo sistema social, apresenta padrões de interação previamente definidos. Sem estes padrões devidamente estabelecidos e internalizados, não há a permanência da realidade sistêmica. Tais padrões definem as relações hierárquicas no interior do grupo social e criam rede de expectativas a serem preenchidas pelos seus agentes. Não é possível pensar em uma realidade sistêmica sem que regras implícitas definam possibilidades de comportamento. As noções de “certo” ou “errado” precisam estar claras e limites devem estar estabelecidos para que haja a continuidade estrutural do sistema. O autorregulamento do sistema depende da busca pela homeostase sistêmica, isto é, um mecanismo autorregulador que garanta sua existência. No entanto, a partir desta ideia central, podemos pensar como se daria a disfuncionalidade e a “doença sistêmica”. Um sistema familiar que se adapte às interferências externas sem promover a cristalização de suas relações é um sistema saudável. Neste caso, regras não estão sendo utilizadas para fazer persistir uma ordem interna que já foi superada. No caso do divórcio litigioso e da não-separação da conjugalidade e da parentalidade é isto que ocorrerá. Persistir-se-á em regras que não mais atendem a “vida sistêmica”. É a tentativa, digamos, de manter um “cadáver” vivo, mesmo que embalsamado. Preservar regras de interação que não mais atendem às mudanças vivenciadas pelo sistema familiar acarreta a disfuncionalidade mencionada. Este é o terreno propício para a inscrição da AP, uma vez que um genitor (ou ambos) persistem no elo afetivo mesmo que pela via do conflito e/ou ódio. Filhos usados como manobra de investidas agressivas contra um genitor é evidência da dificuldade em elaborar o luto pelo término daquela relação. Importa compreender que mesmo que um genitor alienante tome a iniciativa desta empreitada, o revide por parte do outro

4 Lacan, J. A Relação de objeto. Livro 4. Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1985.

genitor revela a cristalização das relações familiares e a tentativa desesperada de preservar o que, em verdade, já não existe mais, isto é, a antiga configuração.

RELACIONAMENTOS TRANSACIONAIS

Qualquer realidade sistêmica apresenta em sua estrutura interna vínculos com diferentes eventos externos que podem alterar sua configuração. No caso do sistema familiar, períodos como divórcio, morte, casamento de filhos, etc. geram rearranjos necessários na estrutura sistêmica. Neste contexto, alguns relacionamentos podem se manifestar como recorrentes e cristalizados, provocando “padrões transacionais”. A teoria sistêmica destaca alguns exemplos, como aliança, relacionamento distante, superenvolvimento, triangulação e coalização, superproteção, competição entre genitores, etc.

Partimos do pressuposto de que o divórcio litigioso gera, inevitavelmente, em primeiro lugar, a incapacidade de separação da conjugalidade e da parentalidade e, conseqüentemente, a ocorrência dos fenômenos citados, evidenciando a existência da AP. Entre todos os padrões mencionados, destacamos o relacionamento muito estreito ou superenvolvimento, produtor de uma fusão entre os membros a ponto de se tornar muito difícil a diferenciação entre ÊLES. Nestes casos, angústias, fobias e sintomas afins do genitor alienante se tornam angústias, fobias e sintomas do filho/a alienado/a. A aliança estabelecida entre este genitor e o filho/a evidenciam uma profunda e doentia ligação entre os subsistemas parental e filial, gerando sentimentos de lealdade e culpa quando qualquer ameaça de ruptura desta lealdade se apresente. A presença de relacionamentos beligerantes produzem quadros de ansiedade crônica, dificuldades sérias de comunicação e desqualificações no interior da díade pai/mãe.

Conforme mencionado anteriormente, no caso específico da AP, este processo de fusão entre genitor alienante e um dos filhos é bastante visível. Não há mais possibilidade de separação entre o corpo materno e/ou paterno e filho/a. Este último não consegue delimitar um território psíquico que seja exclusivamente seu em contrapartida ao território psíquico do genitor alienante. A percepção da realidade é alterada, sentimentos originários do genitor alienante (como a hostilidade) se tornam sentimentos do filho/a alienado/a.

Um outro elemento frequentemente observado nos casos de divórcio litigioso é o fenômeno da triangulação. Todo sistema precisa utilizar mecanismos que reduzam seu nível de stress a ÊLE inerente. A necessidade de preservar a estabilidade faz com que, em situação de AP o filho/a possa ser utilizado/a para reduzir a tensão e promover, assim, a homeostase sistêmica. Pra sobreviver emocionalmente, a criança alinha-se a um dos pares parentais e, deste modo, exclui, obrigatoriamente, o outro. Próximo à coalização está a triangulação. Em famílias disfuncionais a aliança de um dos genitores com o filho/a no sistema familiar destaca a presença de uma tríade.

Relatos de abuso sexual e/ou violência física podem ocorrer neste momento em que o genitor guardião adentra o filho/a alienado contra a figura do outro genitor. Silva⁵ nos esclarece que a criança passa a acreditar que foi vítima de abuso sexual e/ou violência física e repete este discurso mesmo diante do juiz.

Em um sistema familiar disfuncional e, contrariamente ao que Gardner coloca, não é necessário o advento do divórcio para que padrões relacionais patológicos ocorram. ÊLES se estabelecem mesmo durante a permanência do casamento e independentemente da separação. A competição entre os pais é mais uma evidência neste sentido. O aprisionamento afetivo da criança ocorre gerando uma situação de polarização emocional em que os genitores são divididos em genitor positivamente avaliado e genitor negativamente avaliado. Torna-se inevitável a desestruturação emocional da criança e a perda de seu equilíbrio psicoemocional, uma vez que para alinhar-se com um dos genitores, ela precisa “matar” simbolicamente o outro. Conflitos internos profundos cindem esta criança que vê uma parte de si amputada pela disfuncionalidade inerente ao sistema familiar. A obrigatoriedade da escolha entre figuras igualmente cruciais para a sua existência agride sua sobrevivência emocional. Não raro é a situação em que o próprio filho/a se torna “cuidador/a” do genitor alienante compactuando com suas dores e sofrimento, internalizando, desta maneira, o sentimento de abandono por parte do genitor alienado. Esta situação, definida por Martins Coelho⁶ como “coalização cross-geracional rígida” revela a fragilidade de um dos pais e a inevitável doença familiar.

Em qualquer sistema familiar que apresente conflitos internos, pactos de lealdade invisíveis surgirão no sentido de apoiar o par parental que se apresente como mais fraco. A responsabilidade assumida de cuidar do genitor (considerado, pelo filho/a o/a mais fragilizado/a) não condiz com seu grau de amadurecimento e idade. Trata-se de uma situação em que ocorre uma sobrecarga afetiva ao filho/a que pode levar a um sentimento de poder que ÊLE /ela, em verdade, não possui. O resultado deste processo é uma distorção da realidade e das figuras de autoridade. Obviamente os padrões transacionais aqui citados característicos de famílias disfuncionais são mais evidentes onde o fenômeno da alienação parental se inscreve. A não-elaboração adequada da separação e a persistência de resíduos de amor entre os cônjuges conduz, misturados com sentimentos de ódio e rancor, conduz ao agravamento da disfuncionalidade e, como consequência, abre-se o terreno propício para a instauração da alienação parental.

5 Silva, D. M. P. Guarda compartilhada e síndrome da alienação parental: O que é isso. Campinas, Autores Associados. 2010.

6 Dos Martins Coelho, M.I.. S. e Araujo de Moraes, N. Contribuições da Teoria Sistêmica sobre a alienação parental. S.P. Contextos Clínicos, Unisinos. 2014.

GARDNER E PADRÕES RELACIONAIS CRISTALIZADOS

Gardner coloca (1985) que membros de um sistema familiar compartilham padrões relacionais cristalizados e que estes se acirram em um sistema familiar disfuncional caracterizado pelo advento de divórcio litigioso. Féres-Carneiro (2007) ressalta, entre outros autores, que a AP ou a SAP com o divórcio litigioso. A teoria sistêmica não enfatiza os aspectos sociojurídicos das ideias de Gardner e destaca, como já assinalamos anteriormente, que a Alienação Parental não se resume a uma consequência de uma separação conjugal conturbada. Em verdade, a origem deste fenômeno é anterior ao divórcio litigioso. Estamos nos remetendo ao ponto de vista funcional da Teoria Sistêmica, isto é, trata-se de uma estrutura disfuncional que incapacita os membros da família de elaborar seus conflitos. Neste sentido, a AP não é propriedade exclusiva de famílias marcadas pelo divórcio litigioso. A disfuncionalidade sistêmica não, obrigatoriamente, tem como desfecho a separação conjugal. A incidência do fenômeno da AP é mais comum em famílias em que um dos membros não é capaz de elaborar o fim do enlace matrimonial e, em função de rancores fruto de uma separação mal resolvida e mágoas, aciona a AP como uma forma de punir o ex-cônjuge.

Diferentes pesquisadores tratam do tema divórcio litigioso como, por exemplo, Brito (2007) e Cigoli (2002) e apontam a identificação com um dos genitores como a consequência mais imediata de um divórcio litigioso. Wallerstein e Kelly (1998) usam o termo “alinhamento” para definir esta situação. Ataques ao outro genitor são empreendidos por parte do filho/a em casos de sentimentos de mágoa, traição, rejeição no genitor/a alienante. O que se constata, normalmente, é um sério abalo emocional por parte dos envolvidos neste procedimento face à conflitiva conjugal. Evidentemente o genitor detentor da guarda unilateral, ao reforçar, diariamente, acusações contra o outro par parental, favoreceria, explicam os autores, o fenômeno do alinhamento. As alianças com o genitor alienante independem do gênero do genitor guardião, mas estão, inevitavelmente, associadas a quem detém a guarda da criança. Neste sentido, a proximidade parental é determinante. As percepções dos filhos de um divórcio litigioso serão alteradas a medida em que o divórcio vai se confirmando como um movimento sem volta.

Cigoli (2002) aponta para um outro elemento bastante importante que em muito se assemelha à dinâmica conflitiva inerente à AP. Trata-se do conceito de *cisma*, com o qual o autor se refere à absoluta eliminação do cônjuge alienado como se nunca tivesse feito parte do sistema familiar. Nestes casos, são novas configurações relacionais que se estabelecem de modo a reconstruir a dinâmica familiar com a ausência do genitor alienado. Outro conceito apontado por Cigoli, a discórdia nas manobras nos remete às manobras pelas quais um dos pais ou dos genitores usa os filhos como aliados ou mensageiros de seus interesses no sistema familiar.

Temos, portanto, a partir dos estudos sistêmicos, uma visão do fenômeno das

alianças parentais em famílias conflitivas como uma leitura não-individual e reducionista deste fenômeno característico da abordagem gardneriana. Não podemos, como o citado psiquiatra forense supõe, reduzir a problemática que envolve os conflitos e as relações familiares tanto pré-divórcio como pós-divórcio a aspectos puramente individuais.

Um outro ponto a ser destacado neste contexto é o da repetição de padrões interacionais familiares ao longo de diferentes gerações. A Psicanálise nos fala da transmissão psíquica geracional, isto é, conteúdos psíquicos que são transmitidos a partir dos membros do sistema familiar vertical para seus descendentes. Kaes (1998) nos fala acerca deste material psíquico como estando na ordem do inanimado. Será este mecanismo psíquico que permitirá a noção de pertencimento do indivíduo ao grupo e a outros grupos em encadeamento de gerações. A construção da subjetividade se dará a partir de um processo de transformação e criação do material psíquico recebido. Assim, a transmissão psíquica transgeracional marca os conteúdos psíquicos de descendentes, isto é, filhos recebem a herança psíquica de tudo aquilo que não está inscrito, mas que foi vivido por um dos membros do sistema familiar. A compulsão à repetição (conceito freudiano) se aproxima do que estamos discutindo. O silêncio da experiência não garante a sua eliminação, ao contrário sua não elaboração determina seu retorno sobre a forma de um comportamento padrão familiar. Como afirma Martins Coelho e Araujo de Moraes (2014):

“O conteúdo não expresso, não subjetivado, encontra na geração subsequente, uma forma de expressão. Por exemplo, quando esse filho ou essa filha se casa e “repete” a história de um de seus pais e não consegue agir diferente com o(a) próprio(a) filho(a), ou seja, não se sensibiliza com a necessidade da criança e com o sofrimento desta mediante a separação. Sem se dar conta, termina por repetir o comportamento alienador que um dos seus pais teve para com ele(ela), submetendo-o(a) à vivência da mesma dor que outrora experimentou.” (MARTINS COELHO, M.I.S. E ARAUJO DE MORAIS, N. S.P. 2014).

CONCLUSÃO

Nossa proposta neste breve artigo foi estabelecer uma crítica à leitura GARDNERIANA do fenômeno da alienação parental. Buscamos contextualizar o refrido fenômeno como uma consequência das novas configurações familiares emergentes a partir da quebra do sistema patriarcal onde os papéis sociais eram rigidamente demarcados. As mudanças sociais ocorridas, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, do homem como mais participativo no cotidiano familiar caminham lado a lado com a referida descaracterização da família patriarcal. Novas configurações vinculares são criadas. O crescente número de ruptura dos laços conjugais em muito colaborou para que questões que envolvem a alienação parental obtivessem, cada vez mais, maior relevância.

Buscando não patologizar e individualizar a figura de um único genitor alienador

(o que pode levar, em última instância, a uma nova modalidade de violência contra a mulher, na medida em que ela permanece tradicionalmente como a guardiã dos filhos em casos de divórcio), fizemos uso das contribuições da teoria sistêmica, a partir de seus mais diversos autores. Tal medida não implicou, no entanto, da recusa em acatar a aplicação da nova lei da alienação parental, principalmente no que tange a efetivação das sanções ali previstas. O combate à chamada implantação das falsas memórias, demandando do Poder Judiciário maior investimento e atenção se tornam indispensáveis neste contexto.

Segundo os estudiosos da teoria sistêmica, um sistema familiar disfuncional levará a que seus componentes familiares estabeleçam entre si triangulações, alinhamentos, lealdades, etc. Tais padrões são intensificados em situação de divórcio litigioso. Discordamos de Gardner, inclusive, quando este autor aponta a emergência dos padrões relacionais patológicos unicamente com o advento do divórcio. De acordo com a teoria sistêmica, é suficiente que um sistema familiar seja disfuncional para que surjam padrões de relacionamento cristalizados e patológicos. Desta maneira, não temos um único “culpado” pela irrupção do fenômeno da alienação parental, mas consideramos que todos os membros do sistema familiar participam deste processo. Equipes multidisciplinares devem ser acionadas para que se tente reverter o comportamento nocivo pelos atores deste processo. QUANTO À aplicação dos dispositivos legais que tratam da alienação parental, SUA EFICÁCIA SERÁ EVIDENCIADA à medida em que o próprio Estado fornecer recursos necessários para a aplicação prática do que a lei prevê abstratamente.

Finalizando, discordamos de Gardner, ao colocar o alienador como alguém que sofre de um transtorno de personalidade e enfatizamos, com base na teoria sistêmica, que todos os componentes do sistema familiar são agentes ativos na criação e/ou manutenção da situação-problema.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2006.

BUOSI, C. C. F. **Alienação parental: uma interface do direito e da psicologia**. Curitiba, Juruá Ed., 2012.

CIGOLI, V. **O rompimento do pacto: tipologia do divórcio e rituais de passagem**. In: M. Andolfi (Ed.). *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2002.

DUMONT, LOUIS. **Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna**. P. Alegre: Ed. D. Quixote, 1992.

GARDNER, R. **Recent Trends in divorce and Custody Litigation**, Academy Fórum, 29, 1985.

KAES, R. **Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração**. In: Eiguier, *A transformação do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*, São Paulo, Unimarco Ed, 1998

LACAN, J. **Relação de Objeto**. Livro 4. São Paulo: Jorge Zahar Ed. 1985.

MARTINS COELHO e, M.I.S. e ARAUJO DE MORAES, N. **Contribuições da Teoria Sistêmica acerca da Alienação Parental**. Contextos Clínicos, Unisinos. 2014.

WALLERSTEIN, J.S.;KELLY,L.B. **Sobrevivendo á separação: como pais e filhos lidam com o divórcio**. Porto Alegre, Ed. Artmed, 1998.

ESCRITAS DE SI: A PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA DESENVOLVIDA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL E IDENTITÁRIA

Data de submissão: 26/11/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Tuany Maria Rodrigues Gonçalves Cianelli

Universidade Veiga de Almeida (UVA)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/7199015317478567>

Bruna Sieiro Borges

Universidade Veiga de Almeida (UVA)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/4922852077732565>

Fernanda Iglesias Webering

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/4750149158672717>

Cláudia Cristina Mendes Giesel

Universidade Veiga de Almeida (UVA)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/4658166912306612>

Flávia Maria Farias Baptista da Cunha

Universidade Veiga de Almeida (UVA)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/0763527438993077>

RESUMO: O Programa de Residência Pedagógica é um projeto que visa integrar os estudantes de licenciaturas e a vivência na sala de aula. A partir de uma parceria entre a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a UVA (Universidade Veiga

de Almeida) e o Hispano Brasileiro (C. E. João Cabral de Melo Neto) foi possível aperfeiçoar o ensino e aprendizagem, tanto dos alunos quanto das residentes atuantes no Programa de RP. Para tanto, esse artigo acadêmico visou trabalhar as escritas de si com a premissa de examinar e descobrir se, através de textos narrativos, podem ser encontrados traços de identidade e cultura refletidas nestes. Com base em trechos da obra *Quarto de Despejo* (2018) da autora Carolina Maria de Jesus, foi desenvolvido juntamente com alunos do 2º ano do Ensino Médio (do C.E. Hispano Brasileiro situado no município do Rio de Janeiro), produções textuais narrativas. Nesse processo, as pesquisadoras tiveram a preocupação em interpretar os enunciados e discursos dos alunos, por meio da Análise do Discurso, segundo a visão de Eni Pulcinelli (2005), o que se revela através das narrativas no que tange a identidade dos estudantes, levando em consideração o contexto em que se encontram. Por fim, por se tratar de um tema amplo e importante, esta pesquisa se apoiou em autores como, Antonio Candido (1995), Roland Barthes (2001), Eni Orlandi Pulcinelli (2001), Óscar Gonçalves (2002), Stuart Hall (2006), que explicam e defendem temas de cunho narrativo, identitário, bem como a importância do ato de escrever e narrar.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa; Identidade;

WRITTEN BY YOURSELF: NARRATIVE TEXTUAL PRODUCTION DEVELOPED THROUGH A SOCIAL AND IDENTITY PERSPECTIVE

ABSTRACT: The Pedagogical Residency Program is a project that aims to integrate undergraduate students and classroom experience. Through a partnership between CAPES (Higher Education Personnel Improvement Coordination), UVA (Veiga de Almeida University) and the Hispano Brasileiro (CE João Cabral de Melo Neto), it was possible to improve the teaching and learning of both students and residents working in the PR Program. Therefore, this scholarly article aimed to work the Written by Yourself with the premise of examining and discovering whether through narrative texts can be found traces of identity and culture reflected in them. Based on excerpts from the work *Quarto de Despejo* (2018) by author Carolina Maria de Jesus, it was developed together with students of the 2nd year of High School (from CE Hispano Brasileiro located in Rio de Janeiro), narrative textual. In this process, the researchers were concerned with interpreting the utterances and discourses of the students, through Discourse Analysis, according to Eni Pulcinelli (2005), which is revealed through the narratives regarding the students' identity, leading the context in which they find themselves. Finally, because it is a broad and important theme, this research was supported by authors such as Antonio Candido (1995), Roland Barthes (2001), Eni Orlandi Pulcinelli (2001), Oscar Gonçalves (2002), Stuart Hall (2006) that explain and defend themes of narrative nature, identity, as well as the importance of the act of writing and narrating.

KEYWORDS: Narrative; Identity; Culture; Society; Education.

1 | INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser ativo, social e histórico, ou seja, é da natureza dele contar como se sente e como reage defronte às diversas situações. Foi assim que sociedades e identidades foram construídas ao passar do tempo. Logo, a narrativa existe desde que o mundo é mundo. Histórias são contadas para serem ouvidas. E, sob esse aspecto, os textos narrativos, são, em sua essência, dialógicos e requisitos básicos na comunicação.. De acordo com René Marc da Costa Silva (2008),

[...] a narrativa é um recurso humano vital e fundamental. Para além de um recurso literário, a narrativa pode ser considerada um dos procedimentos através dos quais tornamos a vida e o mundo interpretáveis. (SILVA, 2008, p.185).

A necessidade de narrar histórias, é mais antiga que a própria cultura escrita, sendo marcada, inicialmente, pela oralidade. Como afirma Barthes (2001) “[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade [...]”. (BARTHES, 2001, p.19).

Com o passar do tempo, as histórias vêm sendo conservadas em textos, garantindo assim, a possibilidade de permanência nas sociedades - para serem lidas e analisadas em diversos tempos e contextos históricos.

Essa tipologia textual, quando desenvolvida de forma contextualizada, contribui para outra necessidade permanente ao homem, além de contar histórias: a de reconhecer-se e entender seu próximo. Considerando que é da natureza do ser humano comunicar-se, e que é por meio do diálogo que ele se torna ativo em seu meio social, acredita-se que a narrativa é uma poderosa ferramenta na formação de uma pessoa.

Partindo da importância e da frequência com a qual o ser humano narra sua vida, este artigo buscou investigar, a partir dos textos narrativos escritos por alunos do 2º ano do Ensino Médio do C.E. Hispano Brasileiro, indicadores que remetem a essas escritas, no que tange a identidade que esses autores expressam ao escrever. Todavia, a análise deste trabalho, pressupõe que narrativa e identidade são faces de uma mesma moeda lançada; não à sorte, mas as construções mediadas pelo contexto social que se atualizam pela interação.

2 | O TEXTO NARRATIVO

O mundo contemporâneo oferece muitos desafios. Sendo assim, é irrelevante o aluno desenvolver a capacidade de escrever quando este não consegue escutar e se comunicar, expressar ideias de modo objetivo e claro, ser crítico e emitir opiniões com argumentos suficientes para substanciar as suas ideias, já que, de acordo com Bakhtin (2003), o usuário se expressa na forma de enunciados, orais ou escritos, nos quais, existe uma relação inviolável entre humanidade e o uso, propriamente dito, da língua; ou, ainda, entre a prática humana e os enunciados que expressa.

Do âmbito da Base Nacional Comum Curricular (2018), a BNCC, alguns pontos são destaques, no referente ao componente curricular sobre a Língua Portuguesa. Em particular, a produção textual - prática tão importante no ambiente escolar. De acordo com a BNCC (2018): “As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, disponibilizar, replicar e de interagir” (BRASIL, 2018, p.68).

O ser humano, considerado como um construtor de significados, remete em maior particularidade o gênero narrativo, o “qual comporta um domínio promissor para a compreensão do indivíduo nos seus contextos sociais.” (HENRIQUES, 2000, p.131). Dentre essa afirmativa, um dos principais pressupostos é o fato dos seres humanos serem contadores de histórias.

A linguagem, mediante tais abordagens, se torna elemento principal, não como uma reação involuntária no processo, mas como uma necessidade inerente ao homem de construir junto aos pares, os discursos e significação. Interpretar os sentidos das

palavras e textos manifesta-se da urdidura estabelecida entre os indivíduos compondo o que se chama, de acordo com Óscar Gonçalves (2002), “matriz narrativa”. Dito de outro modo, é por meio do uso da linguagem que o usuário da língua reformula os fatos e experiências vividas, de forma intencional, e exprime o que viveu de maneira textual, o que configura uma narração.

A narrativa é uma seta. Uma estrutura que ajuda na organização dos acontecimentos, fatos, ocorrências e ações da humanidade em tamanha proporção que atribui significação a essas ações e acontecimentos, sejam coletivos ou individuais, a depender da dimensão e o efeito que causaram em sua totalidade. De acordo com Sarbin (1986), narrar é uma forma de organizar episódios e relatos é uma realização que junta fatos e ficção onde o tempo e o espaço são incorporados.

A temporalidade, os cursos e as direções que a vida e o cotidiano estabelecem, trazem uma conexão entre o que se fala ou narra e a identidade dos indivíduos. A identidade humana se revela nas narrativas coerentes com a vida em um vínculo organizador com princípio, meio e fim. “É através do processo de estruturação das experiências, dentro desta estrutura narrativa, que o ser humano encontra coerência e significado na sua vida.” (HENRIQUES, 2000, p.144). Todas as pessoas estruturam seus traquejos e vivências sociais, se reconhecem e constituem pactos com base no processo de narrar sequências coerentes e contínuas.

O processo de compreensão de tais textos é um compilado de técnicas destinadas a focalizar o leitor em sua estrutura linguística. Como toda produção textual, a narração possui suas características que a distingue das demais tipologias. Segundo Roland Barthes (2001),

Qualquer que seja o número de níveis propostos e qualquer definição que se dê, não se pode duvidar de que a narrativa seja uma hierarquia de instâncias [...] ler (escutar) uma narrativa não é somente passar de uma palavra a outra, é também, passar de um nível a outro. (BARTHES, 2001, p.27)

A narrativa pode se propagar por inúmeras variedades de gêneros que envolvem a ação de narrar acontecimentos cotidianos. Dentre estas variedades, elas podem ser marcadas pela oralidade, escrita, atos ficcionais, reais, novelas, diários. Ou seja, infinitas formas estruturais presentes em todos os tempos. Segundo Roland Barthes (2001), “[...] a enunciação [...] qualquer que seja a forma linguística, constitui, pois, uma função, ou unidade narrativa.” (BARTHES, 2001, p.29).

Ouvir histórias sendo contadas. Contar histórias para serem ouvidas. Estes, sem dúvida, são os meios mais antigos de expressão e interação humana. As pessoas se reúnem e perpetuam suas culturas e tradições. Sob formas que quase não se findam, “[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma, povo algum sem narrativa [...]” (BARTHES, 2001, p.19)

O modo como se contam histórias está, em sua essência, repleta de identidades.

“Compreendemos identidade como uma construção social, que envolve um processo dinâmico e situado de expor e interpretar quem somos, o relato de narrativas revela-se um lócus especialmente propício a essa exposição” (BASTOS, 2005, p. 81). Desse modo, é possível entender e explorar quem o outro é, no que diz respeito aos relatos e como eles se relacionam durante a abordagem interacional.

Para que haja um envolvimento dialógico, fluido e próspero é aconselhável que inferências, elocuições e significados dos pares e as respectivas expectativas de interação se firmem. De acordo com Liliana Bastos (2005), a narrativa configura-se como uma ferramenta que promove diálogo debruçando-se sobre os múltiplos fatores sociais e contextuais e, avança o indivíduo no processo de resistência e reformulação identitária.

Não se poderia deixar de citar que alguns tipos textuais refletem a individualidade do seu usuário, como os diários, por exemplo. Philippe Lejeune (2008), teórico de renome no que diz respeito ao gênero autobiográfico e de muitas formas de escrita íntimas, garante que a origem dos diários pode ultrapassar a humanidade em termos de antiguidade. Escrever um diário é registrar uma passagem da vida e dá oportunidade ao escritor ou leitor de rever um evento e observar a sua evolução.

Lejeune (2008) define a autobiografia como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p.14). Através do aprofundamento dos acontecimentos é que o diário funciona, pois dá chance para o autor avaliar-se e entender determinadas épocas, de uma perspectiva não só narrativa de eventos, mas da descrição de sentimentos, noções dos ocorridos, passado, presente e futuro, comparação entre expectativas e mudanças em uma relação identitária e social.

3 | NARRATIVA E IDENTIDADE

A narrativa auxilia na ação intencional da pessoa, servindo como mediadora entre mundo/cultura prevista e o mundo dos anseios, crenças e sonhos. Dessa forma, impossível de se concretizar individualmente, mas sim, em uma ação interpessoal e contextualizada onde um indivíduo é capaz de criar conexões entre si e outros pares.

Ao tentarem se fazer compreensíveis, pois na narrativa reorganizam-se, significamente, a própria história à luz de experiências e suas memórias, os indivíduos constituem-se também enquanto sujeitos, pois aspectos identitários surgem dos sentimentos de pertencimento as culturas linguísticas, culturais sociais. Entretanto, é preciso dizer que o sujeito pós-moderno, o qual vive hoje, segundo Stuart Hall (2006), apresenta uma identidade não fixa, essencial ou permanente, porque é formada e transformada, continuamente, às formas pelas quais se é representado pelos sistemas culturais expostos. As personalidades ficam mais complexas e imprevisíveis.

A identidade social de uma pessoa é uma formação de validade condicional e eventual deliberada e estabelecida por diretrizes atuantes na linguagem. Diretrizes estas que incidem, direta e indiretamente, no processo formador de cultura, sociedade, nacionalidade. Por conseguinte, ao se fazer uma leitura histórica do Brasil, é sabido que a mistura de diferentes “raças” originou o que seria o brasileiro. Como não somente fenótipos ou raças os definem, sua história, repleta de opressão e sofrimento, legitimou atos oriundos de uma dominação violenta, “oligárquica e antipopular” (SOUZA, 2019, p. 9). Em uma ação combinada, contribuiu para definição do agir e pensar brasileiro.

Das grandes idealizações que se tem do povo brasileiro, do ponto de vista moral e comportamental, é definido pela imagem romantizada do trabalhador que como bem diz Milton Nascimento e Fernando Brant em *Maria, Maria* (1978): “É o som, é a cor, é o suor/ É a dose mais forte e lenta / De uma gente que ri / Quando deve chorar/ E não vive, apenas aguenta.” Romantiza-se desigualdade, vendendo-a como superação. Enquanto, na verdade, esta interpretação é fruto de uma não criticidade sobre as sérias consequências duradouras, excludentes e perversas que as diferenças sociais promovem, desde a época da escravidão até os dias atuais.

Outro padrão moral e comportamentalista largamente observado pelo povo brasileiro é o “complexo de vira-lata”. Esse termo tem origem em 1950, pelo autor e escritor brasileiro, Nelson Rodrigues, no qual, define-se pela inferioridade que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Acredita-se numa hierarquia de um sob o outro, mantendo uma engrenagem de igualdade às avessas, na qual, em uma verdade absoluta se apoia: trabalhando têm-se dinheiro. Logo, trabalhe e terá tudo o que quiser.

Entretanto, esta não é uma realidade. Precisa-se de equidade de frente a imensos e diversos cenários sociais que há no Brasil. Todavia, estas influências comportamentais e históricas, remetem aos brasileiros posturas excludentes e não empáticas com os problemas, principalmente, de cunho sociopolítico do povo brasileiro que interpreta o homem, simplesmente, como uma pessoa que trabalha muito para receber pouco, e garantir uma precária condição de sobrevivência.

A narração vem como ferramenta, inclusive na análise sobre diferentes realidades, é preciso iniciar um processo de percepção sobre suas raízes, identidades. Assim, o aspecto formador do indivíduo estará centrado no entendimento total e suas influências históricas, todavia, estará condizente com a necessidade de mudança e o correto uso do saber na sociedade atual.

4 | NARRATIVA NA FAVELA

Quarto de Despejo (JESUS, 2018) é uma obra escrita por Carolina Maria de Jesus na década de cinquenta na favela do Canindé (atualmente, marginal do rio Tietê). Na obra, é possível encontrar um tipo de escrita protestante e resistente. A

autora confidencia, “[...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.” (JESUS, 2018, p. 29)

Sob uma perspectiva de pobreza, a autora relata a restrição dos direitos à vida, sendo a fome um dos temas principais retratados no livro. Denuncia episódios do cotidiano na favela, e o dia a dia que se seguiu, desde meados de 1955 até 1960, contando para o leitor como era a vida vivida à margem.

Manifestar-se por meio das escritas é um ato de luta. É resistência, não desistência. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos, independentemente, de qualquer outra condição. Eles representam valores universais que asseguram o acesso à justiça, a liberdade de pensamento, direito à educação, direito à moradia.

A precária garantia destes direitos no cenário brasileiro acarreta consequências negativas quanto a sua negligência. Quando um direito básico à sobrevivência é negado, todos os outros também serão, incluindo o da educação. Negar a educação também é negar o direito à literatura, que se apresenta por sua potencialidade fundamental quanto a transformação de uma sociedade. Assim, literatura é a expressão mais íntima da diversidade e da história de uma cultura. Sendo possível a construção de si, e o reconhecimento como cidadão e pessoa. De acordo com Antonio Candido (1995),

A literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 1995 pg. 6)

Muito além de dar possibilidade ao usuário da língua de transmitir a informação, a linguagem deve ser vista como um meio imprescindível de interação e criticidade. Se não existe o processo de praticar a linguagem e usá-la de modo crítico e reflexivo, o usuário não age sobre o interlocutor.

5 | A PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Partindo da aplicabilidade da atividade proposta em sala de aula, utilizaram-se recursos baseados na análise discursiva de cada redação, de modo, a extrair os principais pontos e trechos que levassem ao conceito de identidade. Para tanto, a utilização da pesquisa qualitativa, foi um método que possibilitou maior entendimento e reflexão com relação ao objeto estudado.

A pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter social. O foco desse método se baseia na subjetividade do objeto analisado. De acordo com Gil (2008), objetivo é observar o resultado atribuindo valores, interpretando comportamentos e percepções do agir de uma comunidade.

Como ferramenta para análise de dados e informações, esta pesquisa se debruçou nos conceitos de Análise do Discurso baseada nas teorias de Eni Pulcinelli

Orlandi (2001), em auxílio à ponderação necessária de pressupostos, análise e compreensão dos variados discursos que se apresentaram nos textos produzidos pelos alunos, considerando, de acordo com Foucault (1998), que uma ordem de discurso é um grupo ou associação de outros discursos que se definem socialmente e contextualmente.

Como já dito, a base para o desenrolar da atividade proposta aos alunos consistiu na leitura do trecho da obra *Quarto de Despejo* (JESUS, 2018) que se segue:

14 de junho de 1958

Está chovendo. E eu não posso ir catar papel. No dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso mesmo o uniforme dos indigentes. E hoje é sabado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar e então eu resolvi trabalhar, porque eu não quero desistir da vida [...].

Eu penso isto, porque quando eu não tenho nada para comer, invejo os animais.

... Enquanto eu esperava na fila para ganhar bolachas ia ouvindo as mulheres lamentar-se. Outra mulher reclamava que passou numa casa e pediu esmola a dona da casa mandou esperar (...) a mulher continuou dizendo que a dona da casa surgiu com um embrulho e deu-lhe. (JESUS, 2018, p.61) [sic]

O desenrolar da atividade foi dependente dos alunos terminarem a história. Considerando elementos pré-textuais, as características da tipologia narrativa e o fato de não ter sido revelado o final original desse trecho da obra, uma vez que, era necessário criar um cenário que despertasse suas curiosidades e aguçasse a imaginação. Por conseguinte, o real desfecho relatado por Carolina Maria de Jesus, revelado no fim da atividade, refletiu tamanha atrocidade de um ser humano a despeito de outro em diferentes realidades.

Foram confeccionadas um total de setenta redações. Dentre elas, decidiu-se por selecionar uma amostragem (trechos de quatro redações; divididas em conformismo e inconformismo – termos explicados a seguir) a fim de ilustrar os dados, analisá-los e fundamentar os objetivos do estudo proposto neste artigo.

6 | RESULTADOS

O indivíduo deixa rastros de sua compleição e aspectos nos enunciados que produz e são percebidos graças às contribuições linguísticas, de psicanálise e marxista, inerentes a formação de enunciados. Consoante Orlandi (2001), seguindo uma cadeia de significantes que se estrutura a partir da repetição ou relações entre discursos pré-existentes.

Referindo-se aos trechos das redações da amostra, e aos termos que as colocam em seção; tem-se, a primeira classificação que diz respeito ao conformismo. Ou seja, as produções textuais que não criticaram, ou que até mesmo justificaram

aquela situação de desigualdade. E a segunda relacionando-se ao inconformismo. Os textos que apresentaram um certo reconhecimento à dificuldade ou da dureza da realidade, e/ou questionaram a situação como anormal, ou apontaram necessidade de mudança no contexto social brasileiro. Em categorização aos termos conformismo e inconformismo, seguem:

Conformismo

Texto 1: Ouvia a mulher se queixar do quanto aquilo lhe parecia horrível e exigiu algo mais encorpado para comer. Fiquei incrédula com o relato daquela mulher e inconformada, pois nada me faria ficar tão satisfeita quanto ter algo para alimentar-me. [...] As pessoas de hoje não sabem agradecer o que tem e querem sempre mais mesmo na situação em que se encontram.	Texto 2: Ela achava que havia algo de ruim na caixa, porém, quando abriu se deparou com mantimentos para quatro pessoas, uma quantia razoável de dinheiro, e um papel que dizia: “Faça bom uso de tudo seja bastante feliz!” A moradora de rua chorou de alegria e felicidade.
Texto 3: A mesma mulher dizia que neste embrulho continham biscoitos. Só que esses biscoitos já se encontravam murchos. Ao ouvir a mulher reclamar, me vi revoltada com o ser humano. Como podem ser tão ingratos a ponto de não saber reconhecer e dar valor ao que tem? Pensei revoltado comigo mesmo, e me pus a frente da mulher: “Se não gostou dos biscoitos, poderia me dar?” “No dia que chove, eu sou mendiga”... Não posso me esquecer...	

Dos trechos dos textos selecionados (Texto1, Texto 2 e Texto 3), apresentados acima, observa-se, o teor das expressões, as questões ideológicas e visões de mundo. A julgar pela análise do texto, mediada pela AD, percebe-se traços de formação social e discursiva, a polifonia, bem como sujeito e discurso pré-construído, de acordo com que defende Orlandi (2001), onde as relações entre classes sociais são estabelecidas apresentando forte inclinação antagônica ou dominante que caracterizam certo conformismo, ou aceitação, sem questionamentos sobre a realidade vivida por muitos indivíduos que sobrevivem às margens da sociedade (símile a vivência de Carolina Maria de Jesus).

Como se tal realidade fizesse parte dessas vidas por uma questão de escolha, ou porque esta é uma verdade que não poderia ser alterada por conta de uma força inatingível ou inalterável que chega a fazer relação com poderes atribuídos a divindades, destino ou sina. Isto é, repetição de discursos pré-construídos. Entretanto, tal comportamento é fruto de uma não criticidade sobre as sérias consequências duradouras, excludentes e perversas que a desigualdade promove desde a época da escravidão até os dias atuais.

Inconformismo

Texto 4: Dentro deste embrulho havia bolachas e a tal mulher continuava a reclamar, dizendo que não era suficiente. Queria eu ganhar algo para comer, sem ter que implorar. Queria poder ter os direitos básicos que todos seres humanos deveriam ter.¹ Naquela fila, eu fiquei pensando: quantas pessoas no mundo passam por situações iguais as nossas por não terem condições?¹
Saí de lá com um sentimento de tristeza, mas também de gratidão, por saber que no mundo existem pessoas dispostas a te ajudar.²

Na redação selecionada como inconformismo, foi levado em conta aspectos e trechos do Texto 4, que em algum momento, não aceitassem ou questionassem a situação de desigualdade da sociedade brasileira (trechos destacados¹). Entretanto, apesar de ser classificada ao campo de inconformismo, pois esta redação foi a única que apresentou, durante a análise, um maior teor argumentativo e contestação aos fatos, ainda é possível, encontrar no discurso do aluno, um resquício de conformismo (trechos destacados²). Contudo, foi a única redação que reconheceu fatores representativos de: direito básico à sobrevivência apesar de, pela fala narrada, ser algo inatingível a quem passa uma situação de miséria.

7 | CONCLUSÃO

Por meio das escritas, uma pessoa pode revelar muito a respeito do que conhece, do que defende, do que acredita ou do que sabe, já que, através das redações, observou-se que, pelas narrativas, é possível encontrar traços relacionados à identidade e perspectivas de mundo, o qual, o aluno construiu até então.

De acordo com o que escreveram em suas redações, pois apenas uma, em setenta redações, apresentou traços de inconformismo, os alunos acreditam, em sua esmagadora maioria, que a situação de miséria é algo normal, comum e a pessoa que se encontra nessa situação consegue resolvê-la; ainda que essas pessoas não tenham acesso a setores básicos de humanidade. Os alunos têm uma visão mágica e distante sobre o que é miséria e fome.

Os estudos dessa pesquisa constataram a importância da funcionalidade do texto narrativo e do conhecimento e aspectos humanos, além de, sobretudo, evidenciar o que já fora defendido: as experiências de vida se organizam pela matriz narrativa de modo a atribuir significação e sentido; para quem escreve e é lido. Esta pesquisa mostrou a necessidade de promover mais estudos que deem ênfase as compreensões sobre uma descoberta relacionada aos campos que envolvem a forma como os indivíduos arquitetam suas experiências, narram-nas e lhes atribuem significado.

Tal como é importante entender o indivíduo, é preciso perceber e estudar seu discurso e qual propósito ele acarreta a sociedade e, de acordo com o que fora percebido através dos discursos construídos pelos alunos em seus textos, se faz necessário uma maior abordagem sobre temáticas que os levem a refletir, criticamente, a situação de desigualdade no Brasil.

Se entende que as identidades são flutuantes e dependentes dos cenários em

que são expostas. Além do fato das pessoas se considerarem em certa posição social. Ou seja, como a situação de extrema pobreza e miséria não fazem parte da realidade de alguém, isto se torna refletido na identidade desse indivíduo quando este não expressa em sua narrativa empatia ou certo desconforto com a situação do outro.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. 7ª edição. Editora: Vozes. 2001.

BASTOS, Liliana Cabral. **Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais**: uma introdução ao estudo da narrativa. 3ed, Calidoscópico, S. Leopoldo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Versão final. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/2uLz78O>>. Acesso em: abril de 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.260-306.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 3.ed. ver. E ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Óscar. **Psicoterapia cognitiva narrativa**: manual de terapia breve. Campinas: Editorial Desclée de Brouwer, S.A., 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11º edição. Rio de Janeiro; Lamparina, 2006.

HENRIQUES, M. **Narrativas e agorafobia construção e validação de uma narrativa protótipo**. 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2018.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NASCIMENTO, Milton. BRANT Fernando. **Maria, Maria**. Clube da Esquina 1978. Disponível em: < <https://bit.ly/2lvRWaI>>. Acesso em: maio de 2019

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3ed. Campinas: Pontes, 2001.

SARBIN, T. R. (Org.). **Narrative psychology**: the storied nature of conduct. New York: Praeger, 1986.

SILVA, René Marc da Costa. (Org.) **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: SEED/ MEC, 2008. 246p. Disponível em: < <https://bit.ly/2KrCBar> >. Acesso em: maio de 2019

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão ao Bolsonaro. Rio de Janeiro. Estação Brasil, 2019.

UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

Data de submissão: 03/12/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Gustavo de Faria Lopes

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás
Goiânia - GO

<http://lattes.cnpq.br/2351808724000505>

José Elias Domingos Costa Marques

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás
Goiânia - GO

<http://lattes.cnpq.br/8158562235292503>

Renato Gomes Vieira

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de
Educação
Goiânia – GO

<http://lattes.cnpq.br/8864553603140803>

RESUMO: O trabalho tem o objetivo de analisar a Base Nacional Comum Curricular - BNCC como elemento central da política educacional neoliberal para a atual conjuntura brasileira. Trata-se de orientar a educação básica dentro dos limites traçados pelos reformadores empresariais e suas instituições, reforçando o vínculo cada vez mais estreito com o mercado de trabalho. Todas as ações devem gravitar em torno de uma proposição de currículo fechada em todos os seus detalhes, muito próxima

das primeiras formulações curriculares que surgiram nos Estados Unidos no início do século XX, alicerçadas nas prescrições do taylorismo-fordismo que invadiram as escolas. Agora é o momento de formatar a educação e as escolas em torno dos métodos de trabalho flexíveis e, para tanto, é fundamental padronizar os conteúdos e as competências de alunos e de professores, determinando precisamente como deve transcorrer o processo de ensino e aprendizagem. Para vigiar, controlar e punir, as avaliações censitárias de larga escala executarão o papel de cercear a autonomia dos professores e alunos nas suas salas de aula, mostrando para a sociedade quem cumpriu o papel de ensinar ou não os estudantes, como também, promover o alinhamento de todos para que cumpram os descritores e objetivos da Base. À disposição das escolas, de notas baixas ou altas nas avaliações, estarão disponíveis pacotes de materiais didáticos, e até de gestão das escolas, ofertados pelas grandes empresas ou organizações educacionais do grande capital. Tudo isso em consonância com a lógica da contemporaneidade neoliberal da flexibilidade, da insegurança, do individualismo, da precariedade, do consumismo e do individualismo.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; neoliberalismo, educação

ABSTRACT: This paper aims to analyze the Common National Curriculum Base - BNCC as a central element of neoliberal educational policy for the current Brazilian conjuncture. It is about guiding basic education within the boundaries set by business reformers and their institutions, reinforcing the ever-closer link with the labor market. All actions must gravitate towards a closed curriculum proposition in all its details, very close to the first curriculum formulations that emerged in the United States in the early twentieth century, based on the prescriptions of Taylorism-Fordism that invaded schools. Now is the time to shape education and schools around flexible working methods, so it is crucial to standardize the content and skills of students and teachers, determining precisely how the teaching and learning process should proceed. To monitor, control and punish, large-scale census assessments will play a role in curtailing the autonomy of teachers and students in their classrooms, showing society who has fulfilled the role of teaching or not teaching students, as well as promoting alignment of all to meet the descriptors and objectives of the Base. At the disposal of schools, with low or high marks in the evaluations, will be available packages of teaching materials, and even school management, offered by large companies or large capital educational organizations. All of this is in line with the logic of the neoliberal contemporaneity of flexibility, insecurity, individualism, precariousness, consumerism and individualism.

KEYWORDS: BNCC, neoliberalismo, education

1 | INTRODUÇÃO

A reorganização do capitalismo na contemporaneidade, que se desenvolveu a partir da década de 1980, e que representou uma ofensiva sem precedentes do capital, está alicerçada em um duplo processo que modificou profundamente o mundo atual: a reestruturação produtiva, com modificações pautadas no mundo do trabalho e o neoliberalismo, ofensiva ideológica e política. Trata-se de processos que abriram um novo domínio do grande capital sobre o mundo e a sociedade, e que são conectados de tal maneira que podemos afirmar que “a reestruturação produtiva do capital é a base material do projeto ideo-político neoliberal”, ressaltando que os dois processos se alimentam mutuamente (ANTUNES, 1999, p. 58).

O resultado mais marcante dos dois processos apontados acima, no atual momento, é o crescente poder do grande capital (especialmente o financeiro), a presença ostensiva do Estado na garantia da liberdade total para os agentes econômicos no jogo da livre iniciativa, sem interferências de nenhuma espécie, na defesa intransigente de políticas de desregulamentação, liberalização, privatização e difusão da ideia de que o mercado é mecanismo fundamental para prover o desenvolvimento da sociedade. Isso porque, na verdade, o próprio Estado também será reconfigurado no capitalismo contemporâneo, com adoção de regras próprias da empresa, deixando no passado preocupações e veleidades com políticas sociais:

Não basta constatar a continuidade da intervenção do Estado, ainda é preciso analisar de perto seus objetivos e os métodos que emprega. Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes às aquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governos e sujeitos sociais. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 272-273)

O resultado desta situação é uma presença do estado reconfigurado externa e internamente, é a criação e a disseminação de um novo “senso comum” (NETTO, 2006), de uma visão de mundo de acordo com a qual a vida social e do trabalho agora devem ser revestidas de uma perspectiva antissocial, anti-coletiva, anti-solidária, calcada na projeção social adquirida por uma ética do esforço privado, do autocontrole, da disciplina, da meritocracia e do sucesso/insucesso ligado unicamente às atitudes individuais, pois a “nova ordem institucional se exime de responsabilidade, tentando apresentar sua própria indiferença como liberdade para os indivíduos ou grupos da periferia; o vício da política derivada do novo capitalismo é a indiferença” (SENNET, 2006, p. 150). Prevalece desse modo a ideia de que cada indivíduo é instado a se comportar como um capital que precisa ser valorizado para ter empregabilidade, assumindo, nesta visão, que a responsabilidade de sua vida recai exclusivamente sobre seus ombros, pois, no “novo mundo da ‘sociedade em desenvolvimento’, o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado” (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 335). Essa lógica perversa e destrutiva afeta de maneira crescente a sociedade disseminando um clima de insegurança, de precarização, de fragmentação, de desemprego, de subproletarização e de desestruturação da vida das pessoas, jogadas ao arbítrio da sorte. Trata-se de um contexto de desemprego ou empregos precarizados e flexibilizados. Logo, para a nova época, é necessário uma “nova” educação e também uma “nova” escola.

2 | CURRÍCULO E HISTÓRIA

A educação e a escola, não ficariam imunes e inatingíveis a todos esses efeitos, como podemos observar ao longo da formação da escola moderna. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recentemente aprovada, é só mais um episódio deste entrelaçamento entre interesses empresariais e a educação, reafirmando a construção de uma ideia-força presente desde a constituição do campo curricular no final do século XIX nos Estados Unidos: controle do funcionamento da escola, para que façam um trabalho padronizado e eficiente de preparação da força de trabalho.

Coube a dois educadores americanos, Franklin Bobbitt e Ralph Tyler, sintetizar e elevar a um outro patamar tudo que até então havia de elaboração teórica e prática sobre currículo. Fizeram isso aprofundando a ideia de que a escola americana só alcançaria sucesso e eficiência se conseguisse aplicar os ensinamentos do taylorismo-fordismo em voga nas indústrias americanas à administração do sistema educacional. Ralph Tyler deu o formato final a esta empreitada quando torna o currículo, edificado nacionalmente, a referência única e fundamental do sistema educacional americano, processo cuja influência se estendeu por quase todo o mundo (APPLE, 1982; ENQUITA, 1989; PARASKEVA, 2007).

Este paradigma tradicional, conservador e tecnicista de currículo, tinha como principal intenção padronizar o funcionamento das escolas por meio do estabelecimento do conhecimento curricular que deveria ser ensinado junto com todos os procedimentos necessários para que tudo acontecesse conforme as prescrições detalhadas (disciplinas/matérias de ensino, conteúdos programáticos, objetivos determinados de ensino, materiais e métodos didáticos), enfim um currículo nacional e oficial “à prova de professor” (APPLE, 2002; SACRISTÁN, 2000).

3 | A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Para analisar a BNCC – seja a da Educação Infantil e do Ensino Fundamental homologada em dezembro de 2017 ou a do Ensino Médio em dezembro de 2018 – é necessário tomar em consideração o quadro esboçado anteriormente. Esta é uma base curricular com nítido viés tecnicista, detalhada, em todos os aspectos, para atender a múltiplos interesses empresariais (fornecimento de livros didáticos e pacotes educacionais, prestadores de serviço, atuação em gerência de escola etc.) nesta nova fase do capitalismo em que prevalece os processos de trabalho de acumulação flexível, onde sobressai o toyotismo. Assim, o Currículo tem como eixo central atender as demandas do capital para formação do educando enquanto trabalhador flexível deste novo padrão de acumulação. Dessa forma, o importante não é a socialização plena dos conhecimentos mas a construção de sua capacidade de constante adaptação às mudanças do sistema produtivo. Por isso não é sem propósito que vamos encontrar na Base a ideia da aprendizagem das habilidades socioemocionais, como a capacidade e iniciativa de resolver problemas da vida social e do trabalho num mundo cada vez mais complexo com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. (BRASIL, 2017; FREITAS, 2018).

Este destaque especial sobre a aprendizagem das habilidades socioemocionais para crianças e jovens diz muito sobre o mundo do trabalho em que vivemos e igualmente sobre a concepção teórica e ideológica que orienta a Base. Nesse mundo onde a incerteza e a precariedade constituem-se como normas de emprego, a escola deve dar sua contribuição ao “ensinar” certas “competências”, especialmente a resiliência e

a flexibilidade, para crianças e jovens consentirem passivamente com as formas atuais de trabalho sem garantia alguma. A questão pode se desdobrar para além do aspecto mencionado, qual seja, consentir e aceitar sua situação de estar empregado ou não, como um fardo que deve recair exclusivamente na pessoa e não na sociedade. E, para aqueles que tem a “sorte” de estar empregado, a resiliência e a flexibilidade ensinam a concordarem com as diversas formas de controle que encontrará nos ambientes de trabalho contemporâneos: o controle burocrático (obediência às normas e regras); o controle cognitivo (expropriar o “saber fazer”); o controle intelectual (expropriar a capacidade criativa); o controle afetivo (para com a família da empresa); o controle emocional (“expropriar” as emoções em benefício da empresa); o controle do corpo (normatizar tempos e movimentos); o controle do narcisismo (estimular o “amor de si” para o individualismo e empreendedorismo). (HELOANI, 2003).

Essas ponderações sobre as diferentes formas de controle apontam para a complexidade dos novos métodos de trabalho, especialmente o toyotismo, para “ganhar” o trabalhador na sua integralidade aos ditames do capital, na verdade, “capturar a subjetividade” do trabalhador para que este interiorize em todas as suas dimensões as regras de funcionamento do capitalismo na época neoliberal, de domínio do mercado, para vender sua força de trabalho como um todo, interiorizando as “novas” regras. Nesta lógica, quanto mais prematuramente a incorporação dessas habilidades socioemocionais acontecer melhor, e nada mais “natural” que este processo ocorra na escola (ALVES, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

As habilidades socioemocionais com destaque para resiliência e a flexibilidade entram na BNCC como objetivos a serem alcançados com sua padronização e uniformização para que possam ser medidas em avaliações de larga escala, censitárias (que abrange todos os estabelecimentos escolares) e assim legitimar certas atitudes da juventude e deslegitimar outras. Neste viés, enaltecendo as posturas dos empreendedores, tidas como normais, pois ligadas ao conhecimento oficial a serviço das regras do capitalismo contemporâneo, e, tipificando negativamente comportamentos “resilientes” ligados às lutas e embates sociais levados pela juventude. A padronização vai além dos conhecimentos e alcança agora valores e atitudes. Como coloca com precisão o autor abaixo:

A padronização dos objetivos de ensino e, por consequência, dos conteúdos de aprendizagem, atinge o desenvolvimento cognitivo, mas não somente, pois as bases nacionais curriculares têm incluído as chamadas “habilidades socioemocionais”, ampliando o grau de padronização em direção a hábitos e atitudes sociais dos estudantes (...) A questão não está em se abordar as habilidades socioemocionais na escola. Isso é feito, de uma forma ou outra, formal ou informalmente, já que na escola todos os seus espaços e relações ensinam — e não apenas a sala de aula. À questão é que a proposta de uma base nacional comum curricular com habilidades socioemocionais, além de padronizar indevidamente este campo, também promove a legitimação das finalidades educativas vigentes no âmbito da sociedade atual (base para a decodificação das habilidades incluídas), sem uma discussão ampla e uma análise crítica. (FREITAS, 2018, p. 113-114).

A BNCC deve então ser caracterizada como parte de uma política educacional onde desponta a ideia forte de centralização curricular. Com a definição rígida e prescritiva dos objetivos a serem alcançados, os conteúdos programáticos acompanhados de um descritor, as atividades e orientações didáticas e ainda a avaliação em larga escala (em todas as escolas) para verificação da aplicação da Base na prática. O objetivo fundamental é definir, orientar e controlar o trabalho pedagógico, pelas escolas do país, da educação básica (da educação infantil ao ensino médio). Por este motivo todo o objetivo de aprendizagem é sempre acompanhado de um número, de um descritor. A base tem caráter obrigatório e trará impactos importantes na formação de professores, nos materiais didáticos e pacotes educacionais, na gestão das escolas e no trabalho cotidiano do professorado na rede municipal, estadual e federal de educação. Este é o ponto mais elevado de centralização curricular desde a redemocratização do país, seguindo de perto, ou melhor, fazendo uma cópia das políticas de currículo neoliberais praticadas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia (CÁSSIO, 2019; RAVITCH, 2011).

Originalmente a ideia de uma base nacional para educação básica no Brasil toma força com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a necessidade colocada pela lei maior de organizar a educação no país com a confecção de uma nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). As discussões se desenvolvem no sentido também de dotar a educação básica de um currículo nacional. Um dos primeiros documentos a vir a luz são os Parâmetros Curriculares Nacionais e logo a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que estabelecem orientações importantes para as escolas seguirem, constando de uma parte comum obrigatória, em torno de 60%, que todo alunado deve cumprir, na qual se busca garantir uma unidade nacional, e uma parte diversificada do currículo, também obrigatória, vinculada a realidade regional e local, em torno de 40%, que garante certa autonomia para as escolas. É neste marco legal que deveria se desenvolver as especificações necessárias para um maior detalhamento de uma Base Nacional Curricular que servisse para uma maior orientação e referência ao trabalho no chão da escola (HYPOLITO, 2019; SAVIANI, 2016).

Mas, com a hegemonia do setor empresarial na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, essa visão exposta anteriormente na verdade é totalmente subvertida por outra totalmente oposta de cunho neoliberal:

Ao contrário, a visão político-pedagógica, que estrutura a BNCC, não assegura ou ratifica a identidade nacional sob o eixo do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização e o respeito à diversidade e à efetiva inclusão, conhecimento e cultura, respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Tais proposições alteram, significativamente, os marcos regulatórios para a Educação Básica e na Educação Superior incide, diretamente, nos processos de organização, gestão e regulação da formação de professores.

Desse modo, a BNCC se apresenta como aliada na efetivação de propostas e dinâmicas curriculares que contribuem para a padronização e reducionismo curricular, com forte ênfase em Língua Portuguesa e Matemática, profundamente articulada à avaliação estandardizada, desconsiderando a realidade nacional, as diretrizes curriculares nacionais dos níveis da Educação Básica e as singularidades das etapas e modalidades educativas.

A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de uniformização e homogeneização curricular, com a prescrição de currículo mínimo centrado em habilidades e competências, permitindo maior atrelamento da BNCC às avaliações externas. (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p. 41).

Neste processo em que a BNCC deveria ser desenvolvida a partir da LDBEN, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e fundamentalmente das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, e servir de referência para o trabalho cotidiano dos professores, o caminho tomado é completamente diferente. O itinerário é o apontado pelos reformadores empresariais da educação que se organizaram nos últimos anos em uma série de entidades (“Todos pela Educação”, “Movimento pela Base” etc.) sustentadas por grandes empresas e suas fundações (Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Grupo Somos Educação, Itaú etc.). Esses grupos hegemonizaram o processo de construção da Base Nacional, especialmente depois do golpe jurídico-político que depôs a presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff (CÁSSIO, 2019; FREITAS, 2018). A Base, que deveria ser um componente do currículo nacional, junto com outros como os professores em ação, a interação com os alunos, a autonomia e liberdade pedagógica, o respeito às diversidades locais, dentre uma série de outros elementos, acaba se metamorfoseando no currículo oficial único, padronizado e prescritivo para responsabilizar as escolas e punir os docentes e alunos.

Base nacional comum, testes e responsabilização e outros dispositivos da reforma são mecanismos implantados de cima para baixo e ancorados em leis que, na prática, levam as redes públicas a recorrer a uma série de possibilidades de privatização por dentro do sistema público (...) Estes mecanismos estão em uma dinâmica: bases nacionais curriculares (tanto relativas ao que deve ser ensinado aos estudantes nas escolas quanto relativas à formação dos profissionais da educação) fornecem as competências e habilidades para “padronizar” o ensino e a aprendizagem; os testes (usualmente censitários) cobram a aprendizagem especificada pela base e fornecem, por sua vez, elementos para inserir as escolas e um sistema meritocrático de prestação de contas (*accountability*) de seu trabalho, alimentando a competição entre escolas e professores (FREITAS, 2018, p. 79-80).

A política educacional proposta pelos reformadores empresariais da educação contida na BNCC segue no rumo da privatização de todo setor público para criação de um amplo mercado de ensino. A BNCC é um episódio deste processo. Que segue os passos anotadas acima, como pode ser verificado na terminologia de alinhamento: Base (fechada e prescritiva nos conteúdos), Ensino (com objetivos definidos nos mínimos detalhes), Avaliação (em larga escala censitária), Responsabilização (cobranças e punições ao corpo de trabalho escolar). Este processo leva inevitavelmente a destruição da pluralidade e diversidade dentro da escola, porque, apesar da Base

aprovada repetir a normativa das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de que 60% é a parte obrigatória para todo país e que 40% é reservado para atender a realidade local e regional, as escolas pressionadas agora de maneira bem mais forte a apresentarem resultados positivos nas avaliações censitárias, sob pena de receberem punições, inevitavelmente alinharão as suas ações para cumprirem os 60% que serão avaliados nas provas nacionais, o disfarce não esconde o rosto real da base. Os mecanismos mais diversos de controle entrarão em cena para que a BNCC, “à prova de professor”, seja estritamente cumprida, apesar das resistências e lutas que certamente estarão presentes no cotidiano da escola. O impacto deste alinhamento também estará presente na uniformização, padronização e regulação de outras políticas e ações, tomadas pelo governo federal, estadual e municipal, no tocante aos conteúdos educativos e aos livros didáticos e a formação inicial e continuada dos professores. A educação, então, deve ser configurada para o atendimento das avaliações gerais. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019; FREITAS, 2018; SAVIANI, 2016).

Outro aspecto interessante para observarmos a presença dos interesses dos reformadores empresariais da educação nas determinações mais importantes da Base Curricular é o que podemos denominar de “direitos de aprendizagem”. Opera-se uma redução do direito à educação para aspectos relacionados apenas à aprendizagem, e, normalmente, a conteúdos mínimos, como que para restringir a ideia de aprender apenas para a relação professor – aluno. Em outras palavras:

Outro risco, em relação à padronização de uma base, é orientar-se por uma lógica restrita do ‘direito à aprendizagem’. Não se trata de ter direito a aprender, mas sim, ‘direito à educação’, uma vez que aprender é uma condição inerente ao ato educativo. Portanto, falar em direito à educação é mais amplo do que direito à aprendizagem, já que o direito à educação implica uma instituição educativa de qualidade, com professores valorizados, com currículos construídos coletivamente, com infraestrutura adequada que permita a materialização de um projeto político-pedagógico democrático e não apenas restrito às necessidades de aprendizagem. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 300).

A lógica inerente a esse deslocamento do “direito à educação” para o “direito à aprendizagem” está na visão de padronização e responsabilização que recairá sobre o corpo docente de cada escola especialmente as que não atingirem as notas correspondentes ao que vai se considerar um bom ensino (na crença de que nota alta representa boa educação auferindo conteúdos mínimos) excluindo-se, como diz claramente os autores acima, as condições de trabalho do docente ou da própria escola. A aprendizagem que poderia ser significativa também sofre uma alteração porque acabará se transformando em preparatório para se sair bem nas provas da avaliação nacional, e o próprio professor verá seu trabalho sofrer uma redução de significados porque se tornará um instrutor para ensinar alunos a fazerem provas.

CONCLUSÃO

Quando falamos de currículo, estamos falando do âmago da escola, pois diz respeito a tudo que acontece nesta instituição. Por este motivo o currículo sempre foi olhado e analisado com máxima atenção por todos os setores e grupos da sociedade. Como diz um estudioso:

A educação está profundamente implicada na política cultural. O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo (...) a decisão de definir o conhecimento detido por alguns grupos como o mais legítimo, como o conhecimento oficial, enquanto o de outros grupos dificilmente chega a ver a luz do dia, revela algo de extremamente importante sobre quem tem o poder na sociedade. (APPLE, 2000, p. 53).

Neste momento todos e todas que fazemos a defesa da educação pública e gratuita sofremos uma grande derrota que poderá trazer marcas profundamente negativas sobre a Educação, pois como diz corretamente Michael Apple, currículo faz parte de uma tradição seletiva, prevalecendo os interesses empresariais como hegemônicos na definição do “conhecimento oficial” que entrou na Base Nacional, enquanto legados culturais importantes foram deixados de lado, e quem mais sentirá os efeitos deste projeto serão os trabalhadores e os estudantes com o aligeiramento do ensino.

Ao longo deste artigo destacamos alguns pontos da BNCC que podem provocar alterações profundamente negativas na educação brasileira. Isso acontece em virtude de que esta base é um retorno, em outras condições, logicamente, da visão curricular tecnicista e conservadora. A educação é padronizada, uniformizada, com objetivos claros para que, nesta redução, possa ser mensurável em larga escala. Nesta situação o trabalho docente precisa ser prescrito, vigiado, medido e punido em todos os aspectos.

Mas, este retorno do currículo tecnicista, como todas as medidas descritas até o presente, possui um lastro de efeitos deletérios que já foi comprovado na educação de outros países. Existe, para nos ajudar na análise, toda uma experiência internacional de aplicação deste mesmo tipo de projeto, tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra, ou na Nova Zelândia, sem nenhuma mudança positiva na educação destes países, como atestam as notas no programa de avaliação internacional chamado PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), realizado a cada três anos e coordenado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicado em mais de 70 países, em alunos da educação básica, medindo o aprendizado nas áreas de matemática, leitura e ciências. (APPLE, 2000 e 2003; LAVAL, 2004; RAVITCH, 2011).

Mas, é sempre bom lembrar que a Educação e as escolas têm sua própria cultura e que os trabalhadores da Educação não se dobram facilmente às imposições e nem desistem da luta por uma verdadeira educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base** (terceira versão). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CASSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CASSIO, Fernando; Jr. CATELLI, Roberto. **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

DOURADO, Luiz; SIQUEIRA, Romilson. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE** – v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. Base nacional comum curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Ângela e DOURADO, Luiz (orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas** [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização do capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

HYPOLITO, Álvaro. BNCC, agenda global e formação docente. In: **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PARASKEVA, João. **Ideologia, cultura e currículo**. Lisboa: Plátano Editora, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade. **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, n. 4, p. 54-84, 2016.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

A UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS COM O INTUITO DE PROMOVER O DEBATE RELACIONADO À TEMAS RELEVANTES ÀS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Data de aceite: 04/03/2020

Aline Kelly da Silva Faria
Madalena da Silva Faria

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo junto aos alunos do Ensino Fundamental II do Município de Magé sobre aspectos culturais e religiosos. Magé faz parte da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. É uma região que vivencia o advento da expansão de igrejas neopetencostais. Há um grande número de evangélicos nas proximidades das escolas usadas como referência para a pesquisa. No entanto, o principal foco do trabalho é compreender como a comunidade escolar relaciona-se com praticantes e templos religiosos que professam cultos as religiões de matrizes afro-brasileiras. Magé é uma cidade que apresenta baixos indicadores sociais, educacionais, alto índice de desemprego, falta de infraestrutura urbana e violência. A população é constituída em grande parte por afrodescendentes e imigrantes de outras regiões que buscavam no Sudeste melhores condições de vida e recolocação profissional. No entanto, devido ao alto valor do solo urbano, passaram a residir na periferia da grande metrópole do Rio de Janeiro. Os alunos que frequentam a ESCOLA MUNICIPAL

GANDUR ASSED e a ESCOLA MUNICIPL PROF^a GERALDA ALVES DA SILVA são jovens oriundos das camadas populares e muitos vivem em condições de extrema carência.

O intuito é produzir pequenos vídeos e apresentar as imagens aos demais alunos. A atividade busca como meta cumprir a lei 10.639/2003 e oportunizar a comunidade escolar novos saberes, percepções e promover a reflexão e a igualdade racial no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade Racial, Matrizes afro-brasileiras.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR

No presente trabalho temos como objetivo promover o debate a cerca das contradições educacionais e dos desdobramentos sociais, com destaque para a questão étnico-racial e a cultura afro-brasileira.

Nessa perspectiva, algumas questões serão analisadas, o intuito da atividade é evidenciar a importância da cultura afro-brasileira, nos reconectarmos com nosso passado e valorizarmos e conhecermos mais sobre nossa cultura.

O esforço de construir um aluno crítico

deve ser preocupação da geografia e dos docentes de tal disciplina. A análise da transformação do espaço passou por intensas modificações em sua paisagem. É importante trabalhar em sala de aula com tais processos geográficos. Toda essa investigação geográfica só faz sentido se posta em prática. Para um professor, não há nada mais gratificante que formar cidadãos conscientes e atuantes. A educação deve ser transformadora e libertadora. Importante registrar que todos os entrevistados no projeto foram sugestões dos alunos. Pois, são pessoas do convívio dos discentes. Ou seja, a atividade está sendo desenvolvida junto à comunidade escolar e para a comunidade escolar.

Essa pesquisa concentra esforços no letramento geográfico, usando o ensino Fundamental como palco de ação da prática pedagógica; incentivando a construção da identidade nacional, a cidadania no despertar de um novo milênio; valorizando a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro; considerando que os alunos em tal idade já estão abertos a uma maior complexidade de temas.

Segundo: Gonçalves, Maria Alice Rezende e Pereira, Vinicius Oliveira.
(2015, p. 21):

[...] “A Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”; tem desafiado a escola e seus sujeitos sociais a (re) pensarem a organização do trabalho docente, a formação curricular e a prática do ensino, a partir do parâmetro de valorização das histórias e culturas africanas e afro-brasileira. Acreditando que o marco legal tem potencialidade para romper com a perspectiva do universalismo cultural que, pautado no licenciamento das diferenças étnicas, deteve, durante um expressivo período de nossa história educacional, a hegemonia sobre as produções materiais e imateriais da instituição escolar. Nesse sentido, a lei vai ao encontro dos movimentos e fluxos culturais que, na contemporaneidade, têm denunciado a fragilidade dessa universalidade, que reflete no espelho do mundo à imagem da branquitude. Quando voltamos nossos olhos para a escola, percebemos que esse debate tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano escolar, se expressando na preocupação docente em refletir nos murais escolares as cores de seus estudantes, na troca de impressões sobre os novos livros da biblioteca, que reúnem em suas narrativas personagens negros e referências da cultura afro-brasileira e nas conversas das reuniões pedagógicas sobre a construção de um projeto para trabalhar com o tema” [...]

PROBLEMÁTICA

O presente projeto tem como meta discutir os temas relevantes as questões étnicos-raciais no cotidiano escolar e superar a mera tolerância religiosa. O Brasil é um país laico e é papel do educador colaborar para uma atitude que reforce a laicidade no ambiente escolar e promova o debate junto aos discentes.

OBJETOS

A cidade de Magé vivenciou o apogeu da economia mineradora do século XVIII. A história de Magé está associada à ocupação de grupos populacionais descendentes de escravos. Por isso, é de suma importância debater temas que promovam a valorização dos povos afro-brasileiros. Nessas entrevistas os alunos compreenderam a importância do tombamento de patrimônios históricos e culturais. Aprofundaram-se na história recente da escravidão no país, nas barbaridades cometidas contra os escravos e debateram também a relevância das cotas raciais.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolve a partir de atividades propostas com temas afins que encontraram alguns obstáculos junto aos responsáveis dos discentes: Numa primeira atividade de curta metragem que foi produzido por alunos do 7º ano da Escola Municipal Gandur Assed sobre supervisão da professora, Aline Faria; um pai de santo foi entrevista com o intuito de elucidar questões relevantes quanto à questão cultural e o processo histórico dos cultos de matrizes afro-brasileiras. No entanto, alguns pais questionaram a atividade. Críticas similares ocorreram ao realizar a confecção de bonecas ABAYOMI com a finalidade de valorizar os povos afrodescendentes e abordar aspectos relevantes ao período da escravidão no Brasil. Um grupo de pais criticou a atividade, acreditando ser um rito de magia negra, supostamente a “boneca vodu”. Esse fato, já ocorreu no ano 2019, na Escola Municipal Geralda Alves da Silva.

A partir dessas atividades foi iniciado um processo de verificação junto a alguns alunos praticantes das religiões de matrizes afro-brasileiras, uns omitiam suas práticas, outros procuraram a professora responsável e elucidaram algumas questões relevantes quanto aos ritos e iniciou um processo investigativo sobre o tema.

O projeto ainda está em fase de desenvolvimento. Serão realizadas novas entrevistas com líderes religiosos de matrizes afro-brasileiras, imagens dos terreiros e entrevistas com os alunos praticantes. O tema central é saber se há realmente tolerância religiosa nos espaços públicos, no ambiente escolar e se a lei 10. 639/2003. A repercussão junto aos alunos praticantes dos cultos afro-brasileiros foi bastante positiva.

Os alunos estão se mobilizando no processo criativo dos vídeos, realizando as entrevistas e cedendo seus relatos.

A primeira entrevista foi concedida em 2018. Em 2019, houve a atividade da confecção da boneca ABAYOMI e a partir de então estão ocorrendo os processos de investigação e de produção de novos materiais de pesquisa sobre o tema.

O Brasil vivenciou um acelerado processo de urbanização e industrialização. Contudo, esse novo sistema econômico contribuiu para o aumento das desigualdades socioeconômicas, segregação espacial e intensa concentração renda. E é nesse

cenário que os professores da educação básica devem desenvolver seu trabalho junto aos alunos, buscando adequar os temas dos currículos nacionais a realidade dos discentes. Partindo da escala local até a dimensão global, sendo um agente motivador, facilitador e com seu desempenho possibilitando o aprendizado do aluno.

Segundo Boff, Undurraga, Esquivel, Miranda, Zuleta, Ossio (1992, p. 36):

[...] “Já se disse que a população do Brasil é feita de sobreviventes da grande tribulação a que historicamente foi submetida. Desde a sua invasão pelos portugueses, em 1500, até os dias de hoje, o Brasil vive sobre diferentes polos de dependência e dominação. Primeiramente, de Portugal e de Espanha, depois, no século XIX, da Inglaterra e, hoje, do capital mundial hegemônico pelos EUA. Esta dependência é econômica, política, ideológica e religiosa, e constitui a causa principal (não exclusiva) do subdesenvolvimento e da opressão que estigmatiza a grande maioria dos brasileiros. Nunca houve no Brasil uma revolução que transformasse radicalmente as relações sociais de dominação para relações de maior participação e mais justiça.” [...].

O exercício da cidadania e o combate aos graves problemas sociais brasileiros

Atualmente, a escola é um espaço de acesso universal. Que contempla um público diverso e ao mesmo tempo, possui um traço que os une, o fato de serem todos brasileiros. Segundo Freire (1997) “Para o educador humanista ou revolucionário autêntico, a incidência da ação é a realidade a ser transformada por eles com os outros homens e não estes”.

É o desejo de desenvolver o país e tornar esse território digno, e passível de garantir a plena cidadania a toda nação. É a tal esperança, que faz com que esse povo lute. Mesmo ciente de toda a adversidade que o país ostenta: desigualdades socioeconômicas, concentração de renda e de terras e graves problemas socioespaciais. Consoante Freire (1997), “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”.

De acordo com Freire (1997, p. 120):

[...] “Nosso papel não é falar ao povo sobre sua visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou pregar no deserto.” [...].

O educador deve ter uma postura crítica diante da realidade, incentivando pedagogicamente a construção do cidadão, permitindo que os alunos consolidem sua autonomia e alteridade, que compreendam que as raízes históricas interferem nas relações de poder no interior das classes sociais e não são forças, meramente, espontâneas.

[...] Os métodos e as teorias da Geografia Tradicional tornaram-se insuficientes para apreender a complexidade do espaço. A simples descrição tornou-se insuficiente como método. Era preciso realizar estudos voltados para a análise das ideologias políticas, econômicas e sociais. [...]

[...] “É inegável a contribuição do marxismo para o aluno compreender e explicar o processo de produção do espaço. É por meio dele que se poderá chegar a compreender as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza que se manifestam no espaço pelas contradições entre o espaço produzido pelo trabalhador e aquele de que ele se apropria, tanto no campo como na cidade”. [...]

O letramento geográfico passa por uma compreensão da geografia para além de uma assimilação temporária, reprodução de sentenças prontas, ou a repetição de senso comum. O letramento geográfico defende uma compreensão profunda dos temas que a geografia contempla. A percepção de fenômenos complexos, senso crítico, o posicionamento político. Porque, é para isso, que a ciência deve ser utilizada a serviço do bem da sociedade para retirar a humanidade da completa alienação.

A ideia não é impor uma revolução aos discentes, nem atos de rebeldia, mas, conscientizá-los da desigualdade socioespacial que os cerca e das possibilidades de luta e resistência. A mudança da ordem social vigente só será possível com atuação da sociedade e com a tomada de consciência, com posturas engajadas e comprometidas com um mundo mais humanizado.

A realização da atividade de produção de vídeos foi uma excelente experiência e por esse motivo terá continuidade nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo, a condição de subdesenvolvimento e dominação, assola a população brasileira.

O cidadão, a partir do seu cotidiano e da prática escolar, deve tomar consciência de sua exploração e indignar-se. Não aceitar tal situação. É importante que se compreenda que não há transformação e libertação sem luta, sem resistência.

Dessa forma constatou-se que geografia libertária e a pedagogia libertadora estão vivas e são bem-vindas ao cotidiano escolar. Capazes de despertar no discente senso crítico, autonomia e exercício da cidadania. A geografia tradicional e a pedagogia bancária são conceitos superados que devem ser abolidos das práticas pedagógicas. Agora, chegou a hora de serem definitivamente abandonadas da prática escolar.

Essa transversalidade entre as ciências vem a somar, atribuir novos significados à formação do aluno e ao docente. Essa prática contribui para o melhor convívio

escolar e maior conscientização social.

A utilização de ferramentas associadas às novas tecnologias tem sido de grande apoio no exercício docente. É importante fazer uma análise sobre tal questão, pois são constantes os conflitos em sala de aula associados ao uso dos smartphones. No entanto, é necessário inovar, assimilar novas práticas com a intenção de tornar o cotidiano escolar mais dinâmico e atraente. E ressignificar o uso de smartphones como solução e não mais como algo que atrapalha a aula ou distrai o aluno do conteúdo a ser estudado. Os desafios na educação são muitos, mas tenhamos esperança e afetividade para que possamos superar as dificuldades e contribuir para a universalização da educação para a população brasileira.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/ Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.

Direito humanos, direitos dos pobres / José Aldunate

Leonardo Boff, Joaquín Undurraga, Adolfo Pérez Esquivel, Márcia Miranda, Guido Zuleta, Carlos Ossio

CASTRO, Iná Elias de. et ali (org). *Geografia: conceitos e temas*. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____ *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Gonçalves, Maria Alice Rezende e Pereira, Vinicius Oliveira. A LEI 10.639/03 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Propostas pedagógicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. *Outras Letras*, 2015.

MANÇANO, Bernardo. *O MST e os desafios para a realização da reforma*

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos; 1)

_____ *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. – 6. ed. – Rio de Janeiro. Record, 2001.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9ª Ed. – Rio de Janeiro. Record, 2006.

SILVA, Célia Regina B. S. e BRAGA, Maria Cleonice B. *Alfabetização na disciplina geografia: uma discussão necessária*. Sitientibus, Feira de Santana, n.25 p.117-128, jul./dez. 2011

DESCONSTRUÍNDO ESTEREÓTIPOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Data de aceite: 05/03/2020

Lucas Cardoso de Moura

Graduado em História, bacharelado e licenciatura, pelo Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia.

mouralucascardoso@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões realizadas a partir da experiência proporcionada pela disciplina Estágio Curricular Supervisionado II, realizada no curso de História da FACIP/UFU. De forma mais específica buscou compreender o processo de ensino e aprendizagem em História por parte dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. A metodologia adotada consistiu em observações do espaço escolar, das aulas de História e na produção e desenvolvimento de uma sequência didática de temática ligada a escravidão no Brasil. A sequência buscou trabalhar com conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos com estudantes do oitavo ano do ensino fundamental. Desenvolveu-se a sequência didática buscando partir do conhecimento dos estudantes, seguiu-se o desenvolvimento de uma narrativa histórica e análise de imagens. Evidenciou-se que esta atividade despertou

interesses nos estudantes, pois produziram uma análise crítica da pintura, desconstruindo estereótipos sobre o período escravocrata brasileiro. Os estudantes aprenderam que os escravizados possuíam cultura, e a relação com os senhores não era apenas de forma vertical em alguns casos, horizontal, e que a cultura dos mesmos está presente em nossa sociedade até os dias atuais.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das reflexões proporcionadas pela disciplina de Estágio Supervisionado II, pela Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. A mesma possui a carga teórica de trinta horas, e de carga prática sessenta horas, totalizando uma carga horária total de noventa horas.

De acordo com a ementa disciplinar, o Estágio Curricular Supervisionado II busca compreender a relação entre professor-aluno, buscando trabalhar através de aplicação de metodologias, que envolvem conteúdos diversificados e criativos, desenvolvendo com os estudantes atividades que vão além do conteúdo.

Para o desenvolvimento desta disciplina tivemos como um dos objetivos principais, desenvolver uma sequência didática com

alguma turma dos anos finais do ensino fundamental. Optamos por trabalhar com uma turma de oitavo ano. Dentro dos nossos objetivos procuramos conhecer procedimentos de investigação que nos ajudam a compreender jovens alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Outro objetivo que buscamos com a disciplina, foi a articulação entre a historiografia e o ensino fundamental, ou seja, relacionar um profícuo diálogo entre a historiografia em que estudamos e correlaciona-la com o ensino fundamental.

Compreendemos a sala de aula como um espaço de produção de conhecimento e não mero local de reprodução de conteúdo acadêmico. Nas observações realizadas ao longo do Estágio Curricular Supervisionado I e II percebemos o quão importante é a escola para a produção de conhecimento dentro da academia, e destacar que o espaço escolar influencia na produção dentro das universidades. Uma vez que quando temos mudanças nos conteúdos que baseiam os currículos escolares, temos na academia estudos sobre o mesmo. Desta forma; percebemos que a escola não é um mero espaço de reprodução do conhecimento, mas sim de produção do mesmo.

Partindo do princípio de que o espaço escolar é de produção de conhecimento, podemos enfatizar que procuramos observar e analisar especificamente as aulas de história e os sujeitos que compõem a mesma, e em seguida desenvolvemos uma sequência didática.

Para as observações em sala de aula, lemos textos referentes ao espaço escolar e também sobre a multiculturalidade neste mesmo espaço. Discutimos ainda textos relacionados ao ensino e aprendizagem referentes à história. Nossas aulas teóricas que totalizaram trinta horas foram fundamentais para discutirmos sobre estes aspectos e outros que circundam nossa sociedade e que estão presentes na escola.

Segundo Antônio Zabala (1998) a sequência didática deve abordar além dos conteúdos conceituais, os conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais, pois desta forma instiga os estudantes no processo de ensino e de aprendizagem.

Organizamos o texto em três momentos. No primeiro momento enfatizaremos os sujeitos e o cenário onde estão inseridos, ou seja, apresentar a escola e os estudantes. No segundo analisamos a sequência didática que desenvolvemos com uma turma de oitavo ano. E por fim, registramos algumas considerações sobre tal sequência e o processo de ensino e aprendizagem.

Os sujeitos e o cenário escolar

A escola onde desenvolvemos a sequência didática foi a Escola Municipal Manoel Alves Vilela, EMMAV. Localizada em uma região periférica na cidade de Ituiutaba-MG. Buscamos desenvolver neste tópico alguns aspectos sobre a relação entre os estudantes e a escola, procurando compreender até que ponto a escola e a disciplina de história fazem sentido para os estudantes.

Pelas observações que realizamos na escola, percebemos que os estudantes são de uma classe econômica baixa, não que esse dado seja preponderante na

análise que estamos realizando, mas que certa forma é um fator que deve ser levado em consideração.

Alguns estudantes parecem considerar a escola como uma instituição distante de sua realidade, ou seja, percebem a mesma como algo sem nenhum sentido para suas vidas, a não ser para cumprir uma etapa obrigatória imposta pelo sistema. Dentro deste aspecto temos uma exclusão de certos estudantes, pois a exclusão ocorre dentro de sala de aula. Se nós professores desconsideramos alguns estudantes por acharmos que os mesmos são menos capazes do que os outros estamos excluindo parte dos estudantes.

Não podemos colocar a culpa somente nos estudantes que não conseguem realizar suas atividades em sala de aula, temos que analisar todo o conjunto que rodeia a escola e os alunos. Muitos estudantes são deixados de lado em vários setores da sociedade, mas o mesmo espera que a escola seja o local onde possa ser acolhido, mas de certa forma é excluído, um desses motivos de exclusão, podem estar relacionados aos padrões que a nossa sociedade nos impõe, e alguns indivíduos não estão dentro destes padrões. A partir disso, podemos enfatizar que a sala de aula é um espaço multicultural, e que deve ser pensada para a satisfação e sucesso de todos os alunos e não apenas parte deles.

De acordo com Peter McLaren (2000):

Este livro segue o trabalho de multiculturalistas, na tentativa tanto de desbancar os ataques conservadores ao multiculturalismo como os paradigmas liberais sobre este; tais paradigmas, em minha opinião, simplesmente representam ideologias neoliberais e conservadoras sob um manto discursivo de diversidade. (MCLAREN, 2000, p.20)

A escola em que desenvolvemos nossas observações possui características que causam nos alunos uma sensação de estarem em uma prisão, do que em um espaço educacional de desenvolvimento intelectual. Chegamos está hipótese pelo fato das características físicas da escola, que mais se assemelham a uma prisão. As grades e a presença de um inspetor a todo o momento na escola trazem essa sensação passada para os estudantes.

Para pensarmos a relação entre sujeito e a escola, devemos enfatizar que os estudantes estão inteiramente ligados as suas realidades sociais. Desta forma, não podemos pensar os mesmos de forma desmembrada, mas sim articulada com suas inquietações de suas realidades.

Assim entendemos que o ensino de história deve ser pensado e trabalhado de forma que faça sentido aos estudantes, que ajudem os mesmos a refletirem sobre os aspectos sociais e culturais que permeiam a realidade. Por isso, dialogamos e concordamos com a professora e pesquisadora Selva Guimarães quando a mesma afirma que:

Assim, a escola fundamental e média tenta se constituir como espaço de construção de saberes e práticas fundamentais, reconstruindo a passagem de libertação do homem: de súdito para cidadão. Somente o ensino de história comprometido com a análise crítica da diversidade da experiência humana pode contribuir para a luta, permanente e fundamental, da sociedade: direitos do homem, democracia e paz. (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

O ensino de história pode contribuir na formação de cidadãos críticos e pensantes que questionam e refletem sobre a realidade e a sociedade na qual estão inseridos. Podemos concluir que os sujeitos possuem uma importância muito grande para as reflexões e a construção do conhecimento nas escolas e na academia.

Algumas Considerações sobre a Sequência Didática

A sequência didática analisada nesse trabalho consistiu em três aulas, cuja tema trabalhado fora o período escravocrata no Brasil. Tal tema foi escolhido devido aos desafios de nosso presente em se estudar a cultura afro brasileira, buscando desconstruir estereótipos e pré-conceitos sobre os escravizados e a cultura desses sujeitos, que está presente em nossa sociedade até os dias atuais. Em nosso presente percebemos atitudes racistas e que estereotipam os negros e seus aspectos culturais. Dessa maneira que se dá a importância de se estudar com os alunos a cultura afro-brasileira. De acordo com João José Reis, “Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no País”. (REIS, 1993, p. 189).

Durante as três aulas trabalhamos com conteúdos conceituais, como: Escravidão, escravizados, cultura, sociedade, cotidiano, e sujeito histórico, os mesmos foram conceitos chave para o desenvolvimento das aulas.

Para efetivar o processo de ensino e aprendizagem na História podemos destacar a importância de se partir das inquietações do presente para se estudar o passado. É preciso que a história faça sentido para os estudantes. Estudar o passado pelo passado não irá despertar interesse nos alunos, e também será apenas um conhecimento sem reflexão. A história não é apenas datas e marcos históricos, é uma reflexão social e cultural que precisa ser desenvolvida com os estudantes. Nesse sentido Bloch afirma:

Do mesmo modo, essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. (BLOCH, 2001, p.65).

Além da relação entre presente e passado, consideramos fundamental capturar os saberes prévios dos estudantes. Conforme Seffner (2000) o conhecimento histórico escolar precisa levar em conta os saberes dos estudantes, o interesse e os gostos dos mesmos. Por isso, a primeira aula consistiu partir do conhecimento dos estudantes sobre escravidão, os mesmos se reuniram em grupo dentro da sala de aula onde

escreveram algumas considerações sobre o que sabiam do período escravocrata brasileiro. O estudante não é um indivíduo sem conhecimento, não é uma folha em branco, o mesmo é um sujeito histórico que possui experiências e nós docentes devemos partir deste conhecimento para construirmos outros conteúdos com os estudantes. Na continuação deste texto apresentaremos fragmentos das produções dos estudantes.

Dentro dos conteúdos procedimentais tivemos como objetivos refletir sobre os aspectos culturais dos escravizados, destacando que os mesmos possuíam cultura e que a relação dos mesmos com seus senhores eram de forma horizontal e não vertical, a mesma se dava em um contrato social. Refletimos também sobre as vestimentas, modos alimentares e moradias, aspectos esses que estão ligados a cultura dos mesmos.

Nas aulas trabalhamos com procedimentos atitudinais, que desenvolve nos alunos a capacidade de reflexão e problematização. Ressaltamos a necessidade de levar os estudantes a: Expressar opinião, refletir, comparar, trabalhar em grupo, ler, observar, analisar, e problematizar.

Como afirmamos anteriormente, no primeiro momento da aula os alunos se reuniram em grupo e escreveram em forma de texto o que sabiam sobre a escravidão no Brasil. No segundo momento se desenvolveu uma narrativa histórica sobre o período escravocrata partindo desde os aspectos culturais na África, antes da chegada dos europeus no continente africano.

Analisou-se também, junto com os estudantes o mapa mundi para que se refletissem sobre os navios negreiros que partiam do continente africano, para o continente americano, tendo como ênfase de análise o Brasil.

Nos escritos dos estudantes percebemos que os mesmos possuem certo conhecimento sobre o período escravocrata, onde apreenderam tal conteúdo em novelas ou jornais que tratavam sobre tal época. Em algumas reflexões dos estudantes evidenciamos que os mesmos copiaram do texto de apoio algumas informações sobre este período. Elencamos este ocorrido como ponto negativo de nossa atividade, uma vez que a mesma consistia em analisar o que o estudante sabia a partir de seu conhecimento, e não de uma cópia do texto base.

Em alguns grupos verificamos que se dedicaram a escreverem sobre o período, sem copiarem o texto base. Destacamos aqui tais escritos, para possamos analisar.

“Os africanos contribuíram para a cultura do Brasil e no nosso vocabulário existe muitos valores africanos”. (Grupo 1, 2016).

“Alguns exemplos da cultura afro-brasileira presente até os dias atuais são: música, danças, capoeira, comidas típicas, vestes.” (Grupo 2, 2016).

Estes dois escritos foram de diferentes grupos que registraram sobre o período escravocrata brasileiro. Os estudantes identificaram a importância da cultura africana para a formação da sociedade brasileira. Os escravizados eram indivíduos ativos e protagonistas naquela sociedade e não meramente mercadorias.

Após a atividade escrita, tivemos uma narração histórica sobre a vinda dos escravizados para o Brasil, e após esta narrativa conversamos com os estudantes e perguntamos aos mesmos, onde que eles apreenderam sobre o período escravocrata brasileiro. Muitos estudantes responderam que apreenderam em novelas, ou em livros. Confirmamos que os estudantes possuem conhecimento e que o mesmo não pode ser desvalorizado. Ratificamos Lautier (2011), ao afirmar que os jovens estudantes, para aprender história, mobilizam uma compreensão narrativa e o seu conhecimento do mundo vivido.

Após ouvirmos os alunos desconstruímos alguns estereótipos sobre o período, cuja dizem respeito ao modo de vida dos mesmos, ou seja, os mesmos não apenas trabalhavam e eram castigados, possuíam cultura e eram protagonistas. Como ponto positivo, podemos destacar a participação dos alunos nesta aula, que fundamentalmente desconheciam as formas de resistência dos escravizados, como por exemplo, a vingança por parte do escravizado contra seu senhor e também sobre os quilombos.

A segunda aula consistiu em atividades com os estudantes a partir do compêndio didático, buscando refletir com os mesmos alguns exemplos de trabalhos escravos na atualidade. Dentro desta aula, ainda enfatizamos as formas de resistência que os escravizados usaram em função de seus interesses, reafirmando a ideia de que os mesmos eram indivíduos ativos na sociedade.

O objetivo nesta aula era desenvolvermos quatro atividades e alguns exercícios referentes ao livro didático, tendo como tema o protagonismo dos escravizados, mas na prática só conseguimos efetuar cinquenta por cento do que estava previsto na atividade.

Percebemos que a sala ficou inquieta no momento das atividades e também nos momentos das narrativas históricas. A metodologia utilizada e desenvolvida nesta aula consistiu na leitura com os alunos das atividades propostas e também o apoio no desenvolvimento individual da mesma. A maioria dos alunos mostrou um grande desinteresse pela mesma, pelo fato de estarmos refletindo a partir do compêndio didático. Apontamos como ponto negativo desta atividade o intenso uso do compêndio e pouco trabalho com outras formas de expor o conteúdo proposto.

Ao longo dessa aula ainda trabalhamos com os quilombos e também sobre os quilombolas que existem até os dias atuais. As atividades que não foram cumpridas na aula têm por justificativa a falta de tempo e também por não despertar nos alunos interesse por tal atividade.

Como análise para o corrido, podemos elencar que os estudantes já possuem uma rotina diária com o livro didático, assim, os mesmos se sentiram dentro de uma rotina e por isso não participaram da aula, mostrando um descontentamento sobre o conteúdo e as atividades propostas. Como pontos positivos podem elencar a participação dos alunos na construção da atividade, no que se diz respeito ao assunto sobre capoeira que era uma forma de resistência dos escravizados, e também a leitura dos mesmos nas reflexões sobre o trabalho escravo na atualidade.

Na terceira e última aula desenvolvida a partir de nossa sequência didática, analisamos uma fonte histórica, no que se diz respeito a uma pintura do século XIX, do autor Moritz Rugendas.

Concordamos com a pesquisadora e professora Circe Bittencourt (2004) no que diz respeito a importância de usar didaticamente documentos, não com o objetivo de se formar mini-historiadores, mas de aproximar os estudantes a este universo.

Essa pretensão acarreta uma série de dificuldades ao ensino e contraria os objetivos da disciplina, cuja a intenção maior é desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal, conforme já se disse anteriormente. Daí a necessidade de se deter em alguns aspectos do uso de *documentos ou de fontes históricas* nas aulas de História, começando pela identificação das especificidades de uso. (BITTENCOURT, 2004, p.327,328)

Ao utilizarmos e explorarmos documentos construímos com os alunos a capacidade de analisar e criticar historicamente a sociedade em que vivemos, assim construímos cidadãos críticos.

Em primeiro momento realizamos uma revisão das aulas anteriores e em seguida projetamos esta figura em um videoprojetor para que os alunos analisassem a mesma.

Logo em seguida entregamos aos alunos a imagem com uma ficha de análise, que direcionavam as questões e reflexões onde os mesmos deveriam se atentar para a fonte histórica analisada.

Dividimos a sala em pequenos grupos, semelhantes a primeira atividade, na aula inicial e assim fomos construindo questionário em forma de texto junto com os estudantes. Verificamos a importância desta atividade para os alunos, pois percebemos que os mesmos se interessam, pois trazem outra perspectiva de aula de conteúdo histórico, não usando apenas o quadro e o giz para a construção do conhecimento junto aos estudantes.

Antes dos alunos sentarem em grupo, realizamos uma leitura que dizia respeito à pintura analisada e também para os estudantes se atentarem para o contexto histórico da mesma. Os escritos dos alunos foram interessantes para construir uma atividade coletiva, onde o professor ajudou na construção e desenvolvimento da mesma.

Após quinze minutos para a realização da atividade, corrigimos junto aos alunos as questões propostas na folha, que dizia respeito a pintura analisada. Notamos que os alunos estavam interessados no desenvolvimento da mesma pois, mudava a forma das aulas, ou seja, trabalhamos com outros recursos para a aula.

Outro aspecto interessante que desenvolvemos nesta aula consistiu em ler a pintura. Os alunos participaram da leitura e se mostraram interessados pelo tema. Escolhemos trabalhar com a pintura de Rugendas, pois a mesma retrata o cotidiano dos escravizados no século XIX. Na pintura percebemos um modo de vida que contraria alguns estereótipos propagados muita das vezes pelo senso comum, de que, por exemplo, os escravizados só se habitavam nas senzalas.

A pintura nos retrata o cotidiano dos escravizados, retratam os mesmos com seus filhos e família, desconstruindo a ideia de que os mesmos só trabalhavam em prol de seu senhor, e não possuíam uma cultura familiar.

Ao fim da última aula agradecemos a participação dos alunos nas três atividades propostas pela sequência didática, e de certa forma saímos satisfeitos da atividade, uma vez pela a necessidade de se estudar e desconstruir estereótipos sobre os escravizados no Brasil, e também por conseguir concluir o compilado de aulas com os alunos de tal escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos a partir desta experiência a importância de se trabalhar com o tema escravidão no ensino básico, pois já constrói nos alunos outra visão sobre o período, desta forma desconstrói estereótipos, preconceitos e formas de discriminação que presenciamos até os dias atuais em nossa sociedade. Percebemos também a importância de se recorrer às experiências e saberes dos estudantes, pois assim a história tem um sentido mais aproximado da realidade do mesmo. Por fim, como futuro professor de história este conjunto de aulas foi muito importante para o meu desenvolvimento e irá contribuir para a minha formação e futuramente para a formação de meus futuros alunos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar, p. 51-68. 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação, transformação e adaptação. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 39-58, jan./abr., 2011.

GUIMARÃES, Selva. O ensino de história e a construção da cidadania. In.: **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. – 13º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário** – Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000. (Introdução)

REIS, J.J. Aprender a raça. **Veja**, São Paulo, edição especial: 25 anos: reflexões para o futuro, 1993.

Zabala, Antonio. **A prática educativa: como ensinar**. São Paulo: Artmed, 1998 (As sequências didáticas e as sequências de conteúdo)

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Data de aceite: 04/03/2020

Oscar Edgardo N. Escobar

(Docente/UEPG) E-mail: escobareduc@uepg.br

Brasil

RESUMO: Este trabalho de pesquisa pretende contribuir na discussão sobre o período histórico do ensino superior no Brasil Colônia. O texto traz a luz a discussão de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no período de 2019 a 2020. O Leitor encontrara aqui uma discussão sobre o desenvolvimento do ensino superior e sua trajetória histórica.

PALAVRA-CHAVE: Educação superior, Brasil Colônia, ascensão da sociedade moderna.

ABSTRACT: This research word intends to contribute to the discussion about the historical period of higher education in Colony Brazil. The text brings to light the discussion of a research carried out at the State University of Ponta Grossa (UEPG) in the period from 2019 to 2020. The reader will find here a discussion on the development of higher education and its historical trajectory.

KEYWORDS: Higher education, Brazil Colony, Rise of modern society.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um trabalho que venho desenvolvendo como docente e pesquisador. É uma tentativa de explicar a trajetória histórica dessa importante instituição que surge na Idade Média¹, a universidade. Não é uma história descontextualizada, pelo contrário, procurou-se seguir a trajetória, não sempre fácil, de sua essência, de seu movimento, além de toda a transformação que necessariamente a promoveu. Apesar da amplitude dos estudos que se tem feito sobre ela, poucos a tem estudado com os olhos da história, diferentemente, aqui recriaremos sua origem, seu cotidiano, principalmente, os atores humanos que permitem sua existência e fazem sua mudança possível. A opção de estudar a universidade nasceu por iniciativa da própria profissão de professor no ensino superior. Para mostrar os pormenores dessa história foi utilizado o estudo bibliográfico e documental, resgatou-se a trajetória desta instituição desde

¹ A definição é complexa, pois, compreende uma dezena de séculos que ninguém parece conseguir situar, dado que se encontra entre dois períodos bem definidos, a queda do Império Romano (deposição do último soberano do império, Rômulo Augústulo, 476, século V, até a conquista da cidade de Constantinopla pelos turcos, (1453, século XV) e a época de Leonardo da Vinci, o Renascimento.

seu nascimento, até o desenvolvimento da sociedade contemporânea ou sociedade do capital.

A partir da pesquisa realizada sobre a universidade é possível afirmar que, esta instituição desde a sua origem, expressava as necessidades humanas de uma época, desde a Idade Média, passando pelo período do renascimento (fase revolucionária da classe burguesa) até o pleno desenvolvimento da sociedade moderna, ela esteve ao serviço dos interesses daqueles que detinham o poder; suas contradições, enquanto produtora de conhecimento, revestem-se das próprias lutas que a sociedade travava no plano social, cultural, econômico e político.

A ideia central deste trabalho se fundamenta na possibilidade de trazer à luz o papel que o ensino superior tem dentro do contexto na qual é produzido.

2 | A UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA: A ESPECIFICIDADE DE BRASIL

Antes de tudo, durante o período da dominação espanhola as universidades na América Latina foram uma prioridade para os colonizadores, ao contrário de Portugal, já nos primeiros anos serão fundadas estas instituições nas colônias, seguindo o modelo europeu, principalmente da universidade de Salamanca. Em Santo Domingo, se fundou a primeira universidade de América, no início do século XVI, esta instituição permitia produzir distintos cargos e ofícios para a nova sociedade. Neste mesmo período, a universidade de San Marcos de Lima (Peru), será fundada pela congregação dos Dominicanos Fray Antonio de Hervias, em 1551, em forma posterior, foram fundadas as universidades de Guatemala, Argentina (Córdoba), universidade de Charcas (Sucre-Bolivia), depois será fundada, em 1624, a universidade São Francisco de Xavier; Caracas (Venezuela), La Habana (Cuba), Universidade Tomista de Santa fé de Bogotá (Colômbia), entre outras. Em suma, como aponta um pesquisador:

De las treinta y una universidad que funcionaron en Hispanoamérica durante el dominio español, varias se extinguieron em el siglo XVIII: las de San Fulgencio de Quito y la de San Nicolás de Santafé, dirigidas por los agustinos; las de Santiago de la Paz de Santo Domingo, San Gregorio de Quito, San Ignacio del Cuzco, dirigidas por los jesuítas, a raíz de La expulsión de la Compañía de los territorios hispánicos; la de la Nuestra Señora del Rosario, dirigidos por los dominicanos, y la de San Miguel, de Santiago de Chile, de los jesuítas, al fundarse la Universidad pública de San Felipe em 1738. Las demás fundiciones, después de sufrir numerosos câmbios y pasar por diversas manos directoras, han subsistido hasta hoy. (Buenaventura, 1994: 204).

Por isso, a consolidação educativa de Espanha em América Latina representou um fenômeno singular na história. Foram 31 universidades fundadas pelos espanhóis nas terras colonizadas, desde 1538 até 1812 o que representa uma cifra expressiva para a época. Na realidade, ainda não havia nascidos algumas das universidades europeias mais famosas, inclusive, representavam mais centros de ensino superior

que na Metrópole. Na verdade, a criação das nações latino-americanas nos primórdios do século XIX, possibilitou criar a necessidades do estabelecimento, em cada país independente, instituições de ensino superior capaz de promover os valores da racionalidade do mundo moderno, que estavam moldando a construção das nações-estado modernas, tanto na Europa como nos países capitalistas industriais, especificamente, nos Estados Unidos. Alguns países tiveram mais sucessos que outros e, em certas localidades, as antigas universidades coloniais acabaram transformadas e incorporadas ao novo ambiente educacional, como bem observa um pesquisador:

Com o capitalismo, vem a necessidade de educação, sobretudo daquela classe que irá se caracterizar como classe média num futuro não muito distante daquele momento. Ou seja, com a queda da monarquia e dos títulos de nobreza, uma burguesia mercantil e industrial começa seus primeiros passos rumo a uma economia capitalista, assentada num Estado de direito laico e, a princípio, democrático (Torgal; 2015, 127).

Portanto, a educação do ensino superior no Brasil não pode ser interpretada, discutida e analisada sem que se tenha presente sua contextualização, sua inserção no contexto mundial da colonização. O Brasil possui uma localização privilegiada na América latina, um continente que na atualidade passa por mudanças significativas, seja a nível político, emancipação econômica, cultural e social. É, sem dúvida, um continente que enfrenta muitas desigualdades, porém, as sociedades não têm desprezado nem rejeitado mudanças que vão além do sentido tradicional.

As mudanças, embora tímidas, tem possibilitado consolidar governos com democracias populares; suas contradições são visíveis e muito questionadas, Emir Sader, ao fazer uma crítica construtiva deste processo salienta que o governo nunca abandonou a lógica do capital, fundamentando-se neste raciocínio, explica a pesquisadora Masson (2009):

O governo Lula faz desalinhamento político, mas alinhamento econômico. De acordo com o autor, "Lula deixa muito claro que não pode tolerar o alinhamento total com os EUA, pelo contrário, faz um alinhamento em termos econômicos, de promoção neoliberal, mas politicamente escolhe certa solidariedade com os países irmãos na América Latina (Masson, 2009: 26).

Efetivamente, no terceiro mandato do governo democrático popular, o Brasil não tem conseguido afastar-se dessa lógica, embora, os movimentos sociais organizados, sindicatos, movimentos estudantis, universidades, entre outros, não poupam esforços em apontar novos rumos que o país precisa percorrer, porém, basicamente o governo não tem levado em conta, como prioridade, o atendimento às necessidades destes movimentos sociais que lutam por ampliar os espaços democráticos de forma real. Tal realidade não pode ser compreendida sem analisar os fundamentos históricos que a geraram. Portanto, antes de adentrarmos neste tema, nada mais indicado para recordar a necessidade de contextualizar o cenário no qual a sociedade brasileira se

forma e se desenvolve, sem isso, tornar-se-á incompreensível o aparecimento das universidades no território nacional.

A universidade² no Brasil é um fenômeno recente, se a situamos com o resto da América Latina, pois, a colonização espanhola desde seu início, já no século XVI fundava essas instituições nos espaços da colônia, os representantes da colonização portuguesa a proibiram até o século XIX. Assim, inicialmente, as elites locais procuravam a Europa para realizar seus estudos superiores, não existia um interesse, nem havia uma resistência organizada para mudar esse quadro educacional, como foi observado, somente com as revoluções burguesas das independências e de configuração política surgira a justificativa e a necessidade para a criação desta instituição no Brasil Colônia³. Ela será convocada a ser palco de debates sobre a nova fase da sociedade, mas não em termos puramente abstratos, pois, não resta dúvidas que essas tarefas sempre se desenvolverão em realidades de exaustivas contradições. É dela que surgirão os juristas, advogados, diplomados, etc, que permitiram legitimar a descentralização política da Primeira República. Apesar da importância destes eventos, a estrutura econômica e política se manterá na “nova instituição”, pois, nestas condições:

América Latina dominada “representa um papel decisivo na acumulação da riqueza, pela burguesia da Europa ocidental”. [...] Com efeito, o trabalho forçado dos escravos negros e das populações da América do Sul permite extrair uma enorme massa de mais-valia, sendo está apropriada sob a forma monetária por negociantes e fabricantes, por banqueiros e financeiros ingleses, principalmente, mas também da Europa continental e das colônias da América do Norte (Beaud, 1981: 56).

Ao mesmo tempo, é sobre está realidade que a educação vai restabelecendo e ampliando sua redemocratização, é verdade que uma minoria privilegiada será beneficiada, porém, representara um avanço em relação às épocas anteriores. A República estabeleceu como regra o ensino ministrado pelos poderes públicos. Manteve o ensino religioso obrigatório para as escolas e ministrados segundo as confissões religiosas dos alunos. Também, a participação do ensino privado será privilegiada, dentro os limites da lei.

2 “Da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força de trabalho” (Chauí, 2001:52).

3 “A lei de Terras instituiu no Brasil a terra como mercadoria e permitiu a vinda de imigrantes para prover a grande e a pequena lavoura da mão-de-obra necessária. E, ao impedir que desde o início esses camponeses pudessem se tornar proprietários, reafirmava o que deles se esperava: colonos morigerados e laboriosos como força de trabalho para as propriedades agrícolas do Estado ou Particulares” (Antunes, 2001: 75).



Fonte: jesuitasbrasil.org.br

Para muitos autores, entre eles Saviani, (2010); Manacorda, (1989); Janotti, (1992); Cunha, (200); Mesgravis, (2015); (2015); Romanelli, (1992); Janotti, 1992; Chauí, (2001); Piletti, Claudino & Piletti, Nelson, 2012); Torgal, (2015), Mészáros (2007); entre outros, a história da educação moderna, em nosso país, iniciou-se por volta do século XV, quando as empresa coloniais dos países ibéricos chegaram a este novo continente. A Companhia dos Jesuítas⁴ representam o início do ensino no Brasil colônia, cabia a eles, introduzir a cultura e os empreendimentos que as circunstâncias requeriam, mas, acima de tudo, ela, mais do que qualquer outra organização, cabia introduziu os interesses da civilização oriunda da Europa aos povos autóctones. Por mais de 250 anos, especificamente, até 1759, quando estes são expulsos, a educação esteve exclusivamente o seu modelo pedagógico. Nas palavras de Saviani (2010), os jesuítas:

Vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiado tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstancias, puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. Guiando-se pelas mesmas ideias e princípios, os jesuítas estenderam sua ação praticamente ao longo de todo o território (Saviani, 2010: 41).

Para compreender bem o exato alcance das ideias pedagógicas dos jesuítas, podemos inferir que todas as ações encontravam-se num manual denominado Ratio Studiorum⁵, este passou a ser o instrumento que organizava e orientava as

4 Foi fundada em 1534 por um grupo da Universidade de Paris – liderada pelo basco – Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. Ela, foi fundada no contexto da Reforma Católica. O pesquisador Sangenis, salienta que os frades franciscanos tiveram um papel na história da educação brasileira, porém, esta foi ofuscada pelo domínio dos jesuítas.

5 Constituía um plano de estúdio, cujo conteúdo expressava a cultura europeia, elaborado e publicado pela Companhia de Jesus em 1599.

atividades, tanto na preparação da intelectualidade colonizadora, quanto na instrução, num primeiro momento, das sociedades indígenas e posteriormente dos escravos, mediante a catequese⁶. Objetivamente, este manual pedagógico consistia, segundo Manacorda (1989):

No fim do século (1586-99) apareceu a *Ratio studiorum*, que regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina. Eram previsto seis anos de *studia inferiora*, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); um triênio de *studia superiora* de filosofia (lógica, física, ética), um ano de metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após uma *repetitio generalis* e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia, que durava quatro anos (Manacorda, 1989: 202, grifos do autor).

É importante observar que o conteúdo herdado do humanismo foi cuidadosamente modificado, por vezes alterado, para ser instrumentalizado ao serviço dos objetivos religiosos e econômicos. A censura e as modificações dos textos clássicos foram a fonte que alimentava esta forma de ensino, os jesuítas tornaram-se peritos nesta prática educativa, não é sem razão a seguinte apreciação: “O papa Urbano⁷ VIII declara solenemente a alta estima em que tinha os Jesuítas e louvava a obra que eles efetuavam em terra fiel e infiel” (Guillermou, 1977: 44).

O ingresso ao mundo do trabalho ocidental constitui-se num grande objetivo. Portanto, neste contexto a educação aparece com uma conotação estritamente econômica, ou seja, a força humana é direcionada para aumentar o cabedal mercantil, este, representava o referencial que movia as relações europeias da época. Dentro desta visão:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra (...) esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição (Marx, 1988: 275-276).

Portanto, o regime colonial gerara progressos enormes no comércio e na navegação, contribuiu de forma decisiva para a concentração de capital. A organização de trabalho imposto tivera uma intensificação progressiva, por todas as partes surgiram engenhos, o monopólio da riqueza produzida fora da Europa tinha endereço na

6 Segundo Saviani (2010), a catequese pode ser entendida como difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. Inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores.

7 Nascido numa família de mercadores que fez fortuna em Florença; em 1512 foi nomeado Governador em Fano. Em 1625 foi nomeado papa até 1644. Foi reconhecido pelas reformas e pela extensão da influência eclesiástica do cristianismo; graças a sua posição, beneficiou a sua família para enriquecer rapidamente; foi durante seu pontificado que Galileu Galilei foi chamado para se retratar das afirmações científicas que havia elaborado em 1633. Galileu ficaria em prisão domiciliar até sua morte.

metrópole, aqui se transformava em capital, pois, mesmo para financiar uma expedição era imprescindível tê-lo. A narrativa histórica nos conta parte destes acontecimentos.

Nos documentos onde se descreve a “descoberta da América”, Cristóvão Colombo deixou, desde o início, entrever claramente o interesse que movimentava as viagens. Ao chegar ao litoral da América do Sul, pensando ser a Índia, colocou os objetivos encomendados da seguinte forma: “E eu estava atento, me esforçando para saber se havia ouro e vi que traziam um pedacinho pendurado [...] sugeri que fossem buscar (Colombo, 1987:46).

Quando as caravelas carregadas de ouro e prata regressavam a Espanha, Colombo enunciava à rainha Isabel, na linguagem franca da burguesia mercantil genovesa: “Ouro excelente, com ele se consegue tesouros e quem possui tesouros pode fazer o que quiser neste mundo, até levar as almas ao paraíso (Idem.).

Para todos os casos a influência espanhola ou portuguesa não era distinta, fundamentalmente se complementavam em processo, principalmente, quando o Reino de Portugal passa a manter uma elite dirigente, independente do reino de Castela (Espanha), sela um acordo na Conferência de Zamora⁸, entre a alta nobreza peninsular, em 1143.

Assim, no diário de Colombo e nos manuscritos do escrivão Pedro Vaz de Caminha, o último, compunha a armada de Pedro Álvares Cabral, nas suas apreciações apresentam dois momentos distintos, porém, convergem plenamente nos objetivos próprios da colonização, são observados os mesmos interesses, porém, além dos metais preciosos, a exploração do trabalho indígena serviu para intensificar o comércio do pau-brasil que era considerado um empreendimento complementar, pois, os portugueses eram exímios no tráfico de escravos, marfim, ouro, prata, especiarias, entre outros. Dessa forma, modelaram-se as relações que permitiram manter em ascensão as empresas lisboetas. A este respeito Caio Prado Júnior, elaborou uma acertada definição deste processo, comentando que:

O destino das colônias no novo mundo era fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro, (...) as grandes propriedades, monocultura, trabalho escravo eram formas que se combinavam e se complementavam (Prado, 1945: 144).

A existência durante quatro séculos da escravidão compulsória demonstrou que, o sistema colonial convergiu para um só objetivo, o de gerar riqueza para a sustentação de uma metrópole burocrática improdutiva ávida de dinheiro, Assim, assinala um educador e pesquisador deste processo social, Saviani (2010), “Ademais, nobreza e burguesia, embora tendo objetivos econômicos diversos, comungavam do mesmo interesse expansionista” (Saviani, 2010: 29).

8 É um tratado de paz entre Afonso Henriques (1º rei de Portugal) e o rei Afonso VII de Castela e Leão, o 5 de outubro de 1143; aqui se definem as cláusulas de paz e os limites de cada reino. Em 1179, o Papa Alexandre III, através da Bula “Manifestis Probatum” declara Portugal reino independente.

A colônia era a esfera direta e exclusiva do capital⁹ em suas várias fases de desenvolvimento, pois, quanto mais avança em termos mundiais no processo de expropriação e centralização de todos os meios de produção, transformando-os em capital, mais se acelerava a conversão de todos os produtores em produtos de mais-valia. Nesta evolução a colônia tinha paradoxalmente o primado, pois, era nela que o capital podia criar as condições ideais de produção. A este respeito Fernando Novais, observa que o processo colonial:

Se apresenta como um tipo particular de relações políticas, como dois elementos: um centro de decisões (metrópole) e outro (colonial) subordinando relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais (Novaes, 1975: 115).

De fato, está dinâmica econômica era essencial para a ascensão da burguesia no seu estágio mercantil, significando o enriquecimento ou a acumulação de capital de forma bastante segura. Portanto, pode-se inferir que a colonização veio reproduzir as relações à imagem do capital. Com efeito, um pesquisador Hatton (2012), observa acertadamente que: “O viajante sacerdote jesuíta Pedro Antônio Vieira, na sua história de futuro, de 1664, explicou como funcionava a relação simbiótica: “Os pregadores levam o evangelho e o negócio levava os pregadores (Hatton, 2012: 64).

Ninguém melhor que este cronista jesuíta¹⁰ aponta as consequências de tudo isto. Ninguém melhor que ele, que viveu algumas dezenas de anos depois, descreveu os resultados e os efeitos, para a organização social da metrópole e da colônia. Nenhum de seus contemporâneos, de qualquer país, viu com mais lucidez o nascimento e o crescer da nova classe social que irá surgir na colônia e que já na época irá dominar a Europa durante séculos. Os grupos dominantes, entre eles a própria área eclesiástica era beneficiava neste contexto, pois: “Os escravos trabalhavam, quer em tarefas domésticas quer artesanais e rurais, existindo tanto nas cidades como no campo e sendo propriedade apreciada de senhores eclesiásticos e laicos” (Oliveira, 2010:97). Entretanto, os jesuítas teriam um papel fundamental na justificação desta nova forma de organizar as relações sociais, desde a fundação da Campanha de Jesus, o ensino e seus métodos pedagógicos serão introduzidos em todos os cantos do globo. Na especificidade do Brasil:

O primeiro estabelecimento do ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo federal, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários

9 “Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento o sistema de capital era imensamente dinâmico e, em muitos aspectos, também positivo. Somente com o passar do tempo – que trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – este se tornou uma força regressiva perigosa. Se, entretanto, a ordem reprodutiva vigente não tem nenhum senso de tempo histórico” (Mészáros, 2007: 25).

10 Saviani (2010) lembra que: “os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pela autoridade da colônia (p.41).

No Brasil as tentativas de criação da universidade foram adiadas durante todo o período colonial, segundo os registros históricos, o reinado da época procurou manter a dependência em relação à universidade de Coimbra, considerada como uma estratégia do pacto colonial. Assim, a própria dominação passava pelo plano simbólico, pois, não se fazia necessário ter na colônia um estrato social pensante e independente. Além do caráter pragmático que marcava essas iniciativas, cumpre destacar também o seu significado simbólico e ideológico, pois, permitia legitimar o próprio processo colonial. Assim: “Uma das razões, como afirmava o Conselho Ultramarino, era o fato de que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal” (Rubião, 2013:115).

Cabe lembrar que não só no Brasil, mas em todo o Império Português, as doutrinas pedagógicas foram inspiradas na filosofia clássica, na Bíblia, no Estoicismo, nas Sagradas Escrituras, na Patrística, na Escolástica, etc. foram sendo ressignificadas e adaptadas à interpretação e compreensão da conveniência de cada tempo e lugar, pelos representantes oficiais, canonistas, teólogos, moralistas, colonos, entre outros. Em termos oficiais: “Em 1547, uma bula do papa concede a este instituto todos os privilégios e prerrogativas habituais” (Guillermou, 1977:27). No cenário colonial¹¹, essas ideias eram apresentadas em forma de sermões e livros de reflexões morais, e passaram a ser difundidas com mais insistência, mediante a anuência das ordens religiosas com a licença oficial (Imprimatur) da igreja católica.

Todavia, este processo não é homogêneo, sem contradições, há muitos interesses que convergem e convivem, particularmente, esse modelo educacional representa o ideal que permite a docilização e a submissão do educando, elemento vital para o sucesso e expansão da colonização. Saviani (2010), assim se expressa:

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (Saviani, 2010: 29).

Os métodos violentos com muita impropriedade denominados “guerra justa” que foram utilizados contra as populações autóctones – a verdadeira população nacional-para a expropriação de suas habituais condições de vida, foram utilizados com um claro objetivo central, o da produção da riqueza. Esta se encontrava em grandes proporções, não as conheciam os povos indígenas da época anterior à chegada dos

11 “Ao incorporar milhões de escravos africanos num sistema econômico internacional, a classe capitalista europeia reduziu efetivamente o preço da mão-de-obra das classes trabalhadoras europeias (Pomer, 1994: 37).

colonizadores porque suas técnicas não o permitiam. Os portugueses exploraram as técnicas de acordo com a lógica do excedente, eis um exemplo, já no início do século XVII: “Em 1600, o Brasil produzia metade do açúcar do mundo graças à mão de obra de escravos africanos (Donaldson, 2014: 35).

Portanto, as relações mercantis preservam a manutenção de uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Assim, utilizaram todos os recursos para obter as riquezas do continente. Principalmente, em termos administrativos, a centralização da propriedade fundiária, as Sesmarias¹², agiu como uma barreira intransponível para o produtor independente que quisesse estabelecer-se no Brasil e aqui refazer o seu mundo anterior. Portanto, o mercado comercial, que foi beneficiado com a colonização da América:

Os instrumentos que eram empregados até então requeriam processos individuais de trabalho, isto é, eram para serem usados por um só operário. Mas, pressionada pelas exigências do comércio que se desenvolvia, a burguesia da época concentrou e modificou esses meios de produção, até então isolados e mesquinhos, transformando-os na enorme força que todos conhecemos (Ponce, 2007: 126).

O Estado (da Metrópole), o poder de elaborar leis, de manipulá-las em benefício de uma classe, o uso legal e sancionado ideologicamente da violência, foram as premissas da colonização. É importante frisar que Portugal da época, encontrava-se em uma acentuada crise, provocada por suas classes antagônicas historicamente, que eram constituídas pela nobreza feudal parasitária e religiosa, expressão de uma sociedade que tendia a desagregar-se e, a burguesia mercantil que necessariamente estava caminhando para produzir a riqueza e não a obter através de ações fortuitas ou casuais. Esta nova relação social mercantil será defendida com as próprias armas, a concorrência será assim neutralizada: “Em 1630, a sociedade açucareira que se construía em Pernambuco e nas capitanias vizinhas foi sacudida com o assalto holandês a Olinda, que se tornou o primeiro ato de um conflito de décadas pelos territórios nordeste açucareiro (Silva, 2009: 57).

É importante lembrar que neste contexto de conquistas ultramarinas, a nobreza para neutralizar as posições econômicas e sociais da burguesia em ascensão, reage protegendo a ordem feudal com a Inquisição, instrumento de controle político e de poder, este é introduzido em Portugal sob o reinado de Dom João III (1521-1557). Em suma:

O interesse da Coroa portuguesa era impor uma cultura à luz das necessidades mercantis vigentes. Para tanto, era necessária uma nova organização social na qual fosse possível inserir a visão de mundo cristão, para civilizar e cristianizar os “selvagens” da terra. Nesse contexto, coube à Companhia de Jesus a missão de fazer com que os nativos fossem inseridos no sistema colonial, fazendo-os conhecer a verdade da salvação (Ponce, 2007: 126).

12 O sistema Lei da Sesmaria efetivado no território brasileiro em 1530, perdurou até 17 de julho de 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva, pôs termo a este regime de apropriação da terra.

Neste cenário histórico que Brasil pode ser inserido, aqui os novos colonizadores encontraram condições propícias a seu desenvolvimento. O que significou isto? É sabido que as relações capitalistas de produção nasceram com o trabalho livre¹³ e se nutre dele. Isto se deu num determinado nível de desenvolvimento social das forças produtivas quando a maior parte dos produtores destituídos de toda e qualquer riqueza particular, tendo somente como propriedade seus braços, vende o produto de seu trabalho em troca de sua subsistência. Este pré-requisito encontrava-se amplamente desenvolvido nos países baixos europeus, França e Inglaterra, no século XVI, principalmente, com a aceleração e expansão da manufatura. Nas colônias o metabolismo social impede este processo, porém, a compulsão do trabalho indígena torna-se o modo de obter-se o trabalhador. Pertence a Ribeiro, a seguinte afirmação:

Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão de obra (...) diante desta realidade, era necessário tirar o maior proveito possível da colônia (...) O aparato material e humano deveria ser aumentado (Ribeiro, 1989: 25-30).

Portanto, desde o início as atividades coloniais passaram a subordinar qualquer organização que não estivesse em consonância com seus interesses ou propósitos, assim, a questão dos indígenas era de mão de obra, mesmo com as resistências contínuas destas populações que aqui se encontravam, a ideologia que objetivava a regeneração do “novo mundo” conseguiu quebrar qualquer resistência, a acumulação e aplicação do cabedal era a prioridade. E assim se iam instaurando as condições ideais para um ambiente favorável ao desenvolvimento das relações capitalista na colônia. É de Paiva a seguinte afirmação:

O índio da Brasil, no caso da colonização portuguesa, tornou-se objeto de ação dos colonizadores, exigiu-se dele que colabora-se nessa obra. A colonização consistia na prática do dia a dia, em derrubar o Pau Brasil (...) No amanhã da terra para o plantio da cana de açúcar no trato do engenho (Paiva, 1982: 56).

Através dos documentos da época pode-se visualizar que a ação dos jesuítas se distingue muito mais pelo seu caráter colonizador e mercantil, que por uma ação simplesmente missionária ou pedagógica. O padre Manoel da Nóbrega já nos cinco primeiros anos instalou na Bahia, São Vicente (SP), Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus e Olinda, núcleos que difundiram a catequização aos ameríndios. Neste relato podemos observar como o padre Manoel de Nóbrega expressava essa realidade:

Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra

13 A respeito deste processo, indicamos o trabalho de Marx: “Assim a chamada acumulação primitiva” na sua principal obra, O capital (livro I, cap. 24).

justa, e terão serviço e vassagens dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará almas S. A. terá renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos, já que não haja muito ouro e prata. (Nóbrega, 1988: 56).

É importante frisar que nesta passagem, deixa-se entrever as soluções frente aos obstáculos escolásticos e legais e se dá razão ao empreendimento planejado, aceitando-se como princípio justo da “escravidão legítima” toda a estrutura da atividade colonial, bem como a formação social que servia de base. Este fato definia as linhas de força do sistema mercantilista na sua conexão com a ascensão e expressão do capitalismo comercial europeu. Também, o escravo¹⁴ era importante não somente como mão de obra para os engenhos ou fazendas, mas, o negócio comercial de tráfico de escravos era extremamente rentável uma vez que muita riqueza foi gerada no comércio de escravos e não na produção baseada no trabalho compulsório. Todavia, as colônias serão desenhadas para transferir e poder desde América aos países ibéricos, também, por parte dos colonos oportunizou incentivos produtivos.

Com a Independência do Brasil, em 1822, surge a necessidade da construção de um sistema nacional de instrução pública, indo de encontro às novas ideias da época, em que a educação era vista como meio de alcançar a modernidade e diminuir as desigualdades sociais. Assim, como conclusão, consideramos necessário que se discuta este importante período de nossa história a fim de elaborar novos diálogos de nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa. 1981

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. Editora: UNESP. São Paulo: 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2000.

DONALDSON, M. Garschagen. **Os Negros na América Latina**. Trad. Henry Louis Gates Jr. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HATTON Barry. **Os Portugueses**. 8ª ed . Trad. Pedro Vidal. Ed. Clube do Autor - S. A. Lisboa, 2012.

História de la Educación em España y América: La educación em La España contemporânea (1789-1975). BUENAVENTURA, Delgado Criado (Org.), V. 3. Ediciones Morata, S.L. Madrid. 1994.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade: A Singularidade do caso Português**, 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.1992.

GUILLERMOU, Alain. **Os jesuítas**. Trad. De Fernando Meiro. Editora: Francisco Lyon de Castro. Sintra – Portugal, 1977.

14 “se pode observar a presença dominante do sistema de escravidão em praticamente todos os centros econômicos coloniais, pois, “o índio, e mais tarde o negro, tanto no período da escravidão, como no mão-que sustentava todas as estruturas superiores da sociedade colonial” (Santos, 2001 : 17, grifo do autor). .

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto.2015.

MANACORDA, Mario Alighieri. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 2ª Ed. Trad. Gaetano lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARX, K. **O capital: critica da economia política**. Livro I. v I. 3ª ed. Nova Cultura. São Paulo, 1988.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MÉSZÁROS István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo. 2007.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil (1549-1600)**. Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

NOVAES, Fernando. **A Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1975.

PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese (1549-1600)**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PILETTI, Claudino & Piletti Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Júnior. **Formação do Brasil contemporâneo Colônia**. Ed. Livraria Martins. São Paulo, 1945.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1978.

RUBIÃO, André. **História da Universidade: geneologia para um “Modelo Participativo**. Edições Almedina, AS. (CES). Coimbra – Portugal. 1989.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e Econômica**. Ed. SEED, Curitiba, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed. Ed. Autores Associados. Campinas. 2010.

TORGAL, Luís Reis. **História... que história? Temas e Debates** – Círculo de Leitores. Lisboa. 2015.

HISTÓRIAS DA PSIQUIATRIA NO BRASIL E AS INTERDIÇÕES AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Data de aceite: 04/03/2020

Ana Maria Cardachevski

Pontifícia Universidade Católica de Campinas –
São Paulo

A especialidade da psiquiatria enquanto formação médica no Brasil surgiu como um desdobramento das necessidades específicas da medicina social, para a normatização higiênica da sociedade urbano-brasileira. Originalmente ligada aos males gerados pela aglomeração da população, a medicina social elaborava uma forte argumentação em favor das condições ideais para a vida nas cidades. Enquanto conhecimento, a intervenção médica sobre a cidade se funda em dois princípios: o da localização espacial e temporal e o de intercomunicação e contato (Machado, 1978). O combate aos perigos da cidade incluía fatores naturais e sociais: a potabilidade das águas, a situação geográfica dos rios e o relevo, o sistema de esgotos, ventilação adequada em espaços fechados; são apenas algumas das necessidades eleitas por essa medicina, uma vez que sua ação esteve completamente

voltada para a presença humana desordenada. Nessa medida, os resultados nefastos da desordem na cidade não provocavam apenas prejuízos à saúde física do homem, mas também à sua saúde moral. O desenvolvimento da civilização nesse desenho contém aspectos negativos capazes de atingir os bons costumes dos habitantes, invalidando os valores mais tradicionais de respeito às leis e às tradições do bom convívio social.

Tendo herdado em importância, a função social e política da medicina no mundo ocidental moderno, a psiquiatria em suas origens, no entanto, debatia-se com fragilidades epistemológicas, para sustentar-se como ciência fundamentada pelos princípios da etiologia das doenças. E talvez por isso tenha conseguido estabelecer-se tão convincentemente.

A medicina mental europeia do século XIX distanciou-se da medicina geral, conforme crescia sua importância e reconhecimento público. Menos orientada pela cientificidade médica, a psiquiatria alienista consolidou-se enquanto uma medicina “psicológica”, a princípio responsável pelos “males do espírito”¹. Em sua formulação teórica sobre a loucura,

1 Robert Castel, analisando a psiquiatria do séc. XIX dá ênfase às referências médicas ultrapassadas da especialidade, justamente porque seu papel “...não era essencialmente médico(...).A força da síntese alienista se deveu ao contrário, à sua aptidão para instrumentalizar as preocupações práticas dos higienistas e dos filantropos(...).O salvamento de uma parte da instituição totalitária podia se inscrever numa estratégia de controle do desvio.” (1978:101-102)

essa escola tentava incorporar as tendências organicistas, que nesse caso, pregavam como possíveis causas originais da doença, as lesões cerebrais localizadas, mas sempre tendia às justificativas morais para os males mentais, conforme um de seus importantes representantes franceses:

“a loucura consiste numa aberração das faculdades do entendimento; ela não é, como as doenças comuns, caracterizada por sintomas físicos, e as causas que as produzem, às vezes notadas pelos sentidos, pertencem freqüentemente a uma ordem de fenômenos completamente estranhos às leis gerais da matéria: são as paixões e as idéias”.(Castel apud Leuret, 1978: 108)

A síntese da reflexão e do tratamento alienista para a loucura enfatizava basicamente sua sintomatologia e segundo Castel, isso era lógico e pertinente à concepção “reativa” e “psicogênica” que o alienismo buscava reiterar nas estratégias da terapêutica moral. Já presente desde a terapêutica asilar proposta por Casimir Pinel, a cura dos doentes estava ligada ao processo de reconhecimento da doença pelo doente pela via da culpabilidade imposta pelo sistema de internação; o que punha fim ao uso de correntes, mantendo uma liberdade vigiada, sendo isso possível uma vez que o asilo² se estabelecesse com a força do poder civilizatório burguês das regularidades, da disciplina, do trabalho, dos valores da virtude social, de uma pedagogia enfim, para o retorno à razão; razão essa, facilmente suscetível à “devassidão, o mau comportamento e a extrema perversidade dos costumes” (Foucault, 1997:488); aí incluídos o vício do álcool e as paixões.

Determinada na maior parte das vezes por causas morais e não físicas, a loucura defendida pelos alienistas em sua etiologia, foi mantida fora do conjunto de descobertas científicas daquele período, sobretudo da biologia e da microbiologia de Pasteur; embora não tivesse se distanciado da noção de hereditariedade, que passaria a predominar daquele período em diante. Conforme Engel (2001: 131) a hereditariedade adquiriria significância na causa moral e biológica das doenças mentais, a partir do “*Traité de L’Hérédité – 1850*” de Prosper Lucas. Dessa forma, o tratamento mais adequado para moléstias com a desordem dos hábitos e comportamentos, privilegiava uma terapêutica com a contrapartida de ordenação moral. Para esse exercício disciplinar indispensável, desenvolveu-se uma tecnologia de respeito e cumprimento da regra, complementada pelo uso de medicamentos, terapias diversas, que incluíam banhos quentes, frios, duchas e posteriormente a laborterapia. Com essa sistemática educativa, a subjetividade real ou simbólica, expressa pela loucura, era mantida subjugada àquela objetividade planejada e só existia, enquanto sintoma passível de classificação.

2 O asilo pineliano para Foucault constitui-se menos como um espaço terapêutico e muito mais como um espaço judiciário, “...onde se é acusado, julgado e condenado e do qual só se consegue a libertação pela versão desse processo nas profundezas psicológicas, isto é pelo arrependimento. A loucura será punida no asilo, mesmo que seja inocentada fora dele. Por muito tempo, e pelo menos até nossos dias, permanecerá aprisionada num mundo moral.” (Idem : 496).

No Brasil

O saber psiquiátrico no Brasil esteve a princípio, restrito aos trabalhos universitários apresentados às Faculdades de Medicina existentes no Império (Bahia e Rio de Janeiro) e não expressavam relatos de experiências práticas. Segundo Roberto Machado (1978), não há naquele período, nenhuma produção que marque o pensamento psiquiátrico como brasileiro, afinal, o que aqui se encontrava era a reprodução dos saberes europeus sobre a loucura, principalmente de escolas francesas.

A forte influência de Jean-Etienne Esquirol e também do alienista Phillippe Pinel possibilitaram, no entanto, práticas e discursos em concordância com o desenvolvimento da medicina mental em suas implicações sociais e morais; sendo recorrentes nos textos brasileiros, os principais temas da psiquiatria e sua dupla articulação, quais sejam, da loucura com a inteligência e da loucura em meio a vida civilizada, interpretada pela perspectiva moral. (Machado, 1978:384).

Atenta aos debates promovidos pela medicina mental francesa, a sociedade médica brasileira em sua trajetória de consolidação política, aderiu também às definições da loucura como alienação mental gerada, sobretudo, pela desordem moral. Dessa forma, a loucura era tratada no contexto do delírio e das paixões. Loucura enquanto delírio, e delírio centrado enquanto um mal das faculdades da inteligência.

Quanto às causas atribuídas à loucura no século XVIII, existiam as causas próximas, que esboçavam um caminho de causalidade orgânica localizada a partir da aparência seca ou úmida dos cérebros, por exemplo e, as causas distantes. As causas distantes reuniam quase que infinitas possibilidades e para citar algumas:

“...em conseqüência de afecções acentuadas da alma, como o ciúme, o amor contrariado, alegria excessiva, ambição, temor, terror, pesares violentos, disposição hereditária, onanismo, vírus da sífilis; abuso dos prazeres de vênus, abuso de bebidas alcoólicas, abuso das faculdades intelectuais; pela presença de vermes nos intestinos, seqüelas da sarna e por insolação.” (Foucault, 1997:223).

Há no século XIX um deslocamento do foco causal da loucura a partir de Esquirol, que descaracteriza a alienação enquanto perda do juízo ou delírio da inteligência localizando-a no campo das distorções da vontade, deixando de pertencer à esfera da razão e passando a ser um fenômeno moral (Machado, idem:388).

Essa inversão da qualidade da paixão como causa distante da loucura, transmutar-se-á na psiquiatria, tanto em possibilidade terapêutica, como em causa parcial. O delírio está para a loucura do século XVIII, assim como a doença moral estará para a loucura, no século XIX.

Nenhum outro princípio, no entanto, teria contribuído de forma tão decisiva para esse novo tecido científico em torno da loucura como a Teoria da Degenerescência, proposta por Auguste Morel e difundida mais refinadamente por Valentin Magnan a partir de 1860; tendo sido enriquecida anos mais tarde, na virada do XIX para o XX,

com os princípios do evolucionismo e dos projetos de higiene social e mental.

A grande força política do alienismo residia então, na possibilidade da recuperação dos loucos, delinquentes, epiléticos e maníacos em geral. Todo o projeto social de aplicação da ordem beneficiava-se com a terapêutica asilar, enquanto forma e saber. A partir da ruptura promovida pelo “Tratado das Degenerescências” (*Traité des Dégénérescences* – 1857), emerge o elemento da incurabilidade que fomentará um novo arranjo nas práticas médicas, psiquiátricas e legais. Se uma das contribuições dos princípios das degenerescências, nas terapêuticas aplicadas à loucura foi separar os curáveis dos incuráveis, favorecendo a prática psiquiátrica, a exclusão e a constituição de novos espaços de isolamento semelhantes aos asilos, às prisões, aos manicômios judiciais; de outro lado, permitiu o desenvolvimento de uma tecnologia voltada para o social e externa ao complexo asilar. Preocupada em prestar um atendimento preventivo, essa tecnologia orientará sobre os males ou circunstâncias favoráveis à degeneração da espécie e da vida. Nota-se aqui, que mesmo ponderando sobre os perigos da desordem moral na etiologia das doenças, especialmente a loucura; a abordagem médica da degenerescência não fará mais uso do princípio da educação moral como terapêutica, nem tampouco absolverá todos os desvios anormais, sob a pena da cura no domínio de uma pedagogia da ordem. Os desvios, sendo julgados incuráveis pelos novos diagnósticos, serão tratados como aberrações e defeitos da natureza, dos quais, muitas vezes a sociedade precisará defender-se.

Com uma atenção privilegiada pela higiene preventiva, o social em sua face de pobreza intrínseca, atrairá para si, as estratégias para a transformação da sociedade segundo arranjos ideais para um “organismo social saudável”. A partir de uma prática e discursos cada vez mais ciosos por reconhecimento médico e científico, a psiquiatria não cessará de incorporar preceitos para amplas seleções. Além do binômio curável/incurável, a psiquiatria passou a excluir de sua nova área de concentração, aqueles que não podiam ser classificados, por ora, como “doentes de verdade”. Assim, delinquentes, desviados, portadores de má conduta e afetados de “males psicogênicos” em geral, receberão novos espaços, simbólicos e materiais para suas sobrevivências.

A tímida produção teórica brasileira em seu esforço de transformar a loucura em doença mental passou a ter maior autonomia a partir dos anos 1880 do século XIX, embora seja a partir dos anos 1860, que tenha ficado evidente (Engel, 2001:117), a preferência pela abordagem materialista entre nossos alienistas, como o Dr. José Luiz da Costa Lima, médico e paciente do Hospício de Pedro II, em sua memória “Medicina Legal da Alienação Mental” e ainda, do Dr. Affonso Pereira Pinheiro, que afirmava que “todos os obstáculos que transformavam a loucura numa moléstia excluída da lógica médica, seriam um dia vencidos”.(Engel apud Pinheiro, 2001:130). A predominância organicista entre o alienismo brasileiro coincide com o novo momento da psiquiatria europeia, sobretudo francesa, oriunda das novas articulações sobre as moléstias mentais, a partir da teoria da degenerescência de Auguste Morel.

Entre as figuras de maior respeito no corpo da psiquiatria brasileira do início

do XX, está o Dr. Teixeira Brandão, pesquisador e político atuante, proponente de um esquema de classificação das doenças mentais, que era considerado na ocasião, até mais adequado à nossa realidade de casos. Assemelhado ao esquema proposto pelos alienistas alemães Krafft-Ebing e Kraepelin (em 1899 e 1914) e também por Valentin Magnan (todos seguidores de Auguste Morel), teria sido a primeira reflexão autônoma e brasileira, mais conhecida e aplicada entre nossos psiquiatras. Tendo influenciado também o Dr. Franco da Rocha, a classificação de Teixeira Brandão inferia basicamente sobre duas categorias de moléstias mentais: 1) as que se manifestavam nos cérebros de evolução normal – psicoses, cerebropsicoses e cerebropatias, e 2) as que se manifestavam em cérebros de evolução anormal – as degenerações propriamente. (Engel, 2001: 138).

Enquanto uma moléstia mental identificada e classificada a partir da hereditariedade, a degeneração marca o triunfo do organicismo sobre o vitalismo e possibilita a redefinição dos limites do que deveria ser considerado “normal” e “anormal” na vida em sociedade daquele período. Conforme anteriormente exposto, os critérios para definição das moléstias mentais já haviam sido alterados, pela perspectiva de que os sintomas, como os episódios delirantes, seriam apenas uma particularidade de certos tipos de loucura. A alienação mental a ser diagnosticada então, consideraria não mais sua aparência agitada ou demente, mas sim, o desenvolvimento oculto da doença, onde convivem estados de absoluta inteligência e raciocínio, com estados de inconveniência social, furor, depressão, mania etc..

“Passa-se assim, de uma sintomatologia, simples fenomenologia descritiva, para uma semiologia, através da qual a doença adquire um sentido subjacente às suas manifestações exteriores, ao mesmo tempo que um potencial evolutivo”. (Castel, 1978: 258-259).

No espaço conceitual da “degeneração”, consolida-se conforme Ruth Harris (1993) e Castel (1978), a racionalização da psiquiatria e a crítica à terapêutica de cura moral dos alienistas. Se esses por sua vez, apostavam na remissão completa do alienado por meio da terapêutica disciplinar engendrada no espaço asilar; a psiquiatria fisicalista moreliana do final do século XIX, buscava esquadriñar todos os espaços sociais, sobretudo àqueles que oferecessem as condições mais favoráveis ao surgimento das degenerações ou desenvolvimento das predisposições de degeneração, em curso latente. Nesse conjunto de padrões higiênicos inaceitáveis à psiquiatria figura a pobreza, o alcoolismo, a higiene insuficiente, despontando no circuito de geração e proliferação da hereditariedade mórbida, a degeneração. O drama da degeneração, portanto, era desenhado no esquema familiar de algumas maneiras. Na concepção, por exemplo, quando um filho era gerado durante estado de embriaguez ou uso de drogas por seus pais; quando acontecia qualquer disfunção intra-uterina, excessos emocionais, alimentação e asseio precários.

Referindo-se aos dados apresentados, sobre a reincidência de internações no

Hospício Nacional de Alienados, entre 1894 e 1907, Magali Engel (2001:327) destaca, que o maior percentual de reincidentes era constituído pelos “doentes do alcoolismo” (mais de 40%), seguidos dos histéricos (aproximadamente 18%) e dos epiléticos (em torno de 14%). Nesse contexto o alcoolismo configurava um grave problema social e psiquiátrico, com fortes repercussões nas matérias médico legal, nas quais, a associação do álcool ao crime tornou-se uma questão inseparável. Esses dados referendam, de certo modo, o caminho percorrido pela psiquiatria do início do século XX e como seus resíduos permaneceram por décadas, seja no campo constituído pelo senso já comum, seja em outros setores como a instância jurídica, no tocante ao uso de drogas e crime, especialmente.

No Brasil, o alcoolismo receberia atenção prioritária no conjunto dos cuidados sociais da saúde, sobretudo, a partir da difusão das tendências da Higiene Mental preconizadas pelo norte-americano Clifford W. Beers³ a partir dos anos 1920, cujas estratégias passaram a atingir o público com programas e campanhas profiláticas.

Vale destacar, que embora fosse consenso entre os psiquiatras brasileiros que o alcoolismo merecesse uma abordagem diferenciada diante do conjunto de moléstias mentais, permaneceu, dada a justificativa da hereditariedade mórbida, presente em sua gênese como mais uma patologia mental. Traduzido por um enorme contingente de alienados internados, o alcoolismo pertencia legalmente (e esteve vigente até o novo código civil de 2002), ao arbítrio do artigo 446 do Código Civil de 1916 em seu nº1, que sujeitava à curatela “os loucos de todo gênero”⁴. Embora defendendo estabelecimentos diferenciados para os diversos tipos de loucura, os psiquiatras não conseguiram soluções muito apropriadas a esses discursos. Nas primeiras décadas do século XX, Juliano Moreira (Engel,2001:318) já defendia os “Reformatórios para

3 Considerado como o “Pinel” da América, o autor do livro traduzido no Brasil por Manuel Bandeira e Afrânio Peixoto com o título de “Um espírito que se achou a si mesmo” (Companhia Editora Nacional – 1934) era originário de uma típica família de “old americans” e foi classificado como psicótico aos vinte e dois anos, quando já havia ingressado no mercado de trabalho de Nova York. O livro narra sua experiência amarga de internação no asilo durante dois anos, critica a instituição como um todo, bem como as terapêuticas empregadas e o tipo de tratamento dispensado pela enfermagem. O surpreendente restabelecimento de sua sanidade mental, passado o período de sua reclusão, possibilitou-lhe as reflexões sobre as terapêuticas mais indicadas, tanto na prevenção quanto no tratamento dos distúrbios mentais. Data de 1909, a criação da primeira Liga norte-americana de Higiene Mental, por ele preconizada. Desse repertório preventivo constam as práticas ao ar livre, o lazer, atividades recreativas e de compensação para a pressão psicológica exercida pela regulação do trabalho.

4 A esse propósito, de forma reduzida, cito algumas considerações do parecer médico-legal do Dr. Octavio Gonzaga, publicado nos Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia em 1921, num caso de interdição por alcoolismo crônico, encaminhado à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Uma mulher de 55 anos, que depois de um longo tratamento, passa a requerer a posse de seus bens, interditados pelos filhos. No argumento, o Dr. Otávio cita Kraepelin, mestre de Teixeira Brandão, sobre o item “Condições do meio familiar – A cura do alcóolico chronico, fora do asylo, só será obtida, “em condições familiares favoráveis”. D^a M..., como vimos, não encontra em sua família o amparo moral necessário á sua regeneração; antes terá, em sua descendencia, o estímulo ao vicio. É a tara hereditaria que peza sobre a infeliz familia. As melhoras obtidas com a curatela e assignaladas nos laudos não justificam o levantamento do interdito”. E ainda sobre uma lei específica que legislasse sobre a situação dos alcoolicos...Uma lei que determinasse o prazo minimo de dois anos para a segunda entrada para o hospital, isto é, na reincidencia, seria de efeito salutar ”.

Alcoolistas”; o que só foi concretizar-se nos anos 1950, com o pavilhão construído⁵ na Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro (Arquivos do Serviço Nacional de Doenças Mentais, vol.4, 1955) e a partir dos anos 1970 e 1980, como clínicas particulares, religiosas e filantrópicas, especializadas no tratamento de alcoólicos e usuários de outras drogas. Embora os discursos defendessem as especialidades de espaços e tratamentos, a prática de atendimento aos alcólatras continuou a mesma dispensada ao conjunto das doenças mentais, tratadas nos hospitais psiquiátricos, mesmo porque, a lei de reforma do regulamento da Assistência à Alienados (Decreto nº8.834 de 11/07/1911), que previa a criação de colônias para ébrios habituais e epiléticos, era contornada pela existência de sessões distintas dentro das Colônias para Alienados.

Nesse sentido algumas considerações podem ser levantadas sobre a qualidade da “loucura” presente no abuso do álcool, quais sejam, primeiramente apontadas por Harris (1993:275) e manifestas nas dissonâncias por ela encontradas nos processos judiciais, como pareceres médico-legais sobre o alcoolismo. A discordância residia entre a teoria mais geral e classificatória dos psiquiatras em seus discursos e publicações, que sempre tendiam a “transformar o vício em doença e a imoralidade em patologia” e, as avaliações específicas dos indivíduos em casos judiciais. Dessa forma, havia uma ambiguidade que impregnava esses pareceres, repletos de uma moral que condenava o ato de beber, o vício, culpando em certa medida o alcólatra, por uma escolha que devia ser punida.

Dispensando uma atenção mais condescendente com os dipsomaníacos⁶, que sentiam aversão ao vício e eram tidos como degenerados congênitos, os psiquiatras, pouco se comiseravam do alcólatra crônico, responsável por seu próprio mal. Interessante notar, que a escolha, ou uma pretensa liberdade para a degradação, estará igualmente presente de forma limitadora do sucesso e da cura, não somente nos casos de alcoolismo, mas também nas demais toxicomanias, por muitos anos ainda.

Retomando algo que Foucault considerou, como aspectos residuais das distinções sobre a loucura, presentes na atualidade, que constam no capítulo “Do bom uso da liberdade” (1997) podemos destacar, que o rompante da insensatez, presente na compulsão, é atenuante, nos casos em que há certa “premeditação”, um projeto para o auto-intoxicar-se. Nesse sentido, o autor apresenta uma distinção entre qualidades que poderiam enobrecer ou tornar perversos, certos atos de loucura,

“...o grau de determinação de um gesto, portanto, não determina a responsabilidade daquele que o cometeu; pelo contrário, quanto mais uma ação parece nascer bem longe e enraizar-se nessas naturezas “de lama”, mais ela é culpada; ao contrário, nascida inesperadamente e movida como de surpresa, por um movimento puro do coração, na direção de um heroísmo solitário e absurdo, ela merece uma sanção

menor ” (idem: 452-453).

5 Considerações sobre a arquitetura dos Hospícios no Brasil, podem ser encontradas na pesquisa de Hugo Segawa, Casa de Orates (Antunes et al., 2002).

6 Segundo a classificação psiquiátrica, são alcoólicos mórbidos, os que não resistem ao consumo de grande quantidade periodicamente, e passado o impulso, sentem repugnância ao álcool.

A Higiene Mental

De certa forma, complementar ao ideário e ao exercício “curativo” do escopo médico oriundo das orientações baseadas na degeneração moreliana; a teoria e as tecnologias da eugenia difundidas no Brasil, por meio das ligas, associações, congressos e seus programas específicos, prometiam, já nos anos 1920, antecipar a previsão da sobrevivência dos mais aptos, sugerida pelo darwinismo galtoniano, transformando a seleção natural numa ferramenta empregada de forma racional e disciplinadora.

Fundada em 1918, pelo médico Renato Kehl, sob o patrocínio do diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo à época, o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho; a Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira liga latino-americana, promoveu um desdobramento de outras instituições, médicas e civis, durante a década de 1920, às quais conferira aos seus programas, uma pedagogia de padrões morais adequados à sociedade, em especial aos trabalhadores do nascente seguimento industrial urbano.

Tanto as ligas de eugenia e as ligas de higiene mental, abordavam de forma comum, temas como o alcoolismo, o trabalho, as relações familiares, as doenças venéreas, ou seja, questões sociais e de saúde coletiva a serem tratadas igualmente “física e espiritualmente” (CUNHA,1988). Buscando o apoio de amplos setores sociais, os “alienistas eugenistas” reiteravam a qualidade social, técnica e política de suas intervenções propostas, sobretudo para a melhoria das condições produtivas dos trabalhadores urbanos. Para o psiquiatra Pacheco e Silva, fundador das Ligas Brasileira e Paulista de higiene mental:

“ Ditando o seu âmbito, arrastou a psicopatologia atrás de si, a psicologia e ambas reunidas lograram despertar a atenção dos mais eminentes homens do universo. Já não se trata apenas de por em prática medidas tendentes à restrição das psicoses. Busca-se um caminho seguro para um melhor aproveitamento da energia humana (...). Nasceu daí a higiene mental. Vede a sua influência sobre o dinamismo intelectual destes últimos tempos, esclarecendo problemas pedagógicos, orientando novas escolas jurídicas, abrindo novos caminhos para a solução dos problemas sociais. (Novas Diretrizes da Psiquiatria – Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia – SP, 1932)

Conforme Margareth Rago (1985) é também na perspectiva do trabalho, e no espaço da fábrica, que a transformação dos “corpos” para uma economia da produção ficará evidente. No regulamento interno desse cotidiano fabril, revelam além da trama do poder que se impunha sobre o trabalhador, a racionalidade burguesa que se difundia nos demais espaços sociais urbanos. Códigos de conduta, punições, premiação por produtividade e bom comportamento eram modalidades de disciplinarização da força de trabalho; que se tornaram cada vez mais sutis, à medida que a lógica da vigilância, passou a ser corporificada e internalizada pelo trabalhador no ambiente da fábrica dentre outros e reiterada por uma nova definição das relações pessoais e familiares

da sociedade burguesa.

Alcoolismo e as Toxicoses

O alcoolismo, como não poderia deixar de ser, constituía grande preocupação para as ligas de higiene mental. Não que em outros momentos de nossa psiquiatria, tivesse sido diferente. Nesse sentido, Arantes (1999) resgata algumas noções históricas sobre o alcoolismo, presentes em nossa psiquiatria e que consubstanciariam o panorama de compreensão racial dos trinta primeiros anos da República brasileira. Citando Juliano Moreira em seu “Relatório sobre a Evolução de Assistência à Alienados no Brasil”, o pesquisador evidencia os discursos sobre a degeneração, afirmando como causa e consequência do problema entre negros e mulatos, o grande consumo de álcool durante as viagens da África ao Brasil, o que os teria minado em suas qualidades. Forçados a esse consumo, como meio de serem mantidos dóceis e disciplinados em sua “natural agressividade”, os negros que aqui aportavam, segundo o psiquiatra, já traziam os indícios do “embrutecimento” ocasionado pelo álcool, o que contribuiu para a “degradação psicológica da raça”. A ideia de uma “herança mórbida” presente nos negros, mulatos e mestiços, irá compor o pensamento social, que para além do sentido particular do alcoolismo, reunirá muitas outras vicissitudes próprias às configurações/obstáculo do desenvolvimento nacional. Assim, o álcool que fora introduzido como estratégia de colonização e, justificava para a psiquiatria de alguma maneira a própria inferioridade racial, passa a compor o rastro do racismo de Estado, mesclando-se ao conjunto que redefiniria a inserção, a periculosidade e as relações sociais e econômicas dessa população negra e mulata, tornada juridicamente livre

“ o álcool representou nesse bárbaro processo de colonização, o maior papel imaginável. Com ele, procuravam aumentar a pacatez das vítimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados através do tempo, dão a razão e à mestiçagem por todos aqueles que se não querem dar ao trabalho de aprofundar a origem dos fatos.”(Arantes apud Juliano Moreira, 1999:56).

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi fundada em 1923 por Gustavo Riedel, psiquiatra pioneiro na reforma de assistência aos alienados e proponente da criação do ambulatório de profilaxia das doenças mentais⁷ na Colônia do Engenho de Dentro, do qual fora diretor. A Liga foi declarada de utilidade pública em 1925 e portanto recebia dotação orçamentária do governo federal e da municipalidade do Rio de Janeiro, sendo também mantida com contribuições particulares e de associados, o que não parecia por sua vez, ser suficiente para a expansão de seus programas. Com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, tem início uma sucessão de campanhas e movimentos que

⁷ Com diretrizes explicitamente eugênicas, o ambulatório de profilaxia tinha uma atuação pautada por duas diretrizes: a profilaxia propriamente dita, e a pesquisa e estudo “minucioso” dos degenerados, que para lá se dirigiam “carregados de tara neuropática”. Assim, a autora, reproduzindo o testemunho do chefe do ambulatório, Plínio Olinto, destaca, que o objetivo pesquisado era estabelecer o “tipo normal” do brasileiro e o “tipo degenerado”.(Engel, 2001: 304).

promoveriam jornadas e cruzadas anti-alcólicas, que gradativamente incorporariam outros alvos como as toxicoses provocadas pela cocaína e morfina. O movimento anti-alcólico promovido pelas ligas, tinha como características a adesão à causa e a pressão para a realização de medidas profiláticas e repressivas; como a tributação elevada para as bebidas, restrição ao funcionamento de bares e estabelecimentos de venda, criação de colônias especiais para os alcoólatras além da disseminação dos preceitos higiênicos e educativos, nas escolas e nas fábricas.

Tratado anteriormente sob a ótica do desvio moral, o alcoolismo à luz da degenerescência, podia ser considerado tanto causa como consequência das degenerações. Diante dessa lógica, o mal do alcoolismo, independente da qualidade de sua comprovação científica, era reiterado pela psiquiatria e na higiene mental, foi relativizado numa ordem na qual deveria ser prevenido diante das possibilidades de latência tanto da hereditariedade mórbida, quanto do desenvolvimento da loucura.

Dedicando-se ao mundo do trabalho, a higiene mental esquadrinhou suas relações, comportamentos coletivos, familiares e individuais, ocupando-se de tudo que pudesse impedir ou dificultar o bom desempenho de corpos e mentes, na produtividade da fábrica e nos estilos de vida necessários à manutenção dessa ordem. Descanso, lazer, atendimento médico, justiça patronal, cordialidade e bons costumes. Diante das novas relações decorrentes da industrialização, Arthur Ramos, que teria atuado em prol da melhoria das condições de vida dos brasileiros, segundo os preceitos higiênicos necessários, propunha:

“ se os primeiros propósitos da higiene mental foram a prevenção da doença mental e do crime, logo se alargaram esses objetivos. Hoje a higiene mental visa o ajustamento da personalidade humana nos círculos de vida. Daí a extensão hodierna do movimento, abraçando a educação, os problemas do casamento e da família, a indústria”. (...) Vê-se assim a tarefa formidável que realiza a higiene mental, no seu trabalho normativo de psicologia social aplicada. Ela procura adaptar o indivíduo ao seu meio, tornando-se um auxiliar precioso de administração pública, formando seres harmônicos, sem conflitos de adaptação, ajudando a comunidade, em vez de perturbar o ritmo coletivo e pesar nos orçamentos públicos. Cuidando da infância, a higiene mental quer por um termo na onda do crime, da neurose, da loucura, dos conflitos de ajustamento de toda natureza, ou dos inúteis e desocupados que atravancam as avenidas das grandes cidades. (RAMOS, 1955:18).

A normatização do homem comum proposta pela higiene mental acentuaria o caráter preventivo das campanhas anti-alcólicas das ligas, sobretudo a partir dos anos 1930. O apoio dado, em especial à Liga Brasileira de Higiene Mental pelo Departamento Nacional de Saúde, estimulou a expectativa dos psiquiatras, em estender pelas vias do Estado, o programa à todo o povo brasileiro. Ainda que o problema do alcoolismo fosse significativo, era superdimensionado pelo volume das campanhas, que exigiam medidas rigorosas ao seu combate, no limite da “lei seca”, defendida por alguns de seus articuladores. Com conteúdos francamente morais, os discursos, em sua maior parte dirigidos aos trabalhadores, idealizavam uma vida saudável, sempre

ameaçada por inimigos representados pelas figuras abomináveis e assustadoras de alcoólatras, boêmios e dos vícios. Disputando o primeiro e o segundo lugar no *ranking* das monstruosidades a que se deveria evitar e jamais sucumbir, aparece o alcoolismo e as toxicomanias respectivamente. Citando Pacheco e Silva, se destaca:

“ A beberônia dos pais prolonga-se nos filhos através do óvulo; pais bêbados, filhos beberazes, netos criminosos, nas suas representações sociais – a amoralidade, a malignidade, a brutalidade, a vagabundagem, as impulsões ao roubo, ao incêndio, às fugas, ao homicídio, ao suicídio; e ainda como corolário de pobreza, a fome, os maus tratos, a indiferença, o desatino, a supermortalidade infantil”. (Cunha, 1988:193)

Na pesquisa de Costa (2007), sobre a história da psiquiatria no Brasil, com ênfase na atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental, o autor procurou fundamentar o papel da instituição, como resultado ideológico e cultural daquele período, no qual, diversos setores sociais, entre médicos e psiquiatras; por meio da eugenia e da terapêutica social buscavam criticar a formação liberal do estado republicano. Fora todas as contribuições que Costa possa ter dado, com seu levantamento histórico e articulações de representações políticas e sociais, extraídas das práticas e discursos psiquiátricos daquele período; há uma sensível diferença na proposta dessa parte da pesquisa, sobre práticas e discursos psiquiátricos relativos à doença, comportamento e uso de drogas, pois que, parece essencial o terreno e em que condições essas “verdades” foram produzidas e não quais representações foram dominantes no jogo concebido como “ideológico”.

Quanto às toxicomanias, que na época nem de longe configuravam uma ameaça sequer próxima ao alcoolismo, já principiavam medidas médicas e legais, que tinham em vista o controle das loucuras consideradas “auto-tóxicas”. Promulgada no ano de 1921, a Lei nº 4.294 de 6 de julho, primeira lei que penaliza a venda da cocaína, ópio e morfina, estabelecendo a internação para os intoxicados; tem entre outras orientações, penalizar a venda para o uso “sem regularidade sanitária” e “sem prescrição médica”, ou seja, controlar a prática do farmacêutico, com prisão de um a quatro anos e multa. Sem que se pretenda avançar na análise da constituição da ilegalidade do uso de drogas, nesse momento, parece importante um pequeno desvio, para algumas considerações sobre o artigo 6º dessa Lei Federal, que dispunha sobre a criação de estabelecimento especial com tratamento médico e regime de trabalho tendo duas seções: uma para internandos judiciários (requerida pelo Juiz, família) e outra para internandos voluntários (com a anuência e avaliação médica). Para os internandos judiciários (álcool e substâncias venenosas) conforme o artigo 3º da lei, era prevista a reclusão quando:

“Embriagar-se por habito, de tal modo que por actos inequívocos se torne nocivo, ou perigoso a si próprio, a outrem ou a ordem publica:

Pena: internação por trez meses a um anno em estabelecimento correccional

Além desses casos, ficam também incluídos nessa especial reclusão:

“Os impronunciados (...) com fundamento em moléstia mental, resultante do abuso de bebida ou substancia inebriante ou entorpecente das mencionadas no artigo 1º” (descritas).(idem)

Nesse desvio, busco chamar a atenção para a constituição dos novos limites institucionais fronteiros entre crime e loucura, que promoverão as novas zonas de exclusão: os manicômios judiciários.

Ainda com relação à mesma Lei, que também estabelecia a criação no Distrito Federal, de um estabelecimento especial para alcoólicos e toxicômanos; fôra regulamentada posteriormente, pelo Decreto nº 14.969 de 03/09/1921, com a denominação de “Sanatório para Toxicômanos – um estabelecimento para ministrar tratamento médico e correccional, pelo trabalho, aos intoxicados pelo álcool ou substâncias inebriantes ou entorpecentes”. Nesse novo espaço, ficariam reservadas áreas específicas para os internandos judiciários e para os internandos voluntários. Enquanto o novo espaço não fosse edificado, deveriam os “toxicômanos” e alcoólicos ser atendidos nos hospícios ou colônias para alienados, prática que permaneceu habitual por décadas. Com o Decreto nº 15.650 de 30/08/1922, é autorizada também, a construção de um pavilhão especial para tratamento de “toxicômanos” do sexo feminino, na Colônia de Alienadas de Engenho de Dentro.

No texto de Cunha Lopes (assistente do Hospital Nacional de Alienados) sobre a “Prophilaxia Social das Toxicomanias”, publicado nos “Archivos Brasileiros de Hygiene Mental” (1925:117) o psiquiatra clama por medidas urgentes de controle e tratamento ao que indica ser “um dos maiores flagelos nacionaes”. Pertinentes à reação da burguesia às toxicoses, a institucionalização da internação e da interdição para os casos de toxicomanias, vai exacerbar ainda mais, conforme citação anterior referida, as figuras e suas representações, tão execráveis associadas ao alcoolismo. Nesse caso, vale descrever o conjunto de valores morais, que de acordo com o psiquiatra Cunha Lopes, seria aviltado com as toxicomanias:

“Pervertera-se de tal maneira o senso moral de certos elementos da sociedade que, não procurando os encantos das sciencias ou das artes, voluntariamente se privam de cultivar as mais excelsas qualidades do espírito e orienta-las no sentido do Bem e do Bello. A ethica transviada e a noção de esthetica empobrecida favorecem o avassalamento destes cérebros doentios, incapazes de admirar os esplendores da natureza, por toda sorte de torpezas, hábitos viciosos e meios artificiaes de goso.” (Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Prophylaxia Social das Toxicomanias, p. 117)

E quanto à tipologia dos toxicômanos, se vale de diversas referências doentias, morais e organicistas:

“ Uns não apresentam impulsivas tendencias para os tóxicos a que se avezaram; outros são doentes da vontade e, ainda, mais das vezes, portadores de taras degenerativas. Constituem, estes últimos, terreno propicio ao desenvolvimento de todos os hábitos viciosos aviltantes da personalidade, e a elles se lhes deve, mais de direito, dar a designação de toxicômanos.

Elles, precisamente, que ficam comprehendidos entre anômalos psychopathas de especialíssimo estado mental, reclamam a assistência medico-social mais adequada: - institutos, que lhes ministrem tratamento conveniente; policia de costumes, que lhes reprimam os actos anti-sociaes”. (ibidem)

Parecendo ocupar o pior grau da escala das insanidades, a loucura “auto-tóxica” apresentava modulações em seu interior, o que também a redimia. A dependência gerada pela cocaína ou morfina, quando decorrente de uma administração médica ou cirúrgica, trazia sempre a atenuante de não possuir a natureza da “toxiphilia dos degenerados”, pois essa era a responsável pelas inúmeras reincidências. A ideia de uma “escalada” no uso dos tóxicos, está evidenciada em Cunha Lopes, bem como em Pernambuco Filho entre outros psiquiatras, compondo os traços distintivos da predisposição mental dos “toxicômanos”.

A associação do álcool à outras drogas, ou como primeiro passo para novos vícios, é recorrente nas justificativas da psiquiatria. O temor de uma expansão dos tóxicos, e sua similitude ao quadro de internações e reincidência do alcoolismo, embutia-se nos mesmos argumentos médicos e jurídicos de então. Pela gravidade da transgressão, os entorpecentes ou tóxicos, ilegais, portanto, teriam pelo agravante penal de seu uso, uma conotação ainda pior que o próprio álcool, salvo pela quantidade de alcoólicos, sempre maior do que a de “toxicômanos”.

Diante de um esquadrinamento tipológico do “toxicômano” delinqüente, a higiene mental com suas estratégias de intervenção, engendrará relações doentias e, nos casos dos vícios, muito propensas a concluir sobre debilidade racial e de costumes dos brasileiros. O brado dessa psiquiatria sairá em defesa - em menor grau do próprio indivíduo e de seus familiares, por motivos óbvios e ligados à ideia de atavismo - mas, principalmente, da sociedade ideal e dos apelos insistentes do que seriam os desígnios futuros da nação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, M. A. Loucura e Racismo em Lima Barreto, 1999, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUCSP.

CASTEL, R. A Ordem Psiquiátrica: A idade de ouro do Alienismo, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

COSTA, J. F. História da Psiquiatria no Brasil: Um Corte Ideológico, São Paulo, Garamond/Martins Fontes, 2007

CUNHA, Maria Clementina Pereira, O Espelho do Mundo – Juquery – A História de um Asilo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia, Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830 – 1930), Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, M. História da Loucura – Na idade clássica, São Paulo, Perspectiva, 1997.

HARRIS, Ruth, Assassinato e Loucura – Medicina, Leis e Sociedade no **Fin de Siècle**, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

LOPES, C. Prophylaxia social das toxicomanias; Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro, Nº 1: 117-129, 1925.

MACHADO, R. et Al., Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RAGO, M. Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAMOS, A. Saúde do Espírito (Higiene Mental), 6ª ed. Rio de Janeiro, Serviço Nacional Educação Sanitária, 1955.

SILVA, A. C. P. Novas Diretrizes da Psiquiatria; Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1932.

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA E O USO IDEOLÓGICO DAS FONTES

Data de Submissão: 26/11/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Natalia dos Reis Cruz

Universidade Federal Fluminense, Departamento
de História

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/6141160055885866>

RESUMO: O Brasil vem sendo palco de diversos movimentos de extrema-direita nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. A reestruturação do capitalismo, a fragmentação da classe trabalhadora, enfraquecendo sua identidade de classe, e a instabilidade econômica e social que coloca as classes médias em uma situação de insegurança e predispostas a medos coletivos socialmente construídos, contribuiu para que o terreno político e social brasileiro torne-se fértil para o surgimento de movimentos sociais extremistas situados à direita do espectro político, com discursos elaborados em torno da idéia de inimigo e de nacionalismo extremado. O presente trabalho estuda o movimento *Mídia Sem Máscara* (MSM), criado e liderado por Olavo de Carvalho, que faz uso dos mais modernos meios de comunicação, como as redes sociais, para difundir sua visão de mundo e suas narrativas sobre os problemas brasileiros

e mundiais, com o objetivo de alcançar a opinião pública e persuadi-la a aderir às suas propostas discriminatórias e excludentes de organização da sociedade brasileira. A fonte que será trabalhada é a obra de Heitor de Paola, *O Eixo do Mal Latino-Americano*, que apresenta a visão de mundo do movimento, reunindo diversos artigos do autor publicados no site do MSM, além de usar como referência os trabalhos de outros integrantes do movimento e de seu líder Olavo de Carvalho. O objetivo é analisar o uso ideológico das fontes na referida obra, com características como a não citação das origens de algumas fontes usadas – notadamente supostas falas de Lenin, Stalin, etc -, descontextualizações de algumas fontes citadas e apropriação distorcida das idéias de alguns autores, como Marx e Gramsci, para “legitimar” a tese conspiracionista anticomunista do movimento em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Extrema-Direita; Anticomunismo; Fontes; Ideologia

**EXTREME RIGHT IN CONTEMPORARY
BRAZIL: THE CASE OF THE MEDIA
WITHOUT MASK MOVEMENT AND THE
IDEOLOGICAL USE OF SOURCES**

ABSTRACT: Brazil has been the scene of several extreme right-wing movements in the last decades of the twentieth and early twenty-

first centuries. The restructuring of capitalism, the fragmentation of the working class, weakening its class identity, and the economic and social instability that puts the middle classes in a situation of insecurity and predisposed to socially constructed collective fears, contributed to the Brazilian political and social context become fertile for the rise of extremist social movements to the right of the political spectrum, with elaborate discourses around the idea of the enemy and extreme nationalism. The present paper studies the Media Without Mask (MSM) movement, created and led by Olavo de Carvalho, which makes use of the most modern means of communication, such as social networks, to spread his worldview and his narratives about Brazilian and international problems to reach public opinion and persuade it to adhere to its discriminatory and exclusionary proposals for the organization of Brazilian society. The source that will be worked on is the paper of Heitor de Paola, The Axis of Latin American Evil, which presents the world view of the movement, gathering several articles by the author published on the MSM website, as well as reference the works of others members of the movement and its leader Olavo de Carvalho. The objective is to analyze the ideological use of the sources in this paper, with characteristics such as not citing the origins of some sources used - notably supposed statements of Lenin, Stalin, etc. -, decontextualization of some sources mentioned and distorted appropriation of the ideas of some authors, like Marx and Gramsci, to “legitimize” the anti-Communist conspiracy thesis of the movement in question.

KEYWORDS: Extreme Right; Anti-communism; Sources; Ideology

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda o movimento Mídia Sem Máscara (MSM), criado e liderado por Olavo de Carvalho, que faz uso das redes sociais para difundir sua visão de mundo e suas narrativas sobre os problemas brasileiros e mundiais, com o objetivo de alcançar a opinião pública e persuadi-la a aderir às suas propostas discriminatórias e excludentes de organização da sociedade brasileira. Trata-se de um movimento formado por elementos da pequena burguesia, como jornalistas, advogados, professores, psiquiatras, etc, que apresentam em seu discurso elementos da mentalidade fascista (teorias conspiratórias, aversão à diversidade política e étnico cultural, construção de inimigos internos e externos, etc) e se preocupam em mobilizar vastos setores da sociedade através das redes sociais em um movimento de confluência entre a propaganda e a publicidade (PATSHIKI, 2012, p. 123), em uma iniciativa de produção de consenso em torno de ideias que servem aos interesses dos setores dominantes da grande burguesia, assim como possuem uma rede extrapartidária associada a vários aparelhos privados de hegemonia da grande e pequena burguesia.

O Mídia Sem Máscara foi fundado em 2002, tendo como principal instrumento de divulgação de suas idéias a rede mundial de computadores. Localizado no site <http://midiasemmascara.org>, tem como fundador e editor-chefe Olavo de Carvalho (oriundo

de uma família da nova pequena burguesia brasileira), que possui um site próprio, www.olavodecarvalho.org, se denomina filósofo e ministra cursos no Seminário de Filosofia – o qual também possui um site, www.seminariodefilosofia.org. Olavo de Carvalho preside o The Inter-American Institute (<http://theinteramerican.org>), integrado, segundo o próprio, por intelectuais “de alto calibre dos EUA e da América Latina”. (<http://midiasemmascara.org>)

O site foi fundado com o objetivo de “denunciar” o que chamam de “viés esquerdista” da mídia brasileira, que esconderia ou distorceria idéias e notícias. Assim, o site se pretende “sem máscara”, ou seja, apresentaria notícias sem distorções, apresentando-se como “objetivo” e “neutro”, imagem esta totalmente inverídica pelo viés direitista das narrativas de seus membros.

A filiação ideológica do *MSM* pode ser percebida pelos links existentes em seu facebook para páginas do Instituto Mises Brasil (que defende as idéias neoliberais no mundo) e de Jair Messias Bolsonaro (famoso político brasileiro de origem militar, eleito à Presidência do Brasil nas eleições de outubro de 2018, sendo o principal representante das idéias de extrema-direita no país e defensor dos regimes militares instituídos no Brasil após o golpe de 1964). Assim, o *MSM* conjuga a defesa do neoliberalismo na economia e do conservadorismo de caráter autoritário na política e na sociedade.

Lucas Patschiki discorre sobre os intelectuais que compõem o movimento e analisa o *MSM* no período de 2002 a 2011. Segundo o autor, Olavo de Carvalho criou o *MSM* para agrupar vários intelectuais de direita em torno do anticomunismo, no contexto das eleições presidenciais de 2002 em que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito para o cargo pela primeira vez. É digno de nota, porém, que Carvalho chegou a ser filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e afirma ter abandonado o partido em 1968 por discordar da luta armada, afirmação esta sem sentido, pois os que abandonavam o partido nesta época o faziam para entrar na luta armada, e não por serem contra essa forma de luta. (PATSHIKI, 2008, p. 27)

Este trabalho é centrado em um dos produtos “intelectuais” do Mídia Sem Máscara, a obra do psiquiatra Heitor de Paola, intitulada *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Internacional*, publicada em 2008, que resume as principais ideias do movimento, cujo cerne é a teoria conspiracionista que afirma a existência de um domínio mundial pelo comunismo e supostas ameaças ao ocidente cristão e liberal capitalista.

Segundo Barkun (2003, p. 4) e Taguieff (2006, p. 57), são quatro os princípios básicos do conspiracionismo: “nada acontece por acidente”, “nada é o que parece”, “tudo está conectado” e “tudo o que acontece é o resultado de vontades ocultas e malignas”. Tal discurso entende a política como a luta entre forças do bem e forças do mal, e tal luta ocorreria nos bastidores ocultos da política.

Na obra de Heitor de Paola, a demonização do comunismo e dos comunistas

é a tônica central, relacionando todos os resultados “negativos” das experiências socialistas ao caráter maléfico das lideranças comunistas e aos seus desejos de poder e domínio mundial. Os processos e contextos históricos ficam de fora da narrativa, pois o objetivo é a anatemização dos comunistas e do comunismo, bem como da própria ideia de revolução. A ideia de “anatemização” da revolução é o princípio de que as revoluções são anomalias ou catalisadoras de desordem social, e teria sido determinante na formulação da tese do totalitarismo. (LOFF, 2014, p. 57)

Para isso, o autor faz um mal uso de fontes, entre elas, de trechos de obras de Marx e Gramsci, para dar legitimidade a sua tese conspiracionista, bem como apresenta citações de supostos pensamentos de Lenin, sem apresentar as referências para que o leitor possa conferir.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é analisar como aparece o mal uso das fontes no trabalho de Paola, demonstrando que o autor se utiliza dessa estratégia para fortalecer a sua tese central, não podendo, por isso, ser considerado um produto acadêmico baseado minimamente nas regras metodológicas exigidas em um trabalho científico, tratando-se, dessa forma, em uma apologia do capitalismo e do liberalismo, com base no anticomunismo exacerbado.

2 | A DISTORÇÃO DAS IDEIAS E CONCEITOS DE MARX E GRAMSCI

Paola faz uma apropriação de trechos da obra de Marx para corroborar a sua visão conspiracionista, pois se os comunistas representam o “mal”, a sua origem estaria no fundador do socialismo científico. Dessa forma, associar os problemas e deformações do “socialismo real” a um suposto projeto político subjacente à ideologia de Marx é uma das estratégias da narrativa paolina.

A narrativa inicia com uma manipulação de um trecho da obra de Marx, provavelmente A Ideologia Alemã, pois não é apresentada a citação da fonte. Segundo Paola, Marx teria definido a passagem do Estado socialista para o futuro Estado comunista (aqui aparece já uma distorção flagrante, pois em Marx, em uma sociedade comunista, o Estado nem sequer existiria) com as seguintes declarações: no primeiro, imperaria “a cada um de acordo com seu trabalho”; no segundo, “a cada um segundo suas necessidades”. O primeiro exigiria algum esforço, no segundo não. Associa então o segundo imperativo à suposta situação de líderes comunistas: Marx teria vivido às custas de sua mulher aristocrática e de Engels; Lenin teria sido sustentado por sua irmã, por exilados, pelo Império alemão e pelo Estado; Fidel teria vivido às custas do Partido Comunista Cubano e do Estado; Lula teria trabalhado pouco e vivido com o salário do Sindicato, do Partido e do Estado. (PAOLA, 2008, p. 82)

O primeiro passo da estratégia narrativa é, então, desqualificar lideranças da esquerda, associando-as a um projeto de constituição de uma classe de privilegiados, e apresentando os seus “exemplos” de vida como “prova” da veracidade da narrativa.

Além da forma desonesta como trata o que teria sido “viver às custas de outrem” nas vidas de tais lideranças (à parte a falácia narrativa de considerar Lula uma liderança comunista), Paola parte para o segundo passo da narrativa: uma apreensão totalmente errônea do que seria “a cada um segundo suas necessidades” na etapa comunista, interpretando tal situação como sendo “viver sem esforço algum”, o que seria o mesmo que “viver sem trabalhar”, supondo então que os que assim vivessem seriam as elites privilegiadas às custas do esforço e trabalho do povo.

No entanto, essa interpretação não condiz com o que Marx pensava sobre uma futura sociedade comunista. Em vez de alguém que estaria defendendo privilégios de elites encasteladas no poder, para Marx, “a cada um segundo suas necessidades” não prescindiria do trabalho que cada um teria que realizar em prol do bem comum, mas sim que o critério para a distribuição do produto social não seria a quantidade de trabalho, critério este que ainda existiria na fase socialista, posto que ainda não haveria condições materiais para se estabelecer outro critério de distribuição, portanto, ainda predominaria uma forma distributiva oriunda do capitalismo (embora nem sequer se possa dizer que no capitalismo a distribuição se dê pelo trabalho). Na fase comunista, a distribuição se daria conforme as necessidades de cada um porque se pressupunha que haveria abundância material devido a um maior desenvolvimento das forças produtivas. O trabalho de cada um continuaria existindo, mas os indivíduos teriam a possibilidade de desenvolver seus talentos e contribuir de acordo com suas vocações para a produção material e social.

Porém, para Paola, o que Marx e seus seguidores estariam defendendo desde o início seria o contrário disso. Segundo ele, as lideranças comunistas teriam conseguido criar um “Estado de parasitas indolentes e inúteis”, o que seria o próprio fim proposto pelo comunismo: viver sem esforço às custas de outros, constituindo-se uma “nova classe”. (PAOLA, 2008, p. 82-83)

Faz-se assim uma leitura teleológica dos problemas existentes no modelo soviético de socialismo, baseado na centralização do poder nas mãos de uma elite burocrática, partindo-se do pressuposto de que o desenvolvimento de tal modelo já estaria em germe na visão de Marx acerca do comunismo. Para isso, Paola precisou distorcer completamente a máxima de Marx “a cada um conforme as suas necessidades”.

No que diz respeito a Gramsci, Paola distorce uma série de conceitos do autor, mas vamos nos ater ao conceito de “Estado ampliado”. Este conceito é apresentado como se fosse uma pauta ou uma proposta política de Gramsci, com o objetivo de acabar com o Estado burguês, e não resultado de uma análise das sociedades capitalistas mais desenvolvidas e complexas. Paola afirma que Gramsci estaria defendendo o que deveria ser a democracia para ele através do conceito de “Estado ampliado”. Vejamos como Paola coloca a questão:

de hegemonia, os sindicatos e entidades privadas como as ONGs. O ativismo destas últimas as tornam, frequentemente, competidoras do Estado ao assumir algumas funções estatais, como as relativas a direitos humanos, ambientalismo, paz, desarmamento, racismo, proteção à infância, às mulheres, às minorias, defesa do consumidor, etc. No seu conjunto, constituem o que se chama sociedade civil organizada, levando a uma ampliação do Estado, ao Estado ampliado, não mais dirigido pela política, mas pela ideologia do partido-classe ... Sob este conceito, o Estado não se limita aos órgãos do governo, mas abrange diversos organismos sociais. A “sociedade civil” passa a indicar a direção política e cultural e a exercer algumas das funções que tradicionalmente cabem ao governo. Passa-se, portanto, ao largo da esfera legislativa, principalmente passando por cima das decisões do Congresso Nacional. E também se avilta a ação da justiça levando Juízes e Desembargadores a relativizar a aplicação da lei. Por exemplo, os juízes são instados a ditar suas sentenças, não mais de acordo com a lei tal como votada pelos legisladores, mas seguindo os ditames das ONGs dos direitos humanos ou ambientais ou qualquer outra coisa. O conceito de legalidade é substituído paulatinamente pelo de legitimidade, sendo esta determinada não pelo aparelho de Estado, mas pela sociedade civil ... Elevado às últimas consequências, o Estado ampliado significa o fim da política e da justiça, o fim do Estado “burguês”. (PAOLA, 2008, p. 94-95)

Percebemos, no trecho acima, a transformação de um conceito analítico em pauta subversiva contra a justiça e a política, nos revelando que, para Paola, justiça limita-se ao que está na lei, desconsiderando as ingerências de classe e a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes através da legislação, ou seja, a lei é vista como neutra e sinônimo de justiça absoluta. Revela-nos também que, para ele, as demandas sociais, ainda que legítimas e justas, ao se chocarem com as limitações legais das instituições burguesas, deixam de ser democráticas e passam a ser uma ameaça à democracia, já que o modelo de democracia burguês é considerado o único válido.

Gramsci é, assim, apontado como o criador de uma pauta política chamada de “Estado ampliado”. Quando, na verdade, o que ele faz é analisar as sociedades de capitalismo avançado e perceber que as classes dominantes usam, não apenas a sociedade política – aparelhos de repressão, executivo, judiciário e legislativo – para impor seus interesses, mas também os “aparelhos privados de hegemonia”, situados no âmbito da sociedade civil, para construir o consenso e assegurar a sua hegemonia. Por isso, para Gramsci, a hegemonia de uma classe se dá via coerção e consenso. Paola, ao pretender desqualificar o pensamento de Gramsci e, ao mesmo tempo, os movimentos sociais e instituições da sociedade civil que lutam por pautas as quais ele considera uma ameaça aos interesses constituídos, resolve, então, retirar a noção de “Estado ampliado” em Gramsci do universo dos conceitos, e transferi-la para o universo da ideologia política pura e simples. Gramsci não estaria, assim, analisando as sociedades de capitalismo desenvolvido, mas pretendendo simplesmente destruir o Estado burguês, sendo que este último também é colocado em xeque por Paola, já que o termo burguês aparece entre aspas em sua narrativa.

3 | AS ACUSAÇÕES À FIGURA DE LENIN E A AUSÊNCIA DE REFERÊNCIAS

Uma estratégia utilizada por Paola em sua obra é a apresentação de “citações” sem informar a referência das mesmas. Geralmente, isso ocorre em “falas” bastante comprometedoras para o suposto autor ou que “demonstrem” o caráter “maléfico” dos comunistas. Um exemplo que chama bastante atenção é uma suposta citação de Lenin, abrindo um item intitulado “Diferenças entre um partido comunista e os partidos democráticos”. Neste item, o autor procura convencer o leitor de que existe uma oposição entre comunismo e democracia, portanto, os partidos comunistas não podem, segundo ele, ser considerados democráticos. É claro que o ponto de referência do autor é o modelo liberal de democracia, e tudo o que foge a este modelo é taxado de “totalitário”. A seguir, a suposta citação de Lenin:

Os comunistas devem estar preparados para todos os sacrifícios e, se necessário, recorrer a toda sorte de astúcias e estratégias, empregar métodos ilegais, evitar e esconder a verdade. A parte prática da política comunista é incitar cada (inimigo) contra o outro. Nós comunistas devemos usar um país contra o outro. Minhas palavras (sempre) foram calculadas para despertar ódio, aversão e desprezo. não para convencer, mas para quebrar a elite do oponente, não para corrigir seus erros, mas para destruí-lo, para exterminar sua organização e eliminá-la da face da terra. Esta formulação é de natureza a invocar os piores pensamentos, as piores dúvidas, as maiores suspeitas (dos ainda neutros) em relação ao oponente. (Apud PAOLA, 2008:74)

Conforme podemos observar no trecho acima, trata-se de uma suposta “confissão” de Lenin, que contém uma série de elementos negativos e que servem para manchar a reputação dos comunistas e associá-los a métodos questionáveis do ponto de vista moral. No entanto, uma citação tão comprometedoras deveria vir acompanhada da referência bibliográfica, para que se possa confirmar a sua veracidade. Como a referência é ocultada do leitor, supõe-se que esta citação não exista ou tenha sido forjada para deslegitimar as ideias de Lenin e dos comunistas no geral.

Como o objetivo da obra paolina é demonizar o comunismo e seus defensores, há uma série de argumentos construídos com base em acusações sem fundamento ou sem referências. Podemos trazer outro exemplo de acusação a Lenin, para corroborar a sua ideia de que os comunistas apenas manipulam os seus apoiadores com propostas de uma nova sociedade, arregimentando “idiotas úteis” que servem aos seus propósitos “maléficos”. O termo “idiotas úteis” teria, segundo ele, sido inventado por Lenin. “Estes não faziam parte dos que ‘sabem das coisas’, que conhecem a agenda secreta, e assim tinha que ser para que defendessem a ‘causa’ com ardor moralístico e religioso.” (PAOLA, 2008, p. 119)

O autor não dá uma pista sequer da fonte que corrobora a ideia de que Lenin tenha alguma vez usado tal expressão e que sua estratégia política incluía a formulação de falsas causas para arregimentar adeptos, escondendo uma suposta “agenda secreta” dos comunistas.

É digno de nota que, em 1987, Grant Harris, membro sênior da Biblioteca do Congresso dos EUA, foi consultado a respeito do uso da expressão “idiotas úteis” nos escritos de Lenin e, após extensa pesquisa, declarou que a sua equipe foi “incapaz de identificar a utilização desta expressão dentre as publicações de Lenin”. (BOLLER, PAUL & GEORGE, 1989) Apesar disso, parágrafos atribuídos a Lenin circulam entre os anticomunistas, como: “Usaremos o idiota útil na linha da frente. Incitaremos ao ódio entre as classes. Destruiremos a sua base moral, a família e a espiritualidade. Comerão as migalhas que caírem das nossas mesas. O Estado será Deus.”

É importante enfatizar que o termo “idiotas úteis” já era atribuído a Lenin por políticos da direita ao longo do período da guerra fria, quando a expressão era utilizada por conservadores para descrever liberais de esquerda e sociais-democratas de países não-comunistas. E antes dos autores Boller, Paul e Georges desmentirem que Lenin tenha alguma vez usado a expressão, o *The New York Times Magazine* já havia mostrado a falácia em uma matéria de 1987. (SAFIRE, 1987)

Assim, podemos perceber na obra de Paola acusações à figura de Lenin, desconsiderando todo o conjunto da obra teórica e política do líder da revolução bolchevique, tentando desqualificar as propostas de transformação social e organização de uma nova sociedade, afirmando que tais propósitos seriam, na verdade, iscas para “enganar” os “inocentes úteis”, que passariam então a servir a uma “agenda secreta” maligna desconhecida por eles.

A ausência de referências confiáveis para tais afirmações e o fato do autor simplesmente reproduzir uma mentira já desconstruída por pesquisadores anteriormente demonstra claramente que o trabalho de Paola é apenas anatemizar a ideia de revolução e construir uma imagem dos comunistas e de suas principais lideranças como sendo a personificação do “mal”. Assim, se deslegitima todas as propostas políticas e as críticas que tais lideranças faziam à sociedade capitalista e à necessidade de mudança social em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

4 | CONCLUSÃO

A obra de Heitor de Paola, *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Internacional*, um dos produtos do movimento *Mídia Sem Máscara*, liderado por Olavo de Carvalho, pertence ao conspiracionismo anticomunista, que utiliza estratégias não científicas para desqualificar o comunismo e as suas lideranças, sendo duas delas desenvolvidas neste trabalho: 1. a apropriação indevida de Marx e Gramsci, distorcendo ideias e conceitos destes autores, ou seja, fazendo uma leitura de fontes inadequada e manipuladora, com o objetivo de “provar” a veracidade da tese conspiracionista; 2. a não citação das referências bibliográficas ao tentar desqualificar a figura de Lenin, sendo que tal ocultação nos diz muito a respeito do caráter não-científico e apologético da obra de Heitor de Paola, escrita não para produzir conhecimento, mas para servir

de instrumento ideológico para a luta política contra o comunismo e qualquer proposta de construção de uma nova sociedade baseada na justiça e na igualdade. É, portanto, uma apologia do capitalismo e do liberalismo através da demonização dos comunistas e das esquerdas em geral.

REFERÊNCIAS

BARKUN, Michael. **The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Berkeley: University of California Press, 2003.

BOLLER, Jr., PAUL F.; GEORGE, John. **They Never Said It: A Book of Fake Quotes, Misquotes, and Misleading Attributions**. New York: Oxford University Press, 1989.

LOFF, Manuel. "Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal." **Culture & History Digital Journal**, 3, 2014.

PAOLA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora É Realizações, 2008.

PATSCHIKI, Lucas. **Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2012.

SAFIRE, William. On Language. **The New York Times Magazine**, 12 de abril, 1987.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L'imaginaire du complot mondial: aspects d'un mythe moderne**. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2006.

MORRER NEGRO EM JACUTINGA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS FUNEBRES DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Data da Submissão: 06/12/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Ana Francisca Vasconcelos da Silva

Universidade do Grande Rio Prof José de Souza
Herdy - Unigranrio
Duque de Caxias – RJ
<http://lattes.cnpq.br/4334978757375196>

RESUMO: A hora da morte era um momento preparado desde o início da vida, a escolhas das covas, as roupas a se vestir e todo o cerimonial eram elementos de grande importância. A pesquisa tem visa observar esses elementos dentro do grupo étnico de africanos e afrodescendentes, analisando a partir de fontes documentais eclesiásticas de registros de óbito para compreender as relações da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, no Recôncavo da Guanabara, e desse grupo em relação as práticas funerárias do início do século XIX, além de compreender de que forma as mudanças que vinham sendo adotadas pela cidade do Rio de Janeiro eram inseridas na região.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Antonio de Jacutinga, africanos, práticas fúnebres

DIE BLACK IN JACUTINGA: A STUDY ON THE FUNERAL PRACTICES OF AFRICANS AND AFIRCAN DESCENDANTS IN THE PARISH OF SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Abstract: The time of death was a moment prepared since the beginning of life, the choices graves, the clothes to wear and all the ceremonial elements were of great importance. The research is aimed at observing those elements within the ethnic group of Africans and African descendants, analyzing documentary sources of death records for ecclesiastical to understand the relationships of the parish of Santo Antonio de Jacutinga, in Recôncavo da Guanabara, and of that group in connection with the burial practices of the early 19th century, as well as to understand how the changes that have been adopted by the city of Rio de Janeiro were adopted in the region.

KEYWORDS: Santo Antonio de Jacutinga, Africans, funeral practices.

1 | RECONHECIMENTO DA REGIÃO

A freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, objeto de outras pesquisas, já foi abordada em se aspecto de formação populacional escravizada e a formação de família dos mesmos na região, pela historiadora Denise Demetrio¹, e a sua presença como parte inicial da formação da

atual Baixada Fluminense, por Lucia Helena², entre outros pesquisadores que fizeram da sua freguesia objeto de pesquisa.

De nascimento datado do século XVIII, a freguesia de santo Antonio de Jacutinga, no Recôncavo da Guanabara e que tem seu território compreendido no que hoje são os municípios de Belford Roxo, Mesquita, parte de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, tem em sua construção a história da dizimação de uma comunidade indígena Jacutinga durante o período de guerra de conquista do território³.

A mesma freguesia possuía em sua estrutura econômica a produção de gêneros alimentícios produzidos em propriedades privadas e de propriedade religiosa – essa que também fazia sua presença na região arrendando terras na região⁴ –, essa produção influenciava na captação de mão de obra escrava em grande quantidade na região, esse fator influência diretamente na composição da população local ser formada principalmente por africanos e descendentes⁵. O número, quanto à população, pode se tornar relativo, pois como acrescenta Marlúcia Santos, em seu *Escavando o Passado da Cidade*⁶, o número de escravos poderia ser maior, pois alguns dos senhores escondiam esses indivíduos pelo receio de pagarem impostos sobre eles, ou a condução destes para o exército⁷.

A posição e as características geográficas da freguesia possibilitavam o grande fluxo de pessoas que se direcionavam para o interior da província do Rio de Janeiro e era rota para aquele que viajavam para as Minas Gerais. Tendo em vista essas informações, completa-se então a característica de que na região havia o grande contato de diferentes culturas, principalmente as de origem africana pela sua expressividade populacional, que acabavam se misturando, mas antes desse contato do outro lado do Atlântico, esses diferentes povos africanos iniciavam seus contatos dentro dos navios, ressignificando algumas de suas culturas e tradições, e isso pode ser encarado como uma das formas de resistência criadas à vida escrava.

Apesar de sua proporção e de no século XIX ser a freguesia mais produtiva da vila de Iguaçu, a estrutura organizacional da freguesia e sua comunidade eclesiástica não estavam nas melhores condições, a matriz já estava na sua segunda construção, pois a primeira havia ruído, porém a segunda não possuía a melhor estrutura, sendo solicitados reparos, e no final do século XVIII monsenhor Pizarro havia relatado rachaduras, e maus cuidados com os altares e com as irmandades, além da inadimplência do pagamento dos dízimos⁸. Outro problema que a freguesia possui, e este já nos anos de 1840, é a ausência frequente do pároco Manoel dos Santos Silva, que viaja que se mantinha distante da freguesia por meses, como informado em uma reclamação na edição do *Jornal do Commercio* 1841, deixando a população local sem os devidos atendimentos sacramentais.

Os pontos trazidos até aqui são de extrema importância para introduzir e compreender melhor as relações da freguesia com os sepultamentos, além dos acontecimentos que estavam se desenvolvendo na Corte.

21 A CIÊNCIA E MODIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS OBJETIVANDO PARA HIGIENIZAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTERRAMENTO

O século XIX se inicia com grande agitação sobre os assuntos relacionados à questão fúnebre, há uma corrida higienista em movimento, encabeçada pela classe médica, que atingia principalmente os mortos. Em 1836 ocorre a revolta pesquisada por João Jose Reis⁹, a Cemiterada, que traz um retardo nas transformações ocorridas no Rio de Janeiro.

A crença de que os cheiros fétidos dos corpos transmitiam doenças rondavam o início do século XIX, e o medo dos males miasmáticos¹⁰. O objetivo do movimento higienista no início do século XIX era remover os corpos de dentro das igrejas, que eram consideradas perigosas transmissoras de doenças, levá-los para locais apropriados para seu sepultamento com a criação de cemitérios e tirar do domínio da igreja os cuidados com os defuntos. Porém, antes de se direcionar as igrejas a corrente higienista focava aos corpos dos escravizados que eram abandonados nas ruas pelos senhores, segundo Reis a remoção de destes corpos era competência de limpeza pública¹¹. Aos que eram enterrados o destino era o campo da Pólvora, na Bahia, e o Valongo, no Rio de Janeiro, locais com covas rasas e corpos cobertos com pouco de terra que ao chover ficavam descobertos e se tornavam comida de animais pela presença dos mesmos nestes locais.

As questões de enterramento foram levados a discussão na câmara do Rio de Janeiro, porém enfrentaram resistência de implantação temendo uma nova revolta, como a que ocorreu na Bahia¹². Entretanto, a partir da década de 1850 decretos foram elaborados para a adequação dos locais de enterramentos e dos serviços fúnebres, contudo tais mudanças afetaram diretamente os costumes tanto dos brancos, quanto dos africanos e seus descendentes, como, por exemplo, quando em 1851 ocorre a proibição das inumações dentro das igrejas¹³.

As mudanças também estavam chegando rápido ao recôncavo da cidade, na vila de Estrella, nascida no ano de 1846, possui em seu documento principal datado do mesmo ano, questões relacionadas aos sepultamentos, o mesmo documento informa que não havendo cemitérios públicos construídos no município, os locais de enterramento seriam os determinados, desrespeitando esse ponto ou qualquer outro seriam aplicados multas em dinheiro, e se fosse escravo açoites¹⁴.

As relações das sociedades com questão da morte chegaram ao século XIX bastante modificadas, Philippe Ariès¹⁵ reflete sobre essas mudanças, principalmente dos sentimentos e formas de encará-la que foram passando por transformações com o passar dos séculos, em um longo processo, desde que o entender a morte como um acontecimento natural a todos, aceitando que todos morrem, passou então a morte de si, e depois a morte do outro como algo doloroso, “a morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro”, essa implicaria na realização das posturas fúnebres, a elaboração de novos métodos de sofrer aquele falecimento conhecidos a partir do

século XVII, e sua normatização.

Como a borda Ariès, a forma de se enxergar a morte passou por um longo processo de transformação até chegar ao século XIX, porém a modificação na forma de se enxergar a morte no Brasil do XIX se deve em grande parte às epidemias e aos médicos higienistas e os mecanismos que criaram para divulgar estas ideias.

3 | DAS MUDANÇAS DOS COSTUMES E PRÁTICAS FÚNEBRES ENTRE OS NEGROS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE JACUTINGA

Este tópico visa observar as transformações vistas na freguesia a partir das análises documentais entre 1835 a 1855, o recorte aplicado se justifica pelo processo de transformações identificado principalmente neste período. A abordagem desses aspectos é possível a partir das análises dos registros paroquiais da freguesia, hoje disponibilizados pela cúria diocesana de Nova Iguaçu.

Ao início da década de 1830, Reis¹⁶ observa que as tradições fúnebres possuem ainda a sua característica trazida dos moldes europeus, barroca e sem interferência dos aspectos higiênicos. Cabe lembrar que isto cabe aos enterramentos dentro das igrejas, em consequência àqueles que possuíam renda para pagar por um, tendo em vista que para se ter um enterro “digno”, nos moldes cristãos, e ser considerado uma boa morte havia de se pagar por isso, além de outros aspectos. Consequentemente um indivíduo escravizado na maioria das vezes não possuía uma boa morte. A Boa morte que possuía uma grande preparação para se alcança-la em busca da salvação da alma ou de uma menor permanência no purgatório¹⁷, o costume da boa morte, trazido da Europa remonta costumes da idade média, sendo inseridos novos elementos ao chegar ao Brasil.

Nos livros de registros de óbito da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, maior parte dessa população negra era encaminhada para os cemitérios ou covas de fabrica. O cemitério neste momento está no entorno da igreja, na maioria das vezes o local que recebia os pobres e os escravos, o local na maioria das vezes era profanado, João Jose Reis aponta que os cemitérios eram locais que recebiam bailes, jogos, depósito de lixo, e também era o local onde muitos animais pastavam¹⁸, em uma nota da Revista Medica Fluminense e assinalado para a vila de Iguaçu que em uma das suas igrejas haviam porcos comendo corpos em seu cemitério¹⁹. As covas da fábrica também não possuíam tanto respeito, eram de responsabilidade de uma das irmandades locais e sobreviviam das esmolas pagas²⁰, os enterramentos feitos por esse setor da igreja costumavam ser mais baratos do que os feitos pela irmandade em si. Conclui-se então que essa parte da população local ocupava os locais mais pobres dos locais fúnebres.

Parte dos decretos elaborados tratam das conduções dos mortos, a forma da qual aquele indivíduo seria transportado até o local do seu enterramento. No Rio de

Janeiro era comum que entre os escravizados usassem redes para serem conduzidos, e este costume é retratado em pinturas de Jean Baptist Debret e Henry Tirberland. Na freguesia este hábito não é diferente, as redes são utilizadas para a realização dessa condução para muitos, porém com a proibição desse material o uso na freguesia foi dando lugar aos caixões que mantinham determinada distância entre o morto e o vivo.

Para o recorte temporal de 1835 a 1835, 175 indivíduos foram destacados por terem sido declarados como negros ou descendente. 45 faleceram antes dos 8 anos de idade, sendo considerados inocentes, observando a mortalidade infantil, poucos conseguiam alcançar a fase adulta.

Um outro ponto que não se pode ignorar é a presença dos costumes africanos dentro dessas práticas, mesmo que em atos simples como na escolha da roupa para o enterro. Dos grupos pesquisados na freguesia, a sua maioria estava sendo sepultada em trajes brancos, em algumas culturas africanas o branco é considerado a cor do luto.

Hábito	Branco*	Preto	Azul	Santo/a	“Roupas de seu uso”	Pano de algodão	Outro
Homens	40	16	7	5**	3	6	11
Mulheres	39	13	3	4***	2	5	7

Tabela 1 - Hábitos e mortalhas mais usadas por africanos e descendentes de Jacutinga

Fonte: Family Search, Registros da Igreja Católica 1606-1980, Nova Iguaçu, Catedral de Santo Antonio de Jacutinga, Óbitos 1820-1884

*Branco, lençol branco, seda branca e roupa branca de seu uso

**São Francisco e Santo Antônio

***N Senhora da Conceição

1 indefinido: hábito branco

12 pessoas de ambos os sexos não informam os hábitos

Analisando informação e tabela conclui-se que muitas tradições africanas permaneceram vivas mesmo dentro do cativeiro. E para dentro da região em que se localiza a freguesia existem contatos de uma vivência cultural em relatos, como em uma denúncia feita em 1835 sobre batuques ouvidos durante a noite na freguesia de Jacutinga²¹, a presença de um feiticeiro que fazia práticas de cura mais ao fundo da Baía, relatado pela viajante Adele Toussaint-Samson, além dos batuques, que mesmo proibidos eram praticados pelos negros²², e os próprios quilombos que se alojavam nas regiões estratégicas do recôncavo da Guanabara, rendendo ao local o nome de Hidra de Iguaçu, pois quando um quilombo era destruído, outros mais se instalavam na região. Então, neste local que abria espaço para todas essas ocorrências poderia sim abrir espaço para que na hora da morte, esses indivíduos reproduzissem seus rituais de morte, os compartilhando-os com os ritos da Igreja.

Abordo o compartilhamento das praticas desses dois universos, por ocasião das próprias mortalhas e pela questão de muitos destes negros não terem recebido os sacramentos, como a extrema unção, no momento da sua morte, tendo por justificativa nos registros não terem sido procurados.

Outro fator de que nos coloca a pensar sobre o local do negro nessa sociedade são os locais em que a maioria eram enterrados e suas conduções ate o local a cova. Era comum no Rio de Janeiro que os escravizados fossem conduzidos em redes, e na freguesia de Jacutinga eram maioria também, tendo apenas uma ocorrência de condução em esquite de uma irmandade entre 1844 e 1855 – este recorte representa a aparição de descrição das conduções, antes desse recorte não aparecem.

Local	Cova da fabrica	Cemitério	Cova de irmandade
Nº de pessoas	78	56	9

Tabela 2 – Locais de enterramento utilizados pelos que morreram na freguesia

Fonte: Family Search, Registros da Igreja Católica 1606-1980, Nova Iguaçu, Catedral de Santo Antonio de Jacutinga, Óbitos 1820-1884

A fabrica de Santo Antonio de Jacutinga possuía dividas que não eram cobradas o que dificultava o funcionamento como relatado pelo Monsenhor Pizarro²³, mas o mesmo também descreve os valores que eles cobravam para os sepultamentos que poderiam variar entre os brancos para escravizados, os valores das esmolos por covas no corpo da igreja que pertenciam a fabrica em 1794 eram de 2\$ réis para brancos e para pretos escravizados era de 3 patacas²⁴, a fabrica também poderia ter covas em diferentes locais da igreja o que poderia variar o grau de importância das mesmas.

O cemitério poderia ter algum caráter religioso, porém a principio eram destinados a todos aqueles não tinham permissão ao enterro em solo sagrado como os criminosos, pagãos e suicidas, era um local costumeiramente profanado, conseqüentemente o mais rejeitado. Outra condição que poderia encaminhar o morto ao cemitério ele em seus momentos finais rejeitar os sacramentos oferecidos pela igreja²⁵.

Os grupos escravizados e mais pobres eram com frequências encaminhados aos cemitérios e para as covas da fabrica, e nesta freguesia não fugia a esta quase regra, além da ocorrência de sepultamentos feitos na freguesia “pelo amor de Deus”. Estes eram encaminhados para os locais com menos prestígio, ou nenhum do templo.

No decorrer das transformações, principalmente após a segunda metade da década e 1840, estes negros passam a ser conduzidos mais em caixões, enquanto as redes foram aos poucos deixando de serem registradas, além dos registros possuírem mais informações do defunto, como a causa da morte e de onde era natural. Além do mais o método de registro do local onde aquele individuo é sepultado também muda, deixa de ter a descrição e é registrado apenas como “nesta matriz”, estas mudanças se devem às transformações e as exigências que estavam sendo feitas no ambiente das discussões fúnebres e o processo de afastamento dos mortos das igrejas, foco dessas discussões, que tinham a higiene como intenção principal.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a análise dos documentos, observamos que o desenvolvimento da freguesia de São Antonio de Jacutinga em relação às modificações nas práticas fúnebres chegaram mais tardiamente por diversos fatores. Mesmo considerando a produtividade da região e o acúmulo de valores comparados a outras freguesias da vila de Iguazu para o início do século XIX o principal motivo para o não acompanhamento da “evolução” funerária na região está ligada a falta de investimento que afetava até a estrutura física da matriz local.

Mas analisando o fator de não investimento nos bens eclesiásticos da região, há de se levar em conta que a formação da população era em sua maioria negra e que os outros indivíduos que investiam na região viviam mais de mercancias, relatado por Pizarro²⁶, conclui-se que os mesmos, que lucravam com toda a produção, não se alojavam permanentemente na região.

Caberá a novas pesquisas sobre a freguesia trazer a luz em qual momento estas mudanças passam a ser percebidas no local. E compreender um recorte maior para isso será necessário. É mesmo percebendo ligeiras mudanças encontradas nos registros, a mesma freguesia ainda enfrentava situações que a impediam de acompanhar o movimento fúnebre naquele momento.

REFERÊNCIAS

1 DEMÉTRIO, Denise. **Famílias Escravas da Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga**: séculos XVII e XVIII. Dissertação de mestrado – Niterói, UFF, 2008

2 SILVA, Lucia Helena Pereira da. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga: Um capítulo na história de ocupação da Baixada Fluminense. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, n. 21, p 123-137, 2016.

3 Idem

4 FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei**: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond. 1999. P. 78

5 SILVA, Lucia Helena Pereira da. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga: Um capítulo na história de ocupação da Baixada Fluminense. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, n. 21, p 123-137, 2016. P. 133 <fonte: *RIHGB, tomo XLVII, 1844, PP. 25-60 / **RIO DE JANEIRO, 1851>

6 SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade**: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

7 Idem, p. 40

8 PERES, G. Santo Antônio de Jacutinga contribuição a sua história. Acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias. – gaveta 61 – pasta 4, s/d.

9 REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

10 Idem, p. 320

11 Idem, p. 141

12 RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

13 RODRIGUES, Claudia. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.8, 2014, p 258-278

14 CÓDIGO da Vila de Estrella – 184. Cópia xerográfica. Acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias – gaveta 45 – pasta 17, s/d

15 ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. – [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. P.37

16 REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

17 ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. – [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. P.39

18 REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P 97

19 HEMEROTECA DIGITAL - **Revista Medica Fluminense**. Informe sobre as igrejas desleixadas e porcos comendo cadáveres em Iguassú <disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=341622&pesq=iguassu>>

20 SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

21 POSSIDONIO, Eduardo. **Entre tambores, candomblés e ameaças: as manifestações religiosas centro-africanas na freguesia de Jacutinga /FEBEF-UERJ**. 2015. (Apresentação de trabalho/ Comunicação)

22 POSSIDONIO, Eduardo; BEZERRA, Nielson Rosa. Religiosidades africanas em tempo de escravidão: batuques e candomblés no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX. **Recôncavo: revista de História da Uniabeu, Belford Roxo**, volume 6, n 10, 2016. P 77

23 PERES, G. Santo Antônio de Jacutinga contribuição a sua história. Acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias. – gaveta 61 – pasta 4, s/d.

24 PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo monsenhor Pizarro no ano de 1974**. Nilópolis: Secretaria municipal de cultura de Nilópolis, 2000

25 REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P 134

26 PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor d. João VI**. P.167

DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO

Data da Submissão: 03/12/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Claudia Alves d`Almeida

Casa de Oswaldo Cruz / SME

Rio de Janeiro

Claudiaalvesdalmeida.ca@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7647103340835746>

RESUMO: Analisamos neste trabalho a assistência as crianças abandonadas no Rio de Janeiro, relacionados- as com às principais redes de solidariedade vinculadas à Santa Casa de Misericórdia. No Rio de Janeiro, a Roda dos Expostos foi inaugurada em 1738, a Santa Casa procedia um registro dos enjeitados nos livros de entrada, onde tinham todos os possíveis destinos ocorridos em sua vida enquanto ligados a instituição. Constavam: data de entrada, doenças e entradas no hospital, nome e endereço da ama de leite, data de devolução, se devolvido à família, casamento, entre outras informações importantes para uma análise e perfil desta população assistida. Os enjeitados permaneciam de 1 a 15 dias na Casa da Roda, os que sobreviviam eram enviados a criadeiras pagas pela Santa Casa, devendo permanecer na companhia delas até 7anos. A partir de então, os juízes de órfãos passavam a ser seus responsáveis até a maioridade.

Podemos observar nesses registros que muitos eram encaminhados a famílias adotivas, ao Arsenal de Marinha, Recolhimento de órfãos, além de Escolas Agrícolas, Fabricas de tecido, e ao internato do Colégio Salesiano onde, através de oficinas, deveriam aprender um ofício. No relatório da Santa Casa de 1912, observamos uma preocupação em mantê-los dentro do estabelecimento, proporcionando um ofício ao qual mais tarde pudessem se manter. Observamos também uma preocupação de inserir na sociedade, as jovens abandonadas havendo uma visível preocupação em instruí-las adequadamente, compreendendo além das matérias pedagógicas, trabalhos com agulhas, flores e todos os ofícios que uma boa esposa e mãe deveriam saber. O objetivo deste trabalho é compreender as relações das modalidades de assistência oferecidas além de investigar a representação que desempenhou para a sociedade do Rio de Janeiro na virada do séc. XIX até metade do séc.XX, relacionando a experiência da instituição Roda dos Expostos com as discussões nos âmbitos educacional e assistencial.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência, Infância, Rio de Janeiro

OF THE WHEEL OF THOSE EXPOSED TO THE LABOR MARKET

ABSTRACT: In this paper we analyze the assistance to abandoned children in Rio de Janeiro, related to the main solidarity networks linked to the Holy House of Mercy. In Rio de Janeiro, the Wheel of the Exposed was inaugurated in 1738 the Holy House kept a record of the discarded in the entry connected with the institution. They included: date of entry, illness and hospital admission, name and address of milk, return date, if returned to family, marriage, among other information important for an analysis and profile of this assisted population. The rejects stayed for 1 to 15 days in the Wheel House, those who survived were sent to breeders paid by “Santa Casa”, and must remain in their company for up to 7 years. From then on, orphan judges were responsible for them until they were of age. We can see from these records that many were referred to foster families, to the Navy Arsenal, orphans gathering, in addition to Agricultural Schools, to the boarding school of the Salesian College where, through workshops, they should learn a craft. In the 1912 report of the Holy House, we noted a concern in keep them within the establishment by providing a craft to which later could keep up. We also observed a concern to insert in society the abandoned young people with a visible concern to properly instruct them, beyond teaching, needlework, flowers and all the trades a good wife and mother should know. The purpose of this paper is understand the relationship between the modalities of assistance offered and investigate the representation he played for the society of Rio de Janeiro at the turn of the nineteenth century until the mid-twentieth century, relating the experience of the institution Exposed with discussions in the educational and care areas.

KEYWORDS: Assistance, Childhood, Rio de Janeiro

DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO

A passagem do século XIX para o XX foi marcada por um período de intensa urbanização muito devido ao crescimento populacional, levando a uma diversidade populacional principalmente com a recente abolição da escravidão, estando vinculada a ela a emergência de uma questão social com o objetivo principal de combater a mortalidade infantil, combater as doenças, além de formar cidadãos aptos para o trabalho e conseqüentemente úteis para a nação.

Ao observar-se o Rio de Janeiro, seria perceptível que a capital estaria longe dos moldes aceitáveis, de uma capital europeia. O aspecto urbano não condizia com a nova perspectiva de uma sociedade industrializada podendo se dizer que a cidade tinha ares das antigas e ultrapassadas cidades portuguesas. Podemos observar essa precariedade nas habitações, ruas, vielas onde, higienistas não tardavam em analisar e criticar, Dr. Luis Correia de Azevedo as caracterizava como “as mais defeituosas do mundo, possuindo pequenas e estreitas janelas, nenhuma condição de ventilação, (...) lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas (FREYRE, 2004 [1936], p. 327).

Epidemias, alto índice de mortalidade infantil marcavam a cidade devido falta de salubridade e planejamento, ruelas, cortiços, iluminação pública, integravam o conjunto que precisava de atenção e de modernização. Segundo Rugendas (1979 [1835], p.40): “Nos arrabaldes de Mata-Porcos e Catumbi as ruas são bastante irregulares e sujas. As residências não passam em geral de miseráveis choupanas, esparsas ao acaso ou empilhadas umas contra as outras entre as colinas e o mar.”

Em finais do século XIX, a atuação sanitária sobre a população e o espaço urbano foi dividida entre dois órgãos: a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos e a Inspetoria Geral de Higiene, devendo, através de ações de controle e informação, evitar um mal maior, pois segundo as inspetorias uma epidemia seria prejudicial a economia, acabando por matar uma grande parcela da força de trabalho.

A assistência à infância no Brasil desde os tempos coloniais, foi exercida principalmente por Irmandades religiosas tendo como eixo principal a caridade e a filantropia, dentre as irmandades religiosas destacamos a Santa Casa de Misericórdia.

As Santas Casas de Misericórdia surgiram em Portugal (SILVA, 2011: 18-25) como Confrarias do Benfazer, sob o impulso de uma Rainha Cristã D. Leonor de Lancastre, casada com D. João II, sendo instituída a primeira capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta na Sé de Lisboa, em 15 de agosto de 1498 (LACAZ, 2000: 55-58).

Uma das explicações mais comuns para o aparecimento de associações responsáveis pelo recolhimento de crianças abandonadas, segundo nossos estudos, era o quadro lamentável descrito por contemporâneos sobre as crianças, deixadas nas ruas, praças, portas de igrejas ou conventos. Os altos índices de mortalidade, justificavam então, a criação de estabelecimentos encarregados de dar às crianças abandonadas um destino pouco melhor. A criação da Roda dos Expostos, poderia dessa maneira, garantir o anonimato de quem a utilizasse, bem como impedir a morte de crianças indesejáveis.

No Rio de Janeiro, a Roda dos Expostos foi inaugurada na Santa Casa de Misericórdia em 1738; a partir de doações feitas por Romão de Mattos Duarte, rico comerciante carioca, membro da Irmandade da Misericórdia (MESGRAVIS, 1976: 170). Devemos ressaltar que o abandono de crianças foi majoritariamente urbano e que no Rio de Janeiro o mecanismo de recolhimento de expostos já estava delineado na primeira metade do século XVIII existindo até o século XX.

A organização da Casa dos Expostos se encaixava, portanto, no modelo que, segundo Margareth de Almeida Gonçalves (1987:39) intitula como caritativo-assistencial estando as populações carentes sob os cuidados de irmandades religiosas.

A Santa Casa procedia a um registro detalhado das marcas dos enjeitados, bem como, enxoval ou bilhetes que porventura acompanhassem a criança, que tinham por finalidade facilitar uma futura identificação por parte de sua família, conforme a vontade de seu fundador Romão de Mattos Duarte. Nesse registro também vinha indicada, a cor da criança: branca, parda ou negra.

Os enjeitados permaneciam de um a quinze dias na Casa da Roda, onde o índice de mortalidade infantil oscilava comumente em torno de 50% a 70%. Os que sobreviviam eram enviados a criadeiras pagas pela Santa Casa, devendo permanecer na companhia dessas mulheres até a idade de 7anos.

Segundo Ariès (2006:192), desde o início dos tempos modernos e por muito tempo, as crianças misturavam-se com adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, pouco anos depois de um desmame tardio, ou seja, aproximadamente aos sete anos de idade.

A partir de então, os juizes de órfãos passavam a ser seus responsáveis até os expostos atingirem a maioridade. Os juizes deveriam colocar as crianças em famílias que pudessem acolhe-las ou emprega-las (MARCILIO,2010: 23). Segundo Sá (2011: 83), no que concerne a aprendizagem das crianças, o principal objetivo seria a de saber viver de acordo com a sua condição social, a aprendizagem de um ofício fazia-se confiando a um mestre.

O contexto da crise da escravidão e as discussões em torno da necessidade de se formar trabalhadores livres e disciplinados, sem dúvida, foram questões fundamentais para a emergência de preocupações sociais com a criança, principalmente aquela pertencente aos setores mais pobres da sociedade. Informando esses discursos, além do evidente problema econômico da construção do trabalho livre e das tentativas consequentes de manutenção do controle social, encontravam-se visões a respeito das crianças como verdadeiros responsáveis pelo dever, futuros cidadãos sobre quem recairiam as tarefas de elevação da pátria ao progresso e a civilização (ABREU & MARTINEZ, 1997: 25).

Na segunda metade do século XIX, após a proibição da entrada de africanos no Brasil e a Lei do ventre livre, começou a se pensar na importância de formar um contingente profissional para atuar nas mais diversas mãos de obra. Segundo Marcílio (2006:193),

a ideologia que fundamentou essas novas instituições incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas, que assim não seriam 'entregues a si mesmas, senão depois de terem cumprido os deveres do homem para com a nação, defendendo-a, e para só dependerem de seus braços e da sua habilidade.

Observamos que na passagem do século XIX para o XX, começam a haver uma modernização no modelo de assistência vigente até então. Dentre essas modificações, fica notória a intenção de formar cidadãos aptos ao trabalho e desta maneira úteis a sociedade, evitando o tão temido degenerado. Podemos observar essas modernizações na assistência no, pós abolição demandando maior eficiência nas ações beneficentes, dentre elas podemos destacar a criação de oficinas, atendimento a órfãos, populares e não somente aos abandonados.

À educação foi dada maior ênfase e instituições caritativas voltadas para a educação e trabalho foram criadas afim de substituir os asilos e abrigos nos

modelos antes existentes. Quanto á Santa Casa, observamos essa modificação nos acolhimentos, onde oficinas foram criadas com a intenção de preparar o asilado para o mercado de trabalho bem como foi observada uma nova orientação quanto a modificação do regulamento da Casa dos Expostos em carta ao Conselho de Intendência Municipal da Capital Federal,

de modo que a proteção a vida e saindo dos recém nascidos abandonados por seus progenitores se realize de modo mais eficaz (...) socorrer aquele que, de certo cairá vencido pela morte , ou o abandono fará estiolado e frágil arrastar a meninice ao vício precoce, habitação futura das cadeias do estado e antes de tal catástrofe proteger a criança, preparar a semente da forte e digna geração que deve sucedelos. (27/05/1892 – Dr. Fernando...Sabo – Sobre a importância da criação de creches para a Santa Casa de Misericórdia – Fundo Assistência a alienados 39.3.81)

Podemos observar essas modificações também em carta apresentada pelo Diretor da Casa de São Jose a Diretoria de Ensino onde destaca a mudança na orientação da casa para possibilitar aos asilados uma formação voltada para o trabalho onde solicita orientações quanto a criação de novas oficinas afim de abarcar o maior número de menores possível de acordo com suas habilidades. Este novo olhar quanto a sua função social lhe rendeu em decreto 496, de 27 de agosto de 1904, caráter de Asilo Profissional com ensino de artes e ofícios, curso elementar e de instrução primária, desenho aplicado as artes, trabalhos manuais e exercícios ginásticos e militares.

Novas instituições foram criadas com esse propósito, como o recolhimento Santa Rita de Cassia criado em 23/04/1893 onde em seu estatuto no artigo 2 prevê:

§1 – Fundar um recolhimento de ensino profissional para meninas órfãs não podendo ser admitidas maiores de 11 anos, nem menores de 6 anos.

§2 – Uma vez admitidos não poderão sair sem ter completado 18 anos, pagar no recolhimento as despesas que as mesmas houverem feito até aquela data. (Fundo Assistência a alienados 39.3.81)

Encontramos no regulamento do Asilo de Menores Desvalidos, em Decreto 5879 de 09/01/1875, informações mais uma vez nos indicando essa mudança de mentalidade quanto a caridade e a filantropia e essa nova visão de preparar os menores em abandono ou em estado de pobreza para o mercado de trabalho retirando das ruas possíveis degenerados , esse asilo foi autorizado em decreto 1331 de 1854 sendo criado por decreto 5532 em 24/01/1874, vinte anos depois. Em seu regulamento vemos essa preocupação na formação de uma população trabalhadora.

Capítulo 1 – O Asilo é um internato destinado a educar meninos de 6 a 12 anos nos termos do art. 62 do regulamento que baixou com o decreto nº1331 de 17 de fevereiro de 1854.

Artigo 5 – Os asilados que tiverem completado a sua educação são obrigados a permanecer no asilo e trabalhar nas oficinas pelo tempo de 3 anos. Metade do produto do seu trabalho, durante esse tempo, calculando no máximo a razão de 480\$000 por ano, será recolhido no fim de cada mês á Caixa Econômica para lhe

ser entregue a sua saída do asilo.

Artigo 9 – O ensino do asilo compreenderá:

§1 – Instrução primária do 1º e 2º graus;

§2 – Álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes;

§3 – Escultura e desenho;

§4 – Música vocal e instrumental;

§5 – Artes, tipografia e litografia

§6 – Ofícios mecânicos de encadernador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador, ferrileiro, ferreiro, serralheiro, correeiro e sapateiro. (Fundo Instrução Pública 13.3.6)

Preocupação presente também nas famílias cujos parentes ao solicitar a entrada dos menores, expõe os motivos para a sua solicitação, bem como apresenta as comprovações de pobreza, vacina, orfandade. Conforme podemos observar na solicitação de Jose Venancio Lourenço:

Ilustre Cidadão Doutor Prefeito do Distrito Federal

Jose Venancio Lourenço, viúvo, não dispondo de recursos necessários para manter e educar a sua filha “Carmem” de oito anos de idade, respeitosamente requer que os digneis mandar incluí-la como asylada no Asylo Izabel, no número daqueles que ali são mantidos pela Prefeitura do Distrito Federal.

Provando o que alega com os documentos juntos. Pede deferimento.

Capital Federal 21/01/1897.

Solicitações como essas foram verificadas também nas solicitações de entradas de menores no Arsenal de Marinha, Asilo Leopoldina, Asilo Izabel, Casa de São Jose, entre outras instituições com as mesmas características.

No final do século XIX, destacamos também a criação da cadeira de clínica e policlínica médica e cirúrgica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), iniciativa do médico Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo que, em 1882 apresentou um texto ao Ministro dos Negócios do Império, Rodolfo Dantas, justificando o pedido de criação desta cadeira. O argumento de justificativa era pautado em duas concepções: 1 – “Condições especiais do nosso clima” e 2 – “ignorância dos mais elementares princípios de higiene popular”. Para uma melhoria no atendimento às crianças, além de uma cadeira na faculdade de medicina seria necessário também um local onde esse ensino fosse efetivamente concluído. As enfermarias da Santa Casa não atendiam as expectativas, além de, não serem espaços abertos à ciência e apropriação de conhecimento. Desta maneira, segundo Sanglard e Ferreira (2010: 442) foi necessária a criação de policlínicas ou dispensários, destinada ao tratamento de doentes que não se recolhem ao hospital, os quais, permanecendo em seus domicílios no seio da família vão a consulta e recebem os medicamentos prescritos.

Este novo gênero de assistência cumpriria o papel assistencialista e científico além de ser o local propício para o aprendizado de jovens médicos. Foi criada desta maneira, a Policlínica Geral do Rio de Janeiro em 1881, entre outros, pelo médico

Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo.

No Rio de Janeiro, a assistência à infância passou a ser pensada e configurada através do trabalho no IPAI de 1899, Policlínica de Botafogo de 1899; Policlínica das Crianças de 1909, dirigida por Fernandes Figueira, Hospital São Zaccharias de 1914, ambos pertencentes a Santa Casa de Misericórdia e ligado a Cátedra de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Fernandes Figueira como pudemos observar, achava importante para uma diminuição da mortalidade infantil conscientização das mães quanto a importância de alimentar seus filhos com o leite materno, para isso a criação de um consultório de lactante se fez importante, encontrou espaço então na Policlínica das Crianças, atuando efetivamente durante a sua direção na Inspetoria de Higiene Infantil.

Embora não fosse um consenso a não utilização de leite de vaca na alimentação de crianças, o seu uso se fez necessário uma vez que as operárias teriam de deixar seus filhos com “cuidadoras” e as prover do alimento necessário para as crianças. Na Policlínica das Crianças, como no Ipai, se fazia presente além do consultório de lactantes um laboratório de esterilização de leite, de modo a melhorar o alimento a ser dado as crianças.

Segundo Sanglard (2008:67) entre as personagens que apresentaram propostas para a organização da assistência na capital brasileira, destacaram-se os médicos Luiz Barbosa, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho (Moncorvo Filho), Antônio Fernandes Figueira, Garfield de Almeida e o filantropo Aaulfo Nápoles de Paiva. Segundo relatório apresentado por Fernandes Figueira em 1908 no Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, previa as seguintes medidas: organização, por parte do poder público, de um corpo de inspetores-médicos para a fiscalização das lactantes; obrigação das instituições de assistência aceitarem como fundamento a amamentação de crianças até os seis meses de vida; extinção das ‘rodas’, substituídas pelos ‘registros livres’; urgência de fundação de sociedades de assistência em domicílio às puérperas e de proteção à amamentação materna; a criação do maior número possível de ‘consultórios de lactantes’ nas cidades e aldeias; a fiscalização, por parte do poder público, do leite destinado ao consumo das crianças .

Com relação à Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Gisele Sanglard aponta para mudanças significativas no perfil dos internos, sobretudo com a entrada das crianças “temporárias” e “desamparadas”. A autora defende que, mesmo silenciosamente, a Casa dos Expostos vai se transformando em asilo. É a partir desta chave de leitura que quero seguir, procurando entender melhor as transformações – não só médicas, como também educacionais e voltadas para o mercado de trabalho.

O Rio de Janeiro, passava na virada do século, por transformações e adaptações após abolição, na tentativa de construir valores para uma nova ética do trabalho. Segundo Chalhoub (2011, 65) o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador, característico de uma sociedade escravista. Deveria desta

maneira assumir novas características condizentes com uma sociedade burguesa em construção. A oferta de trabalho então, seria um ponto chave para esse novo olhar.

Segundo Sanglard (2014,95) neste cenário, a infância ganhou atenção especial sendo criadas inúmeras instituições voltadas para resolver o “problema da Infância” tanto a delinquência quanto a mortalidade são consideradas preocupantes para o futuro da nação que se queria construir.

A educação passa a ser encarada como responsável pelo combate à ignorância e pelo treinamento de uma mão de obra preparada para o trabalho. Segundo Schelbauer (1997: 190) o papel atribuído a educação escolar era criar uma unidade nacional em torno da qual cada indivíduo fosse mobilizado a trabalhar mais em nome do progresso da nação, igualmente ocorria com os países europeus.

Segundo Souza (2000:15) no parecer sobre a reforma do ensino primário, Rui Barbosa propôs um programa enciclopédico tendo em vista a necessidade de ampliação da cultura escolar para o povo, visando a formação de uma classe trabalhadora conformada as exigências do desenvolvimento econômico e social do país.

Muito ainda tem que ser pesquisado analisado neste trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, mas, o que podemos inferir, é que em meados do século XIX a criança passa a ter lugar privilegiado ser alvo de reflexões e intervenções quanto a sua criação e ao seu futuro. Ações visando a manutenção da vida, instrução, higiene e saúde passam a ser foco das pesquisas de médicos e filantropos.

FONTES PRIMÁRIAS

CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro. “**Relatório da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**”, 1912, Rio de Janeiro.

Relatório do Ministério do Império. Santa Casa de Misericórdia. Ofícios e documentos diversos .1771 – 1889. Arquivo Nacional. Códices I83-1 a I83-9.

Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro:

Fundo Instrução Pública - 13.3.6

Fundo Assistência a Alienados – 39.3.81

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha e MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, I. (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro. Petrobrás-BR/Ministério da Cultura /EDUSU/Amais,1997.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CHALHOUB. Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2º ed. Campinas , SP. Editora Unicamp, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e o**

desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global.2004.

GONÇALVES, M.A., “Expostos roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico higienista”. In vários, *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, UFRRJ,1987.

LACAZ Carlos da Silva. Braz Cubas, **Leonor de Lancastre, os navegantes e as Misericórdias Lusíadas**. Acta Medica Misericordiae 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza, **História Social da Criança abandonada**, São Paulo.Ed.Hucitec,.2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. IN: **Uma História social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. Renato Pinto Venâncio (org.) São Paulo:Alameda/ editora PUC Minas 2010

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)** São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia, vol. 1.1979.

SANGLARD. Gisele. A Primeira República e a Constituição de uma Rede Hospitalar IN: PORTO. Angela et al. **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico**.Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2008.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. **Médicos, Filantropos a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 26, p. 437-459, 2010.

SANGLARD. Gisele. **Fernandes Figueira: ciência e infância** – Rio de Janeiro, 1900 – 1928. Intellèctus,(UERJ, Online) ano XIII, nº2, p.79 – 102, 2014.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914: um estudo com fontes primárias**. HISTEDBR – Grupo de estudos e pesquisas “ História, Sociedade e Educação no Brasil” Anais do IV Seminário Nacional,1997.

SILVA, Manoel Ferreira da. **As Misericórdias no coração da história**. Acta Medica Misericordiae 2001.

SOUZA, Rosa Fátima. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XX, nº51, novembro 2000.

A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930)

Data de submissão: 13/12/2019

Data de aceite: 04/03/2020

Inajá Reis Costa

Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8849672618152821>

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento, realizada com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre 2018 e 2019 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) entre 2019 e 2020.

RESUMO: Após as transformações políticas ocorridas em Portugal ao longo da década de 1920, a administração da justiça na colônia de Moçambique passou por grandes transformações, resultando em um sistema jurídico bifurcado, com leis e instituições distintas para os diferentes seguimentos sociais. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar dois processos criminais produzidos pelo Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho de Pemba, localizado no extremo norte do território. Tratam-se de casos de violência sexual contra mulheres africanas cometidos por dois sujeitos

com diferentes status sociais. Após discutir brevemente algumas das pressupostas pelo termo “indígena” e suas consequências para a organização social da colônia, realizamos uma análise comparativa entre os dois casos, visando, com isso, descortinar as relações de poder que estruturavam a sociedade colonial do norte de Moçambique ao longo da década de 1930.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; raça; classe; justiça; Moçambique.

THE DYNAMICS BETWEEN GENDER, RACE AND CLASS IN NORTHERN MOZAMBIQUE COLONIAL JUSTICE (1930)

ABSTRACT: Following the political changes in Portugal throughout the 1920's, the administration of justice in Mozambique suffered considerable transformations, resulting in a bifurcated system with distinct laws and institutions for the different social groups. The following study analyses two different criminal cases investigated by the Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho de Pemba, located in the far north of the territory. These two cases cover the matter of sexual assault against African women committed by two individuals with different social statuses. After a brief analyzes of the ideas hidden under the term “indígena” and its implications on the social organization of the colony, we perform a

comparative study between the criminal cases, aiming to uncover the power relations that structured the colonial society in the North of Mozambique during the 1930's.

KEYWORDS: gender; race; class; justice; Mozambique.

A década de 1920 foi palco de grandes transformações na história da república portuguesa e, conseqüentemente, dos territórios a ela vinculados. A partir de 1926, com o início do movimento que levaria à instauração do Estado Novo em 1933, uma série de legislações foi aprovada¹, redefinindo os rumos das políticas aplicadas ao ultramar. Ainda em 1926, aprovou-se o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas que reconhecia, formalmente, a necessidade de colocar em vigor um projeto já antigo entre os juristas portugueses: a elaboração de uma legislação exclusiva para os africanos e africanas colonizados que respeitasse, ao mesmo tempo, tanto os seus costumes tradicionais quanto os valores morais lusitanos. Em 1929 o documento foi revisto, sendo acrescentada a proposta de criação dos Tribunais Privativos dos Indígenas, instituição responsável por administrar juridicamente os conflitos travados no seio daquela mesma população.

Como os povos nativos regiam-se por suas próprias normas, demonstravam pouco interesse pelas leis portuguesas. O recurso a um tribunal híbrido pode ser lido, concomitantemente, como um reconhecimento da inoperância das leis metropolitanas e como um passo para torná-las mais eficazes. Em seu estudo sobre a justiça colonial aplicada ao norte de Moçambique, a historiadora Fernanda Thomaz caracterizou a instituição como uma tentativa de colaboração entre os administradores coloniais e os chefes locais, entendidos como “conhecedores da lei especial do meio indígena e por isso os informadores seguros dos usos e tradições da tribo que sejam atendíveis na administração da justiça” (2012, p. 72). Torna-se possível afirmar, então, que a criação do novo tribunal contribuiu para oficializar uma diarquia jurídica que já vinha sendo praticada desde longa data. Ainda de acordo com Thomaz:

A administração da justiça se apresentava como um dos critérios mais importantes para a manutenção da soberania do Estado colonial. Ainda que as potências europeias utilizassem da força para ocupar o continente africano, com as expedições militares, a justiça se constituía em um mecanismo essencial para a conservação dessa ocupação. Portanto, o controle judicial, mais precisamente a lei, tornou-se um instrumento fundamental para a implementação do domínio colonial. [...] Essa recriação das instituições jurídicas europeias, muitas vezes, resultou na dualidade do sistema - o do colonizado e o do colonizador -, embora este último sempre se mostrasse como o “único proprietário da lei e civilidade”, ao transplantar sua língua, tensões e contradições entre metrópole e colônia. No entanto, a justiça serviu não somente como instrumento, mas também se apresentou como uma parte extrínseca do processo de coerção (Ibidem, p. 34).

A existência desse sistema dualista refletia a divisão que se observava na sociedade moçambicana da época e, numa perspectiva mais ampla, com os interesses

¹ Para além dos documentos mencionados nos referimos também ao Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933.

do colonialismo de forma geral. É o que podemos perceber se analisarmos melhor as ideias implícitas no uso do termo “indígena”. Segundo a definição do Estatuto de 1929, eram “considerados indígenas os indivíduos da raça negra, ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas os indivíduos de qualquer raça que não estejam nessas condições” (ASSIS, 2013, p. 84-86). Retomando as investigações de Fernanda Thomaz, descobrimos que:

A primeira legislação colonial a definir “indígena” foi o decreto de 27 de setembro de 1894, que instituía a pena de trabalhos públicos a ser aplicada aos “indígenas” das “terras portuguesas em África”. Definia como “indígena” somente as pessoas nascidas nas colônias, com pai e mãe “indígena”, que não se “distinguissem pela sua ilustração e costumes do comum de sua raça”. O principal objetivo desse decreto não era simplesmente a definição de um grupo de pessoas, mas visava saber a quem seria aplicada a pena de trabalhos públicos. Essa disposição legislativa isentava os africanos que possuíam alguma ascendência não “indígena” e que tivessem determinados comportamentos diferenciados dos demais daquela localidade. Era, de fato, a reconstrução de novas distinções e de novos grupos (2012, p. 107).

O recurso à noção de raça como critério de classificação dos indivíduos como indígena ou não indígena é explícito. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, as raças são “discursos sobre a origem de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc... pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)” (2003, p. 96). O surgimento dessa noção mais contemporânea pode ser situado na Europa da segunda metade do século XIX, com a aproximação entre as ciências humanas e a biologia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a raça passou a ser amplamente criticada, sendo deslegitimada enquanto um dado científico (Ibidem, p. 96). De todo modo, a definição oferecida por Guimarães nos parece adequada ao uso que se fazia dele no contexto analisado.

A conceituação acima nos ajuda a entender melhor o destaque dado a descendência, ao nível de conhecimento (ilustração) e ao comportamento (costumes) nas legislações citadas. Indígenas não eram apenas indivíduos de origem africana e pele negra, mas, mais especificamente, indivíduos de origem africana e pele negra que permaneciam ligados à sua própria cultura e valores, ou seja, que ainda não haviam passado pelo processo de assimilação da cultura europeia. Aqueles que escolhiam (ou viam-se forçados a) atravessar esse processo, eram chamados de assimilados².

2 Em 1917, foi promulgado o Estatuto do Assimilado que estabelecia a obrigatoriedade de que esses indivíduos adquirissem um alvará de assimilação, o que gerou inúmeros protestos, uma vez que grande parte das pessoas que já gozavam desse status precisariam submeter-se a uma avaliação e, assim, correr o risco de perder suas posições. A exigência de um alvará ilustra a imposição de uma série de critérios a serem cumpridos para que uma pessoa pudesse ser considerada assimilada. Cabe frisar que mesmo tornando-se assimilados, esses indivíduos nem sempre abandonavam por completo suas culturas, e mesmo que o fizessem, nunca eram vistos como iguais nem pelos colonos brancos, nem por seus congêneres africanos identificados como indígenas. Desvencilhar-se de suas culturas significava libertar-se de uma série de proibições; significava acesso ao exercício dos direitos políticos, a possibilidade de empregos melhores e de que seus filhos tivessem direito a uma educação de qualidade. Ainda

É importante lembrar que o discurso da missão civilizadora europeia foi uma das principais estratégias utilizadas para legitimar a colonização do continente africano. Dessa forma, vemos surgir o esboço de uma pirâmide social com base na raça, uma vez que o indivíduo indígena surge como o africano ou africana selvagem, primitivo/a. A estas pessoas, uma série de direitos eram negados, visto que não gozavam nem mesmo do status de cidadãos portugueses. Para conquistar a cidadania precisavam tornar-se assimilados, um estágio intermediário da pirâmide, já que não bastava apenas aprender a língua e cultura dos colonizadores, mas ser por eles reconhecidos e aceitos. O topo da pirâmide, como se pode deduzir, estava reservado aos indivíduos de pele branca, nascidos ou não na Europa³. A estas pessoas não se exigia um nível mínimo de ilustração, a brancura de suas peles bastava para garantir livre acesso a todos os espaços da colônia.

Considerar apenas a raça como um critério de estratificação social, contudo, é insuficiente para compreendermos a complexidade da sociedade colonial moçambicana. Como vimos, o primeiro documento a versar sobre esses grupos sociais tinha um propósito que não pode ser ignorado. As pesquisas de Fernanda Thomaz (2012) e Valdemir Zamparoni (2007) demonstram que o recurso ao trabalho forçado como penalidade aplicada exclusivamente aos indígenas, por delitos que iam desde vadiagem e embriaguez até agressão e homicídios, foi um dos principais meios de coerção e controle social utilizados pelos portugueses. Transformar Moçambique num espaço lucrativo era imprescindível para justificar os custos materiais e humanos da conquista militar, um objetivo só poderia ser alcançado se o trabalho fosse obtida a baixíssimos custos.

Tendo isto em mente, é possível compreender, portanto, o quanto a fabricação de identidades raciais essencializadas contribuíam na fabricação de um Outro subalternizado que, graças ao seu suposto estado de evolução, deveria ser forçado a trabalhar sob o comando de um Eu superior e civilizado (THOMAZ, Op cit., p. 318-323). Este raciocínio ganha força se observarmos as palavras de Antônio Enes, um dos principais teóricos do colonialismo aplicado em Moçambique e responsável pelo decreto de 27 de setembro de 1894:

O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões ínvios, a única polícia que há de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens (THOMAZ, Op. Cit. p. 323 apud ENES, 1947, p. 72).

assim, a melhoria de condição não os isentava de sofrer com o peso do racismo. Para mais informações ver: CABAÇO, José Luís de Oliveira, Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. 2007. Tese (Doutorado – Programa de Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

3 Apesar de não ter o mesmo peso que a cor da pele, o local de nascimento também atuava como um critério de diferenciação entre as pessoas.

Essas constatações nos obrigam a reconhecer que o termo “indígena” pressupõe uma relação direta entre as noções de raça e de classe. Como este último é um conceito cunhado para um contexto histórico muito específico, sua utilização precisa ser acompanhada de algumas observações. Priorizamos neste trabalho uma abordagem conceitual que faça a ponte entre as relações de produção estabelecidas no contexto analisado e as dinâmicas socioculturais num sentido mais amplo. Recusamos abordagens essencialmente economicistas e compartilhamos da perspectiva de Edward Thompson no que diz respeito à classe enquanto uma categoria heurística. Sendo assim, a classe é inseparável da noção de luta de classes, um fenômeno histórico mais universal (2001, p. 277). Para utilizá-lo, precisamos antes reformular os termos pelos quais esse antagonismo se expressa. No contexto colonial moçambicano, o conflito foi travado entre indígenas e não indígenas uma vez que o grupo dominante (nomeadamente os portugueses) foi capaz de construir todo um aparato jurídico-administrativo que reservou aos dominados obrigações específicas: eram eles que pagavam coercitivamente os impostos da palhota; eram eles que estavam sujeitos a serem penalizados com trabalho; eram eles que deveriam cultivar gêneros impostos pelo Estado e muitas vezes exóticos à sua cultura e região; eram eles que não podiam deslocar-se pelo território sem autorização prévia e, por fim, eram eles que tinham suas terras expropriadas à medida que a política de imigração de colonos avançava (ZAMPARONI, 2007).

Sabe-se que o colonialismo em África tratou-se, também, do movimento histórico que completou a inserção do continente no mercado internacional e, sendo um processo, encontramos nele fases distintas. Essa mesma observação cabe aos colonizados: é somente com o avançar do empreendimento colonial que os africanos e africanas vão sendo transformados em indígenas e tomando, progressivamente, consciência desse lugar. A consciência de classe não é, conseqüentemente, algo que acontece de forma igual e instantânea em todo o território. Os e as indígenas só se percebem enquanto tal no convívio com o colonizador, porque são justamente uma criação dele.

Nas páginas que se seguem, buscaremos analisar dois processos criminais produzidos entre 1936 e 1937 pelo Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho⁴ de Pemba, localizado no extremo norte do território, na província de Cabo Delgado. A ocupação colonial efetiva da região teve início na última década do século XIX, ficando a cargo da Companhia do Niassa, uma empresa privada autorizada a cobrar impostos e explorar os recursos naturais da região, desde que se responsabilizasse a “pacificá-la⁵” e a construir ali uma infraestrutura que atraísse novos colonos. Em 1929, contudo, foi encerrado o contrato de concessão e a região voltou para o controle direto de Portugal. É interessante lembrar que, durante todo o período de atuação da Companhia do Niassa, a administração da justiça permaneceu sob o comando lusitano, o que reforça sua importância estratégica.

4 Mantivemos a grafia original encontrada nas fontes.

5 Isto é, neutralizar todos os focos de resistência das populações locais.

Escolhemos os processos criminais pela sua capacidade de dar acesso a grupos sociais marginalizados e, portanto, a micro-história é nosso método de escolha. Faz-se necessário, antes, duas observações. Primeiro, lembramos que Moçambique é um território multiétnico e, conseqüentemente, multicultural. Assim, mesmo que as dinâmicas estabelecidas no norte sejam similares às de outras áreas da colônia, ainda reserva suas particularidades. Segundo, os depoimentos que chegaram até nós não podem ser vistos como espelhos que refletem o passado em sua exata forma. O registro escrito da fala dos indivíduos é fruto de uma série de filtros e sobreposições que começam com suas próprias subjetividades, atravessam as barreiras da comunicação na figura do intérprete (eram poucos os africanos e africanas que falavam português) e, por fim, encontram-se com o intermédio do escrivão que elabora o registro. Cabe, portanto, o cuidado de buscar nas entrelinhas do documento aquilo que, embora não seja dito, ainda pode ser percebido.

Os dois casos em questão foram selecionados por guardar muitas similaridades e, ao mesmo tempo, muitas diferenças entre si. Por isso, além da micro-história, optamos em utilizar também a análise comparativa como metodologia. Tratam-se casos de violência sexual contra mulheres africanas enquadradas como indígenas, mas, entre seus agressores, há uma distinção fundamental: o primeiro é um português metropolitano e o segundo um africano considerado indígena. Acreditamos que esses dois conflitos abrem espaço para refletirmos a respeito das relações de poder que estruturavam a sociedade colonial do norte de Moçambique na década de 1930, nos levando a perceber quais as conseqüências dessas relações para o desfecho dos processos. Para além dessas questões, estamos interessadas em demonstrar a importância exercida pela sobreposição de marcadores sociais como raça, classe e gênero para o posicionamento dos indivíduos na hierarquia social.

Procuramos trazer um breve resumo desses conflitos para, então, procedermos com as análises. Convém, antes, esclarecer a que nos referimos quando dizemos “gênero”. Nossa concepção inicial do conceito parte da proposta de Joan Scott, isto é, o gênero não apenas se constitui a partir das diferenças percebidas entre os sexos, mas, sobretudo, é o ponto de partida sobre o qual se estabelecem as relações de poder (1995, p. 88). Por se tratar de um conceito formulado no ocidente, pode parecer equivocado atribuí-lo ao continente africano, pois, como aponta a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, o gênero é socialmente construído e, dessa forma, as categorias sociais “mulher” e “homem” não podem ser universalizadas, sendo necessário buscar nas sociedades locais sentidos mais adequados para a compreensão das relações entre os sexos⁶. Para a autora, o conceito, tal como formulado pelas feministas ocidentais, baseia-se na família nuclear, um modelo genderizado por excelência e completamente alienígena em África (2004, p. 1-8).

Nessa linha de raciocínio, torna-se fundamental reconhecermos que, como o

6 Atualmente estamos desenvolvendo uma pesquisa com esse propósito, centrada nas sociedades macuas do norte de Moçambique.

norte de Moçambique era predominantemente povoado por sociedades matrilineares e, em alguns casos, poligâmicas, nossas fontes são muito limitadas no que diz respeito à compreensão das concepções de gênero locais. A existência da matrilinearidade atua como um forte indício de que as relações de parentesco obedeciam a normas distintas e, portanto, nossos conceitos e teorias de gênero, por estarem fundamentados na família nuclear, talvez não sejam as melhores ferramentas para abordarmos a questão. No entanto, este é um problema para discutirmos em outro momento. Por hora, cabe ressaltar que os processos criminais com os quais trabalhamos foram produzidos por homens portugueses, brancos, católicos e, a princípio, heterossexuais. Suas motivações respondiam a uma finalidade específica: o registro e julgamento de conflitos. Nessa operação, as especificidades culturais das populações africanas foram ignoradas e perderam-se em meio a um processo de homogeneização. Aos olhos daqueles homens, todos os africanos e africanas eram iguais e, por isso, torna-se difícil perceber com precisão as diferenças culturais que ali existiam.

1 | SEXO, VIOLÊNCIA E SOCIEDADE

No dia quatro de abril de 1936, o cipai⁷ Pintane compareceu na Secretaria de Administração do Concêlho de Porto Amélia, local onde funcionava o Tribunal Privativo dos Indígenas. Na ocasião, acusou o engenheiro agrônomo Mário Pedro de Alcântara Vieira de Sá de ter assediado sua esposa, Amissina, alguns dias antes. O primeiro passo da investigação foi tomar o depoimento de Amissina, o que aconteceu no dia seis de abril. A jovem, de aproximadamente 24 anos, relatou que, há cerca de quatro dias, dirigia-se para a palhota do cipai Janga quando encontrou com o engenheiro português. Na ocasião, ele teria lhe proposto sexo e, ao ser recusado, tentou agarrá-la, fazendo com que a moça saísse correndo. Ao chegar na palhota do cipai Janga, Amissina encontrou Notuiraré (mulher do referido cipai) acompanhada por Necavende e suas duas filhas, além de um garoto chamado Mengue. A idade provável das crianças foi computada pelo administrador colonial entre oito e dez anos. Amissina afirmou que mal teve tempo contar o ocorrido aos presentes quando Mário de Alcântara entrou na casa e a agarrou. Quando a vítima finalmente conseguiu se soltar, se escondeu numa parte do quarto. O engenheiro teria, então, exposto seus genitais e o oferecido aos presentes dizendo, em emacua⁸, que aquele era um pênis bom e bonito porque era de branco. As mulheres, tendo chegado ao limite da paciência, começaram a gritar e só assim o engenheiro se retirou.

Ainda no dia seis de abril um outro depoimento foi tomado. Dessa vez tratava-se de Icanari, uma jovem de 21 anos prováveis que relatou não ter se surpreendido ao

7 Sipais, cipais, sipaios ou cipaiois. O termo aparece com diferentes grafias e refere-se à militares africanos que serviam sob o comando de um oficial europeu, exercendo, frequentemente, funções policiais.

8 Um dos idiomas falados pelos povos macuas.

descobrir que o senhor Mário de Alcântara exibira suas partes pudicas na casa do cipai Janga às mulheres e crianças que lá estavam, porque aquele senhor já havia tentado fazer o mesmo com ela. Icanari contou que estava no quintal de sua casa pilando milho, quando o engenheiro entrou pelo portão e a agarrou por trás, apertando seus seios. A moça ainda disse que, enquanto fazia isso, o engenheiro repetia a palavra “currupiene” que, segundo a tradução para o português encontrada no processo criminal, significa “queres copular comigo?”. Icanari contou que assim que conseguiu escapar dos braços do engenheiro correu para dentro de sua palhota e fechou a porta. Mário de Alcântara ainda teria insistido, ao bater na porta algumas vezes, mas, passado algum tempo, desistira. O depoimento da moça chamou nossa atenção porque seu nome não aparece em nenhum outro momento da investigação, incluindo os documentos de intimação de testemunhas. Isto nos leva a considerar o depoimento de Icanari como um ato voluntário e nos força a questionar quão corriqueiro era o envolvimento de Mário de Alcântara em situações parecidas, já que todos os depoentes informaram que, entre os macuas, o engenheiro era conhecido pelo nome de Muzungo Mafuruela, sendo “useiro e vezeiro nessas proezas”. No processo, a expressão foi traduzida como “milho grosso”, mas através de pesquisas online⁹ descobrimos que “muzungo” era uma forma popular de se referir ao europeu branco.

Necavende, Notuiràré e Mengue, o único entre as três crianças a comparecer ao tribunal, depuseram no dia seguinte. Todos relataram os mesmos acontecimentos dentro da palhota, na mesma ordem, sem nada acrescentar ou alterar. Já Mário de Alcântara teve seu depoimento tomado no dia 13 e negou as acusações dizendo que, de fato, fizera menção de agarrar Amissina, mas que aquilo não passou de uma simples brincadeira e, dada a fuga da moça, não fizera mais nada além de seguir seu caminho rindo da situação. Nenhum questionamento foi feito sobre as outras acusações. Após o registro de seu interrogatório, encontramos uma nota do administrador responsável pelo caso dizendo que o registro da queixa havia sido uma falta de cuidado por parte do guarda, porque aquele era um assunto “por fora”. Assim, sua decisão de arguir o acusado, que além de português metropolitano e engenheiro, era também o chefe da Delegação de Serviços de Agricultura, foi para “não provocar um escândalo”. Com esta informação o processo foi encerrado¹⁰.

Ao avaliar o mesmo episódio, Fernanda Thomaz ressaltou o lugar de “extremo abuso sexual e discriminação racial” que as mulheres africanas, principalmente as indígenas, enfrentavam ao serem vistas “como objeto de prazer, a partir de uma imposição sexual baseada na ideia de superioridade” do homem branco europeu. A historiadora ainda salienta que ambos ocupavam posições radicalmente opostas na

9 Sites consultados: Dicio, disponível em [<https://www.dicio.com.br/muzungo/>], acesso em 27/08/2018; Infopédia, disponível em [<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/muzungo>], acesso em 27/08/2018; Léxico, disponível em [<https://www.lexico.pt/muzungo/>], acesso em 27/08/2018; OsDicionários.com disponível em [<http://www.osdicionarios.com/c/significado/muzungo>], acesso em 27/08/2018.

10 Processo: XX-1936; Mário Pedro de Alcântara Vieira de Sá; Abuso Sexual; ACPA; cota: 8; 1936.

“escala hierárquica em uma sociedade colonialista, machista e racista” (2012, p. 252). Se seguirmos a lógica de hierarquia social mencionada por Thomaz, perceberemos que entre as mulheres africanas e os homens brancos, estão posicionados os homens africanos. Dessa forma, redimensionamos o lugar do gênero e da raça como marcadores importantes na configuração da pirâmide social da qual falamos no início deste texto. Como as mulheres africanas, os homens africanos também sofriam a marginalização imposta pelo racismo, contudo, o peso do sexismo não recaía sobre eles da mesma maneira, de forma que, tal como os homens brancos, eram igualmente capazes de cometer crimes sexuais.

É o que revela um processo registrado em novembro de 1937, data em que Metico compareceu ao posto administrativo de Ancuabe alegando que sua mulher, Zanapo, havia sido assassinada por Namuanié enquanto deslocava-se até a povoação de Bulu, onde o denunciante estava a visitar sua família e a espera de sua mulher. Em seu depoimento fica claro que a única razão que Metico tinha para acusar Namuanié era o fato de Culué, tio de Zanapo, ter visto o acusado seguir a mesma estrada que a vítima. A denúncia foi encaminhada ao Tribunal Privativo dos Indígenas do Conselho de Pemba e uma investigação foi aberta. Namuanié foi preso e logo confessou o crime. Resumidamente, o acusado contou que regressava a pé de Montepuez quando avistou logo a frente uma mulher. Ao aproximar-se, agarrou-a pelo braço e a arrastou pelo mato a fim de fazer sexo com ela. Como a moça resistiu, ele a esfaqueou na barriga causando sua morte imediata. Namuanié relatou que, após a agressão, “ficara doido”: retirou os panos que a moça vestia, juntou todos os seus pertences e saiu correndo, perdendo a faca pelo caminho. Quando questionado sobre que fim deu aos objetos da vítima, afirmou tê-los atirado numa fogueira que encontrou pelo caminho para que eles não o comprometessem. Em janeiro 1938 o réu foi condenado a 23 anos de trabalhos públicos, mas teve sua pena reduzida para 22 anos em um acordo publicado em abril de 1938. Em junho de 1953, Namuanié foi perdoado de um terço da pena¹¹.

Os dois episódios possibilitam reafirmar o imaginário mencionado por Thomaz que caracterizava as mulheres africanas como objeto de prazer. O risco de violência sexual era constante, fosse deslocando-se sozinhas pelas estradas ou dentro de suas próprias casas, acompanhadas ou sozinhas. A ameaça não vinha apenas dos homens brancos ou dos homens negros, mas dos homens em geral. O primeiro caso ainda ilustra as dificuldades que as mulheres africanas enfrentavam para denunciar os abusos que sofriam, visto que, ao contrário dos homens africanos, estavam completamente afastadas dos espaços de poder da sociedade colonial. Há uma passagem em seu depoimento em que Amissina admitiu ter escondido a ocorrência de seu marido, que soube por outras fontes. Não sabemos ao certo as razões que a levaram a tomar tal atitude, cabendo apenas especularmos se por medo, vergonha ou pela certeza de que nada aconteceria ao acusado, visto que aquela não era a primeira

vez que atacava uma mulher na região. A única certeza que temos é que Amissina não fez a denúncia e sim seu marido que, na qualidade de sipai, sentiu-se no direito de cobrar uma atitude do Estado. O caso, entretanto, foi comandado por homens brancos e as únicas autoridades africanas envolvidas eram homens que, ainda assim, ficavam a cargo de tarefas secundárias, como intimar testemunhas.

Para além dos argumentos que traçamos até aqui, a ideia de hierarquia social ainda pode ser reafirmada quando contrastamos os casos e percebemos como a justiça colonial tratava as pessoas de forma diferente de acordo com suas posições sociais, o que abarca conjuntamente raça, classe e gênero. Namuanié era um africano pobre. Não havia testemunhas oculares do seu crime, a arma utilizada não foi encontrada e ainda teve o cuidado de se desfazer dos objetos da vítima para que não fosse possível ligá-lo ao crime. Mesmo assim, confessou e foi condenado. Já Mário de Alcântara era um europeu branco, engenheiro e ocupava um cargo de chefia. As testemunhas eram abundantes, assim como seus antecedentes. Não obstante, ele negou as acusações e nenhuma investigação foi feita para comprovar suas palavras. A denúncia foi tratada como um equívoco, a apuração se deu como meio de evitar um escândalo e o processo foi arquivado sem julgamento.

2 | CONCLUSÃO

De forma geral, a análise dos episódios coloca em evidência as bases racistas e patriarcalistas sobre as quais foi construída a sociedade colonial em Moçambique. Como vimos, isso implicava também, diretamente, nas relações de produção e, portanto, de classe. A política aplicada aos indígenas demonstra a reformulação pragmática dos princípios defendidos pelo discurso ocidental. Ao reconhecer a incapacidade das leis metropolitanas em regular as relações sociais daqueles sujeitos considerados “indígenas” e elaborar leis especiais para este grupo, a metrópole se viu obrigada a abandonar os ideais iluministas sob o qual se fundamenta o direito. O sujeito universal, aquele construído a partir da concepção setecentista de que “todos os homens são iguais perante a lei”, foi assim destituído. Sua existência provou-se impossível empiricamente.

Outra constatação possível é a posição subalterna da mulher africana quando relacionada aos demais sujeitos sociais do mundo colonial. Apesar de compartilhar com o homem africano o peso das opressões de raça e de classe, o gênero, enquanto uma categoria ocidental de organização do poder, permitiu aos homens africanos aproximarem-se dos centros de poder, ainda que em funções periféricas. Enquanto as mulheres africanas, por sua vez, estavam completamente excluídas desses espaços, sendo obrigadas a buscar formas de negociação que as permitissem continuar existindo. Na documentação trabalhada, as mulheres só aparecem para serem questionadas e nenhum dos relatos parece colocá-las em uma posição de autoridade. Para além

disso, os processos mostraram que seu corpo era socialmente concebido como um bem público, acessível a qualquer um que tenha interesse, em qualquer lugar e a qualquer momento, independente de sua própria vontade.

Acreditamos, portanto, termos conseguido demonstrar a relevância das categorias de raça, classe e gênero para compreensão da estratificação observada na sociedade colonial do norte de Moçambique. Qualquer análise que não as leve em consideração oferecerá explicações incompletas. Em nosso estudo, fomos capazes de constatar que a posição dos sujeitos sociais exerciam, frequentemente, uma influência direta nos rumos das investigações, sendo sim capazes de alterar o resultado dos processos. Mesmo que a parcialidade da justiça não possa ser considerada exatamente uma novidade, conseguimos perceber algumas das formas através das quais ela se expressa. Nos casos aqui trabalhados, descortinamos uma rede de solidariedade que mobiliza, conjuntamente, todas as categorias aqui analisadas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Manuela. Sistemas jurídicos e judiciais: os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas. **Revista Africana Studia**, nº 21. 2º Semeste. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 2013. p. 75-94.

BARROS, José D'Assunção. O Tratamento Historiográfico de Fontes Dialógicas. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Ano 3, N.4, Julho 2012.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado – Programa de Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

COSTA, Inajá R. **Representação dos Africanos nos Processos Criminais do Tribunal Privativo dos Indígenas do Concelho de Pemba – Moçambique (1929-1939)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História.

GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 29, n.1, pp. 93-107. ISSN 1517-9702. Jan./Jun, 2003.

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. **Os Senhores da floresta: Ritos de iniciação dos rapazes macuas e lômuês**. Porto: Campo das Letras, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20. n. 2. p. 71-99. Jul/dez. 1995.

THOMAZ, Fernanda N. **Casaco que se despe pelas costas**: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894c.1940. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

_____ Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, julho-dezembro, 2012. p. 313-330.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Lugi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ZAMPARONI, Valdemir D. **De escravo a cozinheiro**: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007.

ENTRE SEMENTES E FRUTOS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE E A ROMANIZAÇÃO EM MANAUS (1941-1948)

Data de aceite: 04/03/2020

Elisângela Maciel

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

CV: <http://lattes.cnpq.br/2206154142075542>

RESUMO: A Diocese de Manaus foi criada em 1892, em sintonia com o projeto romanizador. Em seu processo de consolidação, e para atender as diretrizes de Roma, inúmeros desafios foram enfrentados. Durante seus 60 anos, seis bispos conduziram-na. Este capítulo apresenta seu quinto Bispo: Dom João da Mata Andrade e Amaral, que conduziu a Diocese de 1941 a 1948. Pernambucano, se tornou o segundo bispo de Cajazeiras e alguns anos depois recebeu a nomeação para Manaus. Na década de 1940, a Diocese completou bodas de ouro. Em 50 anos a cidade abrigara apenas três paróquias, foi exatamente com a chegada de Dom João que se verificou o desdobramento, com a criação de seis novas paróquias: São Raimundo; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Santa Rita; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora de Nazaré; e São José Operário. Para o auxílio na expansão das paróquias, chegaram a Manaus novas ordens: Agostinianos; Espiritanos; Redentoristas;

e PIME. Foi nesta década que Manaus foi consagrada ao Coração Imaculado de Maria e viu a realização do seu primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, com intensidade nas atividades das associações católicas, experimentando maior florescimento da vida religiosa na Diocese de Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Dom João da Mata; Diocese; Manaus.

BETWEEN SEEDS AND FRUITS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE AND ROMANIZATION IN MANAUS (1941-1948)

ABSTRACT: Diocese of Manaus was created in 1892, in tune with the romanizing project. In its consolidation process, and to meet the Rome guidelines, numerous challenges were faced. During her 60 years, six bishops led her. This chapter introduces his fifth Bishop: Dom João da Mata Andrade and Amaral, who led the Diocese from 1941 to 1948. Pernambucano, became the second bishop of Cajazeiras and a few years later received the appointment to Manaus. In the 1940s, the diocese completed its golden wedding anniversary. In 50 years the city had housed only three parishes, it was exactly with the arrival of Dom João that the development was noted, with the creation of six new parishes: Saint Raimundo; Our Lady of Perpetual Help; Saint Rita; Our Lady Aparecida;

Our Lady of Nazareth; and St. Joseph the Worker. To help in the expansion of the parishes, new orders arrived in Manaus: Augustinians; Spiritans; Redemptorists; and PIME. It was in this decade that Manaus was consecrated to the Immaculate Heart of Mary and saw the holding of its first Diocesan Eucharistic Congress, with intensity in the activities of Catholic associations, experiencing greater flourishing of religious life in the Diocese of Manaus.

KEYWORDS: Dom João da Mata; Diocese; Manaus.

1 | INTRODUÇÃO

Em meio a avanços e recuos, que marcam a transição do XIX para o XX, preocupamo-nos com as rupturas e permanências do poder da Igreja no Amazonas, que precisava estar ligada às diretrizes da Santa Sé e ao mesmo tempo responder aos desafios de sua Diocese. Em um contexto de pós separação Igreja e Estado, busco perceber quais as estratégias e as ações desta Igreja para se confirmar como soberana, e suas reais contribuições para a sociedade manauara. Considero que o estudo dos governos episcopais constitui uma chave para a compreensão da história do Brasil e de suas diversas localidades, e neste caso específico de Manaus, e todos os aspectos que a envolvem.

Em 1892, o Papa Leão XIII apresentou para o mundo a *Bula Ad Universas Orbis Ecclesias* criando no Brasil quatro novas Dioceses: Paraíba, Niterói, Curitiba e Manaus. A República acabara de despontar, e, diferente das previsões negativas, os sinais que se apresentavam eram de liberdade para a Igreja católica, que acabava de ganhar novos bispados, e ao longo do século XX iriam se multiplicar pelas regiões brasileiras. A nova Diocese erigida no Amazonas, em 1892, era fruto da ação de lideranças eclesiais e políticas do Estado. Somando-se aos esforços e desejos locais, o Chefe da Cristandade, Leão XIII (1878-1903), decretou:

Para a formação da nova Diocese do Amazonas, desmembramos para sempre, por autoridade Apostólica, o território do Estado deste nome, da Diocese de Belém, ao qual pertencia, e o damos perpetuamente à Igreja do Amazonas por Diocese. Fundamos perpetuamente a Sé e a Cadeira Episcopais de Manaus e elevamos à dignidade de Igreja Catedral a Igreja dedicada a Mãe de Deus Imaculada (*Bula Ad Universa Orbis Ecclesias, 1892*).

O primeiro Bispo só tomou posse em 18 de junho de 1894. Dom José Lourenço da Costa Aguiar, registrou sua satisfação: “n’esta data fizemos a nossa entrada solene n’esta Episcopal cidade de Manaus, inauguramos e tomamos posse pessoal e jurisdição da Diocese do Amazonas, na forma do estilo, e com todas as solenidades prescritas pelos Cânones” (Documento de 18 de junho de 1894). Estava instalada a Diocese de Manaus.

Com muitos desafios a Diocese seguiu seu curso “procurando estender suas

ações às diversas localidades, estimulando o fervor devocional, se expandindo geograficamente, e gradativamente se estruturando atendendo às diretrizes propostas pela Santa Sé” (MACIEL, 2014, p. 226). Cada Bispo, conforme o seu carisma e em sintonia com o Papado, se esforçou para atender às necessidades da Igreja no Amazonas, e seguiram semeando, estruturando a Diocese. De sua criação até a sua elevação à Arquidiocese foram transcorridos 60 anos, durante os quais seis Bispos e um Administrador Apostólico conduziram o Bispado de Manaus.

2 | ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO EPISCOPAL DE 1926 A 1941

A partir da administração do quarto Bispo, Dom Frei Basílio Manuel Olímpio Pereira, a Diocese começou a dar novos passos, apesar de ser um contexto de retração econômica na região, o que dificultava a viabilidade de projetos. Sua administração se estendeu de 1926 a 1941. Nessas décadas houve investimento na reconstrução econômica, acreditando o governo que a “diversificação dos produtos na pauta de exportação seria a alternativa para a superação da crise” (BENTES, 2012, p. 58), e não apenas a borracha, que não perdera sua importância, mas agora outros produtos passavam a ocupar espaço significativo na economia local.

Destaco algumas ações do governo de Dom Basílio. Em 1928, as Irmãs Terceiras Capuchinhas chegaram a Manaus para trabalhar na Casa Dr. Fajardo (MACIEL, 2014, p. 274). Em 1929, ocorreu a Fundação da União de Moços Católicos, responsáveis pela criação do jornal *A Reação*, em 1930 (RAMOS, 1952), que tinha “com o objetivo de unir o clero e ter um instrumento de comunicação com o povo e de evangelização” (MACIEL, 2019, p.20). Em 1937, a Pia União das Filhas de Maria, foi inserida no Patronato Santa Terezinha, junto com os Santos Anjos, e em Maués (MACIEL, 2014, p. 269). A criação dos primeiros núcleos da Ação Católica ocorreu em 1938, na paróquia de São Sebastião.

Em 1930, chegaram a Manaus as Filhas de Maria Auxiliadora, para fundar o Colégio, implantar o Oratório Festivo e fundar a Associação das Damas de Nossa Senhora Auxiliadora. As Irmãs Salesianas se dedicaram a assistência social e a catequese das crianças (*A Reação*, 1946). Em 1935, foi implantado o Patronato Santa Teresinha (RAMOS, 1952, p.108), com Oratório e “ensino profissional gratuito para as jovens desse bairro” (*A Reação*, 1946). Nessa mesma década, a Ação Católica foi abraçada pelas Irmãs Doroteias.

Dom Basílio fundou a Obra das Vocações Sacerdotais, em 1937, demonstrando preocupação com a formação de novos padres. A Obra tinha a finalidade de reativar do Seminário São José, que fechara as portas durante a crise financeira do Bispado na época de Dom Frederico Costa. Para auxiliar os trabalhos da Diocese, foram acolhidos: os Agostinianos Recoletos, que chegaram a Manaus em 1938; os Espiritanos chegaram em 1939, para cuidar de Educandos, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha e do

Curato de São Raimundo (MACIEL, 2019, p.21).

Criou paróquias, em Benjamim Constant e no Acre, e realizou visitas pastorais (RAMOS, 1952, p.105.110). Em 1940, após algumas visitas, Dom Basílio com a saúde fragilizada, tomou a decisão inesperada, de renunciar. A Santa Sé aceitou a renúncia a 28 de março de 1941. Diferente das transições anteriores, dessa vez a Diocese não precisou esperar muito para receber seu novo Bispo. Se na administração de Dom Basílio foi perceptível um crescimento moderado, com Dom João da Mata vai se verificar uma aceleração desse processo “lento, mas gradativo, da coleta dos frutos” (MACIEL, 2019, p.23), sempre em sintonia com as diretrizes da romanização.

3 | DOM JOÃO DA MATA DE ANDRADE E AMARAL

O quinto Prelado de Manaus era filho de Pernambuco, nascido em Altinho em 1898, era de família “simples e modesta, mas impregnada dos sãos princípios do Cristianismo” (PINHEIRO, 2007, p.22). Formado em escola salesiana, convívio que marcou sua juventude, foi encaminhado para o seminário em Olinda, aos 15 anos. Foi ordenado em 1921, aos 23 anos. Nomeado o segundo Bispo de Cajazeiras, sagrado em 1934.

Como Bispo, demonstrou desde o início preocupação com a questão social, seguindo as diretrizes da *Rerum Novarum* (1891) e da *Quadragesimo Anno* (1931), empenhando-se na criação da ‘Casa do pobre’ e do ‘Hospital D. Alice de Almeida’ (PINHEIRO, 2007, p.42-43). Outro aspecto de destaque em seu episcopado foi a Educação, se dedicando a reformas de escolas e implantação de novas. Pastoralmente, organizou a Ação Católica e realizou o Congresso Eucarístico.

A 28 de março de 1941 recebeu a notícia de sua nomeação para a Diocese de Manaus. Segundo o padre Nonato Pinheiro, pareceu hesitante diante do novo desafio em uma região que não lhe era conhecida (2007, p.50). Chegou a Manaus a 21 de outubro de 1941. Às 16 horas o cortejo seguiu pela avenida Eduardo Ribeiro, “no qual tomaram parte todas as escolas e grupos da capital” (Diário Oficial, 21 de outubro de 1941), na catedral, após a leitura da bula de sagração, Dom João concedeu sua primeira benção aos seus diocesanos. Chegou com muito entusiasmo, e logo anunciou o 1º Congresso Eucarístico Diocesano, para uma administração que se estenderia até 1948. Diante de seu antecessor, seu governo foi mais curto, mas foram 7 anos de crescimento para a Diocese (MACIEL, 2019, p. 24).

Diante de uma cidade em expansão e observando as necessidades da Diocese, criou em seu primeiro ano de administração, 3 novas paróquias: São Raimundo, desmembrada da Matriz, ficando na responsabilidade da Congregação do Espírito Santo; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, desmembrada de Nossa Senhora dos Remédios, que ficou com os Diocesanos; e Santa Rita, também saída dos Remédios, passando a ser dirigida pelos Agostinianos (MACIEL, 2019, p. 24).

Antes de findar o ano, iniciaram-se os preparativos para a realização do Congresso Eucarístico, que iria celebrar também os 50 anos da Diocese de Manaus. O mundo vivia uma nova guerra mundial, que se mostrava mais avassaladora que a fase anterior. Seus impactos também se faziam sentir no Brasil, com grandes reflexos na Amazônia, que em virtude disso começara a viver o que ficou conhecido como a segunda fase da borracha, levando a guerra aos seringais e transformando os seringueiros em soldados da borracha, “objetivando a retomada da produção extensiva de borracha na Amazônia” (LIMA, 2014, p.53).

O Governo Vargas apresentou em seu discurso a convocação aos imigrantes nordestinos, como um chamado à terra prometida, que “deixa de ser um movimento esporádico, condicionado em sua maioria pela seca, para tornar-se uma campanha oficial, verdadeira campanha de guerra” (2014, p.69). Essa fase, economicamente, não se compara com a primeira, mas colocou Manaus em conexão com o Brasil novamente, estreitando os laços políticos e econômicos, sociais, culturais e eclesiais.

O mundo estava em guerra, e a resposta da Igreja era olhar para o Cristo Redentor, vivenciar o Congresso Eucarístico, levando as pessoas ao encontro com a Eucaristia. Como preparação para o grande Congresso iniciaram-se as atividades ainda em janeiro de 1942, no retiro dos padres pregado pelo padre lazarista Tiago Way, como primeiro passo da reorganização das Obras Vocacionais. Até o mês de maio foram cumpridas as visitas das missões às novas paróquias. Também nos meses iniciais a Ação Católica vivenciou os primeiros círculos de estudos. A festa de Pentecostes ocorreu a 24 de maio, e nos dias 27 a 30 foram proferidas conferências por Dom Mário Vilas-Boas, na catedral (A Reação, 1946, p.43-44).

Em 21 de maio de 1942 partiu de Belém a embarcação transportando o Arcebispo de Belém Dom Jaime de Barros, o Arcebispo do Maranhão Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, com outros Bispos, padres e os seminaristas, rumo ao Congresso. O barco “transformou-se em uma igreja flutuante” (PINHEIRO, 2007, p.55), lembrando o Cristóforo de Dom Macedo Costa. Nos 10 dias de viagem, toda a disciplina do seminário foi seguida, e cotidianamente celebrou-se a Missa e seguiram-se orações e meditações intercaladas com as aulas. A procissão fluvial recebia demonstrações de fé por onde passava, com grandes manifestações nas cidades onde parou: Santarém, Monte Alegre e Parintins (2007, p.56-57).

No dia 31 de maio se deu a chegada do navio Eucarístico, e nos dias 1 a 4 de junho realizou-se o Congresso. Todos os dias ocorreram: “Laus Perene, na catedral; missas festivas, na Praça do Congresso; comunhões gerais; Círculos de Estudos da Ação Católica, no Instituto Benjamin Constant; sessões solenes na Praça do Congresso” (2007, p.44). No dia 2 ocorreu a chegada solene do Núncio Apostólico a Manaus; no dia 3 a marcha à meia noite, e a comunhão geral dos homens. No dia 4 o cortejo de encerramento saiu da catedral em direção à Praça do Congresso. No dia 6 ocorreu a fundação do Círculo Operário. No dia 29 foi celebrada a primeira Festa do Papa. E o encerramento do ano jubilar da Criação da Diocese se deu a 8 de dezembro.

Dom João trouxe com ele a experiência e o apoio dos seus colegas Bispos, programou e executou o Congresso Eucarístico para o cinquentenário da Diocese. Ele reuniu “o mundo cristão amazonense e atraiu figuras da mais alta expressão do pensamento católico brasileiro” (SANTOS Apud CERETTA, 2014, p. 513). A presença do Núncio e de vários Prelados eram sinais visíveis de que a Diocese voltara ou voltaria a ocupar lugar importante na rede de relações eclesiais e políticas. O Núncio Apostólico Dom Bento Aloisio Masela, chegou a Manaus a 2 de junho, e foi recebido por Dom João e as autoridades civis e militares, ficando hospedado no Palácio do Governo. O Diário Oficial, ao anunciar sua chegada, destacou que ele “vem contribuindo para a maior segurança da amizade inquebrantável entre Igreja e Estado Nacional” (3 de junho de 1942).

Dom João fazia parte de uma geração de prelados que enfrentou o duplo desafio diante do regime republicano, que segundo Sérgio Miceli consiste em: uma nova moldura organizacional que proporcionasse “autonomia material, financeira, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política” (2009, p.24); e “a criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e de outras obras” (2009, p.25). Nas décadas de 1930 e 1940, os governos episcopais buscaram enraizar o projeto romanizador, visível em todas as ações que partiam do poder eclesial e se espraiavam para o laicato e setores sociais, estabelecendo imbricada rede eclesial e política, reconquistando espaços outrora perdidos. Perceptível na expansão das Dioceses: em 1910, eram 30, em 1920, eram 58, e em 1930 chegaram a 85 (MACEL, 2014, p. 172).

A Diocese de Manaus estava agora em relação direta com Arquidioceses e Dioceses, e o próprio Papa se fazia presente no Congresso Eucarístico, através de seu representante, o Núncio Apostólico. Para Celestino Ceretta o Congresso trouxe comunhão à cidade e “marcou nova postura da Igreja de Manaus que até então não se havia libertado da subserviência e demasiada inibição[...] foi um ato de construção moral e maioria eclesial, inclusive de cidadania” (2014, p.514). A região, por décadas esquecida, estava novamente no cenário nacional e internacional, voltava a ter credibilidade (2014, p.512).

Essa estreita relação entre os poderes, em Manaus é visível na presença do Interventor em toda a programação do Congresso e nas medidas tomadas. Por decreto de Álvaro Maia, o dia 3 de junho de 1942 foi declarado feriado em comemoração à passagem de Francisco Orellana pelo Rio Amazonas e à realização do Congresso Eucarístico Diocesano. Os dias 1, 2 e 4 ficaram como ponto facultativo, para os servidores comparecerem às festividades do Congresso (Decreto de 26 de maio de 1942). O interventor aproveitou a ocasião do Congresso e convocou a Primeira Conferência Intermunicipal Amazonense de Economia e Administração.

Na abertura do Congresso, a cidade ganhou o monumento em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, erigido na Praça do Congresso, local em que as celebrações ocorreram. O monumento possui quatro faces que exaltam acontecimentos

que marcaram a história do Amazonas, com os seguintes registros: a face norte é para o 1º Congresso Eucarístico Diocesano de Manaus em “comemoração do cinquentenário da criação do Bispado – A prefeitura Municipal ergueu, sob as bênçãos do povo, este marco a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Amazonas” (5-5-1892/4-6-1942)” (MONTEIRO, 1998, p.171).

Na face sul aparece a gratidão a Francisco Orellana e seus companheiros “no quarto centenário do descobrimento do Rio Negro – as administrações do Estado do Amazonas e da prefeitura de Manaus mandaram construir este monumento” (3-6-1542/4-6-1942). Na face leste: “Manaus – agradecida – ao seu 1º Bispo – Dom José Lourenço da Costa Aguiar – organizador da Diocese”. Face oeste: “Manaus – de joelhos – Diante de Leão XIII – Papa dos operários e criador da Diocese” (1998, p. 171).

Dom João, demonstrando preocupação com as questões sociais, adquiriu três prédios e fundou em 1943 o “Abrigo Cristo Redentor, com Círculo Operário, Creche, Obra do Berço e Aulas de Corte e Costura. No campo da assistência social a Casa da Criança é talvez a sua maior obra” (BITTENCOURT, 1973, p. 281). Em 1945, foi fundado o Ateliê de Santa Rita, na paróquia de mesmo nome, e, em 1946, ocorreu a fundação do Centro Social Pio XI, na paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, e a inauguração do ambulatório Nossa Senhora Aparecida (RAMOS, 1952, p. 115-116).

Como mais um braço para auxiliar a Diocese, que passava por crescimento contínuo, chegaram a Manaus os Redentoristas, em 1943. Os religiosos assumiram uma das novas paróquias, a de Nossa Senhora Aparecida, criada neste mesmo ano, desmembrada de Nossa Senhora da Conceição. “Os padres foram bem acolhidos e enquanto suas instalações se organizavam, ficaram provisoriamente usando a capela de São Vicente de Paulo como sede” (MACIEL 2014, p. 213). Em 1948, chegaram as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, para cuidar da Casa da Criança (RAMOS, 1952, p.118).

O retiro do clero passou a ser anual. Em 1944, ocorreu a primeira assembleia das Vocações, e continuavam as campanhas em prol do Seminário, sendo colada a primeira pedra do Seminário. Em junho, ocorreu a semana catequética, como também a solenidade de abertura do centenário do Apostolado da Oração. No ano seguinte, outro acontecimento marcou o episcopado de Dom João procedeu-se a reorganização com a fundação oficial da Ação Católica a 31 de maio: em agosto foi instalada a LEC (Liga Eleitoral Católica) diocesana: e em outubro a JEC (Juventude Estudantil Católica) passou a ter um núcleo no Instituto Santa Doroteia (A Reação, 1946, p.45-46), e foi fundada a Cruzada Eucarística na Catedral (RAMOS, 1952, p. 115).

A Ação Católica já tinha dado seus primeiros passos em Manaus nos anos de 1930, mas foi a partir do Congresso que ganhou um novo vigor, se tornando a grande expressão do laicato na Diocese. Em tempos tão calamitosos, os leigos mais que nunca eram chamados a assumir o protagonismo cristão e ser instrumento da Igreja no mundo. Pio XI (1922-1939) renovou a Ação Católica, primando pela militância leiga,

para que se transformasse em um grande movimento que atingisse todas as camadas sociais (SOUZA, 2006, p. 42).

A Diocese de Manaus começava a experimentar de forma mais intensa esse engajamento. Em 1946, quando Dom Mário de Miranda veio à Diocese para inaugurar o Pavilhão do Seminário e Consagrar a Catedral, encontrou um grupo pequeno, mas muito entusiástico, de jovens militantes da AC, contando com: 4 rapazes na JCB (Juventude Católica Brasileira); 24 na Liga Feminina (JFC,); e a LFCA, empenhada em especializar jovens assistentes sociais (A Reação, 1946, p.215). Em 1947, a JEC foi instalada no Patronato Santa Teresinha e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A sede da AC e da Ação Social da Amazônia foi inaugurada no mesmo ano (RAMOS, 1952, p. 117).

Percebe-se a intensificação do fervor religioso na expansão da devoção ao Sagrado Coração que atingiu vários municípios ao longo dos anos que se seguiram, dando um novo passo com a incorporação das seções masculinas, como a fundada em 1945, na paróquia de Nossa Senhora de Aparecida. (MACIEL, 2014, p. 262). Assim, o Apostolado da Oração crescia, atuando junto às demais associações para a efetiva vivência espiritual em várias paróquias.

Verifica-se também o crescimento da Pia União das Filhas de Maria, que em 1942 passara a atuar na paróquia de Santa Rita, em 1944 na paróquia de Aparecida, em 1945 na paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, e em 1946 em Codajás (MACIEL, 2019, p.26). As Filhas de Maria eram de grande auxílio. Na paróquia de Aparecida, por exemplo, sua colaboração foi intensa, “no auxílio aos doentes; na organização de cursos de corte e costura e flores; além da intensa participação nos arraiais, encarregadas das barracas de guloseimas”. (MACIEL, 2014, p. 269-270).

Em 2 de junho de 1945, o Papa Pio XII (1939-1958) consagrou a Diocese de Manaus ao Coração Imaculado de Maria. A 24 de março de 1946, realizou-se a Sagração da Catedral, o templo da Virgem padroeira do Amazonas, a celebração foi oficializada pelo Arcebispo de Belém, Dom Mário Vilas-Boas. O jornal A Reação, ao se referir à Virgem diz que o trono da Rainha está “assentado à frente da majestosa baía do Rio Negro, definitivo, sobranceiro, a irradiar o seu doce domínio pela vastidão verde da Planície, sobre cidades e vilas, missões e tabas, igarapés e cachoeiras, florestas e rios” (1946, p.81). A consagração foi descrita como reflexo da alma dos fiéis, pois grande manifestação de Deus ocorre no templo, envolvendo e levando os leigos a experiência da espiritualidade cristã. (MACIEL, 1914, p. 227).

Dom João amava a Eucaristia e era devoto de Nossa Senhora. O Congresso Eucarístico, a expansão das Filhas de Maria, e a Consagração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição são expressões dessa devoção, que era compartilhada por seus diocesanos. E, “nas três Dioceses que governou, empenhava-se em intensificar a devoção eucarística e a devoção mariana” (PINHEIRO, 2007, p.152). Homenageando Nossa Senhora, foi fundada na cidade a Federação das Congregações Marianas a 12 de maio de 1946 (RAMOS, 1952, p.116).

Em continuidade ao seu antecessor, que fundara a Obra das Vocações Sacerdotais, Dom João reorganizou-a, inaugurando o primeiro Pavilhão do Seminário São José em 1946. “Aos frequentes e vivos apelos, responderam os diocesanos com generosidade. E o seminário se construiu, sem instalações luxuosas, simples, mas plenamente confortável, em ordem à finalidade a que se destina” (PINHEIRO, 2007, p. 62). Dom João celebrava seu aniversário de sacerdócio e ao mesmo tempo presenteava sua Diocese:

[...] assim como o fortim de S. José, em dias de 16, garantia a soberania portuguesa no Lugar da Barra, hoje, a fortaleza espiritual de Amazonas também se escuda no seu patrocínio, garantindo o futuro da Igreja na Planície. Reviveu o nome do nono Bispo do Pará, D. José Afonso de Moraes Torres que, em 1848, aqui fundava o Seminário S. José, o 1º estabelecimento de ensino secundário do Amazonas [...] Sob o feliz reinado do Santo Pio XII, Dom Mário de Miranda Vilas-Boas, Arcebispo Metropolitano do Pará, benzeu e inaugurou este primeiro Pavilhão do Seminário São José, na ocorrência do 25º aniversário de Ordenação Sacerdotal de Exmo. Snr. Bispo Diocesano, Dom João da Matta Andrade e Amaral. 20-3-1946. (A Reação, 1946, p. 220-221)

No ano de 1948, foi colocada a pedra fundamental do 2º pavilhão do Seminário. Registramos ainda, nesta década, o envio de missionários às Prelazias: em 1945, os Redentoristas foram enviados para Codajás; em 1948, os Missionários da Consolata chegaram ao Rio Branco. Em 1948, foram criadas mais duas paróquias: A paróquia de São José Operário e Santa Terezinha, que foi desmembrada de Nossa Senhora dos Remédios, ficando na responsabilidade dos Salesianos; e a paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, já erigida no período de transferência de Dom João, que foi desmembrada de São Sebastião, sendo confiada ao PIME.

Em Manaus, Dom João da Mata confirmou as características de seu episcopado: a pastoral como essência; as obras sociais, aqui acompanhadas da reorganização do patrimônio da Diocese; e a dedicação à Educação. Ele deu continuidade à boa relação com os institutos católicos já estabelecidos em Manaus e efetivou três projetos educacionais para o interior, no ano de 1948: a Escola Normal de Tefé, fundada a 1 de janeiro; o Educandário Santa Madalena Sofia, de Borba, teve sua pedra fundamental colocada a 24 de setembro; e as Obras Sociais e Educacionais, em Fonte Boa, fundada a 26 de dezembro (RAMOS, 1952, p.117.119). Os dois últimos projetos foram lançados no período de vacância.

No dia 20 de março de 1948 chegou a notícia, Pio XII (1939- 1958) havia transferido Dom João para a Diocese de Niterói. Padre Nonato Pinheiro diz que a cidade ficou consternada, todos lamentavam a partida de seu Pastor (2007, p.74). Se aproximava o dia da partida, foram prestadas homenagens na despedida oficial, realizada no Teatro Amazonas, a 5 de junho. Dos discursos, emanou o pedido: “Se não nos virmos mais, se não tornarmos mais a ver essa face nobre, inundada de claridades, como a de Moisés, ao descer do monte, mesmo assim, não se esqueça dos sacerdotes do Amazonas [...]” (2007, p.79).

Passaram-se quase sete anos desde sua chegada, e agora 16 de junho, era o dia da despedida. Dom João visitou todos os jornais em agradecimento, depois recebeu autoridades e sacerdotes na residência episcopal. Às 9 horas formou-se o cortejo rumo à catedral, conduzido pela Ação Católica e Associações Religiosas. O Bispo pediu para ouvir pela última vez o badalar dos sinos, “em vez, porém, de um repique festivo, puseram-se os bronzes a plangear, a dobrar tristemente, traduzindo a saudade imensa que já amargurava os corações amazonenses” (2007, p. 82).

A dois passos do avião, comovido, Dom João agradeceu as “últimas homenagens de seu rebanho amado, que o cumulava de tantas gentilezas durante o seu episcopado no Amazonas” (2007, p.83). Falou ao coração amazonense, que para ele era maior que as florestas, e declarou que o Amazonas estaria sempre em suas lembranças e em seu coração, “participando das suas orações e das suas bênçãos” (2007, p.83). A 8 de agosto de 1848, Dom João tomou posse na sua nova Diocese (RAMOS, 1952, p.118). Niterói foi elevada pela mesma bula que elevou Manaus à Diocese, longe de imaginar naquele ano de 1892, que partilhariam o mesmo Bispo 56 anos depois.

Dom João da Mata demonstrou desde o começo preocupação com as necessidades da região e atuou com grande zelo pastoral. Segundo Celestino Ceretta “Manaus necessitava de um impacto religioso positivo, um sinal de vida e de fé, um resgate da sua dignidade” (2014, p.512). A realização do Congresso, representou para a Igreja de Manaus a “plenitude sua liberdade”, que não havia conseguido ao logo dos seus 50 anos (2014, p.512). Para Bittencourt, muito se deve à sua “luminosa permanência no Amazonas” (1973, p.281).

A Diocese entrou em vacância a 8 agosto de 1848, e no dia 30 o vigário geral da Arquidiocese de Belém, Monsenhor Alberto Gaudêncio Ramos foi nomeado o sexto Bispo de Manaus. Nos registros, aparece o novo Bispo inaugurando algumas obras, que certamente foram iniciadas por seu antecessor: reorganização das Damas de Caridade; bênção das primeiras pedras das capelas de São Geraldo e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Aparecida; inauguração do Noviciado da Congregação das Adoradoras do Preciosíssimo Sangue; inauguração da nova sede do Círculo Operário de Manaus. Como homenagem, o novo pavilhão da Casa da Criança, que recebeu o nome de Dom João da Mata, foi abençoado por Dom Alberto a 11 de outubro de 1949 (RAMOS, 1952, p. 121).

A nova década que se iniciava, apresentava sinais de prosperidade para a caminhada eclesial de Manaus. Em reconhecimento aos frutos advindos do esforço dos Bispos, clérigos, religiosos e religiosas, e do laicato, Manaus foi elevada à Arquidiocese, a 2 de julho de 1952, pela Bula *Ob Illud* do Papa Pio XII. Analisando a trajetória da Diocese de Manaus, em especial o seu crescimento, físico e espiritual na década de 1940, considero que o empenho pastoral e político de Dom João da Mata conseguiu estruturar os aspectos que faltavam para o grande coroamento da Diocese, sua elevação à Arquidiocese.

Dom João da Mata se insere no projeto “Restaurar tudo em Cristo”, abraçado

pelo Episcopado brasileiro em sintonia com a Santa Sé, e segundo Carlos Moura “o movimento de recatolização foi fundamental para a manutenção dos diálogos entre Estado e Igreja no Brasil e em Portugal” (2018, p.151). Ele soube, a partir do trabalho de seus antecessores, aprofundar e imprimir sua marca, estreitando os laços com o Episcopado e com Roma. Iniciava-se, assim, um novo capítulo da história eclesiástica do Amazonas, colhendo os frutos dos 60 anos da Diocese.

FONTES ECLESIÁSTICAS

AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. **Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas**. 1894.

PINHEIRO, Nonato. **Dom João da Mata**. Manaus: Academia Amazonense de letras, Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer. 2007.

RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. Manaus, 1952.

Suplemento de **A Reação**. Visão Histórica da Diocese de Manaus nas Festas Jubilares de 1946. Manaus, março, 1946.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Moacir. **Manaus**: ruas, fachadas e varandas. Manaus: Umberto Calderaro. 1985.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Manaus**: outras faces da história (1910-1940). Manaus: Reggo Edições, 2012.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CERETTA, Celestino. **História da Igreja na Amazônia Central**. Manaus: Biblos, 2014.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha**: das vivências do passado às lutas contemporâneas. Manaus: Valer e Fapeam, 2014.

MACIEL, Elisângela. De Diocese a Arquidiocese: os frutos da Romanização em Manaus (1941-1942). In: FERREIRA, Arcângelo da Silva...[et.al]. **Nas Curvas do Tempo**: história e historiografia na Amazônia em debate. Manaus: Editora UEA, 2019.

MACIEL, Elisângela. “**Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal**”: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926). Manaus: Valer, 2014.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**. vol. 1. Manaus: EDUA, 1998.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas**: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

SOUZA, Ney de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil**: limites e méritos. Revista de Cultura Teológica – v. 14 – n. 55 – ABR/JUN 2006.

MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Data de aceite: 04/03/2020

Tatiane Sant'Ana Coelho Reis
Mestra em História Comparada – UFRJ
tatianecore@gmail.com

O presente artigo visa correlacionar a formulação de estratégias e ações na busca de igualdade de gênero pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com o tema da migração. Primeiramente, conceitos essenciais serão definidos para delinear a diversidade englobada dentro do escopo das migrações. Em seguida será feita uma breve contextualização da SADC e das diretrizes que visam dirimir discriminações e violências baseadas no gênero. Em terceiro lugar, as especificidades das meninas e mulheres migrantes serão abordadas com intuito de promover uma análise dos tipos de riscos adicionais enfrentados por elas, das carências de serviços que intensificam vulnerabilidades e dos elementos que se assemelham ou se diferenciam conforme o país. Por último, será incluída uma ampliação do recorte espacial perante a União Europeia (EU) para que possamos problematizar a noção de migração Sul-Norte. As teorias do “novo regionalismo” permearão o debate como forma de investigar

as implicações da chamada feminização da migração para a África Austral.

Os desafios da SADC em atingir uma convergência das políticas interna e externa de seus países-membros serão pensados a partir da premissa de que a integração das Comunidades Econômicas Regionais (CERs) envolve uma dinâmica multidimensional que extrapola questões comerciais. Nesse sentido, os fatores endógenos da SADC são compostos por múltiplos agentes e interagem com fatores exógenos que podem complementar, redirecionar e/ou se contrapor às tendências da transformação global.

A fim de estabelecer um embasamento ao recorte temático proposto, algumas definições precisam ser esclarecidas. Migrações abarcam movimento de pessoas que deixam o local de sua residência habitual por razões variadas e buscam outro dentro ou fora das fronteiras de seu país. O termo migrante carece de uma definição legal uniforme e, por isso, é comum que apareçam outras qualificações. Dentro das possibilidades de migração, os deslocamentos forçados abrangem solicitantes de asilo, deslocados internos e refugiados (UNHCR, 2018, p. 5). Conforme a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados são refugiados aqueles que se encontram

fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Há, portanto, uma definição universal e nela a previsão de proteção internacional que vai além da segurança física, contemplando direitos civis, econômicos e sociais. Por outro lado, os deslocados internos são aqueles que não cruzaram a fronteira do seu país, porém deixaram suas casas por motivos da mesma natureza que os refugiados. Nesse caso, a proteção segue os “Princípios Orientadores dos Deslocados Internos” cuja força jurídica é menor se comparada à Convenção de 1951 (JUBILUT; MADUREIRA, 2014, p. 17). Por fim, os solicitantes de asilo são aqueles que buscam proteção internacional e podem vir ter a situação jurídica de refugiados mediante o processo legal, que varia conforme o governo.

Alguns países africanos apresentam números expressivos de deslocamentos forçados, fenômeno que atingiu no século XXI um patamar sem precedentes em todo o mundo. Ao se debruçar sobre esse problema devemos nos distanciar de entendimentos enviesados. Primeiramente, podemos perceber a tendência de que a maioria das pessoas nessa situação tem como destino países vizinhos ao seu país de origem. Um exemplo disso é o Sudão, que com 1,1 milhão é o segundo país dos que mais abrigam refugiados e faz fronteira com aquele que é o terceiro lugar em termos de origem: o Sudão do Sul (UNHCR, 2018, p. 8). Outro aspecto fundamental a ser observado é que de um total de aproximadamente 70,8 milhões de deslocamentos forçados, 41,3 milhões são de deslocados internos (UNHCR, 2018, p. 5). Variados problemas referentes às questões de segurança e garantias de direitos humanos acabam por se entrelaçar com deslocamentos forçados. A amplitude dos esforços necessários para atuar tanto em curto prazo quanto em médio e longo prazo reforça a urgência da consolidação de estratégias políticas eficientes e agregadoras. Mostram-se, portanto, como são fundamentais articulações em diferentes esferas de governo e integração de atores não-governamentais em diálogos que conciliem política interna e externa. Havendo esta congruência, pessoas deslocadas terão maior possibilidade de obter proteção e assistências adequadas, de efetuar um retorno seguro e até mesmo contribuir com a solução para os riscos que as forçaram a deixar seus locais de origem.

As CERs africanas e a proposta de maior integração das mesmas pelo bloco continental Unidade Africana promovem mecanismos que podem fomentar uma conjuntura que venha responder aos deslocamentos forçados de forma a priorizar a proteção de direitos humanos.

Desde o seu surgimento, os objetivos políticos e securitários da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC¹) sobrepujam assuntos comerciais e econômicos. Atualmente, esta organização intergovernamental é composta por 16 países: África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eswatini (anteriormente Suazilândia), Lesoto, República Democrática do Congo, Madagascar, Malauí, Maurício,

1 Do inglês, Southern Africa Development Community.

Moçambique, Namíbia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os aspectos socioeconômicos dentro da SADC apresentam variações consideráveis. Primeiramente podemos citar a África do Sul, que representa a maior economia do continente, com a fatia de mais de 60% do PIB da África Austral (SCHÜTZ, 2014, p. 94), e que teve o número de mulheres migrantes quadruplicado nos últimos 15 anos (FARLEY, 2019, p. 4). Podemos notar também a disparidade socioeconômica entre países pela colocação da Namíbia (10º) dentre os mais equânimes (dos 149 países avaliados) em questões de gênero² no mundo enquanto a África Subsaariana como um todo regrediu quando comparada à situação em que se encontrava em 2006 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018, p. 16).

Com relação à nomenclatura e à organização atual da SADC, ambas precisam ser entendidas como desdobramentos de um processo histórico que remonta à segunda metade do século XX. A formalização da sua predecessora Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC³) ocorreu em 1980 com a assinatura do Protocolo de Lusaka por Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue e pela então Suazilândia. Essa organização tinha suas raízes nas experiências de associações entre governos e povos na luta contra o racismo, colonialismo e contra o apartheid (SCHÜTZ, 2014, p. 78). A mudança da SADCC para SADC, através do Tratado de Windhoek (1992), ocorreu em um contexto de fim da Guerra Fria, das lutas anticoloniais e quando o apartheid também estava próximo de seu término.

A SADC tem reiteradamente reconhecido e atuado de forma a combater desigualdades entre homens e mulheres. Desde a menção à “não-discriminação baseada no gênero” presente no tratado fundador de 1992 a organização tem se dedicado a essas questões por diferentes mecanismos.

Em primeiro lugar, podemos mencionar a assinatura da Declaração sobre Gênero e Desenvolvimento em 1997, na qual se reconheceu os direitos de gênero como direitos humanos (SADC, 1997, p.2). O avanço de alguns países em direção à igualdade de gênero e o progresso que seria necessário nessa região figuram neste documento de cinco páginas. Como mudança institucional, podemos destacar o estabelecimento de uma Unidade de Gênero no Secretariado da SADC, composto por pelo menos dois oficiais de nível sênior.

Em segundo lugar, o Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento, assinado em 2008 por 13 países-membros, estabeleceu metas para 2015, agrupando-as em partes temáticas como governança, educação e treinamento. Conforme previsto em seu 37º

2 O termo gênero é entendido como o conjunto de aspectos sócio-culturais pelos quais as sociedades humanas sobrevalorizam a diferenciação biológica entre machos e fêmeas, atribuindo diferentes funções geralmente desiguais. Esses aspectos compõem configurações que variam espacial e temporalmente, estando ainda imersos em imbricações com diferentes hierarquizações como sexualidade, raça, classe e etnia. Desta forma, ao se fazer referência a homens e mulheres, entende-se que não há uma divisão ontológica irreduzível, mas sim que essa bicategorização é fundamentada em uma diferenciação social (Cf. MATHIEU, 2009, p. 222-223).

3 Do inglês, Southern Africa Development Coordination Conference.

artigo, após 12 meses seria possível a retirada do Protocolo por parte de qualquer país-membro, porém com a obrigação de se manter suas determinações por um período de doze meses após a respectiva notificação (SADC, 2008, p. 25). O Protocolo contém ainda artigo (28º) específico sobre participação equânime das mulheres na liderança dos processos de resolução de conflitos e construção da paz (SADC, 2008, p. 21). Tendo entrado em vigor em 2013, o documento teve uma revisão em 2016 que foi aprovada no mesmo ano e finalmente uma emenda feita em 2018 que está vigorando desde então.

Em terceiro lugar, dentre os relatórios produzidos, o Barômetro do Protocolo de Gênero da SADC tem sido lançado desde 2009 provendo análises e indicadores detalhados que ajudam a rastrear realizações e desafios em relação à paridade de gênero. Juntamente com diferentes gráficos, são disponibilizadas informações sobre iniciativas e o resultado de pesquisa por amostragem feita com homens e mulheres sobre seus governos a respeito do cumprimento das determinações do Protocolo de Gênero da SADC.

Podemos, por fim, citar a iniciativa conjunta do Secretariado da SADC com o Fórum Parlamentar composto por representantes de 11 países para combater Violência Baseada no Gênero (VBG) em setembro de 2019. Esse workshop articulou dois órgãos diferentes da SADC para discutir sobre a implementação de planos nacionais e regionais sobre VBG e de legislação específica sobre a temática.

O combate e a prevenção à violência contra meninas e mulheres em situações de conflito é mencionado no Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento (SADC, 2008, p. 21) apesar do documento não tratar especificamente de desdobramentos comuns a esse cenário como migração e refúgio. Nos últimos anos, a tendência crescente da feminização da migração, ou seja, uma quantidade em ascensão de mulheres que migram, inclusive para além das fronteiras nacionais, na companhia ou não de cônjuges, tem sido abordada em diferentes estudos (FARLEY, 2019, p. 3).

Na África Subsaariana, por exemplo, a população feminina dentre refugiados é de 52%, frente à proporção global de 48% de meninas e mulheres (UNHCR, 2019, p. 61-62). Dificuldades variadas podem ser apontadas para se obter dados quantitativos sobre migração não só no caso dos países da SADC, mas também dos demais do continente. Um dos obstáculos para mensurações é o fato de a distinção por gênero de migrantes não estar presente no sistema de todos os países. A ausência dessa distinção é notada em estudos sobre o tema, o que prejudica observações e análises sobre diferentes fatores e vulnerabilidades relacionados às mulheres. Em segundo lugar, pesquisas sobre migração no continente africano enfrentam a problemática carência de dados oficiais confiáveis oriundos de censo ou amostragem (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 6). Apesar disso, levantamentos e análises vêm sendo elaborados e contribuem com uma base empírica que dá suporte a atuações de organismos internacionais e atores não-estatais. Informações agregadas sobre as realidades de meninas e mulheres colaboram com ações de diferentes esferas governamentais que

visam melhorar serviços básicos de saúde e assistência.

Na África do Sul, especificamente, o número de mulheres migrantes quadruplicou nos últimos 15 anos (FARLEY, 2019, p. 4). Considerando-se a proeminência da economia sul-africana no continente, o país atrai também quantidade significativa de migrantes que buscam melhores condições de vida, ainda que a concretização deste objetivo seja incerta e envolva riscos adicionais para as mulheres. O acesso ao trabalho assalariado para migrantes muitas vezes se restringe à informalidade mediante as dificuldades encontradas para regularizar sua situação no país. Por conseguinte, acabam sendo sobrerrepresentados em vagas com menor qualificação e caracterizadas por precariedade em aspectos fundamentais como remuneração, jornada de trabalho de mais de dez horas, transporte e não-fornecimento de equipamento de proteção, exceto mediante pagamento (KHUMALO, 2018, p. 54).

Somam-se a tudo isso os riscos adicionais enfrentados por mulheres migrantes, sobretudo por aquelas que não conseguiram regularizar suas documentações por entraves burocráticos. Em caso de gravidez, há relatos de prestação da assistência médica inapropriada ou até mesmo sua negação figuram dentre as violações relativas ao acesso à saúde. Casos de assédio ou abuso sexual por parte de familiares, colegas de trabalho, patrões ou proprietários dos imóveis em que moram de aluguel têm sido recorrentes. O medo das meninas e mulheres de serem deportadas ou presas muitas vezes inibe denúncias e prolonga a convivência com os abusadores. Sobre as leis de imigração, é preciso ainda contemplar as possibilidades de distinção com relação à qualificação, pois ao encorajar a entrada de mulheres com maior escolaridade por vezes restringe a legalização daquelas com grau de instrução mais baixo, o que contraria padrões internacionais de acesso equânime, favorecendo situações de abuso e exploração (KHUMALO, 2018, p. 55).

Nos casos dos deslocamentos forçados de meninas e mulheres, muitos outros agravantes estão presentes. Casos de violência sexual em acampamentos ou enquanto buscam água ou madeira são frequentes, uma vez que se encontram comumente localizados em áreas distantes de outras comunidades e não conseguem oferecer segurança às residentes femininas (UNHCR, 2008, p. 10). Considerando-se que os sistemas legais de vários países permanecem com tendências tradicionais, os mecanismos de proteção e punição para violência sexual e de gênero em diferentes países da SADC são insuficientes, a estigmatização daquelas que foram violentadas é uma possível consequência. Com recursos financeiros escassos, meninas e mulheres deslocadas acabam ainda mais vulneráveis a tráfico de pessoas, casamento forçado e trabalho sexual.

É importante notar que, apesar dos desafios mencionados sobre migrações no continente africano, alguns dos aspectos tidos como consolidados e basilares têm sido revistos. O primeiro deles seria a proporção que os deslocamentos forçados possuem perante o total de migrações em África, já que não se aproximam da maioria, mesmo sendo proporcionalmente maior que em outros continentes (FLAUHAU; De HAAS,

2016, p. 3). Mostra-se, portanto, relevante o cuidado para que os números crescentes e alarmantes de deslocamentos forçados não se convertam em generalizações que nutrem outros estereótipos sobre África. As vivências das meninas e mulheres migrantes precisam ser pensadas como compostas por diversas nuances, dentre as quais se inserem os deslocamentos forçados ainda que não sejam o único elemento definidor. O segundo aspecto revisto, relacionado com o primeiro, seria a ideia de emigrantes africanos como ilegais a priori, já que fatores como questões educacionais ou melhores condições de vida em ambientes urbanos também precisam ser contemplados (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 2) Ainda que não possamos negar a importância que conflitos tenham como causa de deslocamentos forçados, é um equívoco negligenciar outros processos sociais que interferem no movimento de pessoas em países africanos.

Nesse sentido, o destino de migrantes africanos também deve ser pautado. Refugiados e solicitantes de asilo da República Democrática do Congo, por exemplo, têm Uganda (país vizinho) como destino principal. O fato de vários países serem tanto origem quanto destino de deslocamentos forçados é uma informação adicional que nos ajuda a evitar equívocos. Camarões e Nigéria são dois dos diferentes países que se enquadram nessa situação (UNHCR, 2019, p. 7-8). Países pobres e/ou com instabilidades políticas não desempenham papel exclusivo de local de origem de migrantes forçados

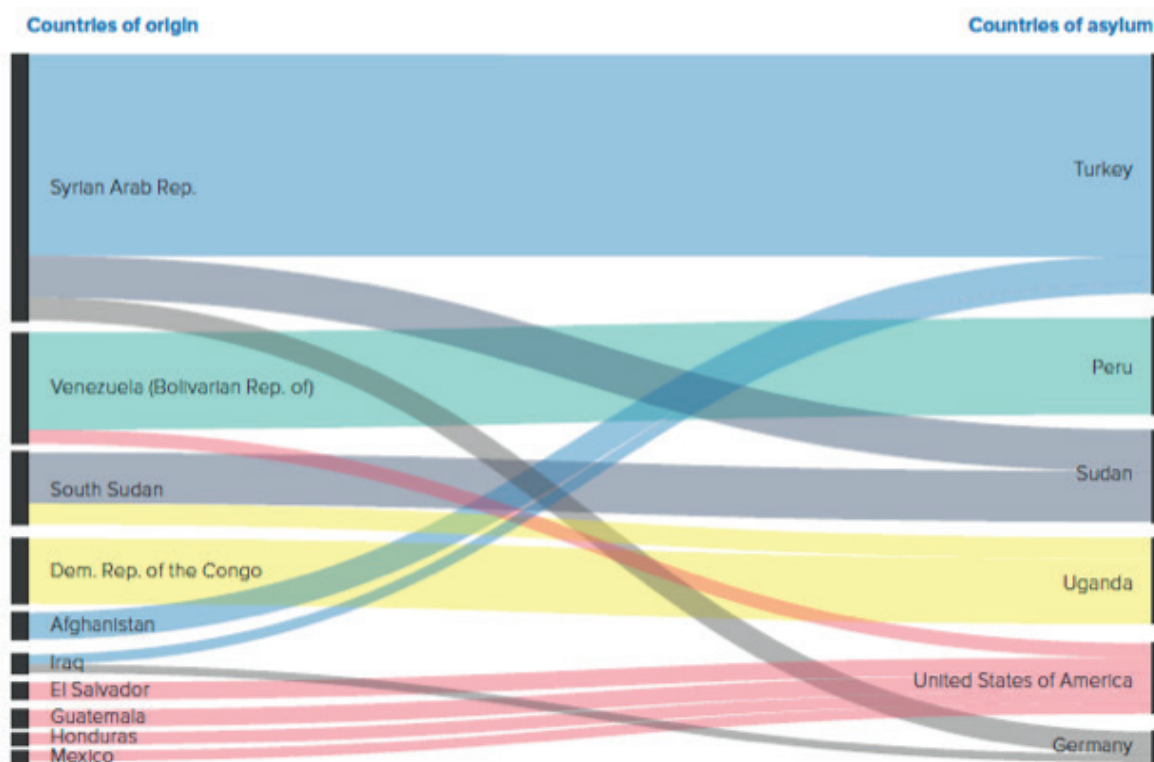


Ilustração 1 – Principais fluxos de refugiados recém-registrados e novos solicitantes de asilo em 2018

Fonte: UNHCR, 2019.

A ideia de que o padrão das migrações segue a direção Sul-Norte, por conseguinte, mostra-se no mínimo incompleta. Se por um lado a formação dos estados africanos, com suas independências, envolveu conflitos e questões diversas que compunham fatores para emigração, por outro, vários Estados desencorajaram a saída de cidadãos para que evitassem a chamada “fuga de cérebros” (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 5).

Faz-se útil, então, uma ampliação da delimitação espacial inicial (SADC) para que se possa argumentar sobre as lacunas decorrentes da pressuposição da migração Sul-Norte como padrão, que reforça a lógica de países pobres apenas como origem e do fluxo de seus cidadãos como “ameaças” a serem contidas. Assim, inserimos a política de imigração da União europeia como forma de agregar reflexões sobre como estados africanos tem pautado o debate sobre migração e asilo.

Mesmo que possamos verificar semelhanças entre Estados africanos como a entrada tardia nos sistemas globais e a fragilidade do contrato social entre governos e cidadãos (WARNER; SHAW, 2018, p. 4), uma abordagem monolítica sobre as políticas externas empobrece análises. Perante uma tendência de países africanos estarem menos limitados a objetivos individualistas no interior das organizações intergovernamentais daquele continente, será feita uma breve contextualização para a inserção do debate que eles vêm travando perante a União Europeia sobre fluxos migratórios (WARNER; SHAW, 2018, p. 6).

A União Africana (UA), foi fundada em 2002 e é composta por todos os 55 países do continente. Naquele ano a instituição mudou sua denominação anterior, Organização da Unidade Africana (OUA), sob a qual atuava desde 1963. Seus objetivos incluem a representação dos interesses do continente, atuar na integração continental e na segurança e resolução de conflitos. Buscando maior protagonismo nas relações internacionais, a União Africana reivindicou em 2005, através do chamado “Consenso de Ezulwini”, dois assentos permanentes no Conselho de Segurança e cinco não-permanentes para África, dentre outras mudanças da Organização das Nações Unidas (ONU). Com relação às relações internacionais dentro do continente, a União Africana, por meio de seu Conselho de Segurança e Paz, tem atuado em mediações (na República Democrática do Congo e no Sudão, por exemplo) assim como em missões de paz, inclusive em conjunto com a ONU. Ainda que a União Africana tenha caminhado em direção a uma maior integração continental, há de se reconhecer o longo caminho a ser percorrido no sentido de ter a efetiva mudança dos Estados africanos, com foco na segurança coletiva e no compromisso maior com direitos humanos, inclusive durante e após conflitos (WARNER; SHAW, 2018, p. 22-29).

Mediante essa ampliação da escala de análise podemos, então, vislumbrar tensões que tem permeado o debate da migração entre União Europeia e países africanos. Enquanto a abordagem europeia tem sido direcionada pelo viés da segurança, um debate mais amplo incluindo comércio, desenvolvimento e direitos humanos tem sido

demandado por países africanos no geral. Nesse ponto, são confrontadas duas visões opostas sobre migração: a primeira como ameaça e a segunda como potencial.

Adentrando a seara de potencialidades referentes a migrantes, suas possíveis contribuições com o desenvolvimento variam de estratégias para redução da pobreza à participação na promoção da paz.

Tratando de assuntos relacionados às finanças, no caso dos investimentos realizados por migrantes na África do Sul, a utilização de reservas pessoais de dinheiro para começar um empreendimento chegou a 85% (FARLEY, 2019, p. 9). Um outro ponto a ser levantado nesse campo, é que o envio de dinheiro para famílias é comum dentre migrantes. No geral, apesar de as mulheres migrantes ganharem menos que os homens, elas tendem a enviar uma parcela maior de suas rendas, por períodos mais longos, para familiares/dependentes (FARLEY, 2019, p. 8). Mais uma vez as questões de gênero já que o acesso delas às instituições financeiras é mais dificultado e menor que os dos homens. Acordos internacionais voltados para migrantes que contemplem facilitação de transferências para o exterior assim como acesso facilitado ao crédito são ações que dialogam com uma postura dos governos associada ao desenvolvimento.

A possibilidade de permanência legalizada no país de destino costuma inibir o medo dos migrantes de não poder retornar para o local onde se encontram. Em contrapartida, a regulamentação menos restritiva pode também contribuir com eventuais retornos para os países de origem. É válido pontuar que a colaboração de migrantes com a transição política para governo democráticos em seus países de origem é algo a ser fomentado. No caso de meninas e mulheres, encorajar a participação comunitária e política mais ampla é fundamental, para além do atendimento àquelas que foram vítimas de violência, já que elas não devem ser vistas (de maneira reducionista) como passivas e reduzidas a alvo de ajuda humanitária.

Podemos perceber que as variadas desigualdades de gênero já presentes nas sociedades têm sido ampliadas quando se trata de migrantes (não somente no caso de deslocamentos forçados). Iniciativas voltadas para treinamentos profissionais e educação, quando desprovidos de preocupações em igualdade de gênero, reduzem seu impacto na vida de meninas e mulheres. Promover as condições necessárias para o acesso delas a ambientes educacionais fomenta a multiplicação de lideranças femininas. Essas habilidades contribuem, inclusive, enormemente para a construção da paz, já que processos de negociação e reconstrução são oportunidades para estruturar a paridade de gênero em estruturas de tomada de decisão e mecanismos legais (UNHCR, 2008, p. 146). Para além disso, uma efetiva participação de mulheres que chegaram em comunidades por conta de deslocamentos forçados, por exemplo, viabiliza ações coletivas mais consistentes que combatem discriminações e violências, intensificando um engajamento mais amplo nessa área de atuação. Desta forma, as comunidades nas quais elas se inserem podem formar um ambiente no qual meninas e mulheres, migrantes ou não, possam viver em condições menos desfavoráveis.

Foi possível demonstrar que abordar migrações na África Austral e também

em outras sub-regiões requer integrar multiplicidades para além dos deslocamentos forçados. Reconhecer que o número de deslocados internos, refugiados e solicitantes de asilo tenha crescido consideravelmente não implica postular que as migrações como um todo sejam determinadas por tendências da mesma natureza.

Com relação à SADC, as iniciativas voltadas para igualdade de gênero têm ocorrido através de diferentes mecanismos. Os países-membros desta CER têm seguido na direção de atualizar documentos que direcionam e institucionalizam ações e estratégias de combate à discriminação e violência contra meninas e mulheres. Contudo, é preciso salientar que diferentes percalços permanecem para a implementação das medidas em âmbito regional.

Meninas e mulheres que migram na África Austral têm sido vítimas de múltiplas violações de direitos humanos. Na busca por condições socioeconômicas básicas, elas encontram-se mais vulneráveis a violências de diferentes tipos se compararmos com a situação masculina no geral. O acesso prejudicado ou negado a saúde e direitos reprodutivos assim como exploração e assédio sexual são exemplos das situações que muitas vezes são inseridas nas suas vivências.

Por fim, a abordagem da temática da migração por parte da União Europeia priorizando um discurso focado na questão da segurança desconsidera assuntos como desenvolvimento e direitos humanos, que coadunam com posicionamentos da União Africana. Mediante toda a miríade presente ao se tratar das migrações na África Austral e as mudanças que vem ocorrendo não só no âmbito da SADC como na União Africana de forma geral, podemos ponderar a visão de imigrantes africanos como ameaça à União Europeia. Do lado oposto a esta visão, Estados africanos, com maior protagonismo nas relações internacionais, podem contribuir com estratégias que otimizem o potencial de contribuição de migrantes em diferentes esferas. Nessa lógica, meninas e mulheres migrantes teriam mais acesso a direitos básicos nos países de destino e poderiam também contribuir com uma ampliação da prevenção e do combate à discriminação e violência baseadas no gênero. Portanto, assim como enfrentar as desigualdades de gênero na SADC perpassa por contemplar as especificidades das migrantes, as discussões sobre migração na África Austral também são enriquecidas ao englobarmos vivências femininas.

REFERÊNCIAS

FARLEY, Alex. South African Migration: A gendered analysis. **Policy Insights**. South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 70, p. 1-20, jun. 2019.

FLAHAUX, Marie-Florence; De HAAS, Hein. African migrations: trends, patterns, drivers. **Comparative Migration Studies**. v. 4, n. 1, p. 1-25, 2005.

GEDDES, Andrew. Migration and 'Fortress Europe'. In: ADEBAJO, Adekeye; WHITEMAN, Kaye (eds.). **The EU and Africa**. From Eurafrique to Afro-Europa. London: Hurst & Company, 2012, p. 405-418.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al.* **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mob. Hum.** Dossiê: Migrações Forçadas, Brasília, n. 43, p. 11-33, jul./dez. 2005.

KHUMALO, Busisekile. Digging for gold in unknown lands: The implication of migration for African women's labour, their future, and empowerment. **BUWA: The Future of Women's Work in Africa, Local**, v. 9, p. 54-57, dez. 2005.

LOPI, Barbara. Revised SADC Gender Protocol enters into force as Namibia and Seychelles append signatures. **INSIDE SADC**. Gaborone: SADC, v. 8, ago. 2018. Disponível em: https://www.sadc.int/files/6915/3725/8176/Inside_SADC_August_2018_mail.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Southern African Development Community. **Declaration on Gender and Development**. Windhoek. 1997.

_____. **Protocol on Gender and Development**. Windhoek. 2008.

_____. **Secretariat engages Members of Parliament on the regional GBV legislative response**. Gaborone, 2 out. 2019. Disponível em: <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-secretariat-engages-members-parliament-regional-gbv-legislative-response/>. Acesso em: 05 out. 2019.

UNHCR. **Global Trend. Forced Displacement in 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

UNHCR. **Handbook for Protection of Women and Girls**. 2008. Disponível em: <https://www.unhcr.org/protection/women/47cfa9fe2/unhcr-handbook-protection-women-girls-first-edition-complete-publication.html>. Acesso em: 05 out. 2019.

WARNER, J.; SHAW, T. M. (eds.). African Foreign Policies in International Institutions. **Contemporary African Political Economy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2018**. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

Ana Paula Dutra Bôscaro: Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestra (2016), Bacharela e Licenciada (2013) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Formadora e Coordenadora Pedagógica do Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), Luanda, Angola, Embaixada do Brasil em Luanda. Pesquisadora integrada ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) e ao GT Emancipação e Pós-Abolição. Membro da Associação Nacional de História, seção Minas Gerais - ANPUH / MG, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO). Autora do livro “Uma serra de almas negras: escravidão e pequena propriedade” (2018). Desenvolve pesquisas nas áreas de História do Brasil Colônia e Império, com ênfase nos seguintes temas: História da Escravidão, Tráfico de escravos, História Social, História Demográfica, História Econômica e Trajetórias.

E-mail: anapaulaboscaro@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7539462489773251>

<https://orcid.org/0000-0002-7378-6142>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração da Justiça 179, 180, 183

África Austral 202, 203, 204, 209, 210, 211

Africanos 47, 49, 51, 122, 134, 135, 162, 163, 164, 166, 173, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 203, 207, 208, 209, 210

Alienação Parental 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89

América Latina 1, 8, 9, 11, 14, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 127, 128, 129, 137, 155

Anticomunismo 153, 155, 156

Ascensão Social 33

Assistência 145, 147, 151, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 197, 206

B

Base Curricular 101, 104, 108

Brasil Colônia 126, 129, 130, 138, 212

C

Colônia de Moçambique 179

Constituição Federal 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 106

Cotidiano Escolar 112, 113, 116, 117

Cultura 8, 9, 19, 22, 23, 25, 38, 44, 48, 51, 62, 76, 79, 81, 90, 91, 94, 95, 96, 100, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 129, 130, 135, 138, 169, 177, 178, 181, 182, 183, 201

D

Deslocamentos forçados 202, 203, 206, 207, 209, 210

Diálogos Contemporâneos 15, 26, 40, 54, 65, 77, 90, 101, 112, 118, 126, 139, 153, 162, 170, 179, 191, 202, 212

Diocese 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Dom João da Mata 191, 192, 194, 199, 200, 201

E

Educação 33, 34, 36, 42, 47, 51, 67, 91, 96, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 117, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 138, 142, 148, 152, 161, 173, 174, 177, 178, 181, 182, 189, 194, 199, 204, 209

Educação Superior 33, 106, 110, 126

Escravidão 71, 118

Estado 2, 23, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 88, 102, 103, 112, 128, 129, 131, 135, 143, 147, 148, 149, 151, 156, 157, 158, 160, 169, 174, 179, 180, 182, 183, 188, 192, 196, 197, 201

Estereótipos 118, 121, 123, 124, 125, 207

Extrema-Direita 153, 155

F

Família Contemporânea 77, 78, 79

Fontes 15, 16, 17, 18, 25, 38, 39, 64, 100, 124, 151, 153, 156, 160, 162, 177, 178, 183, 185, 187, 189, 201

Formação Médica 139

G

Gênero 7, 8, 10, 19, 20, 28, 39, 64, 86, 92, 94, 144, 175, 179, 184, 185, 187, 188, 189, 202, 204, 205, 206, 209, 210

H

História da psiquiatria 149, 151

I

Identidade 5, 8, 9, 10, 12, 25, 54, 55, 60, 63, 64, 78, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 106, 113, 153

Ideologia 43, 72, 78, 79, 88, 110, 136, 153, 156, 158, 173

Igualdade Racial 112

Infância 1, 56, 148, 158, 170, 172, 176, 177, 178

J

Jean-Jacques Rousseau 23, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74

L

Literatura 1, 2, 3, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 36, 39, 42, 45, 54, 63, 68, 96, 100

M

Manaus 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Manoel Bomfim 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52

Manuel de Oliveira Lima 40, 41, 43, 45, 50, 52

Maria Graham 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Matrizes Afro-brasileiras 112, 114

Migrações 202, 206, 208, 209, 210, 211

Mulher viajante 15

N

Narrativa 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 15, 22, 35, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 118, 122, 123, 132, 156, 157, 158

Neoliberalismo 101, 102, 103, 110, 155

O

Oralidade 1, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 91, 93

P

Paul Ricoeur 54, 63, 64

Poder 4, 6, 8, 13, 14, 16, 32, 49, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 85, 88, 99, 102, 103, 109, 115, 127, 131, 135, 137, 140, 146, 156, 157, 176, 179, 184, 187, 188, 192, 196, 209

Práticas Fúnebres 162

R

Relatos memoriais 1

S

Santa Casa de Misericórdia 170, 172, 174, 176, 177, 178

Santo Antonio de Jacutinga 162, 165, 166, 167, 168

Século XIX 25

Século XX 139

Sociedade 12, 14, 29, 33, 37, 41, 42, 48, 67, 68, 69, 70, 76, 81, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 212

T

Teoria da História 8, 26, 189

 **Atena**
Editora

2 0 2 0